

DOI 10.11606/ISSN.2358-3150

LETRAS CLÁSSICAS

17.2

Uma publicação do Programa de Pós-Graduação em Letras Clássicas da
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.



2013



USP – UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Prof. Dr. Marco Antonio Zago

Vice-reitor: Prof. Dr. Vahan Agopyan

FFLCH – FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

Diretor: Prof. Dr. Sérgio França Adorno de Abreu

Vice-diretor: Prof. Dr. João Roberto Gomes de Faria

DLCV – DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS

Chefe: Prof.ª. Dr.ª. Marli Quadros Leite

Vice-chefe: Prof. Dr. Paulo Martins

LETRAS CLÁSSICAS	ISSN 2358-3150 (on-line) ISSN 1516-4586 (impressa)
EDITORIA	Paulo Martins (Editor) Alexandre Pinheiro Hasegawa (Co-editor) José Marcos de Macedo (Co-editor) Lucas Consolin Dezotti (Editor executivo)
COMISSÃO EDITORIAL	Andre Malta Campos Alexandre Pinheiro Hasegawa José Marcos de Macedo Paulo Martins
CONSELHO EDITORIAL	Carlos Lévy (U. Paris IV/França) Donaldo Schuler (UFRGS) Elizabeth de Del Sastre (UBA/Argentina) Fábio Favarsani (UFOP) Francisco Marshall (UFRGS) Hector Benoit (UNICAMP) Henrique Cairus (UFRJ) Jacyntho Lins Brandão (UFMG) João Batista Toledo Prado (UNESP) Joaquim Brasil Fontes (UNICAMP) Paula da Cunha Corrêa (USP) Paulo Martins (USP) William Fitzgerald (King's College London)
ENDEREÇO	Comissão Editorial LETRAS CLÁSSICAS (FFLCH/USP) Av. Prof. Luciano Gualberto, 403, 2º andar, sala 4 Cidade Universitária – São Paulo/SP – Brasil 05508-010
TELEFONE	(00-55-11) 3031-2330
FAX	(00-55-11) 3091-5035
SITE	http://www.revistas.usp.br/letrasclassicas

Copyright 2015 © by autores.

Proibida a reprodução parcial ou integral, desta obra, por qualquer meio eletrônico, mecânico, inclusive por processo xerográfico, sem permissão expressa do editor (Lei no. 9.610, de 19.02.98).

Serviço de Biblioteca e Documentação da FFLCH/USP

Letras clássicas / Departamento de Letras Clássicas e Vernáculos. / Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas / Universidade de São Paulo. — n.1 (1997)–. — São Paulo: FFLCH / USP, 1997–

Semestral
ISSN 2358-3150 (on-line)
ISSN 1516-4586 (impressa)

1. Literatura grega 2. Literatura latina 3. Língua grega 4. Língua latina 5. Oratória grega 6. Oratória latina 7. Filosofia grega 8. Filosofia Latina

CDD 880

O DĒMOS VAI À GUERRA: TRADUÇÃO E COMENTÁRIO DOS FR. II E III FGE ATRIBUÍDOS A SIMŌNIDES DE CEOS

ROBERT DE BROSE*

Universidade Federal do Ceará

Resumo. No presente artigo irei traduzir e comentar os fragmentos II e III FGE, atribuídos a Simônides de Ceos. A partir da análise do texto, do contexto histórico e das evidências textuais, irei argumentar que os dois epigramas referem-se a um mesmo evento, a saber, a Batalha da Calcídia de c. 507/6 a.C., sendo que o II FGE refere-se aos atenienses mortos em combate e, provavelmente, fazia parte de uma monumento colocado *in situ*, no local da vitória, ou em um *mnēma* na cidade de Atenas, ao passo que o outro epigrama, que apresenta uma continuidade temática com o II FGE, fazia parte de um monumento dedicado à vitória sobre os beócios na batalha supracitada.

Palavras-chave. Simônides de Ceos; epigrama; II FGE; III FGE.

D.O.I. 10.11606/issn.2358-3150.v17i2p3-30

Ἀθηναῖοι μὲν ἠὔξηντο. Δηλοῖ δὲ οὐ κατ'ἕν μόνον ἀλλὰ πανταχῆι ἡ ἰσηγορίῃ ὡς ἐστὶ χρῆμα σποδαῖον, εἰ καὶ Ἀθηναῖοι τυραννεύομενοι μὲν οὐδαμῶν τῶν σφέας περιοικεόντων ἦσαν τὰ πολέμια ἀμείνονες, ἀπαλαχθέντες δὲ τυράννων μακρῶι πρώτοι ἐγένοντο. Δελοῖ ἄν ταῦτα ὅτι κατεχόμενοι μὲν ἐθελοκάκεον ὡς δεσπότηι ἐργαζόμενοι, ἐλευθερωθέντων δὲ αὐτὸς ἕκαστος ἐωυτῶι προεθυμέετο κατεργάζεσθαι.¹
— Heródoto, 5.78

NO QUE SE SEGUE IREI ANALISAR DOIS EPIGRAMAS ATRIBUÍDOS A SIMŌNIDES de Ceos tanto pelas antologias antigas quanto pela maioria dos comentadores modernos. A razão pela qual resolvi reuni-los neste artigo é a de que acredito que ambos referem-se a um mesmo evento, a saber, a Batalha da Calcídia (c. 507/6 a.C.), em que os atenienses, lutando em dois frentes, fo-

* Professor Doutor de Língua e Literatura Grega da Universidade Federal do Ceará.

** Artigo recebido em 26.jul.2014 e aceito para publicação em 30.set.2014.

¹ “E os atenienses prosperaram. Fica assim evidente, não somente com relação a um aspecto, mas de um modo em geral, o quanto a igualdade de voz e voto (*isēgoriā*) é algo excelente; pois se eles, porquanto tiranizados, em nada eram superiores a seus vizinhos na lição da guerra, uma vez libertados dos tiranos, tornaram-se, de longe, os primeiros. Tudo isso demonstra, sem sobre de dúvida, que, quando oprimidos, fingiam ser covardes, como se trabalhassem para um senhor, mas que, libertos, cada um deles zelava para atingir grandes feitos [em combate].”

ram capazes de derrotar primeiramente os espartanos liderados por Cleomenes para, em seguida, enfrentar os beócios, ainda no continente e, no mesmo dia, cruzarem para a ilha da Eubeia e derrotarem os calcídios, dessa forma afastando de uma vez por todas o perigo de uma reinstauração da tirania na cidade de Atenas, como era a intenção da campanha espartana.

Esses epigramas são importantes por pelo menos três motivos. Em primeiro lugar, o III FGE é citado por Heródoto como uma forma de salientar o crescente protagonismo da cidade de Atenas em defesa da liberdade e, de certa forma, aparece no ponto de inflexão em sua narrativa, isto é, quando, libertada do jugo dos filhos de Pisístrato, o povo de Atenas engaja-se em uma série de campanhas militares que irão visar a preservação do recém-instaurado governo democrático tanto contra inimigos internos, como os espartanos, quanto externos, como os persas. O evento da Batalha Calcídia, portanto, serve de pano de fundo para os grandes feitos de coragem que serão narrados nos livros seguintes, como a Batalha de Maratona e as subseqüentes campanhas contra os persas. Dessa forma, esse episódio da guerra contra espartanos, beócios e calcídios também serve para, etiológicamente, explicar os sucessos posteriores dos atenienses ao integrá-lo à narrativa como uma espécie de marco inaugural de uma série temporal em que o crescimento² de Atenas, de mero poder regional a principal protagonista das Guerras Médicas e, posteriormente, à império marítimo, é enquadrado como o “destino manifesto” de um povo regido por um determinado sistema político aparentemente favorecido pela própria narrativa do historiador.³

Em segundo lugar, os dois epigramas revelam uma linguagem claramente influenciada por uma ideologia que já valorizava o coletivo em detrimento do individual, numa importante mudança de paradigma no que diz respeito aos valores aristocráticos presentes em inscrições do período arcaico. Nos dois epigramas sob análise, ao invés de termos a fórmula “fulano, filho de x, da cidade y fez z” temos a expressão de uma coletividade manifestada, na primeira inscrição, por meio de dêicticos⁴ que reforçam a ideia de um esforço de guerra pelo bem comum do δήμος, que, em troca, se responsabiliza (δημοσία, dat. instr.) pela “memorialização” de seus cidadãos. Na segunda inscrição, por outro lado, salta aos olhos a expressão “filhos de Atenas”, que não deixa espaço para a glorificação de generais ou de guerreiros que possam ter se sobressaído no campo de batalha. Ainda mais, nota-se aí uma clara mudança de perspectiva no que tange à responsabilidade

² Ἀὔξησις, uma palavra chave para o Livro 5, cf. a epígrafe, por exemplo.

³ Cf. os discursos de Otanes, Megabizo e Dario no Livro 3.80 *et seq.*

⁴ Pronomes e desinências número-pessoais apenas: ἡμῖν, -μεν, -οι.

pela vitória na guerra e pela punição da soberba (ὑβρις) dos homens: muito embora a oferenda deixe claro a gratidão dos combatentes à deusa tutelar da cidade, são eles próprios, e não os deuses, ou a deusa, os responsáveis por “extinguir” a soberba dos inimigos e, conseqüentemente, a sua própria exaltação ocupa a maior parte da inscrição, ao passo que a menção à deusa resume-se à uma única palavra, Πάλλαδι, “para Palas”.

Uma outra razão para tratar desses dois epigramas em conjunto é que, se assumirmos que eles se referem a um mesmo evento (com o que a maior parte da crítica parece concordar), mas, sobretudo, que a voz que fala por meio de ambos é a dos atenienses – i.e., a dos mortos em combate, no primeiro epigrama, e a dos sobreviventes, no segundo –, como pretendo argumentar, então temos aí um raro exemplo de duas inscrições com propósitos bastante distintos para uma mesma ocasião,⁵ mas que, apesar disso, aparentam preservar uma surpreendente coerência temática em termos de estilo e dicção, o que apontaria para um mesmo autor. Infelizmente, como veremos, o primeiro epigrama nos foi transmitido apenas pela via literária, mas há razões para se crer que ele possa ter sido de fato uma inscrição real, provavelmente gravada em algum tipo de monumento erigido no próprio local da batalha, onde os guerreiros teriam tombado, ou então, como acredito ser mais plausível, na cidade de Atenas, acompanhado por uma lista contendo o nome dos mortos.

TEXTO⁶

FGE II

H ₁	Δίρφυος ἐδμήθημεν ὑπὸ πτυχί, σῆμα δ' ἐφ' ἡμῖν
P ₁	ἐγγύθεν Εὐρίπου δημοσίᾳ κέχυται·
H ₂	οὐκ ἀδίκως, ἔρατῆν γὰρ ἀπωλέσαμεν νεότητα
P ₂	τρηχεῖαν πολέμου δεξάμενοι νεφέλην.

Domados sob um vale de Dirfi, um sinal sobre nós,
 perto do Euripo, pelo povo foi deitado:
 Não injustamente, pois a amável mocidade arruinamos,
 ao enfrentar do combate a áspera nuvem.

⁵ Quais sejam esses propósitos irei discutir na próxima seção.

⁶ II e III FGE: Page 1975, respectivamente, acrescidos de sinais editoriais.

FGE III

H₁ [Δεσμῶ ἐν †άχνυόεντι† σιδήρωι ἔσβησαν ὕβ]ριν
 P₁ παῖδε[ς Ἀθηναίων ἔργμασιν ἐν πολέμου]·
 H₂ [ἔθνεα Βοιωτῶν καὶ Χαλκιδέων δαμάσαντες·]
 P₂ τῶν ἵππους δεκά[την Παλλάδι τᾶσδ' ἔθεσαν].⁷

Num dolente grillhão de ferro, extinguiram a soberba
 os filhos de Atenas, nos trabalhos de guerra,
 hordas de beócios e de calcídios após terem dominado:
 desses co'ó dízimo estas éguas⁸ à Palas dedicaram.

EDIÇÃO E FORTUNA CRÍTICA⁹

O epigrama Sim. II FGE é fruto da transmissão literária apenas, aparecendo unicamente no apêndice à *Antologia de Planudes* (API), sob o cabeçalho “Σιμωνίδου”,¹⁰ ou seja, [da obra/epigramas?] de *Simônides*, o que indica que ou já deveria estar disponível no assim chamado “*Sylloge Simonidea*” (c. 100 a.C.)¹¹ ou que poderia ter sido transmitido via uma tradição mais antiga, já que os todos os epigramas desta seção da API, que são oriundos de inscrições que acompanhavam obras de arte, não se encontram na *Antologia*

⁷ Os sinais [e] indicam o texto recuperado dos remanescentes arqueológicos.

⁸ Isto é, as *estátuas* das éguas a puxar uma quadriga, cf. Heródoto 5.77 e mais abaixo. A menos que indicado em contrário, todas as traduções são minhas. Cf. também Brose 2008, Brose 2011.

⁹ A menos que seja indicado em contrário, todos os autores antigos foram consultados usando-se a base de dados do TLG-E (*Thesaurus Linguae Graecae*, [Calif.]: University of California, Irvine, 2000) e PHI (*Latin Library*, Packard Humanities Institute, PHI v. 5.3 CD-ROM, 1991) por meio do programa Diógenes v. 3.1 (Disponível em <<http://www.dur.ac.uk/p.j.heslin/Software/Diogenes/index.php>>, acesso em junho de 2014) e, portanto, a numeração de referência apresentada nas citações segue o padrão adotado nas edições daquelas coleções.

¹⁰ Paton 1979, 5.16.26 (também Simônides 89; Bergk 87 D). Sobre a pertinência dessa indicação de autoria a Simônides, ver mais abaixo a discussão sobre o *P. Oxy.* 2535 e a n. 23.

¹¹ A *Sylloge Simonidea* é um arquétipo teórico donde teriam sido extraídos os epigramas que lhe são atribuídos em muitas outras συλλογαί. As primeiras coleções desse tipo de que temos notícias são as assim chamadas “Coroas”: a de Meleagro” (c. séc. I a.C.), a de Filipe (do período Augustano) e o “Ciclo de Agatias”, do período Justiniano, reunidas por Constantino Cefalas na *Antologia Palatina* (AP, c. séc. X d.C.), cujo único manuscrito encontra-se Biblioteca Palatina, em Heidelberg. Outras prováveis fontes utilizadas por Cefalas foram epigramas retirados de escritores bem conhecidos em sua época: da *Musa Puerilis*, de Estratão (Livro XII), uma coleção de poesia amorosa de Rufino e epigramas de Paladas (séc. V d.C.), cf. Paton 1979, v et seq.. No séc. XII ou XIII d.C. o erudito Máximo Planudes reeditou o trabalho de Cefalas, dando origem ao que hoje conhecemos como a *Antologia de Planudes*. Sobre a possibilidade de que os epigramas de Simônides possam ter sido coletados ainda durante a vida do poeta, cf. Sider 2007.

Palatina (AP).¹² De acordo com Page,¹³ o estilo, o tema e o tom do epítáfio estão de acordo com a temática daquela coleção. Ao contrário do III FGE, esse epigrama nunca recebeu muita atenção da crítica especializada.

A história da transmissão e estabelecimento do texto do Sim. III FGE, por outro lado, é bastante mais variada e produziu uma bibliografia considerável a partir do séc. XIX.¹⁴ Mesmo sua autoria é disputada pela maior parte dos especialistas, já que as quatro fontes antigas¹⁵ que o citam são vagas a esse respeito. A ideia de inseri-lo numa coletânea de epigramas de Simônides veio, na verdade, de seu primeiro editor moderno, Schneidewin,¹⁶ em 1835, seguido por Bergk,¹⁷ em 1882. Ambos citam as vinte linhas do Περὶ τοῦ Παραφθέγματος,¹⁸ de Élio Aristide, no qual aparecem em sequência três epigramas atribuídos a Simônides (21, 38, e 45) finalizados por um excerto do III FGE.¹⁹ Page,²⁰ no entanto, herdeiro da cautela de Kaibel,²¹ e retomando o argumento de Boas,²² defende que apenas a proximidade do nome não seria suficiente para que a autoria de qualquer um dos epigramas seja atribuída a Simônides, não obstante o fato de que ele é mencionado, juntamente com Píndaro, antes e depois dos exemplos supracitados.

Em 1995, contudo, E. G. Turner²³ publicou um papiro, oriundo da antiga cidade egípcia de Oxirrínco (moderna *el-Bahnasa*) e datado do final do século I d.C., em que é possível se reconstruir o nome Σιμωνιδ- a partir das letras]ιμωνι[que aparecem logo acima de uma parte identificável do

¹² Paton (1979, v) supõe que os epigramas do apêndice da AP1 tenham pertencido a um livro perdido da coleção de Cefalas.

¹³ Page 1981, 189.

¹⁴ Cf. Page (1981, 189 n.13, passim) e Petrovic (2007, 209) para uma lista de comentadores modernos.

¹⁵ Heródoto 5.77; Diodoro, *Bibliotheca Historica* 10.24.3; Aristides, Περὶ τοῦ Παραφθέγματος, 380.20 e a *Anthologia Planudeae* 6.343. O copista A da *Anthologia Palatina* é bem explícito nesse sentido, ao acrescentar, ao fim do epigrama, “ἄδηλον”; o copista de C, aparentemente referindo-se ao texto de Heródoto, acrescenta-lhe “Ἡροδότου”. Cf. Hauvette-Besnault 1896, 130 n.68.

¹⁶ Schneidewin 1835, 176: “Ceo poetae vindicamos auctoritate Aristidis περι παραφθέγμ. III, p. 647. Canter.”

¹⁷ Bergk 1878–1882, 784.

¹⁸ Aristid. 380.2–22.

¹⁹ Aristid. 380.20–2: “ἔθνεα Βοιωτῶν καὶ Χαλκιδίων δαμάσαντες / παῖδες Ἀθηναίων οἶμα λέγει τὸ ἐπίγραμμα καὶ πολλὰ ἕτερα.” H2 e o primeiro pentâmetro de P1, portanto.

²⁰ Page 1981, 189.

²¹ Kaibel 1878, 304 (ep. 748): “Simonidem epigramma non fecisse vel inde adparet quod cum litterae tituli ol. 82 antiquiores non essent verissime conlegit Kirchoff tempore posteriore arce a Pericle magnifice redintegrata epigramma incisum esse.”

²² Boas 1905, 92–6.

²³ P. Oxy. n. 2535, in P. Oxy. vol.31, edited by E. G. Turner (1996). Uma foto do papiro pode ser acessada no site *Oxyrrhynchus Online*, mantido pela Universidade de Oxford (<http://www.papyrology.ox.ac.uk/POxy/ees/ees.html>, acessado em julho de 2014). Uma primeira análise do papiro foi feita por Turner 1962 e, posteriormente, por Sider 1976.

III FGE,²⁴ sendo que um genitivo, i.e., Σιμωνίδου, parece ser uma opção bastante plausível, se não a única que faça algum sentido. Ainda que essa não seja uma prova inatacável de autoria, ela é uma forte evidência de que, no mínimo, existia na Antiguidade uma tradição de atribuir essa inscrição a Simônides, algo que, devido ao impasse atual da pesquisa, já é uma importante descoberta.

Uma das poucas coisas de que se tem certeza, aliás, é de que o epigrama foi, de fato, uma inscrição real, uma vez que os remanescentes arqueológicos de duas bases de pedra foram encontrados, durante escavações realizadas entre 1869 e 1887, nas quais se pode identificar o texto dos epigramas.²⁵ São dois grupos de fragmentos de épocas distintas, identificados a partir daqui como (a) e (b).²⁶

O pedaço da base mais antiga (a), com dimensões de cerca de 30 × 51 × 37 cm, foi cortada em granito eleusino azulado e deveria ter originalmente por volta de 2,85 m de largura. Suas letras, gravadas no alfabeto ático, medem aproximadamente 3 cm de altura e foram cuidadosamente encaixadas na grade desenhada pelo artesão, embora a inscrição não tenha resultado numa disposição estíquiica,²⁷ ainda que disposta em dois dísticos compostos, cada um, de um hexâmetro seguido de um pentâmetro separados pelo sinal [:], algo usual a partir do VI século a.C. Esta base, junto com o monumento que lhe acompanhava, foi destruído pelos persas na invasão de 480 a.C., como veremos mais abaixo.

A base (b), mais recente, é, na verdade, um conjunto de quatro fragmentos de mármore pentélico, dos quais três são oriundos do lado direito da pedra e apresentam dimensões aproximadas de 17,5 × 61 × 41 cm, enquanto o quarto, oriundo do lado esquerdo, mede cerca de 12 × 12 × 15 cm. O tamanho original deve ter sido semelhante ao de (a). As letras de (b), gravadas no alfabeto ático e dispostas sobre uma superfície que foi, posteriormente, polida, medem cerca de 2,5 cm de altura e, ao contrário de (a) resultaram num arranjo estíquiico. As evidências paleográficas permitem datá-la do início de séc. v a.C.

²⁴ H₂ seguido de P₁, i.e., na ordem em que aparecem em Heródoto, veja mais abaixo.

²⁵ Para a descrição original, cf. Kirchhoff 1887, *Sitzungsberichte der Akademie zu Berlin* (p. 112), não consultado por mim. De acordo com Hicks (1901, 13 n.12): (a) “[was] found in the ruins of a large building NE. of the Propylaea” e (b) “[was] discovered on the Acropolis”. Petrovic (2007, 211) alega que o local onde os fragmentos de (b) foram descobertos é desconhecido e que apenas a data (1869) inscrita no fragmento oriundo lado direito pode ser determinada com precisão.

²⁶ Respectivamente, IG I² 394 (c. 507) e IG I 334(a) e 373 (c. 457–446).

²⁷ Ou στοιχήδον, isto é, quando há um alinhamento vertical entre as letras de linhas diferentes. Os gravadores costumavam desenhar uma grade a carvão, em cujos quadrados eram, então, inscritas as letras.

A identificação das inscrições com os epigramas transmitidos pela via literária está assegurada pela superposição da menção ao dízimo e às éguas (τῶν *híppos* δ[/]ὄν *híppos* δεκάτ[)], nos dois fragmentos, e aos “trabalhos dos (filhos) dos atenienses” (]ες Ἀθηναίων ἔργμα[)], no segundo. Abaixo reproduzimos a transcrição epigráfica das duas bases, colocando em negrito o texto da pedra, para distingui-los dos suplementos editoriais²⁸:

(a)

[δεσμοὶ ἐν ἀχνύεντι(?) σιδερέοι ἔσβεσαν *hýβ[ri]n* : / *paíd[es]* Ἀθηναίων ἔργμασιν ἐμ πολέμο] / [ἔθνεα Βοιωτῶν καὶ Χαλκιδέων δαμάσαντες] : / **τῶν *híppos* δ[εκάτεν** Παλλάδι τάσδ' ἔθεσαν].

(b)

[ἔθνεα Βοιωτῶν καὶ Χαλκιδέων δαμά]σαν[τες] / [παίδ]ε^s Ἀθηναίων ἔργμα[σιν ἐμ πολέμο] / [δεσμοὶ ἐν ἀχνύεντι(?) σιδερέοι ἔσβε]σαν [*hýβri]n*] / [τ]ὸν *híppos* δεκάτ[εν] Παλλάδι τάσδ' ἔθεσαν].

Um fato que imediatamente chama a atenção é que o fragmento (b), mais recente, tinha os hexâmetros na mesma ordem das quatro fontes literárias que o citam,²⁹ i.e., o primeiro dístico começando ἔθνεα κτλ. e o segundo, δεσμῶι κτλ. O fragmento (a), contudo, apresentava uma ordem inversa, o que nos permite concluir que os autores responsáveis pela transmissão do texto só tiveram acesso a (b). É muito provável, portanto, que (a) tenha sido destruído (junto com o monumento que portava) durante a invasão persa de 480/79 e que, mais tarde,³⁰ uma reconstrução tenha sido levada a cabo, ocasionando, por razões não de todo claras, a inversão dos dísticos quando da gravação da nova base (b), certamente uma cópia da base do monumento original.³¹

Heródoto,³² nossa fonte mais antiga, faz referência à destruição promovida pelos persas enquanto menciona a inscrição que, segundo ele, podia ser vista na base de uma quadriga de bronze construída com um décimo do resgate dos cativos beócios, precisamente como mencionado no epigrama, à esquerda de quem entrava no Propileu em direção à Acrópole:

²⁸ IG I³, 501 (IG I³.394,II/I; DAA 168, 173), in *Searchable Greek Inscriptions: A Scholarly Tool in Progress*. The Packard Humanities Institute, 2012 (disponível em <http://epigraphy.packhum.org/inscriptions/main>, acessado em julho de 2014).

²⁹ Page 1981, 192. Vide nota 15, acima.

³⁰ Talvez para celebrar a vitória dos atenienses em Oinófitá (c. 457), assim West (1985, 283), Hauvette (1896) e outros. Cf. Petrovic 2007, 211. Sobre a Batalha de Oinófitá, vide Tucídides 1.108.

³¹ Do qual (a) deve ser um dos fragmentos.

³² 5.77 et seq.

διαλυθέντος ὧν τοῦ στόλου τούτου ἀκλεῶς, ἐνθαῦτα Ἀθηναῖοι τίνυσθαι βουλόμενοι πρῶτα στρατιήν ποιεῦνται ἐπὶ Χαλκιδέας. Βοιωτοὶ δὲ τοῖσι Χαλκιδεῦσι βοηθήουσι ἐπὶ τὸν Εὐρυπον. Ἀθηναῖοισι δὲ ἰδοῦσι τοὺς Βοιωτοὺς ἔδοξε πρότερον τοῖσι Βοιωτοῖσι ἢ τοῖσι Χαλκιδεῦσι ἐπιχειρεῖν. συμβάλλουσι τε δὴ τοῖσι Βοιωτοῖσι οἱ Ἀθηναῖοι καὶ πολλῶ ἐκράτησαν, κάρτα δὲ πολλοὺς φονεύσαντες ἑπτακοσίους αὐτῶν ἐζώγησαν. τῆς δὲ αὐτῆς ταύτης ἡμέρης οἱ Ἀθηναῖοι διαβάντες ἐς τὴν Εὐβοίαν συμβάλλουσι καὶ τοῖσι Χαλκιδεῦσι, νικήσαντες δὲ καὶ τούτους τετρακιχίλιους κληρούχους ἐπὶ τῶν ἵπποβοτέων τῇ χώρῃ λείπουσι. οἱ δὲ ἵπποβοταὶ ἐκαλέοντο οἱ παχέες τῶν Χαλκιδέων. ὅσους δὲ καὶ τούτων ἐζώγησαν, ἅμα τοῖσι Βοιωτῶν ἐζωγημένοισι εἶχον ἐν φυλακῇ ἐς πέδας δῆσαντες· χρόνῳ δὲ ἔλυσαν σφέας διμίνας ἀποτιμησάμενοι. τὰς δὲ πέδας αὐτῶν, ἐν τῆσι ἐδεδέατο, ἀνεκρέμασαν ἐς τὴν ἀκρόπολιν· αἱ περ ἔτι καὶ ἐς ἐμὲ ἦσαν περιεοῦσαι, κρεμάμεναι ἐκ τειχέων περιπεφλευσμένων πυρὶ ὑπὸ τοῦ Μήδου, ἀντίον δὲ τοῦ μεγάρου τοῦ πρὸς ἐσπέρην τετραμμένου. καὶ τῶν λύτρων τὴν δεκάτην ἀνέθηκαν ποιησάμενοι τέθριππον χάλκεον· τὸ δὲ ἀριστερῆς χειρὸς ἔσθηκε πρῶτον εἰσόντι ἐς τὰ προπύλαια τὰ ἐν τῇ ἀκροπόλει· ἐπιγέγραπται δὲ οἱ τάδε:

ἔθνεα Βοιωτῶν καὶ Χαλκιδέων δαμάσαντες
παῖδες Ἀθηναίων ἔργμασιν ἐν πολέμου,
δεσμῶ ἐν ἀχλύεσσι σιδηρέῳ ἔσβεσαν ὕβριν·
τῶν ἵππουσιν δεκάτην Παλλάδι τάσδ' ἔθεσαν.

Havendo essa expedição militar [i.e., de Espartanos e aliados coríntios] dispersado-se sem fama, os atenienses – então desejando vingar-se – organizaram um exército para atacar primeiramente os calcídios; os beócios, porém, vieram em sua ajuda através do Euripo. Vendo os beócios, os atenienses acharam melhor derrotá-los antes de cuidar dos calcídios e, engajando-se com aqueles, dominaram-nos completamente, exterminando um número impressionante e levando 700 cativos. Ainda nesse mesmo dia, os atenienses atravessaram para a Eubeia e deram combate aos calcídios. Vencendo-os, assentaram 4000 colonos na terra dos *Hipobótes*, após o que deixaram a região. *Hipobótes* [i.e., criadores de cavalos] é como são chamados os aristocratas da Calcídia. Esses, então, aprisionados juntamente com aqueles da Beócia, foram mantidos como cativos sob guarda e amarrados pelos pés com grilhões, sendo que, após certo tempo, foram resgatados a duas minas por cabeça. Os grilhões de seus pés, com os quais foram acorrentados [uns aos outros], foram expostos na Acrópole. Estes, ainda no meu tempo, lá subsistiam, pendendo dos muros chamuscados pelo fogo dos medas, aqueles muros opostos ao santuário que dá para o oeste. Com o dízimo do resgate construíram uma quadriga de bronze e a dedicaram [a Atena] à esquerda de quem entra na Acrópole através da Propileia. Nela mandaram inscrever os seguintes [versos]:

Em dolentes grilhões de ferro, extinguíram-lhes a soberba
os filhos de Atenas, nos trabalhos de guerra,
hordas de beócios e de calcídios após terem dominado:
desses co' o dízimo estas éguas à Palas dedicaram.

Há uma pequena alteração no texto, como transmitido por Diodoro da Sicília³³ que revela que a nova disposição dos dísticos pode ter causado problemas de interpretação do texto:

³³ *Biblioteca Histórica* 10.24.

(...) Ἀθηναῖοι δεξιῶς τῇ νίκη χρησάμενοι καὶ νικήσαντες Βοιωτοὺς τε καὶ Χαλκιδεῖς, εὐθύς ἀπὸ τῆς μάχης Χαλκίδος ἐκυρίευσαν. ἐκ τῆς ὠφελείας τῆς τῶν Βοιωτῶν δεκάτην ἄρμα χαλκοῦν εἰς τὴν ἀκρόπολιν ἀνέθεσαν τόδε τὸ ἐλεγείον γράψαντες,

ἔθνεα Βοιωτῶν καὶ Χαλκιδέων δαμάσαντες
παῖδες Ἀθηναίων ἔργμασιν ἐν πολέμου³⁴
δεσμῶ ἐν ἀχλυόεντι σιδηρέφ ἔσβεσαν ὕβριν
ὦν ἵππους δεκάτην Παλλάδι τάσδ' ἔθεσαν.

Os atenienses souberam se aproveitar da vitória e, tendo derrotado os beócios e os calcídios, imediatamente após a batalha estabeleceram seu controle sobre a Calcídia. Do dízimo do butim dos beócios, dedicaram uma carruagem de bronze na Acrópole depois de lhe gravarem este *elegíon*:

Hordas de beócios e de calcídios após terem dominado
os filhos de Atenas, nos trabalhos de guerra,
em dolentes grillhões de ferro extinguiram-lhes a soberba,
deles c'ó dízimo ergueram à Palas essas éguas.

É possível que Diodoro (ou um copista), ao examinar a fonte arquetípica que inverteu os dísticos 1 e 2, deve ter achado obscura a expressão τῶν (...) δεκάτην, já que não fica claro aqui se o artigo, usado como um relativo, referia-se aos prisioneiros, ao resgate pago por eles ou ao butim obtido na conquista.³⁵ Através de seu texto, podemos inferir que resolveu optar pela última leitura, já que diz que foi com um décimo *do butim* logrado dos beócios (ἐκ τῆς ὠφελείας τῆς τῶν Βοιωτῶν δεκάτην) que se construía a quadriga em questão. Para que o epigrama se coadunasse à sua interpretação, no entanto, ele deveria mudar o τῶν (...) δεκάτην para ὦν (...) δεκάτην, i.e., “ὦν [τῆς ὠφελείας] δεκάτην”. Heródoto, no entanto, para quem o uso do artigo em detrimento da forma do relativo soaria mais natural, talvez não tenha estranhado a sintaxe e, conseqüentemente, transmitiu o texto como o vira gravado.³⁶

Felizmente as descobertas arqueológicas do século XIX confirmaram o texto de Heródoto e da *Antologia*, já que naqueles remanescentes vê-se claramente o uso do artigo genitivo plural τῶν com uma função anafórica.³⁷ Outrossim, com a transposição dos versos 1 e 3 para seus locais originais, como vistos no início desse artigo, percebemos que o artigo, antes deslocado, agora vem imediatamente após seu referente, “ἔθνεα Βοιωτῶν καὶ Χαλκιδέων” e, destarte, qualquer sombra de ambigüidade é eliminada do texto, a despeito das reservas de Page.³⁸ Para os atenienses vitoriosos não

³⁴ Vogel, 17: πολέμου ν.

³⁵ Assim, Friedländer 1948, 136: “Perhaps this ambiguity led to the transposition of v. 1 and v. 3 in the Periclean restoration.”

³⁶ Cf., e.g., Herod. 6.103: “ἦγον δέ σφεας στρατηγοὶ δέκα, ταῶν ὁ δεκάτος ἦν Μιλτιάδης”. Also Herod. 6.109–10, 7.52 e muitos outros.

³⁷ (a) –[τῶν] ἵππος δ[/ (b)] ὦν ἵππος δεκάτ[.

³⁸ Cf. seção “Tema, ocasião e classificação”, a seguir.

haveria diferença entre os cativos e o dinheiro que poderia ser pago por eles: como propriedade dos vencedores seu valor de troca estava assegurado e, assim, referir-se aos mesmos através do relativo genitivo plural ὧν seria de uma sutileza e humanismo estranho aos vencedores.

Da mesma forma é digno de nota que a ordem original, revelada pelas pedras, põe em relevo os grilhões com os quais os atenienses teriam extinguido a soberba dos inimigos, ao anunciá-los desde o primeiro verso. Grilhões estes que, ostensivamente pendurados no muro, deveriam, integrar, de certa forma, toda a “instalação” (como modernamente caracterizaríamos esse conjunto de μνήματα) da oferenda, destinada a propalar a superioridade militar da cidade e o valor que a liberdade democrática conferia aos seus cidadãos.³⁹

Um último e espinhoso problema no estabelecimento do texto final, e que tem desafiado gerações de estudiosos diz respeito à discrepância de uso entre as formas (a) ἀχνυθέντι (Herod. *codd.* AB e *Anthologia Planudeae*), (b) ἀχνυθέντι (Herod. *cod.* C), ἀχλυόεντι (Herod. *cett.*, e Diodor.) e (c) ἀχνύοεντι (Hecker).

Começando pela evidência da pedra, podemos perceber que a parte onde o adjetivo apareceria se perdeu. Reorganizando os dísticos de acordo com a reconstrução paleográfica (bastante precisa numa disposição estíquica⁴⁰), percebemos que sobram apenas oito espaços onde encaixar uma das possíveis variantes, o que, *prima facie*, excluiria definitivamente ἀχνυθέντι, por exceder em duas letras o espaço permitido.

Seja como for, nem ἀχνυθέντι nem mesmo ἀχνυθέντι (essa última, com nove letras) são possíveis aqui e por diversas razões, além da falta de espaço na pedra. O particípio aoristo de ἄχνημι não aparece em nenhum texto⁴¹ transmitido e, embora a possibilidade de um *hapax* não possa ser excluída, devemos lembrar que o υ deveria ser curto (ἀχνυθέντι), o que não é permitido pela escansão do hexâmetro, já que implicaria no *monstrum* -υυ -υ-υυ-υυ -υυ --. Por outro lado, a forma ἀχνυθέντι, ou não seria comum nesse período, segundo Page, ou impossível, segundo West.⁴²

³⁹ Cf. Heródoto 5.78.

⁴⁰ Cf. nota 27.

⁴¹ De acordo com Page (1981, 193) não faz o mínimo sentido o argumento de Friedländer (1948) de que um paralelo para ἀχνυθέντι, poderia ser visto em uma cópia feita por Sir George Wheler (Brit. Museum Add. MS 35,334) feita em 1676 durante sua visita a Atenas e posteriormente publicada por B. D. Meritt (1947, *Hesperia* 16:289) com o seguinte texto “ἀχνυθὲν τόδε δῶ-|ρον ὑπὲρ τάφον εἶσα-|το μήτηρ | παιδὶ φάου[σ] | ὀλίγου πάμπαν ἀπο<φ>θι>”. O texto em questão, segundo Page, é muito mais tardio, talvez mais de seis séculos, e Peek (GVI, n. 238, 62) está provavelmente correto em atribuir a forma ἀχνυθέν a um *lapsus calami*, quando o correto deveria ser ἀχνυόεν.

⁴² Page 1981, 193; West 1985, 283. Não há nenhum resultado para a busca de “ἀχνυθ-” no TLG. A despeito disso, a alegação de Page, ecoada por West, de que o significado “painful, grievous is incred-

O que nos leva ao nosso terceiro candidato, ἀχλύοντι. Aqui, novamente, temos uma letra a mais do que deveríamos, mas, de resto, o sentido parece ser adequado se levarmos em conta os paralelos encontrados em outros textos. Segundo Hesíquio,⁴³ ἀχλύν seria equivalente a σκοτιάν και ἀορασίαν, ou seja, “trevas e escuridão”. Uma definição semelhante é a do *Suda*⁴⁴ σκότος, ὀμίχλη, ζόφος, ἀμβλυωπία και, ἥρος ἀχλύσαντος, ἀντί τοῦ σκοτισθέντος, “trevas, fumo, escuridão (como a do Érebo), visão embaçada, também [quando o] céu está escurecido. O mesmo que enegrecido”. A partir dessas definições poderíamos estender o conceito aos grilhões com que os beócios e calcídios foram subjugados, uma vez que o ferro, ainda que brilhante quando novo, ou polido, enegrece facilmente em contato com o ar, devido ao processo de oxidação de sua camada exterior, formando Óxido de Ferro (Fe₃O₄),⁴⁵ num primeiro estágio que, em seguida, pode prosseguir ou não, dependendo das condições atmosféricas e de umidade, para a ferrugem (Hidróxido de Ferro, Fe₂O₃ + 3H₂O) propriamente dita.⁴⁶

Ainda com essa acepção, o adjetivo poderia se referir ao sangue ou aos líquidos purulentos que certamente escorreriam dos tornozelos infectados dos prisioneiros amarrados daquela forma, cobrindo a superfície já enferrujada do metal e dando-lhe a uma aparência enegrecida.⁴⁷ Dentro desse campo metafórico em que escuridão e dor se combinam, encontramos em Ésquilo a expressão “δεσμά λυμαντήρια”,⁴⁸ ou “infestos grilhões”, que se refere às calcetas de Prometeu. “Infestos” porque corrompem não só sua carne, mas também sua honra, ao rebaixarem-no a uma condição de cativo. A corrupção do ferro, através da ferrugem, é assim equacionada por Ésquilo à corrupção do corpo de Prometeu e com ela anda *pari passu*.⁴⁹

ible” para σιδερέος δεσμός, além de ser um *a priori*, é totalmente infundada: ora, os grilhões, ao serem friccionados contra os tornozelos, durante a viagem até a cidade do inimigo, poderiam ser capazes de causar terríveis lacerações e, portanto, não poderiam ter uma denominação mais apropriada.

⁴³ *Lexicon*, alpha, 8851.

⁴⁴ Alpha, 4704.

⁴⁵ Esse óxido ferroso pode ser criado propositadamente através de técnicas de aquecimento do ferro, servindo como uma camada protetora contra a ferrugem propriamente dita.

⁴⁶ Uma hipótese já aventada (ainda que por razões diferentes) por Friedländer (1948, 136): “Ἀχλυθέντι, at least in the epigram on the Acropolis, may mean ‘covered with rust and dust’”, algo que Page (1981, 193 n.1) descarta: “It could not possibly mean ‘covered with rust, as Friedländer would have it (as if ἀχλυθείς could be related to ἄχνη, and as if ἄχνη could mean ‘rust’)”. Mas cf. o LSJ, s. v. ἄχνη, “anything that comes off the surface. (...) ἄ. χαλκίτιδος metallic dust, Plu. 2.659c, cf. Orph. L. 455” [grifo nosso] e a passagem de Políbio citada na nota 49, abaixo.

⁴⁷ Cf. por exemplo, Opiano, *Halieutica* 3.163 (“ἰχώρ ἀχλύεις”) e, principalmente, a explicação do escólio a essa passagem (“ὁ σκοτεινοειδῆς μολισμός”).

⁴⁸ Ésquilo, *Prometeu Acorrentado* 991.

⁴⁹ Ora λῦμα é basicamente a água usada para lavagem (deverbativo perfectivo de λούω) e descartada por ser suja; é também a água estagnada dos pântanos e, por extensão de sentido, todo líquido putrefato e/ou impuro, como o sangue (cf. Sófocles, *Ajax*, v. 655, “λύμαθ’ ἀγνίσας ἐμά”) ou

Mesmo sendo tida como espúria por alguns comentadores, como Page e West – pelas razões erradas, a nosso ver⁵⁰ – o efeito causado pelo contraste entre δεσμῶ ἐν ἀχλύοντι σιδήρῳ com ἔσβεσαν ὕβριν é muito eficaz. O verbo σβέννυμι tem o sentido prototípico de “apagar, extinguir, remover da vista, fazer desaparecer”.⁵¹ Consequentemente, talvez a ideia pretendida fosse que a ὕβρις dos invasores, vista como uma espécie de fogo ou chama, seria “apagada” ou “obscurecida, obnubilada” pelas trevas da escravidão, cujo instrumento aparente seria os grilhões de ferro. Não é demais notar que na *Teogonia*, Zeus pune a ὕβρις de Menécio⁵² lançando-o ao Êrebo, aí descrito como ψολόεις, ou seja, “feito nebuloso por causa da fuligem (ψόλος) no ar”, para onde, pelo mesmo motivo, também são enviados os Titãs e os deuses prístinos.

Se a soberba pode sempre ser rebaixada e “apagada”, o contrário ocorre com a fama (κλέος) advinda da coragem na batalha, justamente tida, em outro epigrama (IX FGE) como ἄσβεστον, ou seja, “inextinguível”. O contraste entre a luz ou fogo, sugerido pela junção entre σβέννυμι e ὕβριν, de um lado, e δεσμῶ ἐν ἀχλύοντι σιδήρῳ, de outro, não é estranho a Simônides. Nunca se poderá descartar uma atribuição de autoria por parte dos antigos baseando-se simplesmente no estilo ou no que acreditamos ser ou não uma dicção poética adequada. Nesse caso, essa ressalva é ainda mais importante, já que Simônides sempre foi famoso por sua peculiaridade no uso expressivo da língua e pela tendência em criar novos vocábulos a partir da sinestesia,⁵³ dos quais os mais interessantes têm justamente a ver com o jogo

o prurido das feridas. Λύμη, a forma ática, ainda se relaciona com o sentido de “infenso, nocente, deletério, prejudicial” tanto física quanto moralmente. Surpreendentemente, é o adjetivo usado por Políbio (*Histórias* 6.10.3: “καθὰπερ γὰρ σιδήρῳ μὲν ἰός, ξύλοις δὲ θήριες καὶ τερηδόνες συμφρεῖς εἰσι λύμαι”), para caracterizar a decadência do ferro através da ferrugem.

⁵⁰ Page 1981, 193, 1 [692]: “ἀγλός is mist; its adjective is unsuitable to such a noun as fetters, and is never elsewhere so used”. West 1985, 283: “ἀγλώεις should mean ‘dark, misty’; there is no parallel for the figurative sense ‘gloomy, dismal’ offered in the LSJ”. As evidências não descartam completamente um uso metafórico de ἀγλός como escuridão ou mesmo tristeza, como é o caso evidente dessa passagem de Hesíodo, *Escudo de Hércules*, v. 264: “πᾶρ δ’ Ἀγλός εἰσθήκει ἐπισημερή τε καὶ αἰνῆ, χλωρῆ, αὐσταλέη”. Cf. p. ex. *Il.* 15.668, onde uma “nuvem de escuridão” (τοῖσι δ’ ἀπ’ ὀφθαλμῶν νέφος ἀγλός ὤσεν Ἀθήνη) é trazida sobre os olhos dos ouvintes de Néstor. Cf. também *Ilíada* 16.334, 20.321, 20.341, 20.421 e, em um sentido mais metafórico *Od.* 7.41, 20.357 (escuridão trazida pelo pôr do sol) e 22.88. Beekes (2009, 184, *s.v.*, ἀγλός) nota que Arm. aḷj-a-m-ulj-k’ (pl.), derivado do mesmo radical, significa “escuridão”.

⁵¹ Mallory e Adams 2006, 214: “Finally, there is wide agreement in meaning, if not in phonetics, for a verb *gʷes- ‘extinguish’ seen in Baltic (eg. Lith *gęsti*), Slavic (OCS *ugasiti*), Grk *sbénnumi*, Anatolian (Hit *kist-*), Skt *jásate*, and Tocharian (Toch B *kes-*), which all indicate ‘go out, extinguish’”. Cf. também Pokorny, *I EW*, *s.v.* *gʷes-*, *zǵʷes-*.

⁵² Hes. *Teog.* 514-6: “ὕβριστήν δὲ Μενοίτιον εὐρύσπα Ζεὺς / εἰς Ἐρεβος κατέπεμψε βαλῶν ψολόεντι κεραυνῶ / εἵνεκ’ ἀτασθαλῆς τε καὶ ἠγορέης ὑπερόπλου.”

⁵³ Mich. Psell. π. ἐνεργ. δαμ. (P. G. cxxii 821) *apud* Campbell 1991, 362: “(...) κατὰ τὸν Σιμωνίδην ὁ λόγος τῶν πραγμάτων εἰκῶν ἐστιν”. Plut. *De glor. Athe.* 3.346 *et seq* *apud* Campbell, *ibid.*: “πλήν ὁ

do *chiaroscuro*, como, e.g., μελάνζοφος, “negrescuro”, κvanoπρώϊαν, “plúmbea proa”, χλωραύχενες, “verdículo” (com relação ao pescoço do rouxinol, que é *marron*), νυκτί (...) κυανέωι τε δνόφωι, “na plúmbea noite escura”, etc.⁵⁴

Resta-nos então analisar a sugestão de Hecker,⁵⁵ ἀχνύεντι, que, de fato poderia ter dado origem à ἀχνυθέντι e, daí, à ἀχνυθέντι, uma vez que o ômicron epigráfico (principalmente no início do v século) distingue-se do *theta* apenas por um ponto colocado dentro do círculo, o que poderia ter confundido o copista original. A forma ἀχνύεντι seria derivada de um substantivo, ἀχνύς, jamais atestado, a não ser por uma única entrada no *Etymologicum Genuinum Magnum*, onde aparece como glosa de “ἡ λύπη”, o que combinaria com o sentido do epigrama. De qualquer maneira, ainda teríamos nove letras para um espaço onde caberiam apenas oito, o que nos leva a considerar a alternativa proposta pelos epigrafistas (atualmente incorporada na terceira edição do *Inscriptiones Graecae*), ἀχνύεντι, com sentido idêntico ao da forma com ômicron. O problema com essa variante é que ela é um construto hipotético, jamais tendo sido atestada (*uox nihili*, daí o uso das adagas no original) e, portanto, de forma nenhuma deveria ser incorporada no texto, mas relegada a um suplemento no rodapé.

Frente a essa situação desanimadora, só nos resta esperar para que um outro fragmento da pedra, contento o resto da inscrição, possa ser um dia desenterrado ou que um papiro surja que possa nos fornecer uma alternativa mais plausível, se não da própria inscrição, pelo menos de uma passagem que contenha vocabulário semelhante capaz de validar algum dos suplementos propostos ao longo dos anos para melhorar o texto. Finalmente, não é impossível, embora seja bastante improvável, que o original contivesse um adjetivo completamente diferente do que nos foi passado por Heródoto, Diodoro ou a *Antologia*, ou que a inscrição, que nos parece regularmente estíquia contivesse alguma espécie de rasura ou desigualdade no espaçamento das letras.

Σιμωνίδης τὴν μὲν ζωγραφίαν ποιήσαν σιωπῶσαν προσαγορεύει, τὴν δὲ ποιήσαν ζωγραφίαν λαλοῦσαν. ἅς γὰρ οἱ ζωγράφοι πράξεις ὡς γινόμενας δεικνύουσι, ταῦτας οἱ λόγοι γεγενημένας διηγούνται καὶ συγγραφοῦσιν’.

⁵⁴ Respectivamente Fr. 630 PMG; Fr. 625 PMG; Fr. 586 PMG; Fr. 543 PMG, 11–12.

⁵⁵ Hecker 1843, 170: “Vincula ferrea quomodo dicit possint ἀχνύεντα, non assequor, et δεσμός ἀχλώεις σιδήρεος tantum mortem significare posse videtur, quare ex plurimum codicum lectione, mutato tantum Θ in Ο, Simonidem scripsissi conicio δεσμῶ ἐν ἀχνύεντι σιδερέῳ ἔσβεσαν ὕβριν. Ut ab ἀχλῦς, ἀχλώεις, sic ab ἀχνύς, ἀχνούεις”.

TEMA, OCASIÃO E CLASSIFICAÇÃO

Os dois epigramas dizem respeito ao conturbado período entre os anos 508–506, após a derrocada da tirania, a luta entre Clístenes e Iságoras pela liderança política e a expulsão definitiva do exército espartano, liderado por Cleomenes, da Ática. Esse último, aliás, ao saber que os atenienses haviam chamado de volta as inúmeras famílias exiladas durante o breve governo de Iságoras e, sobretudo, por sentir-se humilhado devido a sua fuga ingloria da Acrópole sob o cerco do povo, decide mais uma vez, acompanhado de Demárato, tentar um último movimento para submeter os atenienses, como nos conta Heródoto (5.74):

Κλειομένης δὲ ἐπιστάμενος περιωβρίσθαι ἔπεισι καὶ ἔργοισι ὑπ’ Ἀθηναίων συνέλεγε ἐκ πάσης Πελοποννήσου στρατόν, οὐ φράζων ἔς τὸ συλλέγει, τίσασθαι τε ἐθέλων τὸν δῆμον τὸν Ἀθηναίων καὶ Ἰσαγόρην βουλόμενος τύραννον καταστήσαι· συνεξήλθε γάρ οἱ οὗτος ἐκ τῆς ἀκροπόλιος.

Mas Cleomenes, consciente de ter sido ofendido tanto em palavras quanto em atos pelos atenienses, selecionou um exército dentre todas [as cidades] do Peloponeso, sem dizer para que o fazia: desejando vingar-se do povo de Atenas e querendo impor Iságoras como tirano, esse mesmo que, junto com ele, havia fugido da Acrópole.

Ainda segundo aquele historiador, essa ofensiva de Cleomenes contra a Ática desenrolou-se em três frentes distintos, e deve ter sido planejada com antecedência com seus aliados.⁵⁶ O plano seria o seguinte: os espartanos, com a ajuda dos coríntios, viriam do oeste, através do estreito de Corinto; os beócios, do nordeste, pelo vale do Monte Citáiro que margeia a foz do rio Asopo, perto do Euripo,⁵⁷ enquanto os calcídios, atravessando esse mesmo estreito, pretendiam avançar sobre a costa leste da Ática vindo da Eubeia.

Κλειομένης τε δὴ στόλῳ μεγάλῳ ἐσέβαλε ἐς Ἐλευσίνα, καὶ οἱ Βοιωτοὶ ἀπὸ συνθήματος Οἰνόνῃ αἰρέουσι καὶ Ὑσιὰς δῆμους τοὺς ἐσχάτους τῆς Ἀττικῆς, Χαλκιδῆες τε ἐπὶ τὰ ἔτερα ἐσίνοντο ἐπιόντες χώρους τῆς Ἀττικῆς. Ἀθηναῖοι δέ, καίπερ ἀμφιβολίῃ ἐχόμενοι, Βοιωτῶν μὲν καὶ Χαλκιδῆων ἐς ὕστερον ἔμελλον μνήμην ποιήσεσθαι, Πελοποννησίοισι δὲ εὐοῖσι ἐν Ἐλευσίνῃ ἀντία ἔθεντο τὰ ὄπλα.

Cleomenes juntamente com um grande contingente já marchava sobre Elêusis, quando os Beócios, à partir de um sinal previamente acordado, tomaram os demos de Oinoé e Hísia, na fronteira com a Ática; os calcídios, invadindo, adentraram a outra parte do território ático. Os atenienses, assim atacados em dois frentes, decidiram lidar com

⁵⁶ Pelo menos assim interpretamos a expressão ἀπὸ συνθήματος (“a partir de um arranjo, de um sinal prévio”, cf. citação abaixo).

⁵⁷ O Euripo é o estreito que separa a Eubeia da Ática. A estela deveria localizar-se na cidade de Cálcis ou imediações; a batalha, no entanto, deve ter se realizado no vale da montanha de Dirfi (1745 m), a cerca de 10 km à nordeste de Cálcis.

os Beócios e Calcídios por último – como veremos – e, conseqüentemente, contra os peloponésios, que estavam em Elêusis,⁵⁸ viraram suas armas.⁵⁹

Algo aconteceu, no entanto, que fez com que os coríntios resolvessem abandonar a ofensiva, seguidos de Demárato⁶⁰:

Μελλόντων δὲ συνάψειν τὰ στρατόπεδα ἐς μάχην, Κορίνθιοι μὲν πρώτοι σφίσι αὐτοῖσι δόντες λόγον ὡς οὐ ποίειεν δίκαια μετεβάλλοντό τε καὶ ἀπαλλάσσοντο, μετὰ δὲ Δημάρητος ὁ Ἄριστωνος, ἐὼν καὶ οὗτος βασιλεὺς Σπαρτιητέων καὶ συνεξαγαγών τε τὴν στρατιῆν ἐκ Λακεδαιμόνος καὶ οὐκ ἐὼν διάφορος ἐν τῷ πρόσθε χρόνῳ Κλεομένει. τότε δὴ ἐν τῇ Ἐλευσίῃ ὄραντες οἱ λοιποὶ τῶν συμμάχων τοὺς τε βασιλεῖας τῶν Λακεδαιμονίων οὐκ ὁμολογέοντας καὶ Κορινθίους ἐκλιπόντας τὴν τάξιν, οἴχοντο καὶ αὐτοὶ ἀπαλασσόμενοι (...).

Quando as tropas já estavam a ponto de entrar em formação de batalha, os coríntios foram os primeiros a mudar de ideia e abandonarem o combate, argumentando entre si que estariam cometendo uma injustiça.⁶¹ Em seguida, Demárato, filho de Aristão, sendo também rei entre os espartanos, e comandante-adjunto do exército lacedemônio, tomou a mesma atitude, embora ainda não tivesse, nessa época, qualquer diferença com Cleomenes. E foi então que o restante das tropas aliadas em Elêusis, vendo os reis dos lacedemônios discordantes e os coríntios já deixando a formação, partiram, sentindo-se igualmente desobrigados [de combater] (...).⁶²

Inseridos no contexto dessa série de batalhas que garantiram a continuidade da democracia ateniense, os dois epigramas fazem parte, no entanto, de momentos distintos nessa guerra e foram comissionados, igualmente, em monumentos com funções distintas.⁶³ Embora haja consenso, tanto entre as fontes como entre os comentadores, de que III FGE fizesse parte de uma oferenda comemorativa, i.e., um ἀνάθημα, as coisas complicam-se um pouco quando consideramos seu par, II FGE.

Wilamowitz foi o primeiro a descartar a natureza funerária de II FGE por causa da referência ao campo de batalha,⁶⁴ um fato que Page admite ser

⁵⁸ O escoliasta de Aristófanes (*Scholia Veterea*, *Lys.* 273.1–9), nos fornece maiores detalhes do destino dos habitantes de Elêusis que se aliaram aos espartanos: τῶν δὲ μετὰ Κλεομένους Ἐλευσίνα κατασχόντων (i.e., Iságoras e os exilados), Ἀθηναῖοι τὰς οἰκίας κατέσκαψαν καὶ τὰς οὐσίας ἐδήμυσαν αὐτῶν δὲ θάνατον ἐψηφίσαντο, καὶ ἀναγράψαντες εἰς στήλην χαλκῆν στήσαν ἐν πόλει παρὰ τὸν ἀρχαῖον νεών.

⁵⁹ *Idem*, n. 118, §75 et seq.

⁶⁰ Talvez a descoberta do verdadeiro propósito de Cleomenes (que era o de reinstaurar a tirania em Atenas) pois, como nos informa Heródoto, esse não o revelara ao reunir um exército (οὐ φράζων ἐς τὸ συλλέγειν) contra os atenienses. Sobre os sentimentos antitirânicos dos coríntios, cf. o discurso de Sóscicles, Heródoto 5.92 et seq.

⁶¹ Contra os atenienses?

⁶² Heródoto 5.75–6.

⁶³ Cf. Brose 2008, sobre a configuração dos monumentos públicos em Atenas entre os séculos VI–V a.C.

⁶⁴ "...wegen des angegebenen Kampfplatzes", apud Page 1981, 189. Outros que não reconheceram a inscrição como um epitáfio foram H. Von Gärtringen, Preger e Geffcken, citados apud Page, *ibidem*.

incomum, embora não sem precedentes, já que, segundo ele, fosse essa regra seguida à risca, muitos epitáfios,⁶⁵ comprovadamente reconhecidos com base em evidências extraliterárias, deveriam ter sua classificação revista, o que não seria razoável.⁶⁶ Não obstante sua certeza no que diz respeito ao caráter funerário da inscrição, Page nos surpreende ao aventar a hipótese de que seria a voz dos calcídios vencidos, e não a dos atenienses mortos em combate,⁶⁷ aquela ouvida no epigrama. Assim, diz estranhar o fato de o texto mencionar o local de sepultamento, quando a estela onde ele estaria inscrito encontrava-se justamente dentro dos limites da cidade natal dos mortos, ou seja, Cálcis. No entanto, há pelo menos três problemas relacionados a essa sua interpretação.

O primeiro deles é que os combatentes teriam sido “vencidos ou domados” sob uma encosta do monte Dirfi (Δίρφος ἐδμήθημεν ὑπὸ πτυχί), o que deslocaria o local da batalha em cerca de 16 km em direção ao interior da ilha⁶⁸ e tornaria possível, portanto, que os sobreviventes, seguindo o costume pan-helênico, tivessem decidido inumar os mortos imediatamente e *in situ*.⁶⁹ A própria expressão σῆμα δ' ἐφ' ἡμῖν, “um ‘sinal’ (lit.) sobre nós”, não precisa exatamente o que estaria sobre os mortos; uma leitura que a traduza por “uma lápide sobre nós”, por outro lado, acrescentaria ao verso mais informações do que disponíveis na inscrição, já que σῆμα pode indicar simplesmente um “outeiro funéreo” (σωρός / τύμβος), semelhante àquele de Maratona. Outrossim, o verbo χεύω, aqui na forma da 3ª p. do perf. sing. pass., tem, como se sabe, o sentido principal de “derramar, deixar escorrer”, donde se desenvolve a noção de “amontoar” quando o objeto, expresso ou subentendido, é de natureza sólida, caso da terra depositada sobre os cor-

⁶⁵ Epitáfios que não mencionam nem a pátria nem o campo de batalha: Peek 8, 17, 26, 28, 29. Epitáfios que mencionam tanto a pátria como o campo de batalha: Peek 7, 9, 20. Epitáfios que nomeiam a pátria, mas não o campo de batalha: Peek 14. Epitáfios que nomeiam o campo de batalha, mas não a pátria: Peek 23.

⁶⁶ Page 1981, 189: “This objection [viz. Wilamowitz’s], if true, would have a bearing on other epitaphs in the present collection (...).” Jacoby (1945, 160) descarta completamente o julgamento de Wilamowitz: “The objection of Wilamowitz (...) is shaky: the Corinthian epitaph from Salamis furnishes a sufficient parallel, and the Peisistratus epigram IG I2, 761 an even better one, not to mention later cases as, e.g., the second epigram for Chaeronea (Hiller 74)”.

⁶⁷ Page 1975, 9: “hoc epigr. potius in victos quam victores compositum esse crederes”. Assim também Friedländer (1948, 5 n.6), que exclui o II FGE de sua coleção por crê-lo literário: “we have not accepted Anth. Plan. 26 = Simonides 89 BE = 87 Di = 116 Ed. In spite of A. Wilhelm’s and F. Jacoby’s positiveness (...), we feel quite uncertain whether the second distich is really a later addition. Moreover, the words ἐδμήθημεν and τρηχίαν πολέμου δεξάμενοι νεφέλην speak of the vanquished rather than of the conquerors. Consequently the attribution to the victorious Athenians in 506 B.C. seems to us more than doubtful.”

⁶⁸ Uma hipótese do próprio Page (1981, 191, 688–9).

⁶⁹ Para uma descrição mais detalhada do costume arcaico de enterrar os mortos diretamente no campo de batalha, cf. a análise do. XX FGE (IG³ 503 e 504) em Brose 2008.

pos. Há inúmeras instâncias em que o verbo, aparecendo junto com σῆμα, não permite que precisemos este último, i.e., se se trata de um σωρός / τύμβος ou de uma estela inscrita, o que nos leva a admitir, portanto, que há pelo menos a *possibilidade* de que o epigrama possa ter sido colocado alhures, separado do outeiro funéreo a que faria referência.

O outro problema à “hipótese calcídica” de Page diz respeito à lógica textual do mesmo: foram os *atenienses* que saíram vitoriosos do combate contra os calcídios, não o contrário.⁷⁰ Nessas condições e, do ponto de vista da ideologia da “bela morte”, admitir a derrota em seu epitáfio não traria vergonha alguma para os que tombaram, simplesmente “porque é belo e justo morrer atacando na linha de frente, / para homem excelente lutando por sua pátria”.⁷¹ Por outro lado, por que aqueles que, em troca de sua derrota (e tendo deixado livre o caminho para a queima das searas de sua cidade, da morte de seus filhos e da escravidão de suas mulheres) deveriam receber a “honra” de uma inscrição na pedra? Não seria isso algo para esquecer, mais do que para lembrar ou, pior ainda, celebrar? A honesta declaração de derrota, vista por Page com desconfiança por sua humildade excessiva,⁷² pode, em realidade, esconder uma manifestação do orgulho ateniense, ao declarar que esses, ferozes na batalha, só puderam ser “domados” por um povo exímio nesta arte e, mesmo assim, apenas alguns poucos, justamente por sua juventude (e consequente inexperiência), ressaltada de modo conspícuo na linguagem do epigrama. Se, ainda, estivermos corretos e os dois epigramas estiverem, de alguma forma, relacionados, o paralelismo temático entre ambos pode indicar que, talvez, também o II FGE pudesse fazer parte algum monumento⁷³ contendo a lista dos nomes dos guerreiros mortos na guerra e estivesse localizado não na Eubeia, mas em Atenas, possivelmente em algum lugar da ágora. A ideia de que os calcídios possam ter comissionado o epigrama parece-nos um exercício de *reductio ad absurdum* que apenas reforçaria uma identificação com os mortos, porém vitoriosos, atenienses.

⁷⁰ Assim Molyneux 1992, 86.

⁷¹ Tirteu, fr. 10W²: “τεθνάμεναι γὰρ καλόν ἐνὶ προμάχοισι πεσόντα / ἄνδρ’ ἀγαθὸν περὶ ἧ πατρίδι μαρνάμενον”.

⁷² Page 1981, 190: “The most unusual feature of II is the apparent admission of defeat. There is not even a palliative πατρίδα ρύομενοι or the like, and the verb ἐδμήθημεν is uncommonly candid. No other public epitaph for men fallen in battle states that they were ‘overpowered’, or even that they were defeated. (...) Plainly, if this epitaph refers to the events of 507/6 B.C., the men commemorated will be the defeated Euboeans, not (as is commonly supposed) the victorious Athenians.”

⁷³ Aqui seria oportuno lembrar o que ressaltamos no início deste artigo: todos os epigramas do apêndice da API parecem ter sido recolhidos de obras de arte ou monumentos. Ver nota 12.

Uma última porém importante consideração deve ser feita, que, de certa forma, ajudaria a pesar o argumento a favor de uma autoria ateniense. O termo δημοσίαι, “às expensas do povo” (oposto à ἰδίαι, “às expensas próprias”), inusitado e, ademais, nunca atestado em nenhuma inscrição para a Eubeia no período considerado, é conspicuamente associado à democracia ateniense. Os decretos em que o povo (δῆμος) decidia os rumos da cidade e legislava sobre as mais variadas matérias, inclusive sobre as honras aplicáveis aos mortos de guerra ou a indivíduos particulares, invariavelmente começavam com uma combinação do tipo ἔδοξεν τῷ δήμῳ... (“pareceu [por bem] ao Povo...”) ou então ἔδοξεν τῇ βουλῇ καὶ τῷ δήμῳ... (“pareceu [por bem] ao Conselho e ao Povo”). Embora nessa época provavelmente δημόσιος ainda não tivesse a conotação que desenvolveria mais tarde (no contexto da instituição do *patrios nomos*, por exemplo). A própria menção a uma palavra tão técnica do vocabulário jurídico ateniense, sobretudo num período imediatamente posterior às reformas de Clístenes, deveria, na falta de evidências em contrário, ser suficiente para atribuir a autoria da inscrição ao povo de Atenas, identificando-se nela a voz dos soldados que sacrificaram suas vidas numa batalha não só crucial, mas decisiva para o fortalecimento da democracia, já que uma derrota nessa empreitada poderia ter levado a *stasis* e a tirania outra vez de volta à cidade.

COMENTÁRIO

Fr. II FGE

Η₁ Δίρφυος ἐδμήθημεν ὑπὸ πτυχί, σῆμα δ' ἐφ' ἡμῖν

a) Δίρφυος (...) ὑπὸ πτυχί (...) ἐγγύθεν Εὐρίπου: O monte Dirfi, sob cuja sombra, deu-se a batalha entre calcídios e atenienses é o ponto mais alto da estreita ilha da Eubeia, atingindo 1746 m de altitude. A sua frente estende-se a planície do rio Lelanto. Page⁷⁴ acredita que os calcídios retrocederam até aí para enfrentar os atenienses e é possível que, pressionados pelo ataque desses últimos, tenham recuado ainda mais para o interior, até a encosta escarpada do Dirfi, onde, num último esforço para preservar suas vidas,

⁷⁴ Page 1981, 191: “‘near the Euripus’ presumably means ‘in Chalcis’. The battle field is said to have been not there, but ‘under the folds of Dirphys’; if this is to be taken literally, the Euboeans must have retreated some distance (perhaps as much as ten miles) to the east or north-east of Chalcis”.

podem ter causado muitas baixas ao contingente de Atenas⁷⁵; a essas baixas na dobra da montanha (ὕπὸ πτυχί) é que estaria se referindo o epigrama. O fato de o epigrama se distanciar do local da morte dos guerreiros por mencioná-lo na inscrição através do complemento adverbial “ἐγγύθεν Εὐρίπου”, ao invés do tradicional ἐνθάδε (*vel simil.*) pode indicar que o epigrama não se tratava de um epitáfio, mas de uma inscrição que acompanhava algum tipo de monumento comemorativo ou cenotáfio na própria cidade de Atenas.

b) ἐδηθημεν: Essa é forma do aor. ind. pass. da 2ª pessoa do plural de δάμνημι (ou δαμνάω / δαμάζω), “fomos domados”. O verbo, no entanto, raramente é usado com um agente da passiva pessoal. Na *Iliada*⁷⁶ ocorre apenas algumas vezes com esse sentido, p. ex., na ameaça de Tlepolemo a Sarpédão (ἀλλ’ ὑπ’ ἐμοὶ δηθέντα πῖλας Αἰδῶ περιήσειν, “mas por mim dominado, os portões do Hades há de cruzar”), em outros dois casos, no entanto, os agentes são, respectivamente, a flecha (σῶ βέλει) de Pândaro, com que Atena deseja instigá-lo a matar Menelau, ou os presentes com que Agamênão intenta aplacar a fúria de Aquiles. As acepções mais comuns do verbo são (a) para descrever a “doma” da fêmea pelo consorte, sejam esses deuses, homens ou animais⁷⁷ e (b) a vitória final de algum processo ou fenômeno natural (muitas vezes deificado) sobre os homens e seu meio ambiente. No caso de (b) implica, evidentemente, a impotência do homem frente a forças maiores, em cujo sentido δάμνημι poderia estar empregado com o agente da passiva elíptico, o qual poderíamos identificar com, por exemplo, Αἰδῶ, μοίρα, ἐχθρῶ, Ἄρηϊ, etc.⁷⁸

O que parece ter passado despercebido pelos comentadores, e que ajuda a reforçar o argumento a favor de uma identificação ateniense para o sujeito do verbo, é a estreita relação entre δάμνημι e a principal atividade dos Calcídios na ilha de Eubeia, a criação e domesticação de cavalos. Não seria surpreendente, portanto, que o poeta escolhesse justamente esse verbo para descrever o único modo pelo qual os atenienses, dessa feita aproximados a garanhões, poderiam ter sido “vencidos” pelos Eubeus, mestres na arte de domar cavalos. De fato, o sentido de “domar” parece ser o mais antigo em

⁷⁵ A exemplo do que teria ocorrido com os *marathonomachai*, durante a invasão persa de 490, no monte Agrilice. A planície do rio Lelanto viu muitas batalhas sangrentas, das quais a mais famosa, talvez, tenha sido a Guerra Lelantina (c. séc. VII a.C.) entre Cálcis e Erétria. Cf. o fr. 3W² de Arquíloco e o comentário em Corrêa (1998, 165–77).

⁷⁶ As passagens são, respectivamente *Il.* 5.646, 4.99, 9.158.

⁷⁷ Cf. “δάμ-αρ”, esposa, mulher. Esse uso é muito comum na *Teogonia* para descrever os inúmeros casamentos celestiais e humanos. Cf. vv. 327, 374, 453, 962, 1000, 1006. O verbo é, assim, especialmente associado a Eros e Afrodite, p. ex., Hes. *Scut.* 48; Fr. 23a; Fr. 195.48; Hom. *Iliada* 14.316.

⁷⁸ Donde são exemplos, respectivamente, AG 7.737.2 e IGBulg I² 463(3); SEG 6.567, IG XII.8 92, IG XII.8 600

Grego e pode ser reconstruído quase sem alterações na maioria das línguas indo-europeias a partir de um radical único, **demh₁-*, donde o grego δάμνημι, o latim *dōmo* (daí o “dom-ar”, em português) o hitita *dam-aszi*, o sânscrito *dām-aya-ti* e, a partir do germânico, o alemão *zähmen* (>d(z)a(e)m-) e o inglês *tame* (>dam-),⁷⁹ todas essas, palavras estreitamente associadas à domesticação do cavalo.

P₁ ἐγγύθεν Εὐρίπου δημοσία κέχεται·

Σῆμα, enquanto índice, é qualquer sinal que se coloque para marcar alguma coisa.⁸⁰ Na aceção de monumento funerário, refere-se, originalmente ao monte de terra (moimento, túmulo) erguido para marcar o local de inumação do(s) morto(s). Esses montes de terra, frequentemente mencionados na épica, podiam ou não ser acompanhados de inscrições (ἐπιγράμματα) e, quando assim acontecia, aquelas eram, normalmente gravadas sobre estelas (στήλαι). A partir desse costume, desenvolveu-se uma relação metonímica entre o σῆμα propriamente dito e a στήλη, fazendo com que essa, em muitos casos, implicasse automaticamente naquela. O uso de σῆμα querendo significar “outeiro funéreo” aparece primeiramente em uma passagem na *Iliáda*⁸¹ em que se descreve a tumba da Amazona Mirina: ἀθάνατοι δέ τε σῆμα πολυκάρθμοιο Μυρίνης (“os imortais chamam também de o largo túmulo de Mirine”).

A construção de um σῆμα acompanhado de alguma espécie de inscrição, no entanto, está implícita no juramento prestado por Heitor ao preparar-se para o combate com Ajax filho de Télamon,⁸² por meio do qual ele revela sua preocupação com o destino de seu corpo, caso venha a morrer em combate, e certifica-se de que, vença quem vencer, este conceda ao outro a honra (γέρας) dos ritos funéreo (νέκεια) adequados: a cremação, no caso dele mesmo (ὄφρα πυρός με | Τρώες καὶ Τρώων ἄλοχοι λελάχωσι θανόντα, “a fim de que, morto, os troianos e suas esposas me entreguem ao fogo”) ou a inumação, no caso dos Aqueus (ὄφρα ἔ ταρχύσωσι κάρη κομώντες Ἀχαιοὶ | σῆμά τέ οἱ χεύωσιν ἐπὶ Πλατεί Ἐλλεσπόντο, “a fim de que a ele os Aqueus de espessa crina, em

⁷⁹ Mallory (2006, 136), entre outros, acreditam que o verbo esteja intimamente associado à doma do cavalo pelos indo-europeus.

⁸⁰ Para uma discussão mais detalhada desse substantivo, cf. Frame 1978 e, sobretudo, Nagy 1990.

⁸¹ Onde encontramos 26 instâncias do substantivo, das quais 12 têm o significado de “lápide colocada (χευομήνη) sobre o túmulo (τύμβος)”: 2.814, 7.86, 7.89, 11.166, 21.332, 23.45, 23.255, 23.257, 23.331, 24.16, 24.416, 24.801. Na *Odisséia* o uso é semelhante, com 13 ocorrências, das quais apenas três, no entanto, têm o sentido aludido: 1.291, 2.222, 11.75, um “sinal” que Elpenor pede a Odiseu, no Hades, que lhe plante (χεύειν) πολὺς ἐπὶ θινὶ θαλάσσεσ, a fim de que ἐσομένοισι πιθέσθαι.

⁸² II. 7.67–91.

procissão, moimento ajuntem a planície do Mar Grego”). O objetivo desse σῆμα segundo Heitor seria o de perpetuar tanto seu feito quanto sua fama e, assim, constitui-se igualmente num μνήμα, ou monumento:

καὶ ποτέ τις εἶπη καὶ ὀψιγόνων ἀνθρώπων
 νηϊ πολικλήϊδι πλέων ἐπὶ οἴνοπα πόντον·
 ἀνδρὸς μὲν τόδε σῆμα πάλαι κατατεθνηῶτος
 ὃν ποτ’ ἀριστέοντα κατέκτανε φαίδιμος Ἔκτωρ.
 ὡς ποτέ τις ἔρειε· τό δ’ ἐμὸν κλέος οὐ ποτ’ ὀλείται

E um dia alguém dirá, também dentre os homens do porvir,
 em naus de muitos remos cruzando o escuro ponto:
 “De um varão esta é a lápide, há muito tempo falecido,
 um daqueles a quem dominando abateu o insigne Heitor.”
 Um dia assim alguém irá falar e minha fama nunca perecerá.

Δημοσίαι κέχονται, se estivermos corretos em atribuir esse epigrama aos atenienses, só pode querer significar “às expensas do povo”, i.e., financiado pelo novo governo popular instituído recentemente por Clístenes.

Η₂ οὐκ ἀδίκως, ἔρατῆν γὰρ ἀπωλέσαμεν νεότητα

Tanto Diehl quanto Peek não acreditam que o segundo dístico pudesse fazer parte da inscrição,⁸³ rejeitando-o como uma adição tardia, no que lhes segue Wilhelm.⁸⁴ Page, embora admitindo o fato de que no VI século poucos epigramas excediam duas linhas em qualquer metro,⁸⁵ discorda. Segundo ele, em vista de novas evidências arqueológicas de inscrições do mesmo período e com mais de duas linhas, a objeção levantada por aqueles pesquisadores perde muito sua força.⁸⁶

O segundo hexâmetro, na verdade, justifica o instrumental δημοσία, um termo novo e surpreendente, jamais atestado em inscrições anteriores. Talvez por esse motivo o poeta, ou quem comissionou a inscrição, tenha sentido a necessidade de, por um lado, justificar os gastos com um monumento público em honra dos mortos e, por outro, de salientar o cuidado dos concidadãos com aqueles que ofereceram suas vidas em sacrifício pelo bem

⁸³ Apud Page 1981.

⁸⁴ Wilhelm 1899 (*Jahresh. der Oest. Arch. Inst. Wien* 2:244), apud Page 1981.

⁸⁵ Page 1975, 9: “3-4 postmodo additos esse con. Wilhelm, perperam opinor”. Ainda Page 1981, 190: “and [sc. as inscrições do séc. v] generally state the facts (as in the first couplet) without comment (as in the second)”

⁸⁶ Page (1981, 190) cita, como exemplo, Peek 1226, e conclui: “In the light of this example the objective case against the second couplet must be judged inconclusive; the verdict then depends on personal impressions, and it would be hard to give a good reason why these should be unfavourable.”

comum. Ao ler a inscrição, precisamos nos lembrar de que a mesma pode ter sido destinada a permanecer numa terra estrangeira ou, no mínimo, longe da pátria dos mortos e que, assim, estaria sujeita a ser lida por diferentes pessoas, gregos e bárbaros, viajantes em sua grande maioria, já que Cálcis sempre fora um entreposto de trocas, devido ao porto da cidade que se situava numa entrada estratégica para o golfo da Eubeia. Desse ponto de vista, seria importante “publicizar” os valores de virilidade ateniense, de um lado, e do cuidado da pátria para com seu cidadãos, de outro.

No entanto, ao invés da cidade, quem fala são próprios mortos, como seria de se esperar de uma inscrição funerária, mas há um subtexto aí presente. Se entendermos o conceito de δίκη⁸⁷ como um valor distributivo e sobretudo pragmático, baseado num conjunto de regras estabelecidas coletivamente, e que define o que cabe a cada um de acordo com as ações individuais, οὐκ ἀδίκως seria melhor traduzido por “não excepcionalmente” do que por “não injustamente”, já que aqui o sentido prático de dar a alguém o que lhe é devido como quinhão é bastante claro: há uma troca de x por y, independente do juízo de valor que se possa fazer sobre essa troca ou sobre aqueles que a operam, como poderíamos ser levados a crer a partir do nosso próprio conceito de “justiça”. A troca aludida, obviamente, diz respeito àquela da morte pela honra (ou lembrança): dentro do contexto da isonomia clisteniana e da proibição de memoriais particulares para os mortos, esse era o único caminho de excelência pessoal a que um ateniense poderia trilhar. Dessa feita, segundo minha leitura, “οὐκ ἀδίκως, ἐρατὴν γὰρ ἀπωλέσαμεν νεότητα” preservaria um sentido mais próximo do original se traduzido de uma maneira um pouco mais prosaica: “não excepcionalmente [recebemos essa honraria, sc. τὸ σῆμα] porque [para tê-la] arruinamos nossa amável juventude”.

Sobre o vocabulário, seria importante notar que o verbo ἀπόλλυμι (cf. lat. *ab-oleō*, de uma raiz indo-erupoeia **h₃elh₁*), cujo significado principal é o de “destruir completamente, sem deixar vestígios”, pode, quando usado transitivamente, ter a acepção de “esgotar” ou, mais especialmente, “perder, acabar, arruinar, gastar precocemente”.⁸⁸ Segundo Derderian⁸⁹:

Ao passo que a maioria dos epigramas arcaicos usam θανεῖν para marcar uma morte [natural], os epigramas claramente associados com guerreiros usam ὄλεσθαι, tanto em suas formas transitivas quanto intransitivas. A maioria dos usos da forma transitiva

⁸⁷ Oposto a θέμις, costume ligado à tradição, à religião ou às crenças de cada um sobre o que é certo ou errado.

⁸⁸ Cf., respectivamente, a água que escapa a Tântalo na *Odisséia* 11.586 (“τοσσάχ’ ὕδωρ ἀπολέσκειτ’ ἀναβροχέν”) e 7.117 (“τάων οὐ ποτε καρπὸς ἀπόλλυται οὐδ’ ἀπολείπει | χεῖματος οὐδὲ θέρευς, ἐπετήσιος”).

⁸⁹ Derderian 2001, 97.

de δλεσθαι atribui a morte a Ares (CEG 27.2, 145.1) ou mesmo ao próprio guerreiro, emprestando à guerra ou ao próprio guerreiro um novo papel ativo na destruição e na resultante memorialização da juventude do guerreiro.

Quanto àquilo que se perde, ἐρατὴν νεότητα, “amável (ou desejável⁹⁰) juventude”, ela aqui é colocada desde um ponto de vista heroico, já que a juventude só pode ser desejável (e, de certa forma, invejável), na medida em que ela capacita aqueles que a possuem a participar dos combates, contrapondo-se, automaticamente, à velhice (γῆρας), classificada, dentro desse sistema de valores guerreiro, como αἰσχρά.⁹¹

Page avalia todo o pentâmetro como típico entre os epigramas de Simônides (“conventional language”⁹²) e cita, como paralelo, “ποτ’ ἀγλαὸν ὤλεσαν ἦβην”, “ἐρατῆι πάρ νεότητι”, “ὠλέσθαν ἦβαν”⁹³ e Peek “ἀπώλεσαν ἀγλαὸν ἦβην” e “νεαρὰν ἦβεν ὀλέσαντα”⁹⁴ aos que poderíamos acrescentar Hesíodo “φυὴν ἐρατὴν”, Tirteu “ἐρατῆς ἦβης”, Sólon “ὄς (sc. πόλεμος) ἐρατὴν ὤλεσεν ἡλικίην”, Sotades “ἦβεν τ’ ἐρατὴν”, Teógnis “ἦβην ἐρατὴν ὀλοφύρομαι”.⁹⁵

P₂ τρηχεῖαν πολέμου δεξάμενοι νεφέλην.

Segundo Page, τρηχεῖαν (...) νεφέλην parece cunhado sobre a expressão homérica ἄχεος νεφίλη,⁹⁶ mas acrescenta um novo colorido se comparada à κνάνεον (...) θανάτου νέφος (Sim. IX FGE). A associação entre a morte (θάνατος) e nuvem ou neblina que turva a vista (variavelmente descrita como negra, áspera ou dorida) pertence ao imaginário indo-europeu. Os próprios radicais de θάνατος e νέφος aproximam-se na medida em que ambos derivam, no caso daquele, ou convergem, no caso deste, para a ideia de “obscurer, desaparecer”. Θάνατος, é oriundo de um radical **dhwenh*₂, cujo sentido englobava as noções de “cobrir, sobrepor-se, esconder, escurecer por privar de luz”, donde o sânscrito tirou *d^hvānta* (< *d^hvan*), “coberto, escuro, velado”; já νέφος, a partir de um radical **nebhos* (donde o latim *nebula*⁹⁷ e o sânscrito *nabhas*), fez surgir, no inglês arcaico o adjetivo *nifol*, com o significado de “escuro”.

⁹⁰ Schol. In Hes. 65.2: ἐρατὴν-ἐπιθυμητήν.

⁹¹ Cf. Tirteu, fr. 10W². Sobre a associação entre a guerra e a perda da juventude pelo bem comum. Cf. a excelente discussão de Derderian 2001, 97 et seq.

⁹² Page 1981, 191, 3–4 et n.91.

⁹³ Respectivamente, Sim. 46, 70 e 49 FGE.

⁹⁴ Peek 18.1, 305.3/1226.3

⁹⁵ Teógnis 1131.

⁹⁶ *Iliada* 17.591, 18.22.

⁹⁷ Mas não *nībēs*, advindo de outro radical **sneudh*-.

Outra ideia imediatamente sugerida pela associação, não mais entre θάνατος e νέφος, mas entre esta e πόλεμος é a de que a movimentação das tropas deveria levantar a poeira do chão e, assim, cobrir os soldados numa nuvem escura de areia fina. Areia e πό que, entrando no trato respiratório, poderiam causar a sensação sugerida pelo adjetivo τρηχειάν, que, talvez por causa disso, foi empregado por Hesíodo na expressão “ὑσμίνη τρηχειά”⁹⁸ (“áspero combate”) e por Píndaro, “ἀλλ’ ἄμέρα γὰρ ἐν μιᾷ / τραχεῖα νιφᾶς πολέμοιο τεσσάρων / ἀνδρῶν ἐρήμωσεν μάκαιραν ἐστίαν”⁹⁹ (“mas apenas em um dia a áspera nuvem da morte de quatro varões os privou da bem-aventurada lareira”). Entre os fragmentos épicos de Eufório, ademais, lemos “Δίρφυν ἀνὰ τρηχειάν ὑπ’Εὐβοίῃ κεκόνιστο”¹⁰⁰ (“todo o escarpado/áspero Dirfi sob a Eubeia foi coberto de poeira”), o que pode sugerir um terreno propenso a levantar nuvens de poeira. Finalmente, τραχύς também pode normalmente usado para qualificar lugares escarpados. Por exemplo, como epíteto de Ítaca, *Odiseia* 9.17 e 10.417 e também para o Quersoneso, Herod. 4.99. Dessa forma, é impossível decidir entre um sentido metafórico ou literal (ou ambos) para a expressão em questão, mas é possível dizer que, dado o terreno da batalha, ela parece bastante apropriada para descrever a ocasião do choque entre os dois exércitos.

Fr. III FGE

Η₁ Δεσμῶ ἐν †ἀχνυόνεντι† σιδήρωι ἔσβεσαν ὕβριν

O caso de †ἀχνυόνεντι† já foi discutido na seção “Edição e fortuna crítica”, quando falávamos do estabelecimento do texto do epigrama. Aqui gostaríamos de chamar a atenção, para a semelhança entre esse hexâmetro e o um dos fragmentos de Heráclito,¹⁰¹ “ὕβριν χρῆ σβεννύναι μᾶλλον ἢ πυρκαϊήν” (“deve-se apagar o hýbris mais do que a lareira”), uma variação, segundo Sider,¹⁰² da fórmula Homérica “σβέσσαι χόλον”.¹⁰³

⁹⁸ Hes., *Scutum* 119.

⁹⁹ I. 4.16–18.

¹⁰⁰ Eufório, fr. 73.1, tradução hipotética, devido ao estado fragmentário do trecho.

¹⁰¹ Herac., fr. 43.1.

¹⁰² Sider 2007, 126 n.41.

¹⁰³ *Iliada* 9.678.

P₁ παῖδες Ἀθηναίων ἔργμασιν ἐν πολέμου

Page nos diz que a colocação dativo + ἐν + genitivo adjetival, como aparece em ἔργμασιν ἐν πολέμου, é rara, mas não elabora sobre o tópico¹⁰⁴ e, como o LSJ lista apenas esse verso de Simônides como exemplo, há razões para se acreditar que estejamos frente a um *hapax*. Schneidewin não comenta o uso. Bergk nota que em um dos manuscritos de Heródoto temos ἔργμασιν, “em um barreira (ou cerca, guarda)”, o que apenas aumentaria a confusão se já não pudéssemos descartar ἔργμασιν graças à evidência epigráfica, uma vez que a pedra revela]ηναιονεργμα[e não]ηναιονεργμα[, como seria de se esperar, fosse o épsilon aspirado. O *codex* conhecido como *Antologia de Planudes*¹⁰⁵ dá ἐκ πολέμου ao invés de ἐν πολέμου, o que alteraria substancialmente o sentido do epigrama: já que ἔργμασιν ἐκ πολέμου precisaria ser construído com ἔθεσαν, e não com δαμάζω, “por meio dos trabalhos oriundos da guerra, dedicaram um décimo (*sc.*, do dinheiro obtido com o resgate dos cativos) (...) [para erigir] essas [éguas]”, o que, como se vê, gera uma sintaxe assaz convoluta e rompe com a unidade semântica mais natural entre Π₁ e P₁. Finalmente, em Diodoro lemos “ἐν πολέμῳ”,¹⁰⁶ uma leitura que, embora possível, parece ser uma simplificação pedestre da versão poética e, provavelmente, deve ter se originado por meio de hiper-correção do original. Uma vez que a pedra está danificada neste ponto, não é possível decidir a questão.

Ἔργμα, de seu turno, é uma forma poética e mais antiga de ἔργον encontrada pela primeira vez em Hesíodo,¹⁰⁷ e, depois, em Teógnis,¹⁰⁸ Sólon,¹⁰⁹ Píndaro¹¹⁰ e Ésquilo,¹¹¹ entre outros. Nunca, todavia, ele aparece junto de πόλεμος e jamais na combinação vista no ΠΙΙ FGE. Mesmo uma busca nas inscrições epigráficas do banco de dados do PHI não revela nada parecido, além de, também lá, ἔργμασιν aparecer em apenas cinco inscrições,¹¹² dentre as quais a do epigrama em questão.

¹⁰⁴ O exemplo fornecido por Petrovic (2007, 216 n.24) ignora o fato de que é a *colocação* (i.e., a ordem dos elementos na frase) que é atípica, e não a sintaxe.

¹⁰⁵ Page 1975, 9, III.2: “ἐν:ἐκ C (εἰς ut uid.)”.

¹⁰⁶ Cf. nota 34.

¹⁰⁷ Hes. *Teog.* 823; *Erga* 801.

¹⁰⁸ Teógnis, 29 W².

¹⁰⁹ Fr. 4.11 W².

¹¹⁰ Pind. *N.* 4.6.

¹¹¹ Respectivamente, *Sete contra Tebas* 555; *Eumênides* 501.

¹¹² Todas tardias. IG II² 5768, iv sec. a.C.; III FGE (IG I³ 501; Raubitschek, DAA 168 e 173); Aphrodisias 732, vi séc. d.C.; Ephesos 3083, período romano; IK Laodikeia am Lykos 11, v/iv séc. a.C.; SEG 24:1243, não datada, porém tardia, período romano talvez.

H₂ ἔθνεα Βοιωτῶν καὶ Χαλκιδέων δαμάσαντες

Ἔθνεα aqui é certamente usado com o sentido (pré-)homérico de “horda, rebanho, multidão” especialmente de animais, pássaros e insetos (p. ex., μελισσῶν, ὄρνιθων, μυιάων),¹¹³ p. ex., “ἐπεσεύοντο δὲ λαοὶ / ἦῤτε ἔθνεα εἴσι μελισσῶν ἀδινάων / πέτρης ἐκ γλαφυρῆς” (“os soldados juntavam-se apressados: como um grosso enxame de abelhas sai / de uma oca pedra”)¹¹⁴; Lucílio, “γυπῶν ἔθνεα καὶ κοράκων” (“raça dos abutres e dos corvos”).¹¹⁵ Uma vez que δαμάσαντες remete-nos à principal atividade dos calcídios e eubeus (e também a Η₁ do Π FGE), domar cavalos e, igualmente, por esses serem agrupados em rebanhos pelos campos, pode haver uma fina ironia nesse verso, que retrata os domadores como domados, fugindo em bandos para o abrigo das colinas do Dirfi.¹¹⁶ Note, finalmente, a clara oposição entre os “filhos dos Atenienses” e “os bandos de beócios e calcídios” no início de P₁ e H₂: παῖδες x ἔθνεα.

P₂ τῶν ἵππους δεκάτην Παλλάδι τάσδ' ἔθεσαν.

a) ἵππους (...) τάσδ': Atena, sendo a deusa virgem por excelência, recebe, como oferta, uma quadriga de *égguas* (τάσδε), já que o cavalo, símbolo de força sexual e atributo de Posidão (com quem, aliás, ela competiu pelo padroado da cidade), seria extremamente inadequado. A quadriga obviamente deve representar a carruagem da deusa *Níkē*, ou Vitória, e é mesmo provável que a tivesse como auriga.¹¹⁷ A metáfora da “carruagem da Vitória” seria facilmente apreendida pelos atenienses e não é estranha aos que estudam a linguagem dos epinícios, onde o tropo aparece pela primeira vez no fr. 79 (Campbell) do *P. Oxy.* 2430,¹¹⁸ vv. “ἀρέσθ[αι τε] κῦδος εὐωνύμου / Νίκας ἐς ἄρ[μα] [(βά)ντες]” de Simônides. Além disso, como ressalta Petrovic, a deusa está associada à doma do cavalo por meio da invenção do freio e era nessa qualidade, desde há muito, cultuada como ἵππεια ou χαλινίτις.¹¹⁹

b) ἔθεσαν: Schneidewin, considerando essa forma uma corruptela, corrige-a para ἀνέθεν, numa analogia com o fr. XIII FGE.¹²⁰ Bergk a restitui

¹¹³ Talvez a partir de um radical indo-europeu **suedh-nos*, que, segundo Frisk, IEED, 1448–9, significaria “Schar, Haufe, Schwarm (von Menschen und Tieren; Hom., Pi., A.)”.

¹¹⁴ *Iliada* 2.87; cf. tb. 2.459 e 469.

¹¹⁵ Lucílio, *AG* 11.191.6.

¹¹⁶ Petrovic 2007, 216.

¹¹⁷ Cf. Baumbach 2010, 124.

¹¹⁸ Ed. et suppl. Lobel, *P. Oxy.* vol. 25.

¹¹⁹ Petrovic 2007, 216. Cf. ainda Paus. 1.30.4; 1.31.6.

¹²⁰ Schneidewin 1865: “Vulgo ἔθεσαν : codex ἀνέθεσαν. Hinc ἀνέθεν restitui, de qua forma v. Epigr. 117.2”.

para a forma atual que, segundo Page teria o mesmo significado de ἀνατίθημι, ou seja, “dedicar e, como exemplo que suporte sua tese, cita o fr. Sim. xxiv FGE,¹²¹ “σήματα ταῦτ’ἔθεσαν παρθένω Ἀρτέμιδι”, no entanto aqui, como em outras passagens, ἔθεσαν pode simplesmente significar “erigiu, construiu, fez”, já que, pelo caráter do monumento, seria mais do que óbvio a qualquer um que o contemplasse que se tratava de uma oferenda votiva.

REFERÊNCIAS

- Baumbach, M., A. Petrovic, e I. Petrovic. 2010. *Archaic and Classical Greek Epigram*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Beekes, R.S.P., and L. Van Beek, eds. 2009. *Etymological Dictionary of Greek*. Leiden/Boston: Brill Academic Publishers. (Leiden Indo-European Etymological Dictionary Series v. 10, 1–2).
- Bergk, T., ed. 1878–1882. *Poetae Lyrici Graeci*. Leipzig. 3 vols. (Vol. 3, 1843).
- Boas, M., ed. 1905. *De Epigrammatis Simonideis. Pars prior: commentatio critica de epigrammatum traditione*. Groningen: J. B. Wolters.
- Brose, Robert de. 2007. “Os fragmentos atenienses de Simônides: um estudo das fontes epigráficas anteriores a 480 a.C.” Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- Brose, Robert de. 2008. “Os epigramas IG3 503 e 504: uma reavaliação.” *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia* 18:239–57.
- Brose, Robert de. 2011. “Epigramas Bélicos e a elegia à Batalha de Platéias.” (n.t.) *Revista Literária em Tradução* 1:302. Disponível em: <<http://www.notadotradutor.com>>.
- Corrêa, Paula C. 1998. *Armas e varões: a guerra na lírica de Arquíloco*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP.
- Derderian, K. 2001. *Leaving words to remember: Greek mourning and the advent of literacy*. Leiden: Brill. (Mnemosyne, Bibliotheca Classica Batava, v. 209).
- Frame, D. 1978. *The Myth of Return in Early Greek Epic*. New Haven: Yale University Press. (Disponível em <http://chs.harvard.edu/CHS/article/display/4317>, acessado em janeiro de 2011).
- Friedländer, P., and H. B. Hoffleit, eds. 1948. *Epigrammata: Greek inscriptions in verse from the beginnings to the Persian Wars*: Univ. of California Press.
- Hauvette-Besnault, A. 1896. *De l'authenticité des épigrammes de Simonide*. Paris: F. Alcan.
- Hecker, A. 1843. *Commentatio Critica de Anthologia Graeca*. Leiden: S. et J. Luchtmans.
- Hicks, E. L., and G. F. Hill. 1901. *A Manual of Greek Historical Inscriptions*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Jacoby, F. 1945. “Some Athenian Epigrams from the Persian Wars.” *Hesperia* 14(3):54.
- Kaibel, G., ed. 1878. *Epigrammata Graeca ex Lapidibus Conlecta*. Berlin: Reimer.

¹²¹ Ver texto e tradução em Brose 2011.

- Mallory, J.P., and D.Q. Adams. 2006. *The Oxford Introduction to Proto-Indo-European and the Proto-Indo-European World*. Oxford Linguistics. Oxford: Oxford University Press.
- Molyneux, J.H. 1992. *Simonides: A Historical Study*. Illinois: Bolchazy-Carducci Publishers.
- Nagy, G. 1990. "Sêma and Nôēsis: The Hero's Tomb and the 'Reading' of Symbols in Homer and Hesiod." *Greek mythology and poetics*. Ithaca: Cornell University Press. (Disponível em <http://chs.harvard.edu/CHS/article/display/1289>, acessado em janeiro de 2011).
- Page, D. L., ed. 1975. *Epigramata Graeca*. Oxford: Oxford University Press. (Oxford Classical Texts.)
- Page, D.L. 1981. *Further Greek Epigrams*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Paton, W.R., ed. 1979. *The Greek anthology*. 5 vols. Massachusetts: Harvard University Press. (Loeb Classical Library).
- Petrovic, A., ed. 2007. *Kommentar Zu Den Simonideischen Versinschriften*. Leiden: Brill. (Mnemosyne: Bibliotheca Classica Batava, v. 282).
- Schneidewin, F. W., ed. 1835. *Simonidis Cei Carminum Reliquiae*. F. Vieweg.
- Segal, C. 1976. "Bacchylides Reconsidered: Epithets and the Dynamics of Lyric Narrative." *QUCC* (22):99–130.
- Sider, D. 2007. "Sylogē Simonidea." In *Brill's Companion to Hellenistic Epigram*, edited by P. Bing e J.S. Bruss, 113–30. Leiden/Boston: Brill.
- Turner, E. G. 1962. "Simonides and the epigram on the fetters of the Chalcidians in a new papyrus." *PCA* 59:21–2.
- West, S. 1985. "Herodotus' Epigraphical Interests." *The Classical Quarterly* 35(2):278–305.



Title. The *demos* goes to war: translation and commentary of fr. II and III FGE attributed to Simonides of Ceos.

Abstract. In the present paper, I shall translate and present a commentary of fr. II and III FGE, attributed to Simonides of Ceos. Based on the literary analysis, the historical context and textual evidence, I shall argue, together with previous scholars, that both epigrams refer to the same event, namely, the Battle of Chalcis (c. 507/6 BC). In this scenario, I shall propose that fr. II FGE refers to the Athenian fallen in combat, and that the inscription was probably part of a monument placed *in situ* or in a *mnēma* at the city of Athens. On the other hand, III FGE, which presents a thematic unity with the previous epigram, may have been part of a monument commemorating the victory of the Athenians over the Boeotians in that same battle.

Keywords. Simonides of Ceos; epigram; II FGE; III FGE.

ØRBERG PER SE E PER ALIOS ILLUSTRATUS: LA DIMENSIONE TEORICO-DESCRITTIVA DEL METODO INDUTTIVO-CONTESTUALE

MARCO RICUCCI*

Università degli Studi di Udine, Itália

Riassunto. Il metodo induttivo-contestuale (MIC), elaborato dal danese Hans Ørberg, è alla base del corso di latino, *Lingua Latina per se illustrata*, che ha avuto ampia diffusione nelle scuole italiane e non solo. Negli ultimi anni, il metodo, divulgato tenacemente da Luigi Miraglia in Italia, è stato oggetto di analisi e commento da parte di critici accademici e di entusiasti didatti, ma nella bibliografia disponibile manca un inquadramento che fornisca, dopo uno *status quaestionis*, una sintesi del cosiddetto metodo natura nella sua dimensione descrittiva. In questo contributo, si offre una interpretazione del MIC alla luce delle teorie della Second Language Aquisition (SLA), una disciplina che si occupa di indagare come la mente umana impari una lingua straniera (L2), differente da quella madre. Le teorie di Stephen D. Krashen, linguista applicato americano, costituiscono il primo tentativo di esplorazione del MIC, nella volontà di porre alcune convinzioni intuitive sul MIC dei docenti in un quadro concettuale meno empirico ma più sistematicamente fondato sulla ricerca SLA.

Parole chiave. Ørberg; Krashen; pedagogia latina; didática.

D.O.I. 10.11606/issn.2358-3150.v17i2p31-51

IL METODO INDUTTIVO-CONTESTUALE (D'ORA IN POI MIC) SU CUI È IMPOSTATO il corso latino scritto dal danese Hans Ørberg è stato trattato in maniera alquanto cursoria nelle panoramiche generali delle metodologie didattiche impiegate per l'insegnamento delle lingue classiche,¹ oppure all'interno di resoconti di sperimentazioni didattiche,² sempre in contrapposizione al metodo grammaticale-traduttivo o "metodo tradizionale" (d'ora in poi MGT).

* Docente di Lettere nelle scuole medie. Dottore di Ricerca in Scienze dell'Antichità presso l'Università degli Studi di Udine. Collabora con la CUSL (Consulta Universitaria degli Studi Latini) per la CLL (Certificazione Linguistica Latina).

** Artigo recebido em 6.nov.2014 e aceito para publicação em 21.jan.2015.

¹ Per una panoramica delle metodologie didattiche per le lingue classiche: cfr: Balbo 2007, 55–86; Indice di Martino 1994 e 1995; Natalucci 2005; Carbonell 2010.

² Internet è un *mare magnum* dove è possibile trovare numerosi siti, blogs, forum ecc... dove i docenti si confrontano sull'uso di *Lingua Latina per se illustrata* e si scambiano materiali scritti e audiovisivi, spesso autoprodotti, a integrazione ed espansione dei materiali didattici di *Lingua Latina per se illustrata*. Citiamo almeno le riviste di didattica dove si trovano, on line e gratuitamente, articoli dedicati a proposte, sperimentazioni, discussioni pedagogiche mediante

Merita, dunque, un maggior approfondimento il MIC per la sua diffusione nelle scuole e per la figura stessa di pedagogo di Ørberg,³ in particolare alla luce della Second Language Acquisition⁴ (d'ora in poi SLA).

ØRBERG E L'ORIGINE DEL MIC

“Metodo induttivo-contestuale” (MIC) è la definizione che sarà applicata al metodo glottodidattico per l'insegnamento del latino, elaborato da Hans Henning Ørberg (1920–2010), docente di lingue moderne e classiche in varie scuole della Danimarca, autore del corso in due volumi *Lingua latina per se illustrata* (1959=1965, 1990=2010).

L'esperienza professionale che diede una svolta all'ideazione del corso di latino, per cui Ørberg è oggi noto (tanto che si parla di metodo Ørberg), fu la sua permanenza al *Naturmethodens Sproginstitut* a Copenhagen, dove dal 1953 al 1961 lavorò come docente di inglese. In questo istituto, veniva impiegata una metodologia didattica basata sul tentativo di riprodurre l'apprendimento “naturale”, in particolare in analogia con l'apprendimento della L1 da parte dei bambini (Ørberg 1975, 914), a differenza dei metodi tradizionali impostati sullo studio teorico-nozionistico della grammatica.

Il corso di latino elaborato da Ørberg era dichiaratamente ispirato all'impostazione del corso di inglese *English by the Nature Method* che Arthur M. Jensen,⁵ linguista e glottoteta danese, fondatore dell'istituto e allievo di Otto Harry Jespersen (1860–1943) compose e pubblicò nel 1942.

Il corso di latino che Ørberg elaborò, pubblicato dapprima nel 1955 con il titolo, *Lingua Latina secundum naturae rationem explicata* e con un'in-

il MIC per l'insegnamento del greco antico e del latino: *Thamyris* (http://www.thamyris.uma.es/Thamyris4/numero_4.htm) e *Docere* (www.vivariumnovum.net).

³ Così ad esempio lo commemora con grande commozione un giovane studente (Hellmer 2011, 3) dell'Accademia Vivarium per l'anniversario del primo anno della sua morte: “Dies mensis Februarii XVII anni nuper peracti in perpetuam memoriam nigro est calculo signandus, cuius rei causam prope neminem, qui litteris humanioribus det operam, ignorare arbitramur. At obitus Iohannis Orbergii, magistri omnium qui in *Vivario novo* umquam vitam degerunt, non tam inani maestitia quam honesta recordatione videtur tolerandus. Annus enim est fere ex quo praeceptor ille nobilissimus e mortali hac vita decessit, et tamen nullo prorsus modo omnis terrenas plagas reliquit sed vivus inter nos, qui cottidie eius opera adhibere solemus, habitat, loquitur, et nullo non tempore mirabili facilitate ac lenitudine docet”.

⁴ Sul rapporto tra SLA e didattica delle lingue classiche: cfr. Masciantonio 1988, Alcaede-Diosdado Gomez 2000, Koutropoulos 2011, Carlon 2013.

⁵ Arthur M. Jensen (1891-?), linguista, giornalista, lettore alla scuola superiore commerciale di Copenhagen, fu autore del corso (per corrispondenza) *English by nature method*, diffuso in molti paesi. A lui fu dedicata una silloge di studi per il suo settantesimo genetliaco (Jensen 1961).

roduzione di Louis Hjelmslev (cfr. Truini 2002, 11), in seguito fu rivisto e rieditato dall'autore nel 1990 col nuovo titolo *Lingua Latina per se illustrata*.

Negli anni Sessanta, in cui era acceso il dibattito sul ruolo e sul senso della cultura classica nel mondo odierno, il corso di latino di Ørberg ebbe una certa risonanza nei Paesi dell'Europa occidentale, sia nelle scuole superiori sia nell'insegnamento universitario (Hoder 1967, 47).

Una volta andato in pensione, Ørberg fondò e diresse la casa editrice *Domus Latina*, tenendo conferenze in Europa e negli Stati Uniti.

La prima edizione italiana di *Lingua Latina secundum naturae rationem explicata* fu realizzata con il titolo *Il latino secondo il "metodo natura"*, a Milano nel 1960, e conteneva le prefazioni di insigni studiosi come Giacomo Devoto e Scevola Mariotti che auspicavano l'introduzione di questo corso nelle scuole italiane, "ammalate" di grammaticalismo formalistico a detrimento dell'amore per le lingue classiche e la cultura antica da parte degli studenti.

Nell'ultima versione, il corso si compone di due volumi: un corso introduttivo (*Familia Romana*) di 35 capitoli e un corso avanzato (*Roma aeterna*) di 21 capitoli.

Nel primo volume, *Familia romana*, gli alunni, in un fitto intreccio costruito in modo accattivante, seguono le vicissitudini di una famiglia romana del II secolo d.C., e tale storia fornisce anche informazioni sulla vita quotidiana e sulle tradizioni romane, storia, leggenda, mito religione.

Il corso, dunque, è incentrato da una sorta di "romanzo" tutto scritto in lingua latina dallo stesso Ørberg, mentre verso la fine del volume vengono proposti testi autentici in forma adattata, ma inseriti nel contesto narrativo.⁶

Il primo volume è completato da un vocabolario di 1500 parole e dalla trattazione essenziale della morfosintassi.

Ogni capitolo presenta un testo, una lezione di grammatica, tre esercizi (indicati come *pensum* A, B, C: il primo serve ad apprendere il vocabolario; il secondo all'assimilazione delle strutture grammaticali; il terzo a verificare la comprensione del testo), e, infine, una lista di parole nuove incontrate nella lettura.

Il secondo volume, *Roma aeterna*, è in sostanza un'antologia di testi, più o meno adattati, tratti dall'*Eneide* (resa in prosa dei libri I-V), dal I libro di Tito Livio (versione abbreviata ed adattata), dal *Breviarium* di Eutropio, da Cicerone (*Somnium Scipionis*), da Sallustio e da Orazio.

Ogni capitolo è composto dal testo, da tre esercizi e dalla lista dei vocaboli per un totale complessivo di 2500.

⁶ Matteo della Vulgata (8.23-7, 9.18-9, 14.24-33, 28.8); Catullo (3, 5, 13, 70); Marziale (1.32, 1.33, 1.118, 2.88, 3.9, 5.43, 81, 6.61, 7.3, 9.5, 10.8, 11.67); Ovidio (*Amores* 3.2), Donato (*Ars grammatica*), prosodia e metrica (distico elegiaco, endecasillabo).

CONFUSIONE ONOMASTICA PER IL MIC

Un primo di tentativo di contestualizzare il MIC nel quadro più ampio di un'analisi glottodidattica è quello di Nicola Flocchini (1999, 173-4), il quale inquadra i "metodi" di insegnamento del latino in base al modello teorico di riferimento individuando, in Italia, quattro principali tipologie:

- il modello "tradizionale", più o meno aggiornato;
- i modelli "naturalisti" o "diretti", ispirati alle tecniche per l'insegnamento delle lingue straniere moderne;
- i modelli derivati dalle teorie linguistiche post-"saussuriane";
- i modelli ispirati a un cauto "eclettismo".

Il manuale di Ørberg, *Lingua latina per se illustrata* viene inserito fra i metodi "naturalisti" o "diretti", le cui principali caratteristiche Flocchini così sintetizza:

1. con i metodi naturali la nuova lingua viene appresa seguendo i medesimi procedimenti mediante i quali i bambini apprendono la lingua materna, "assimilando quindi le regole di produzione senza uno studio intenzionale";
2. l'insegnamento del latino, per secoli, prevedeva una fase iniziale di *full immersion*, attuato grazie alla memorizzazione di brevi frasi che divenivano sempre più complesse in modo da produrre semplici conversazioni su temi legati al mondo più vicino all'alunno, secondo il celebre motto di Comenio: "discamus primum Latine balbutire, tum loqui";
3. la pedagogia attivistica ha dimostrato che il metodo "globale", elaborato da Delacroy, è efficace nell'insegnamento elementare, "poiché la 'funzione di globalizzazione' rappresenta il momento sincretico concreto sul quale il fanciullo farà poi leva per passare al momento analitico. Dunque, anche nell'insegnamento del latino, la intuizione 'globale' del brano, la lettura 'espressiva' e magari corale rappresentano un momento fondamentale, propedeutico alla fase analitica ed euristica, nella quale il fanciullo 'scopre' le regole".

Così commenta in generale Flocchini (1999, 174):

come abbiamo cercato di dimostrare, non può esistere una didattica del latino "in assoluto", valida sotto ogni cielo, ma una serie di didattiche che tengano conto dei diversi contesti culturali e che siano strettamente legate all'insegnamento della lingua materna. I metodi naturali, diretti, induttivi, euristici, globali si propongono invece di fare scoprire i meccanismi della latina *per se*, senza riferimenti, se non occasionali, alla lingua materna: è significativo che tali metodologie si siano imposte in paesi di lingua e cultura anglosassone, nei quali il latino ha scarse attinenze con la lingua materna.

Secondo Iodice di Martino (1994, 658), la differenza tra metodo “diretto” e metodo “naturale”, pur spesso usati come sinonimi, consiste nel fatto che il metodo “diretto” prevede un rapporto diretto, non mediato dalla grammatica, con la lingua e i testi latini, mentre il metodo “naturale” prevede l’assunzione *in toto* della lingua latina come mezzo di espressione applicato al proprio mondo, come avviene nelle numerose manifestazioni di prassi di linguistica neolatina come convegni in latino, fumetti in latino, lezioni di latino in latino. Il manuale di Ørberg, dunque, non implicando necessariamente l’adozione del latino vivo o parlato nelle dinamiche della classe e non contenendo alcun riferimento al mondo attuale, deve essere classificato come una variante di “metodo diretto” (Iodice di Martino 1995, 47).⁷

Di nuovo Benincà e Peca Conti (2003, 40) includono genericamente il corso di Ørberg tra gli approcci naturali, su cui scrivono, riferendosi all’esclusione della grammatica e a una riflessione grammaticale sulla lingua “leggera”:

questo sistema ha dato risultati molto deludenti per le lingue moderne, come è stato esplicitamente riconosciuto nei paesi anglosassoni in cui il metodo era partito. L’acquisizione scolastica delle lingue, infatti, non può essere comunque naturale, perché ha a disposizione poche ore alla settimana; si è pertanto rivelato necessario concentrare in qualche modo l’attenzione sulle specificità grammaticali della lingua da apprendere, cosa che è possibile con la grammatica esplicita.

Una messa a fuoco molto più precisa si trova in Balbo (2007, 67), che individua come-discendenti ideali del metodo diretto impiegato da Rouse alla Perse School agli inizi del Novecento il cosiddetto metodo naturale “che prevede l’accesso al latino partendo dai testi, per trarre dalla loro lettura e comprensione/traduzione gli elementi di riflessione morfo-sintattica” (Balbo 2007, 67), e precisa che il modello natura “si distingue dal metodo ‘naturale’ perché prevede l’approfondimento delle conoscenze morfosintattiche senza passare attraverso la mediazione della lingua madre” (Balbo 2007, 70); anzi, il metodo natura inserisce immediatamente il discente in situazioni comunicative, chiedendogli non solo di tradurre, ma “anche di riassumere in latino, di spiegare, di rispondere in lingua a domande di comprensione” (Miraglia 1996, 230): mentre al metodo naturale si ispira il manuale degli olandesi De Man e Riele, al modello natura il manuale di Ørberg.

Miraglia, tuttavia, sottolinea costantemente l’equivoco terminologico tra metodo globale (o naturale) e il metodo natura (che è una variante di metodo diretto): mentre il primo trascura la riflessione grammaticale

⁷ Ma la confusione è ancora in Piovan (2005, 78) che riferisce *Lingua latina per se illustrata* e *Athenaze* al “cosiddetto metodo ‘natura’ o, per dirla con un termine in uso nei testi di glottodidattica, metodo diretto”.

e favorisce la consapevolezza inconscia, per una produzione orale di tipo comunicativo, il metodo natura richiede la riflessione e la coscienza metalinguistica, facendo in modo da posporre all'acquisizione linguistica, in quanto l'obiettivo primario dello studio linguistico è la lettura corrente e la comprensione dei testi antichi (Miraglia 2004, 39).

Di fronte a questa incertezza terminologica, che può generare confusione, è preferibile utilizzare la denominazione di "metodo induttivo-contestuale" (MIC) secondo quanto precisa lo stesso Ørberg (1975, 916): il principio del *Nature Method* di Jensen, della *Naturae Ratio* su cui è impostato il corso *Lingua latina* è l'induzione contestuale, che vuole rappresentare una sorta di "razionalizzazione" o "metodizzazione" della natura (Ørberg 1975, 915).

IL MIC SECONDO LA DESCRIZIONE DI ØRBERG/MIRAGLIA

Secondo la dichiarata volontà di Ørberg e di Miraglia, nel suo adattamento italiano di *Lingua latina per se illustrata*, la finalità di un corso impostato secondo il MIC è la "lettura corrente e non sofferta dei testi d'autore", perché la lettura deve assomigliare non a una decifrazione faticosa e laboriosa, tipica del MGT ma, secondo il richiamo di Miraglia, a un colloquio con gli autori antichi come quello di cui parla Machiavelli nella famosa lettera al Vettori.⁸

La gradevolezza del rapporto tra il lettore moderno, ovvero il giovane discente, e il testo antico, medievale o rinascimentale o moderno (neolatino), viene enfatizzata come elemento non solo auspicato ma essenziale per "ascoltare" il messaggio di cui i testi scritti sono stati portatori per generazioni di lettori ma anche, per esempio, per coloro che, materialmente, hanno garantito la trasmissione ossia copisti, amanuensi, stampatori, editori.

Secondo la descrizione di Miraglia, il corso *Lingua latina per se illustrata* è informato a un metodo induttivo di cui sintetizza le principali caratteristiche: esso

parte da testi e contesti perché da essi il discente risalga a forme e costrutti e apprenda vocaboli e fraseologia. La morfossintassi, prima induttivamente assimilata mediante

⁸ Nella lettera, datata 10 dicembre 1513, leggiamo: "Venuta la sera, mi ritorno a casa ed entro nel mio scrittoio; e in sull'uscio mi spoglio quella veste cotidiana, piena di fango e di loto, e mi metto panni reali e curiali; e rivestito condecientemente, entro nelle antique corti delli antiqui huomini, dove, da loro ricevuto amorevolmente, mi pasco di quel cibo che solum è mio e ch'io nacqui per lui; dove io non mi vergogno parlare con loro e domandarli della ragione delle loro azioni; e quelli per loro humanità mi rispondono; e non sento per quattro hore di tempo alcuna noia, sdimentico ogni affanno, non temo la povertà, non mi sbigottisce la morte: tutto mi transferisco in loro".

il riconoscimento di strutture ricorrenti e la riflessione su di esse, vien poi sistematicamente organizzata. *Usus e doctrina* procedono così di pari passo per un più efficace apprendimento della lingua. Il sistema prevede un forte coinvolgimento attivo dello studente tramite letture, esercizi di comprensione e produzione orale e scritta. La narrazione continua, oltre a fornire sostegni mnemonici a parole e costrutti da imparare, illustra con chiarezza la vita romana antica. Nella seconda parte del corso l'alunno è introdotto alla lettura diretta degli autori latini nei loro testi originali. (Miraglia 2009, 39)

La particolarità è che la comprensione è possibile, sin dalla prima pagina, senza bisogno di spiegazioni grammaticali, grazie all'assoluta gradualità e a un apparato di indicazioni extralinguistiche, come figure, schemi e a note assai calibrate, che spiegano il *latino con il latino* – cioè con sinonimi, contrari, circonlocuzioni, derivazioni – sempre usando vocaboli e costrutti già precedentemente incontrati e perciò noti al lettore-apprendente. Quattro simboli in particolare sono usati in queste note a margine:

- = equivalenza;
- ↔ antonimia;
- < derivazione;
- : equivalenza in un determinato contesto.

In diversi contesti e a intervalli regolari, le parole incontrate vengono ripetute per garantire un'assimilazione nella memoria senza sforzo eccessivo, grazie anche alla ripresa nei numerosi esercizi e nelle verifiche.

Centinaia di figure illustrano il significato di vocaboli presenti nel testo, evitando che il significato della parola debba essere veicolato da altre parole della L1; l'unione, immediata e non mediata, di *verba* e *res*, secondo l'insegnamento dato da Comenio nell'*Orbis sensualium pictus*, garantisce una migliore e più concreta fissazione nella memoria, evitando il passaggio per la "traduzione".

Inoltre il contesto di una situazione nota, quella narrata nei testi di *Lingua latina* (e di *Athénaze*), favorisce l'apprendimento, naturale e senza eccessiva difficoltà, di vocaboli, di locuzioni, di forme e di strutture, in quanto elementi interrelati all'interno di una narrazione continua e verosimile.

L'apprendente incontra così primariamente non regole astratte e frasi decontestualizzate, ma scene di vita coerenti e verosimili, che illustrano fra l'altro usi e costumi dei Romani utili a capire meglio l'ambiente e la civiltà all'interno della quale s'è sviluppata la letteratura che presto studierà al triennio. L'allievo, venendo a contatto diretto e nel vivo del testo con il fenomeno linguistico (la struttura-obiettivo), previsto dal sillabo strutturale su cui il manuale di Ørberg è costruito, "induce", con l'eventuale aiuto dell'insegnante, il funzionamento del fenomeno linguistico incontrato per la prima volta e ne formula una prima ipotetica spiegazione. Poi la regola

verrà fissata mediante una illustrazione da parte del docente e mediante la pratica su appositi esercizi. In questo modo,

pratica e teoria della lingua non sono mai disgiunte in *Lingua latina*: dopo aver trovato esempi delle “regole” e averne compreso il funzionamento in contesti e situazioni diverse, l’alunno sistema e fissa le conoscenze così acquisite grazie a un’accurata descrizione grammaticale che, capitolo per capitolo, senza nulla trascurare e facendo anche, quando necessario, riferimento all’evoluzione storica del latino, aggiunge tassello a tassello fino a costruire l’intero mosaico della morfosintassi. I fenomeni grammaticali sono illustrati con linguaggio semplice e piano, che intende essere quasi un’eco delle spiegazioni dell’insegnante. Schemi a margine compendiano forme e strutture da imparare. Una volta così fissate le nozioni apprese nel vivo della lingua, esse vengono ulteriormente consolidate grazie a varie attività pratiche. Esercizio attivo e consapevolezza razionale costituiscono i pilastri su cui s’edifica una solida preparazione alla lettura degli autori. (Miraglia 2009, 42)

Gli esercizi non sono solamente semplici traduzioni come nei corsi basati sul MGT, ma prevedono una differente tipologia che è costante in tutto il corso di latino: ci sono, infatti, esercizi di completamento morfosintattico e lessicale, risposta a domande, scelta multipla; l’edizione italiana è stata, inoltre, arricchita da drammatizzazioni (per le quali sono stati predisposti i *Colloquia personarum*), sommari, esercizi di caccia all’errore, descrizione d’immagini, composizioni guidate e libere, amplificazioni, ricerca di sinonimi e contrari, trasformazione, ecc. Tutta questa varietà di esercizi da svolgere sia come compito a casa, sia in classe, sotto la guida dell’insegnante, serve anche a rendere più “ludico”. Miraglia infine considera funzionale all’apprendimento con questo metodo anche la pratica attiva, cioè l’uso orale e comunicativo del latino in classe, *vexata quaestio* di cui, come abbiamo detto, non ci occuperemo in questa sede (Iodice di Martino 2000, 158–63).

BILANCIO DEL MIC

Il metodo Ørberg è ormai diffuso in numerose scuole italiane, sostenuto dalla “grande passione”, che talora si trasforma in un “atteggiamento quasi ‘messianico’” (Balbo 2007, 73) dei docenti, che ne sottolineano alcuni “vantaggi” in termini di efficacia, rispetto al MGT, su cui è ancora impostata la maggioranza dei corsi di latino e greco in uso nelle scuole italiane:

- la lingua è fin da subito percepita come organismo vivo e non come sistema di regole rigide e astratte;
- lo studio della lingua offre la possibilità di conoscere meglio la civiltà romana;

- la lettura estensiva di alcuni autori, seppur in forma adattata, permette la conoscenza di testi che normalmente non si studiano durante il biennio;
- l’insegnamento della grammatica è “essenziale”, graduale e strettamente funzionale alla lettura e alla comprensione dei testi latini;
- l’atteggiamento dei discenti in classe è euristico, partecipativo e collaborativo;
- la comprensione non diventa soggetta alla traduzione, che è invece un’abilità tenuta distinta: il principio informatore è “comprendere” la lingua antica, attraverso di essa, senza la mediazione della lingua madre;
- l’apprendimento segue un processo induttivo: il lessico si apprende *in situazione* con l’ausilio di immagini “parlanti” e carte geografiche; l’apprendimento grammaticale parte dal contesto, che illustra funzioni e permette di ricavare regole dall’uso vivo, per poi generalizzarle e sistematizzarle;
- gli esercizi sono vari e favoriscono un’assimilazione più profonda e automatizzata di fenomeni morfologici e strutture sintattiche.

Secondo Zanetti (2008, 466), per gli studenti istruiti mediante il MIC in latino

il profitto risulta mediamente più alto che con il MGT, per buona parte del I volume. Poi si attesta su valori simili, ma favorisce un’adesione meno scolastica alla lingua e un apprezzamento per i valori culturali e linguistici (non meramente grammaticali) della disciplina.

OBIEZIONI AL MIC

Non mancano naturalmente critiche e riserve formulate rispetto all’adozione del MIC nell’insegnamento scolastico in Italia, fra cui le principali possono essere sintetizzate così come segue (Zanetti 2008, 466).

Una prima obiezione riguarda l’uso di testi “artificiali”, in particolare all’inizio e la asserita “inautenticità” della lingua rispetto a quella dei testi d’autore. Si può rispondere che il lessico è comunque selezionato su base frequenziale, i contesti sono verosimili e l’obiettivo è proprio di poter introdurre in modo precoce testi autentici. Mentre si constata che neppure nei manuali correnti vengono forniti testi “autentici” in quanto non esistono testi propedeutici graduati, ma frasi inventate o adattate, o comunque eterogenee per contenuto ed epoca, selezionate solo in funzione dei fatti grammaticali.

Una seconda obiezione si appunta sul tentativo di adoperare, in particolare, il latino come lingua comunicativa, bollata come operazione anti-storica e contraria alle indicazioni ministeriali che prevedono solo abilità

ricettive. Ma l'utilizzo attivo è solo un mezzo per assimilare le strutture, forme e lessico; le domande e le risposte in latino sono sempre collegate al testo della lezione e monitorano la capacità di comprensione, il riconoscimento delle marche morfologiche e la fissazione delle forme linguistiche.

Una terza obiezione riguarda il disinteresse verso le microlingue e le lingue specialistiche, mentre le lezioni, impostate su settori della vita quotidiana, offrono una visione indifferenziata del latino a livello spazio-temporale.

Una quarta obiezione si riferisce al rapporto con il *curriculum* scolastico, che prevede il completamento della trattazione linguistica entro il biennio, tempo che non consente di svolgere, per esempio, 35 e 21 capitoli rispettivamente dei due volumi di *Lingua latina*, che d'altra parte non ammettono tagli o omissioni, data la calibrata gradualità della materia. Ma sarebbe possibile superare tale ostacolo con la verticalizzazione della cattedra terminando il corso al terzo anno.

Una quinta obiezione riguarda proprio la marginalizzazione, dell'attività traduttiva, in funzione sia di esercizio sia di verifica, in contrasto con le direttive ministeriali e con le convinzioni di molti docenti che attribuiscono specificamente alla traduzione una funzione formativa sul piano cognitivo (formulazioni di ipotesi, ricerca di soluzioni efficaci e così via) e ai fini del potenziamento della competenza nella lingua di arrivo. Ma i sostenitori del MIC rilevano che gli studenti dimostrano diffuse carenze grammaticali e metalinguistiche nella lingua italiana che rallentano la fase di fissazione della regola e ciò è un ulteriore ostacolo allo sviluppo dell'abilità traduttiva che non è imputabile al metodo in sé e per sé.

Una sesta obiezione, al MIC è la difficoltà che crea ai fini della valutazione del profitto scolastico degli studenti, con il rischio che il docente non possa non verificare con adeguata attendibilità le competenze, quando i testi delle verifiche non si differenziano dai *capitula* e predominano comportamenti non rielaborativi, ma mnemonici, che non possa accertare in modo sufficiente la comprensione mediante dialoghi, esercizi e rielaborazione personale, che non possa valutare il grado di comprensione della polisemia di un termine o delle sfumature sinonimiche facendo affidamento solo sulla comprensione testuale intuitiva.

Per terminare questo sintetico quadro delle critiche maggiori al MIC e in particolare al corso di Ørberg, in riferimento particolare della scuola superiore italiana di durata quinquennale dove cambiano gli tutti insegnanti tra il primo biennio e ultimo triennio, Balbo (2007, 73) osserva che

una delle difficoltà più grandi riguarda la continuità didattica e la congruità del metodo con i programmi ministeriali: l'insegnamento effettuato con questo sistema funziona

bene soltanto se nel passaggio fra biennio e triennio non vi è uno stacco troppo forte fra le impostazioni dei docenti e se si chiede agli allievi di non seguire in maniera pedissequa quanto stabilito dai programmi, ma di ragionare soprattutto per competenze interpretative del testo e non per conoscenze grammaticali astratte.

Infine è stato osservato che il confronto fra il corso latino di Ørberg si risolve a vantaggio del secondo perché questo pone gli allievi in una attitudine di maggior rigore e attenzione analitica al testo, essendo il corso “costruito con una sequenza di difficoltà meglio graduata e con richieste subito più impegnative”, tanto che, nelle classi che adottano entrambi questi corsi, “il livello di profitto è mediamente più alto che in latino” (Zanetti 2008, 468).

IL MIC ALLA LUCE DELLA *SECOND LANGUAGE ACQUISITION*

Second Language Acquisition

La *Second Language Acquisition* (abbreviata SLA) è il campo di ricerca che focalizza il proprio oggetto di indagine sugli apprendenti e sull'apprendimento piuttosto che sugli insegnanti e sull'insegnamento. Gass e Selinker (2008, 1) definiscono la SLA come “the study of how learners create a new language system”, sottolineando come la SLA sia lo studio di ciò che di una L2 venga imparato e di ciò che non venga imparato. Simili definizioni e discussioni dello scopo della SLA trovano convergenza nei principali manuali introduttivi alla SLA pubblicati negli ultimi anni (cfr. Doughty e Long 2003; Lightbown e Spada 2011; VanPatten 2003; White 2003).

La SLA è un campo di ricerca giovane ma forte, che è iniziato negli anni Sessanta e ha individuato alcuni concetti chiave negli anni Settanta per riscontrare una prodigiosa espansione in ricerca e teorie tra gli anni Ottanta e Novanta, e, attualmente, cinque sono le aree centrali di indagine: la natura della L2, la natura dello sviluppo dell'interlingua, i contributi della conoscenza della L1, l'ambiente linguistico e l'istruzione (Ortega 2007, 225–6).

Gli studi della SLA, dunque, riguardano la modalità con cui le L2 vengono apprese dagli individui e, perciò, sono multidisciplinari, poiché attinge da una varietà di saperi come la linguistica, la psicologia, la didattica e la pedagogia. Come è stato scritto,

the field of SLA address the fundamental question of how learners come to internalize the linguistic system of another language and how they make use of that linguistic system during comprehension and speech production. Although, we can draw some pedagogical implications from theories and research in SLA, the main objective of SLA research is learning and not teaching. (VanPatten-Benatti 2010, 2).

Le teorie SLA di Stephen D. Krashen

Stephen D. Krashen, nato nel 1941 e professore emerito all'University of Southern California, ha negli ultimi venti anni pubblicato importanti contributi sulla glottodidattica, sulla linguistica applicata e sul bilinguismo.⁹

La teoria di Krashen, prima denominata "Modello del Monitor", poi "Ipotesi dell'Input", infine "Ipotesi della Comprensione" (Krashen 2003), rimanendo sostanzialmente sempre la medesima, si inserisce, alla sua origine, nel filone delle riflessioni nate all'interno del *Comprehension Approach*¹⁰ e all'interno della Suggestopedia,¹¹ in voga nel dibattito degli anni Settanta, ed "è la prima teoria di ampio respiro che tenta di mettere in relazione una varietà di fenomeni nell'apprendimento linguistico che va dall'effetto dell'età al controverso ruolo dell'istruzione" (VanPatten e Williams 2007, 25).

Seguendo fedelmente l'estrema sintesi¹² offerta dallo stesso Krashen (1994, 45-6), le seguenti ipotesi della Teoria del Monitor o dell'Input comprensibile o della Comprensione spiegano come la mente umana impari una L2:

1. *L'Ipotesi dell'Acquisizione e dell'Apprendimento*. L'uomo ha due modi indipendenti per sviluppare l'abilità in un'altra lingua: l'Acquisizione (*acquisition*) è un processo subconscio e intuitivo di costruire una conoscenza

⁹ "In spite of lively criticism and debate, Krashen's ideas were very influential during a period when second language teaching was in transition from approaches that emphasized learning rules or memorising dialogues to approaches that emphasized using language with a focus on meaning. Since then (...) Krashen's ideas have been a source of ideas for research in second language acquisition." (Lightbown e Spada 2011, 38).

¹⁰ Tra gli anni Settanta e Ottanta, i metodologisti operanti negli USA spostarono la loro attenzione dalla scomposizione della L2 nelle sue componenti grammaticali insegnate in classe, nel tentativo di ricreare l'esperienza dell'acquisizione della L1 per l'apprendente della L2. Secondo gli studi di Ferguson sul *baby talk*, il fatto che il bambino, prima di incominciare a parlare, fosse esposto all'input linguistico, significava che la comprensione dell'input precedeva la produzione: nasce da questa semplice ma essenziale premessa il *Comprehension Approach* (Winitz 1981). Per una sintesi degli sviluppi recenti del *Comprehension Approach* che viene ora più comunemente denominato *Comprehension-based instruction* cfr. Lightbown e Spada 2011, 144-50.

¹¹ La Suggestopedia è un metodo di insegnamento glottodidattico sviluppato dallo psicoterapeuta bulgaro Georgi Lozanov negli anni Sessanta con l'obiettivo di arricchire e accelerare l'apprendimento della L2, liberando la mente umana dalle credenze negative della difficoltà dell'apprendimento, cioè abbassando il Filtro Affettivo dell'apprendente. Ma la Suggestopedia agisce sia a livello conscio sia a livello inconscio per l'insegnamento della L2, agevolata dalla musica (Richards e Rodgers 2001, 143).

¹² Forniamo qui di seguito una estrema sintesi delle cinque ipotesi che formano la base della Teoria della Comprensione di Krashen per una rappresentazione unitaria. Nel far ciò, ci è sembrato utile attingere a concetti e strumenti di analisi dalla didattica delle lingue moderne, nello spirito del plurisecolare dibattito tra *lingues vivantes* e *lingues mortes*, di quel "dialogo serio con la didattica delle lingue moderne, dalla quale comprendere quanto, in un secolo e mezzo di studio e applicazione, si è costruito e tentato. E, se il latino e il greco sono lingue, non si vede perché sfuggire dal confronto" (Milanese 2012, 80).

linguistica che è immagazzinata nella mente, non diversamente da come fa un bambino che “prende su” (*pick up*) la lingua prima; l’Apprendimento (*learning*) è un processo conscio in cui gli apprendenti pongono attenzione alla forma, immaginano le regole e sono generalmente consci del loro processo mentale; la conoscenza è, in questo caso, sulla lingua (*knowledge about language*).

2. *L’ipotesi dell’Ordine Naturale*. L’ordine in cui acquisiamo i morfemi (o alcune regole della grammatica) è in un certo senso naturale e, come tale, è prevedibile: ciò non significa che tutti acquisiranno le strutture esattamente nello stesso ordine, ma alcune strutture saranno acquisite prima, altre dopo, indipendentemente dalla difficoltà o dalla importanza del fenomeno linguistico o dalla regola grammaticale.
3. *L’ipotesi del Monitor*. L’abilità di produrre frasi proviene dalla competenza della lingua Acquisita, mentre il Monitor, una “funzione” innata della mente umana, si basa sulla competenza della lingua Appresa, la quale, appunto, funziona solo da “monitor”, da filtro di controllo, per ripulire, secondo criteri di correttezza, la produzione scritta oppure orale (*output*). Tre condizioni devono essere soddisfatte per il funzionamento efficace del Monitor: tempo sufficiente per “pensare” alla regola; focalizzazione sulla forma ovvero concentrazione sulla correttezza formale; conoscenza consapevole delle regole grammaticali.
4. *L’ipotesi dell’Input Comprensibile*. Per Acquisire la lingua c’è un solo modo: comprendere il messaggio della produzione linguistica (scritta oppure orale) nell’ambiente che in cui siamo, cioè l’input.¹³ Più precisamente, partendo dall’assunto che chi Acquisisce una lingua Acquisisce gli aspetti della lingua in un ordine prevedibile, qualora sia al livello di *i*, si è ipotizzato che chi Acquisisce può Acquisire *i+1*, cioè un’informazione linguistica che sia un poco più oltre il suo attuale livello (indicata dalla “*i*”), se comprende l’input contenente *i+1*. L’input comprensibile è la condizione necessaria, ma non sufficiente, in quanto interrelate ci sono le altre ipotesi che entrano in gioco.
5. *L’ipotesi del Filtro Affettivo*. L’Acquisizione della lingua, cioè l’interiorizzazione dell’input comprensibile (*intake*), avviene in certe condizioni emotive: l’apprendente, coinvolto, interessato, motivato e non in ansia, non chiude la porta, per così dire, cioè non attua un blocco mentale per cui il filtro affettivo è basso. In questa maniera, l’input contenente

¹³ L’input è il materiale linguistico a cui è l’apprendente è sottoposto nella sua interazione. L’input, naturalmente, è un fattore necessario per l’acquisizione di una L2 e ha caratteristiche proprie che contribuiscono a favorirne la comprensione e l’acquisizione da parte dell’apprendente.

$i+1$, se compreso, può diventare *intake* nel LAD (*Language Acquisition Device*), ovvero un ipotetico meccanismo del cervello umano postulato da Chomsky per spiegare l'acquisizione umana del linguaggio.

6. *L'Ipotesi della Lettura*. Nel 1994 Krashen, sulla scia degli studi dello psicolinguista Frank Smith, aggiunge l'Ipotesi della Lettura, che è un caso specifico dell'Ipotesi dell'Input. Essa afferma che l'input comprensibile nella forma della lettura stimola anche l'Acquisizione della lingua, dato che la lettura è responsabile per molta parte della nostra competenza nella lettura comprendente (*understanding reading*), migliorando lo stile della scrittura, il vocabolario, l'ortografia (*spelling*) e, in generale, una competenza grammaticale avanzata.

Insomma, come sintetizza efficacemente Krashen (1985, vii):

The topic of this monograph is my favourite hypothesis, the Input Hypothesis. As it well know by now, the Input Hypothesis forms part of what I call, perhaps audaciously, a theory of second-language acquisition, and it has become clearer to me over the last few years that the Input Hypothesis is the most important part of the theory. The Input Hypothesis claims that we acquire language in an amazingly way- when we understand messages. We have tried everything else- learning grammar rules, memorizing vocabulary, using expensive machinery, forms of group therapy, etc... What has escaped us all these years, however, is the one essential ingredient: comprehensible input.

Krashen parla di cinque ipotesi sull'acquisizione della L2 che, se considerate nel loro insieme, in quanto sono interrelate sono in grado di fornire, a livello teorico, spiegazioni a molti fenomeni che si riscontrano anche nella pratica didattica.

Il MIC alla luce delle teorie di Krashen

Possiamo dare un'interpretazione del MIC soffermandoci sui due principali aspetti della teoria SLA di Stephen D. Krashen per l'insegnamento della lingua latina attraverso l'uso "corretto" di *Lingua Latina per se illustrata*, senza avere la presunzione di voler raggiungere a tutti i costi l'esautività e la precisione con cui propongo in questa sede di trattare il MIC.

Questi due aspetti costituiscono anche i punti di forza che vengono – oserei dire – unanimemente al corso di latino ideato da Ørberg: la comprensione del testo e la motivazione all'apprendimento.

La comprensione del testo

Il testo latino di *Lingua Latina per se illustrata* è finalizzato sulla piena comprensibilità da parte dell'apprendente che è, anche, lettore.

L'obiettivo fondamentale perseguito è la comprensione del messaggio, del contenuto di cui il testo è portatore attraverso la lettura: ciò è possibile grazie a sussidi extratestuali (glosse) ed extralinguistiche (immagini), paratestuali (note), e cotestuali (ciò che è noto al lettore della narrazione); viene, secondo necessità, fornita la traduzione in lingua italiana di parole greche, mai incontrate prima.

Il testo latino è scritto/costruito con le seguenti caratteristiche fondamentali:

- frasi brevi;
- frasi contenenti le strutture-obiettivo;
- frasi basate su lessico frequenziale.

Nella nostra interpretazione, il testo di *Lingua Latina per se illustrata* si basa sull'assunto che il *reading for meaning* sia equivalente al *reading with meaning*, ovvero un efficace mezzo per l'acquisizione della lingua latina, facilitata dalla comprensibilità del testo che contiene "mimetizzata" la struttura-obiettivo (la forma della grammatica) che lo studente deve apprendere induttivamente.

Quando lo studente legge il testo di *Lingua Latina per se illustrata*, è inserito nel contesto dell'apprendimento in classe, nella *meaning-focused instruction* ed è a contatto con l'input comprensibile che processa in un modo particolare, cioè mediante la lettura (e la comprensione testuale), che costituisce sia la modalità di fruizione principale della lingua ciceroniana sia l'obiettivo didattico primario dell'apprendimento di tale lingua classica rientrando in pieno nell'ambito dell'Ipotesi della Lettura formulata da Krashen.

Se il testo di lingua latina del corso del danese è dapprima "artificiale", cioè scritto dalla penna di uomini moderni, ma poi diventa testo "originale", cioè inframmezzato da testi autentici di scrittori latini, questo testo calato, per così dire, nella narrazione del "romanzo", è adattato e semplificato dall'autore del corso secondo il livello della competenza grammaticale raggiunto dallo studente a quel punto del corso.

Che gli apprendenti "capiscano" il testo di *Lingua Latina per se illustrata*, che dunque è, almeno a livello didattico-pedagogico, un input comprensibile, viene confermato da numerosi docenti che hanno usato questo corso.

La motivazione all'apprendimento

Nel MIC, il concetto di motivazione dello studente per lo studio della lingua latina e greca è una componente centrale per la "l'acquisizione d'uno strumento formidabile capace di superare i confini del tempo", come scrive Miraglia in riferimento al possesso della lingua latina.

Uno dei compiti del docente, secondo Miraglia, in base alla sua esperienza didattica presso il liceo napoletano "Calamandrei", è di motivare lo studente facendo nascere in lui l'orgoglio d'incamminarsi lungo un cammino che, grazie a un metodo basato sulla gradualità e sulla sforzo sempre commisurato alle sue reali possibilità, lo condurrà a capire il latino come lingua che permette l'accesso a un patrimonio culturale-spirituale di inestimabile valore, capace di arricchire non solo la sua cultura personale, ma anche a un riconoscimento della realtà contemporanea.

Naturalmente il docente "motivatore", pur ribadendo la "piacevolezza" (dell'apprendimento del latino, mediante il MIC, non deve nascondere la difficoltà delle lingue classiche così diverse da quella madre (italiana, nel nostro caso); perciò deve chiarire che senza impegno non si raggiunge nessun risultato e, fin dal primo giorno, deve richiedere con fermezza una certa dedizione e il coinvolgimento attivo con cui lo studente partecipi alla lezione: infatti, evidenzia Miraglia (2009, 8),

l'impegno e il lavoro risultano assai più piacevoli e doppiamente efficaci quando nascono da una motivazione interna, da un interesse, che starà a noi suscitare. Quanto più noi daremo, in termini d'entusiasmo, di lucidità, di carica ed energia, tanto più risponderanno i ragazzi. Ed essi devono sentire ogni giorno d'avvicinarsi sempre più alla meta: la lettura corrente e non sofferta dei testi d'autore: non solo dei classici antichi, ma dei testi del medioevo, del rinascimento, dell'età moderna che hanno fatto la nostra storia. Una lettura che assomigli a un vero e proprio colloquio, non una faticosa decifrazione. La finalità ultima del corso è proprio questa: mettere i ragazzi in condizione di leggere la prosa (e, con pochi accorgimenti, la poesia) latina con gioia e facilità, così da sentire, da ascoltare il messaggio che viene da chi generazioni di uomini e l'improbabile fatica di scribi e copisti o la cura di bibliotecari ha ritenuto di dover salvare dall'oblio.

Se l'alunno è animato da una forte motivazione, viene stabilita una delle condizioni più importanti per ogni genere di apprendimento.

L'apprendimento delle lingue classiche può essere poco motivante per i ragazzi d'oggi, distratti da troppi altri interessi ben diversi da quelli scolastici.

L'insegnante "motivatore" non deve essere, secondo la famosa metafora di Peter Wülfing, un venditore in un mercato dove moltissimi altri hanno strumenti pubblicitari molto più attraenti dei suoi, ma deve essere consapevole che, nel processo d'apprendimento, il successo è un fattore positivo: se lo studente arriva a sentire che, a pari sforzo, corrisponde pari risultato, e che questo risultato viene riconosciuto e apprezzato dal docente, gratificandolo, ogni giorno sarà per lo studente una sfida per "impossessarsi" della lingua classica, constatando, in modo tangibile, i propri progressi. L'insegnante deve, in un certo senso, comunicare, a livello emotivo con lo studente, non solo aiutandolo, guidandolo e insegnandogli la mate-

ria (la lingua e ciò che essa veicola), ma quasi contagiandolo con l'entusiasmo per la gioia di apprendere il latino e dandogli fiducia ed elogiandolo quando ottiene un risultato positivo.¹⁴

Miraglia (2009, 116) sottolinea come questo tipo di atmosfera in classe sia importante per i ragazzi che studiano le lingue classiche, caratterizzandolo in questi termini: un clima sereno e la mancanza di paure e tensioni negative ha notevole efficacia sull'apprendimento linguistico, non c'è dubbio che un pizzico di humour può favorevolmente contribuire non solo a creare tale clima, ma anche a fissar meglio vocaboli, forme e strutture nella memoria.

Nell'ottica dell'Ipotesi del Filtro Affettivo, Krashen individua tre elementi per il successo dell'acquisizione della L2:

- la motivazione: l'apprendente con una motivazione alta in generale fanno meglio;
- *self-confidence*: l'apprendente che ha di sé una buona immagine tendenzialmente migliori risultati;
- ansia: uno stato basso di ansia a livello di classe e di individuo veicola meglio l'apprendimento di una L2;

E questi elementi motivazionali, in accordo all'Ipotesi del Filtro Affettivo, contribuiscono al processo di interiorizzazione nel LAD, cioè la trasformazione dell'input in intake, permettendo il libero passaggio, o impedendolo o bloccandoli (Richards e Rodgers 2001, 133).

Fin dall'apparire del corso di latino di Ørberg, fu sottolineato che forse il più grande vantaggio del MIC era l' "effetto stimolante" che aveva sugli studenti che "hanno reale interesse su quanto letto e compreso nel testo senza bisogno di tradurre e analizzare grammaticalmente" (Hoder 1967, 47) e poi confermata da chi si è occupato del MIC (Zanetti 2008, 457).

La storia narrata in latino, quasi un romanzo, in *Lingua Latina per se illustrata* è un input comprensibile da leggere e comprendere con interesse e piacevolezza, e non è un rompicapo testuale da decodificare a livello grammaticale: il *focus* è mantenuto sul *meaning*, mentre il *focus on form*, finalizzato a se stesso, sarebbe vissuto, emotivamente, dallo studente come un processo di *problem-solving* da affrontare mediante un'analisi delle sin-

¹⁴ Come raccomanda Miraglia ai docenti (2009, 116): "li (*ovvero gli studenti*) si segua con amore profondo, e si faccia della scuola un luogo di gioia in cui vibri un'intima corrente affettiva, e non un'oscura casa di tortura. Si stimolino i ragazzi con esercizi e interrogazioni che siano costanti e sapientemente calibrate, in modo tale che non risultino tanto difficili rispetto al livello d'apprendimento linguistico raggiunto, da essere inattingibili in maniera frustrante, né tanto facili, da produrre un calo d'attenzione e d'interesse da parte degli alunni. Tutto questo sarà comunque suggerito all'insegnante dall'amore che porterà ai suoi allievi".

gole forme e con l'attivazione dalla memoria a lungo termine delle regole pedagogiche, che verrebbero ad avere una funzione utensile come *thumb rules*, ovvero regole pratiche e da ricordare in caso di necessità, gli unici grimaldelli di cui lo studente è fornito per scardinare il mosaico linguistico dietro al quale si cela il tesoro da recuperare: il significato, il senso, quando va bene. Scrive Miraglia (2009, 8):

Non decifrare, non compitare, non almanaccare e strologare per risolvere un enigma d'una decina di righe. Non sudare su logogrifi, su sciarade, su oscuri indovinelli per tentare d'uscire da un *caecus et inextricabilis error* cosparso e lardellato di trappole e insidie.

Una ricerca condotta nel 2000, infatti, su un campione di circa 200 studenti del biennio scientifico e classico a Roma, divisi in due gruppi (MIC e MGT) conferma la percezione più "amichevole" dello studio della lingua latina e una maggiore curiosità a conoscere un mondo tanto antico quanto lontano dalla loro dimensione quotidiana (Truini 2008).

I docenti che, avendo sperimentato il MIC in classe, hanno raccontato la loro esperienza didattica e hanno condotto alcune riflessioni al riguardo, confermano che la forza del MIC risiede nella motivazione e riscontrano nei propri alunni un miglioramento nell'apprendimento, proprio perché – aggiungo io –, secondo la prospettiva di Krashen, il Filtro Affettivo è abbassato.

CONCLUSIONI

Il MIC è uno dei metodi più diffusi tra i docenti di lingue classiche come valida alternativa al MGT, sebbene quest'ultimo sia ancora il più utilizzato nelle aule.

Senza dubbio l'istruzione classica è in forte crisi un po' dappertutto e il rinnovamento metodologico è una delle chiavi per affrontare le grandi sfide che attendono chi insegna ai giovani del terzo millennio, che vengono definiti "nativi digitali", la lingua di Cicerone e di Omero. Rimangono sempre attuali le parole di sant'Agostino che dovrebbero guidare noi docenti del terzo millennio, spesso più attenti all'apprendimento della grammatica con il rischio di cadere nella pedanteria grammaticalistica rispetto al desiderio di far ascoltare le voci degli antichi uomini ai giovani di oggi: "Hinc satis elucet maiorem habere vim ad discenda ista liberam curiositatem quam meticulousam necessitatem".

RIFERIMENTI BIBLIOGRAFICI

- Alcaede-Diosdado Gomez, A., 2000. "La necesidad de renovación didáctica de las lenguas clásicas: una nueva propuesta metodológica." *Estudios clásicos* 118:95–131.
- Balbo, A. 2007. *Insegnare latino. Sentieri di ricerca per una didattica ragionevole*. Torino: Utet.
- Beninca, P. e Conti, R. 2003. "Didattica delle lingue classiche e linguistica teorica." *Università e Scuola* 8:38–53.
- Carbonell M. S., 2010. "La crisi del griego antiguo y los métodos antidepressivos." *Estudios Clásicos* 137:85–95.
- Carlson, J., 2013. "The implications of SLA research for Latin Pedagogy: modernizing instruction and securing its place in curricula." *Teaching Classical Languages* 4:106–122.
- Doughty, Catherine, and Michael H Long. 2003. *The handbook of second language acquisition*. Malden, MA: Blackwell Pub. (Blackwell handbooks in linguistics).
- Ellis, R. 1995. "Interpretation tasks for grammar teaching." *TESOL Quarterly* 29:87–105.
- Flocchini, N. 1999. *Insegnare latino*. La Scuola: Scandicci.
- Koutropoulos, A. 2011. "Modernizing Classical Language Education: Communicative Language Teaching & Educational Technology Integration in Classical Greek." *Human Architecture* 9:55–69.
- Gass, S. and L. Selinker. 2008. *Second Language Acquisition: An Introductory Course*. Hillsdale, N.J.: Erlaub.
- Hellmer, H. 2011. "In memoria Olbergi." *Mercurius* 1:3–4.
- Hoder, E. 1967. "Lingua latina secundum naturae rationem." *The Classical World* 61:47.
- Iodice di Martino, G. 1994. "Didattica della lingua latina oggi. Tendenze scientifiche e prassi scolastico-editoriale." *Bollettini di Studi Latini* 24:652–65.
- Iodice di Martino, G. 1995. "L'insegnamento del latino in una scuola rinnovata: considerazioni intorno agli 'indirizzi' e ai metodi." *Cultura e Scuola* 133:45–50.
- Iodice di Martino, G. 2000. "Prospettive didattiche per il latino del III millennio." *Latina didaxis*, XV: *Incontri con il latino per il III millennio*, a cura di Silvana Rocca, 153–63. Genova: La Compagnia dei Librai.
- Jensen, M. A., ed. 1961. *Language and society: Essays presented to Arthur M. Jensen on his seventieth birthday*. Copenhagen: Berlingske Bogtr.
- Krashen, S.D. 1985. *The input hypothesis: Issues and implications*. Longman: New York.
- Krashen, S.D. 1994. "The Input hypothesis and its rivals." In *Implicit and Explicit Learning of Languages*, edited by N. Ellis, 45–77. Academic Press: London.
- Krashen, S.D. 2003. *Explorations in Language Acquisition and Use: The Taipei lectures*. Heinemann: Portsmouth.
- Lightbrown, M. and N. Spada. 2011. *How languages are learned*. Oxford University Press: Oxford.
- Masciantonio, R. 1988. "Stephen Krashen and the Classical Languages." *The Classical Journal* 84:53–6.
- Milanese, G. 2012. "Insegnare le lingue antiche, insegnare le lingue moderne. Convergenze e illusioni." In *Lingue antiche e moderne dai licei all'università*, a cura di U. Cardinalw e R. Oniga, 67–82. Bologna: Il Mulino.

- Miraglia, L. 1996. "Come (non) si insegna il latino." *Micromega* 5:217–33.
- Miraglia, L. 2004. "Metodo natura e storia culturale." In *A ciascuno il suo latino*, a cura di G. Milanese, 34–44. Lecce: Congedo.
- Miraglia, L. 2009. *Latine doceo*. Montella: Vivarium.
- Natalucci, N. 2005. "La Didattica delle lingue classiche." *Euphrosyne* 32:453–72.
- Ørberg, H.H. 1959. *Lingua latina secundum naturae rationem explicata*. Haunia/Copenhagen. (Reimp. 1965)
- Ørberg, H.H. 1975. "Naturae ratio: méthode directe inductive pour l'enseignement du latin." In *Actes du 9. congrès : Rome, 13-18 avril 1973*, 914–22, vol. 2. Paris: Association Guillaume Bude.
- Ørberg, H.H. 1990. *Lingua Latina per se illustrata*. Haunia/Copenhagen: Dmous.
- Ørberg, H.H. 2010. *Lingua Latina per se illustrata*. Montella: Vivarium.
- Ørberg, H.H., L. Miraglia e M.F. Borri. 2010. *Latine disco*. Roma: Vivarium.
- Ortega, L. 2007. "Second language learning explained? SLA across nine contemporary theories." In *Theories in second language acquisition: an introduction*, edited by Bill VanPatten and Jessica Williams, 225–50. London: Erlbaum.
- Piovan, D. 2005. "Latino e greco come lingue. Insegnare (ed apprendere) le lingue classiche 'secundum naturam'." *Nuova secondaria* 23:77–81.
- Richards, J. and T. Rodgers. 2001. *Approaches and methods in language teaching*. Cambridge University Press: Cambridge.
- Truini, M. V. 2002. "La didattica della lettura nell'approccio ai testi latini." *Docere* 1:5–21.
- Truini, M. V. 2008. "Solo rosa, rosae? Una ricerca sul modo in cui le pratiche didattiche incidono sulla percezione della lingua latina nell'immaginario degli studenti." In *Il mondo classico nell'immaginario contemporaneo*, a cura di B. Coccia, 527–74. Roma: Ape.
- VanPatten, B. 2003. *From input to output: A Teacher's Guide to Second Language Acquisition*. New York: McGraw-Hill.
- VanPatten, Bill and Jessica Williams, ed. 2007. *Theories in second language acquisition: an introduction*. London: Erlbaum.
- VanPatten, Bill and Alessandro G. Benati. 2010. *Key terms in second language acquisition*. London/New York: Continuum.
- White, L. 2003. *Second language acquisition and Universal Grammar*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Winitz, H. 1981. "The Comprehension Approach: An Introduction." In *The Comprehension Approach to foreign language instruction*, edited by H. Winitz, ix–xviii. Rowley (Mass): Newbury House Publishers.
- Zanetti, F. 2008. "Modelli didattici nella prassi scolastica attuale." In *Nuove chiavi per insegnare il classico*, a cura di U. Cardinale, 452–74. Torino: Utet.



Title. Ørberg *per se* and *per alios illustratus*: conceptual framework of inductive-method.

Abstract. *Lingua Latina per se illustrata* is a Latin coursebook which, based on the inductive-method (MIC) being envisaged by Danish Hans Ørberg, is spread non only in Italian schools, but also around the world. In last years, critic academics and enthusiast teachers have been discussing the inductive-method (MIC) or the nature method, unwaveringly promoted in Italy by Luigi Miraglia, but in the available bibliography we lack a general outline which, featuring *status questionis*, provides a sketch of MIC at the standpoint of its descriptive underpinnings. This contribution aims at giving an interpretation of MIC at light of Second Language Acquisition (SLA), an innovative discipline which studies how human minds are capable of learning a foreign language (L2), different from mother tongue. The SLA theories of Stephen D. Krashen, applied linguistic from USA, are the first attempt of exploration of MIC in order to put teachers' intuitive understandings and convictions about MIC in a more systematic conceptual framework grounded on SLA research.

Keywords. Ørberg; Krashen; Latin Pedagogy; Didactica.

HELPING FRIENDS AND HARMING ENEMIES: THE CASE OF *GORGIAS* 480a6–481b5

KONSTANTINOS STEFOU*

University of Ioannina, Greece

Resumo. Sabemos pelo *Críton* (49c10–11) e pela *República* (335e5–6) que o Sócrates de Platão rejeita explicitamente toda ideia de retaliação. Essa visão é reforçada posteriormente no *Górgias* (480a6–481b5), passagem esta que ainda não foi totalmente discutida. Nela, Sócrates confronta a tradicional máxima “ὠφελεῖν τοὺς φίλους καὶ βλάπτειν τοὺς ἐχθροὺς” (“ajudar os amigos e prejudicar os inimigos”) ao transformá-la radicalmente em “ὠφελεῖν τοὺς φίλους καὶ ὠφελεῖν τοὺς ἐχθροὺς” (“ajudar os amigos e ajudar os inimigos”). A ética socrática não aprova que se cometa qualquer tipo injustiça.

Palavras-chave. Sócrates; Platão; *Górgias*; retaliação; injustiça; ética.

D.O.I. 10.11606/issn.2358-3150.v17i2p52-62

THE WELL-KNOWN TRADITIONAL IDEA “ὠφελεῖν τοὺς φίλους καὶ βλάπτειν τοὺς ἐχθροὺς”¹ complies with the concept of ensuring one’s own interest by helping one’s friends and harming one’s enemies. Retaliation in the form of reciprocation of benefits or harms forms the basis whereupon this traditional precept is founded. However, when it comes to Socratic ethics, a question arises immediately: what is the Socratic approach towards this principle known as *talio*?² Plato depicts Socrates rejecting the idea of retaliation: In the *Crito*, he concludes that “one should never treat anyone unjustly, not even as a return for an injustice” (49c10–11),³ while, in the *Republic*, he concludes that “in no case can the harming of another be just” (335e5–6),⁴ although his interlocutor in the *Meno* claims to know what “a man’s virtue” (ἀνδρὸς

* Pós-Doutorando em Platão no Departamento de Classics da University of Ioannina.

** Artigo recebido em 12.set.2015 e aceito para publicação em 30.out.2015.

¹ Many scholars have stressed the fact that this idea pervades Greek popular thought, see for example Kitto 1969, 243–7; Pearson 1962, 15–17, 86–89; Dover 1974, 180–84; Vlastos 1980, 303–7. For a detailed examination of this precept, see especially Blundell 1989, 26–59; cf. Cohen 1995, 61–118. For an opposite view, namely that this idea does not in fact pervade Greek popular thought, see Herman 2000, 7–27; Harris 2005, 125–42.

² The essence of *talio* is reciprocation. *Talio* is the Latin legal term for “repayment in kind” (*talio < tale = “such as”*), see Blundell 1989, 28 n. 15; Vlastos 1991, 181.

³ οὐτε ἄρα ἀνταδικεῖν δεῖ οὔτε κακῶς ποιεῖν οὐδένα ἀνθρώπων, οὐδ’ ἄν ὅτιοῦν πάσῃ ὑπ’ αὐτῶν.

⁴ οὐδαμοῦ γὰρ δίκαιον οὐδένα ἡμῖν ἐφάνη ὄν βλάπτειν. Xenophon, on the other hand, depicts Socrates endorsing repeatedly the traditional precept “to help one’s friends and to harm one’s enemies”,

ἀρετῇ) is: “to be able to manage the city’s affairs, and to manage them so as to do good to his friends and evil to his enemies, and to be careful so that no harm comes to himself” (71e).⁵ The aim of this paper is to shed new light on *Gorgias* 480a6–481b6 not only by unfolding and elucidating how, under the influence of the Socratic ethics, the traditional idea “to help one’s friends and to harm one’s enemies” is transformed into “to help one’s friends and to help one’s enemies” – thus proving that this passage contributes greatly to the expansion of the Platonic testimony in favour of Socrates’ rejection of retaliation –, but also by clarifying how the Socratic theory of the rejection of retaliation per se is inextricably linked to his theory of *eudaimonia*: Socratic ethics does not approve one’s doing injustice in any way.

SOCRATES’ CONVERSATION WITH POLUS (461b2–481b5)

Socrates examines rhetoric as a craft claiming to benefit its practitioners. He argues that it is no real craft – since it is not concerned with the good – but rather an empirical skill in producing pleasure, a form of flattery (κολακεία) that cannot give any rational account of its procedure. In fact, it does not confer any benefit upon the rhetor, since it provides him with a power that is not a real good. While Polus has said that rhetors do “whatever they want” (βούλεσθαι), exercising more power than anyone else, Socrates claims that they do not do “what they want to” but “whatever it seems good to them” (δοκεῖν βέλτιστον). This distinction is of paramount importance. Doing what someone thinks best with intelligence (νοῦς) results in good for the agent; but if his actions are not accompanied by intelligence (cf. 458b), they result in no benefit. Socrates further clarifies what he means by this distinction:

- (i) First, there are activities which we pursue for their own sakes, as being themselves good; secondly, there are activities which we pursue for the sake of something else.
- (ii) Humans pursue what is intermediate for the sake of what is good. All voluntary actions are done with a view to benefiting the agent (the agent’s good, cf. 468b1). On the contrary, involuntary actions are those

see *Memorabilia* 2.1.19, 2.3.14, 2.6.35. On why Plato’s testimony should be preferred to Xenophon’s on this point, see Vlastos 1991, 297–300.

⁵ ἵκανὸν εἶναι τὰ τῆς πόλεως πράττειν, καὶ πράττοντα τοὺς μὲν φίλους εὖ ποιεῖν, τοὺς δ’ ἔχθρους κακῶς, καὶ αὐτὸν εὐλαβεῖσθαι μηδὲν τοιοῦτον παθεῖν.

which result in harm for the agent (the idea in question is contained in the famous dictum οὐδεις ἐκὼν κακὸς or οὐδεις ἐκὼν ἀμαρτάνει).

Consequently, in order to justify his claim, namely that rhetoric does not provide the rhetor with a real good, Socrates proceeds to say what a real good is, thereby arguing against Polus that we are better off being just than being unjust.

THE LAST PART OF THE CONVERSATION WITH POLUS: THE PASSAGE UNDER CONSIDERATION (480A6-481B5)

A brief summary

In this passage, Socrates returns to the consideration of the value of rhetoric. The main question arising from a first reading is the following: what is the value and usefulness of rhetoric, given the fact that, as the preceding conversations point out, a man should protect himself from doing injustice, because doing injustice entails a great enough *evil* (κακόν)? According to Socrates, if a man or whoever else he cares about acts unjustly, he must directly present himself (or his friend) before the court in order to be punished: in that case, he will prevent the disease of injustice from being protracted and making his soul festering incurably. Socrates maintains that rhetoric is useful to one only if intended, primarily, to accuse oneself, thereafter one's relatives as well as each of one's friends, of doing injustice.

Having completed the treatment on the first part of rhetoric's usefulness in respect of benefitting oneself and one's friends, thenceforth Socrates examines the second part: the way in which one must treat rhetoric, aiming at harming an enemy. The other benefit of rhetoric consists in defending an enemy in order not to be punished.

However, approaching the end of the passage, Socrates concludes: whoever does not intend to do injustice has no need of rhetoric. In other words, under these circumstances, rhetoric has no usefulness—if indeed it has any usefulness at all, since it was not evident in the conversation with Gorgias.

A further analysis

After briefly exposing the views unfolded in the passage under consideration, I can move onto a further analysis. To sum up, Polus' main

interests consist in the concept of personal gain, unconditional power,⁶ flattering, being pretentious, concealing falsehood with a view to achieving unconditional *ruling* (ἄρχειν). According to Polus, the greatest power (δύναμις) amounts to acting according to one's own desires, which entails unconditional *ruling* (ἄρχειν, cf. 452d7, 483d5, 488b4, 490a2) without being punished, regardless of the just or unjust characterization of one's actions. In other words, Polus focuses on the special outcome resulting from performing special deeds rather than on the manner or the intention of their performance. The fact that Polus presents the actual stages of Archelaus' obtaining unconditional tyrannical power indicates a special modification of the traditional precept "to help one's friends and to harm one's enemies". This specific alteration is showed in the following form:

(1.1) "To help oneself, to harm one's friends, to harm one's enemies"

The above protasis dictates a kind of behaviour in accordance with the tyrannical pattern, which has its roots in the heroic pursuit of *ruling* (ἄρχειν).⁷ *Ruling* constitutes the hero's main goal due to the fact that the promotion of his *honour* (τιμή) is the ultimate goal to which his steps are always directed. Ἀγαθός (*good man*) in the Homeric poems denotes a brave, successful warrior of noble birth and high social status, capable of delivering speeches, taking decisions and effectively ruling his own *household* (οἶκος).⁸ For that purpose, the hero needs some help from his friends in order to ensure his *honour*. As Arthur W. H. Adkins says,⁹ "*philotes* is cooperation to meet the harsh demands of Homeric life". The pervasive feature of Greek popular morality, namely the assumption that one should help one's friends and harm one's enemies, is deeply rooted in Homer, the "fountainhead of all Greek literature and thought", as Mary W. Blundell points out.¹⁰

Both heroic and tyrannical types of conduct share the same goals in terms of pursuing unconditional *ruling*. However, the Homeric hero relies on his friends for supporting him in coping with the demands of Homeric life. Archelaus' example illustrates the fact that an insidious tyrant's deeds include harming friends or enemies without exception in order to achieve

⁶ Cf. Santas 1979, 247.

⁷ Cf. Adkins 1972, 73–5.

⁸ Cf. Adkins 1972, 11–13.

⁹ Adkins 1972, 17.

¹⁰ Adkins 1972, 26 n.2.

his end. The tyrant has no real friends. In establishing successful relationships, he seeks to promote his own interest.¹¹

According to Polus, the idea of unconditional tyrannical power underlies the restructured traditional precept that the protasis 1.1 suggests. The relish of impunity marking the exercise of unconditional power implies, in Polus' terms, *eudaimonia*. Thus, Polus' *eudaimonia*-pattern is summarized in the following:

(1.2.) The unpunished *unjust man = the most eudaimon*

Socrates is challenged to defend his theory on the value of punishment in contrast with thesis 1.2 that Polus presents as ideal. For that purpose, he evokes the traditional precept "to help one's friends and to harm one's enemies", since he believes that the ideas embedded in this theory reflect special concepts and terms that can be easily understood by Polus. Thus, Socrates, initially, appears to argue for that precept, which is much more clearly articulated in the following:

(2.1.) "To help oneself, to help one's friends, to harm one's enemies"

Socrates quickly clarifies himself with respect to the above idea, while determining the true value of rhetoric. He maintains that rhetoric is useful to one only if intended, primarily, to accuse oneself, thereafter one's relatives as well as each of one's friends, of doing injustice. The substantial utility of rhetoric must be determined by the disclosure of truth. Unlike the heroic and tyrannical pattern, Socratic ethics teaches us that one's friend's real benefit does not consist in the concealment of injustice, but in its disclosure. One can easily observe the diametrically opposed practices of lying and truth-telling. For Socrates, veracity is the only way to bring about punishment and the soul's deliverance from the *greatest evil* (μέγιστον κακόν), that is, injustice. The vital difference between the two value systems (conventional morality – Socratic ethics) results from the contrasting evaluation and the distinction between *good* (ἀγαθόν) and *evil* (κακόν). What conventional morality, founded on traditional ethics,¹² considers as a friend's harm is, according to Socratic

¹¹ Cf. Rebecca Bensen Cain's (2008, 225) description of Polus' priorities: "...doing whatever it takes to survive and having the power that guarantees success taking precedence over the values of justice and shame". For the portrait of the typical tyrant, see Herodotus, *History* 3.80–3; Plato, *Republic* 574a6–576a6; Aristotle, *Politics* 1311a–1315b. See further Dodds 1959, 344; Adkins 1972, 67–75; Tarnopolsky 2010, 23–26, 110–13.

¹² Adkins (1960, 266–8) notes that Polus represents the muddleheadedness of ordinary values, the confusion of values existing in Athens at this period, resulting from the infiltration of the

ethics, nothing but a friend's benefit. Socrates offers a special redirection of the traditional precept "to help one's friends and to harm one's enemies", which brings about the revision and redefinition of the concept of real benefit. Socratic ethics does not focus on the camouflage of injustice or the pretense of justice, but on the disclosure of injustice, on truth and just (*δίκαιον*). Therefore, a man must use rhetoric as a means of disclosing a specific unjust deed in order to purge himself – or his friends – from it, ensuring a special state of health. Generally, one must include rhetorical practice among one's actions, which should, in any case, be addressed towards *good* (*ἀγαθόν*) and *fine* (*καλόν*) without taking any account of the pain (*ἀλγινόν*).

Socrates completes the first part of rhetoric's usefulness in respect of benefitting oneself and one's friends, being able, at the same time, to reach the end of the appropriate treatment on the first half of the traditional precept ("helping friends"). Now, he examines the way in which one must treat rhetoric aiming at harming an enemy (*κακῶς ποιεῖν*). Socrates maintains that, if one indeed should harm one¹³ who treats unjustly a third one – provided that he himself is not being treated unjustly by the enemy, something that should be avoided, since *to be treated unjustly* also indicates one's harm¹⁴ –, he must take care to avoid the enemy's attendance at court in order not to be punished for his unjust deed. It is noteworthy that what the proponents of traditional morality or tyrannical power deem shameful, that is, an enemy's benefitting by means of ensuring his impunity, is exactly the same as what Socrates considers as harm. This wide ideological divergence is based on a differentiated good – an evaluation relying on a further distinction between *opinion* (*δόξα*) and knowledge or, in other words, between *false*

quiet moral excellences into the group of terms based on *agathos*. Cf. Kahn 1983, 95–6; Johnson 1989, 197 n. 2. For a somehow different idea, namely that Polus is insincerely tailoring his remarks to conventional Athenian wisdom, see Kahn 1983, 117. Richard McKim (1988, 40) holds a different view. Furthermore, for the idea that Polus is confused and perplexed by what he actually considers as admirable and shameful, see for example Dodds 1959, 11–12; Benardete 1991, 40–1. See Tarnopolsky 2010, 65–78, for a careful examination of these views.

¹³ The conditional has prompted considerable scholarly discussion. Terence Irwin (1979, 168) notices that "the conditional (cf. *HMi*. 376b) shows that Socrates does not necessarily endorse this use of rhetoric to harm enemies. He normally insists that we should harm no one, *Cri*. 49b–d, *R*. 333b–336a". George Kimball Plochmann and Franklin E. Robinson (1988, 370 n.19) say: "Here Socrates does not directly contradict the import of his question (*Republic* 1.335b), Whether a good man should harm anyone at all?". John Beversluis (2000, 338 n.39) contends that "It should not be inferred that, in saying this, Socrates is endorsing the *lex talionis*, thereby renouncing his interdict on retaliation (*Cr*. 49b10–11) and opting for the Simonidean – Polemarchian view of justice as helping one's friends and harming one's enemies". John Beversluis criticizes Eric R. Dodds (1959, 259) for overlooking the fact that this passage "has a deeper and more unsettling implication. Those who do cover up for their friends and relatives by failing to prosecute them and by helping them to escape punishment, are, in fact, harming them and thereby treating them as if they were enemies".

¹⁴ See Dodds 1959, 259. Cf. 469c1–2.

opinion (ψευδὴς δόξα) and *right opinion* (ὀρθὴ δόξα).¹⁵ Consequently, if a man has embezzled money, he must be allowed to keep on spending it to his own and his friends' advantage, continually showing an unjust and disrespectful pattern of behaviour; furthermore, if a man has done injustice in a way worthy of the death penalty, he must not be punished but be allowed to continue living an unjust life. Thus, in Socrates' opinion, the greatest harm that one can inflict on one's enemy is to leave him unpunished, namely to allow him to still live as wicked (πονηρός) and unjust, since this is the real harm of the soul which brings him wretchedness. Socrates achieves his goal of reversing the traditional precept "to help one's friends and to harm one's enemies" with the assistance of those terms and verbal-ideological means that can be easily perceived by Polus, the "extreme" representative of traditional ethics. On the basis of the above reasoning, Socrates offers a counter-proposal to Polus' idea 1.2:

(2.2.) The unpunished *unjust man* = *the most wretched man*

Socrates gives the unpunished *unjust man* the last position on the newly introduced *eudaimonia*-scale. According to the Socratic value system, the greatest wickedness is identical with injustice correlated with impunity. Polus' defending of unconditional power is restricted to merely phenomenal benefit, anchored in unreflected opinion, thoughtless mind and false belief. The benefit to one's self and one's friends is closely related to the soul. The truly great power lies on the *good*, the benefit, which right opinion, resulting from the deductive reasoning exercise, and truth dictate: namely a punishment based on justice which aims at healing the soul. After putting the finishing touches to his theory of punishment, Socrates concludes with the following idea:

(2.3.) The punished *unjust man* = *less wretched man* than the unpunished *unjust man*

Consequently, the punished *unjust man* is ranked in a higher position than the unpunished *unjust man* on the suggested *eudaimonia*-scale. The utility of rhetoric lies in the disclosure of injustice. Injustice forms the soul's major evil, which is eventually healed by means of punishment and justice implementation.

¹⁵ The true good is what one really wants (ἐκόν), as opposed to what one thinks (δόξα) one wants (apparent good), cf. Plato, *Gorgias* 466b–e. In other words, what one really wants (ἐκόν) is what one knows (or rightly believes) to be the best.

Had the conversation with Polus ended precisely at this point, one would have deduced quite different conclusions about the main objective of the whole Socratic dialectic method addressed towards his interlocutor in the general context of the passage under consideration. However, Socrates emphasizes that whoever does not intend to do injustice has no need of rhetoric. It is noteworthy that it has not been proved yet to what extent rhetoric is useful. Thus, now, the value and usefulness of rhetoric are being called into question again. Socrates contends that the just man, namely the one who performs just deeds, has no need of rhetoric. At this point, let us recall some previous Socratic views in the dialogue in order to facilitate the interpretation of the whole passage:

- a) *Just things* (δικαία) are *fine* (καλά). Therefore, he who performs *just deeds* performs *fine deeds*; and if they are fine, they are *good* (ἀγαθά) as well (*fine* and *good* being identical) (476b ff.);
- b) The fine and good (καλὸς κἀγαθός) man and woman are *eudaimones*, but the unjust and wicked are wretched" (470e10);
- c) Ultimate *eudaimonia* is found in the health of the body and soul (478c3). Secondly, *eudaimonia* is found in the relief of the body and soul from *evil* (κακόν). In view of the soul's superiority in relation to the body, Socrates' concept of *καλοκἀγαθία* (the quality of being a *fine and good* man)¹⁶ is founded on the health and well-being of the soul;
- d) The idea of a soul's well-being implies the Socratic concept of the unity of virtues. The soul's welfare represents soul's virtue, that is, *justice* (δικαιοσύνη), *temperance* (σωφροσύνη), *courage* (ἀνδρεία), *knowledge/ wisdom* (σοφία) or *good opinion* (ὀρθὴ δόξα) founded on dialectic reasoning (cf. 477c).

Combining the above ideas with the present Socratic assertion, it follows that:

- (3.1.) The *just man* = the most *eudaimon*

Socrates gives *just* and *justice* a central role in the concept of *eudaimonia*. The just man is the most *eudaimon*. He has no need of rhetoric or flattering leading to insincere or feigned behaviour. The best weapon in his arsenal does not consist in falsehood but in truth, relying on knowledge or *right opinion*, namely that type of an as yet unrefuted opinion, which is deduced by exercising critical reasoning questions. This is the point on

¹⁶ I use the abstract noun *καλοκἀγαθία* as a derivative of *καλὸς κἀγαθός*, denoting the quality of the latter, such as *κακία* is a derivative of *κακός*.

which actual utmost power is based. The just man is the most eudaimon, enjoying his soul's state of health. One's healthy – via justice – soul determines one's quality of being a *fine and good* man (καλοκάγαθία). Socratic ethics dictate the only type of real benefit: justice. The soul's virtue resides in justice, temperance, courage, knowledge/wisdom or true opinion.¹⁷ It is this idea that establishes the Socratic unity of virtues¹⁸ and the famous Socratic views “no one errs willingly” and “no one willingly performs bad deeds”. Socrates and Polus agreed that all men consider *good* as their ultimate goal in life (468b). For Socrates, as we have already seen, real good depends on the soul's benefit related to justice and the rest of virtue. Thus, one can safely conclude that, by the term *fine and good* (καλὸς κἀγαθός), Socrates means nothing less than being just, temperate, courageous, a man of practical wisdom who knows and performs just and good deeds resulting in his *eudaimonia*. This leads naturally to the verification of the idea of the *Crito* (49c10–11) “οὔτε ἄρα ἀνταδικεῖν δεῖ οὔτε κακῶς ποιεῖν οὐδένα ἀνθρώπων, οὐδ' ἂν ὀτιοῦν πάσχη ὑπ' αὐτῶν” and the *Republic* (335e5–6) “οὐδαμοῦ γὰρ δίκαιον οὐδένα ἡμῖν ἐφάνη ὄν βλάπτειν”.

CONCLUSION

The above analysis leads irrevocably to a certain conclusion. The notion of *talio*, representing the cornerstone, firstly, of the traditional precept “to help oneself, to help one's friends, to harm one's enemies” and, secondly, of the tyrannical precept “to help oneself, to harm one's friends, to harm one's enemies”, is finally repudiated. In *Gorgias* 480a6–481b6, a thorough transformation is noted of both traditional and tyrannical precepts under the influence of Socratic ethics focusing on the crucial distinction between *opinion* and knowledge, or, in other words, between *false opinion* and *right opinion*, as well as between the apparent and the real *good-benefit*. Such wis-

¹⁷ Cf. Santas 1979, 253.

¹⁸ Charles H. Kahn (1983, 95) notes: “the elenchus here brings into the open...a deeper conflict between two equal traditional but incompatible ideals of human excellence: (A) the heroic or competitive notion of *aretē* formulated in the motto of Achilles: ‘always be the first and best ahead of everyone else’... (B) the ideal of measure and moderation, knowing one's limitations as a mortal and one's duties as a citizen”. In p. 96 he adds: “It was one of Socrates' greatest achievements to reshape these two conceptions into a new and consistent moral ideal, the unity of virtues founded on wisdom and on the cooperative excellences, pushing justice to a new and revolutionary demands (‘never harm anyone, even an enemy’), but remaining faithful to the old ideal of manliness by fearlessly risking and finally giving up his life in the cause of justice and loyalty to moral principle”.

dom, consisting in the knowledge of good and evil, is the result of the whole process of exposing one's deeply held views to co-examination, eventually leading him to reject the false opinions and certify the true ones. Now, the reformulated idea, revealing the basic principles of Socratic philosophy, can be summarized in the following:

(3.2.) "To help oneself, to help one's friends, to help one's enemies"

This reformulated idea, marking a concomitant reconceptualization of the main concept of benefit and a complete repudiation of one's harming, shows that the so-called Socratic intellectualism does not promote exclusively one's own interest at the expense of altruistic intentions. The concept of real benefit is short of any idea of reciprocity, becoming a direct consequence of a just deed. Here in the conversation with Polus Plato declares that rhetoric of the kind celebrated by Polus cannot be the key to living well. To value the kind of power rhetoric claims to offer is to hold a false view of what is beneficial to someone. By seeing—through the dialectical discussion—why this view is false, humans reach a true view of what is good, in this way understanding why it is better for the agent, as well as for the patient, to be just than to be unjust. The cardinal virtues, suggested by Socrates, are related to private-individual benefit as much as to the whole community advantage. Eventually, the predominance of *justice and the rest of virtue* indicates the predominance of cooperative values over any competitive value system.

REFERENCES

- Adkins, Arthur W.H. 1960. *Merit and Responsibility: A Study in Greek Values*. Oxford.
- Adkins, Arthur W.H. 1972. *Moral Values and Political Behaviour in Ancient Greece*. London.
- Benardete, Seth. 1991. *The Rhetoric of Morality and Philosophy: Plato's Gorgias and Phaedrus*. Chicago and London.
- Beverluis, John. 2000. *Cross-Examining Socrates: A Defense of the Interlocutors in Plato's Early Dialogues*. Cambridge.
- Blundell, Mary W. 1989. *Helping Friends and Harming Enemies: A Study in Sophocles and Greek Ethics*. Cambridge.
- Cain, Rebecca Bensen. 2008. "Shame and Ambiguity in Plato's Gorgias." *Philosophy and Rhetoric* 41:212–37.
- Cohen, David. 1995. *Law, Violence and Community in Classical Athens*. Cambridge.
- Dodds, Eric R. 1959. *Plato: Gorgias*. Oxford.

- Dover, Kenneth J. 1974. *Greek Popular Morality in the Time of Plato and Aristotle*. Oxford.
- Harris, Edward. 2005. "Feuding or the Rule of Law? The Nature of Litigation in Classical Athens: An Essay in Legal Sociology." In: *Symposium 2001: Vorträge zur griechischen und hellenistischen Rechtsgeschichte*, edited by Michael Gagarin and Robert W. Wallace, 125–42. Vienna.
- Herman, Gabriel. 2000. "Athenian Beliefs about Revenge: Problems and Methods." In: *Proceedings of the Cambridge Philological Society* 46:7–27.
- Irwin, Terence. 1979. *Plato: Gorgias*. Oxford.
- Johnson, Curtis N. 1989. "Socrates' Encounter with Polus in Plato's *Gorgias*." *Phoenix* 43:196–216.
- Kahn, Charles H. 1983. "Drama and Dialectic in Plato's *Gorgias*." *Oxford Studies in Ancient Philosophy* 1:75–121.
- Kitto, Humphrey D. F. 1969. *The Greeks*. Harmondsworth. (1 ed., 1951).
- McKim, Richard. 1988. "Shame and Truth in Plato's *Gorgias*." In: *Platonic Writings, Platonic Readings*, edited by Charles L. Griswold Jr., 34–48. New York.
- Pearson, Lionel. 1962. *Popular Ethics in Ancient Greece*. Stanford.
- Plochmann, George Kimball and Franklin E. Robinson. 1988. *A Friendly Companion to Plato's Gorgias*. Carbondale.
- Santas, Gerasimos X. 1979. *Socrates*. London.
- Tarnopolsky, Christina H. 2010. *Prudes, Perverts, and Tyrants: Plato's Gorgias and the Politics of Shame*. Princeton.
- Vlastos, Gregory. 1980. "Socrates Contribution to the Greek Sense of Justice." *Archaiognosia* 1:301–24.
- Vlastos, Gregory. 1991. *Socrates: Ironist and Moral Philosopher*. Cambridge.



Abstract. As we know from the *Crito* (49c10–11) and from the *Republic* (335e5–6), Plato's Socrates explicitly rejects any idea of retaliation. This view is further strengthened by *Gorgias* (480a6–481b5), a passage that has not been extensively discussed yet. In the passage in question, Socrates challenges the traditional maxim "ὠφελεῖν τοὺς φίλους καὶ βλάπτειν τοὺς ἐχθροὺς" ("helping friends and harming enemies") by radically changing it into "ὠφελεῖν τοὺς φίλους καὶ ὠφελεῖν τοὺς ἐχθροὺς" ("helping friends and helping enemies"). Socratic ethics does not approve one's doing injustice in any way.

Keywords. Socrates; Plato; *Gorgias*; retaliation; injustice; ethics.

EXEMPLA DI ΔΙΔΑΞΙΣ NEL MONDO ANIMALE: IL CASO DELL' ἈΠΑΧΝΗ

GABRIELLA GUARINO*

Università degli Studi di Salerno, Itália

Resumo. Na história humana, a importância do animal como objeto cultural não foi muito inferior à do animal *stricto sensu*. O animal é “muito bom” de ser estudado, não só pelas complexas interações estabelecidas com o mundo humano, mas também por sua importância como representação no imaginário das tradições culturais das sociedades antigas e modernas. Como se sabe, depois de Aristóteles a zoologia se tornou *etologia*; o retorno do animal a suas funções simbólicas e arcaicas poderia explicar a complexidade das obras científicas de Plutarco, baseadas em diferentes competências: zoológica, científica, anedótica, mas também retórica e filosófica. A análise das virtudes atribuídas ao mundo animal feita por Cheronese revela que muitas vezes eles são descritos para *commovere* o público. Há diversas observações a respeito da utilização e da reutilização do repertório zoológico em Plutarco. A polivalência semântica do animal é aqui irrefutável: em Plutarco, o animal pode ser objeto de um estudo pseudo-científico, um símbolo, uma metáfora, uma símile, um *instrumentum* usado para refutar ideias e persuadir o leitor.

Palavras-chave. Plutarco; Cheronese; zoologia; etologia; símbolo; ἀράχνη.

D.O.I. 10.11606/issn.2358-3150.v17i2p63-76

IN HA.608a13, LO STAGIRITA SI RIFERISCE ALLE FORME D'APPRENDIMENTO e d'insegnamento tra animali, ma anche a quelle tra uomini ed animali; simile è il discorso in *soll. anim.* 968c–d di Plutarco, in cui sono elencati *exempla* attestanti la presenza d'intelligenza tra gli animali: l'elefante spicca per capacità di apprendimento, la capacità di assimilazione e la memoria. La capacità di apprendere dagli uomini, non è, tuttavia, una esplicita attestazione d'intelligenza: la σύνεσις¹ si manifesta attraverso movimenti spon-

* Dottorato di Ricerca in Filologia Classica.

** Artigo recebido em 4.out.2014 e aceito para publicação em 18.dez.2014.

¹ Col termine σύνεσις si può indicare la *coitio*, “la riunione”, “l'accordo”, connesso ad aspetti politici. Si indica inoltre *l'intelligentia*, intesa come *perspicax animi facultas*, che si esplica nella capacità di collegare i fatti e distinguere gli eventi, oltre che la perspicacia e prudenza nel produrre giudizi. Nell'*Eth. Nic.* 6.10 Aristotele chiarisce il concetto di σύνεσις distinguendola dalla φρόνησις. Egli definisce la σύνεσις “κριτική μόνον”, “solo capacità critica”, inscindibile dal concetto di εὐσυνεσία, “perspicacia”; sottolinea, inoltre, che la σύνεσις non consiste né nel possedere né nell'acquistare la saggezza (ἔστι δ' οὐτε τὸ ἔχειν τὴν φρόνησιν οὐτε τὸ λαμβάνειν ἢ σύνεσις), che spesso “apprendere” (τὸ μανθάνειν) si dice “comprendere” (συνιέναι), quando si fa uso della scienza, così come si dice “com-

tanei e comportamenti schietti e puri, che nulla hanno a che fare con l'addestramento. Interessante è la storia della ghiandaia in *soll. anim.* 973 D, che è completamente incentrata sul tema dell'istruzione interiore: un barbiere, proprietario d una bottega a Roma, situata davanti al recinto noto come "Foro dei Greci", aveva allevato una ghiandaia prodigiosa, capace di emettere un'infinita varietà di suoni. Essa soleva ripetere sia le parole umane sia i versi degli animali e i suoni degli strumenti musicali, senza costrizione alcuna ma semplicemente per abitudine personale e per il gusto di ripetere e di imitare ogni cosa. Accadde poi che un ricco cittadino venisse trasportato da quella zona al luogo di sepoltura al suono di molte trombe. Durante la sosta abituale davanti alla bottega del barbiere, i trombettieri, acclamati e incitati, continuarono a suonare a lungo. La ghiandaia, a partire da quel giorno, era diventata completamente muta e non faceva sentire la propria voce neppure in caso di necessità vitali. Chi prima dunque si stupiva per la sua voce, rimaneva ancor più sorpreso per il suo silenzio, quando passava accanto al luogo privo del consueto vocìo. Sospetti di avvelenamento gravavano sugli ammaestratori, colleghi del barbiere; ma l'ipotesi più diffusa era che le trombe avessero leso l'udito della ghiandaia e che con l'udito si fosse estinta anche la voce. Nessuna delle due supposizioni era comunque esatta. Si trattava di una esercitazione e di un ritiro in se stessa della capacità mimetica, concentrata ad allenare la voce preparandola quasi si trattasse di uno strumento musicale. All'improvviso, infatti, questa dote si ripresentò e non si scatenò nelle solite vecchie imitazioni, ma eseguì le musica delle trombe con le stesse successioni, riproducendone ogni modulazione, ritmo e sonorità. Insomma, negli animali l'istruzione interiore comporta una razionalità maggiore di quanta non ne implichi la prontezza ad apprendere. Molti sono gli *exempla* di animali che insegnano un'arte ai propri simili,² ad esempio l'usignolo insegna l'arte del canto ai propri piccoli, come si narra in *soll. anim.* 973 B, là dove si afferma che cantano peggio gli usignoli cat-

prendere" quando si fa uso dell'opinione nel giudicare sulle cose che sono oggetto della saggezza (ή φρόνησις) quando ne parla un altro e nel giudicare adeguatamente (giacché "bene" e "adeguatamente" qui significano la stessa cosa). La σύνεσις è pertanto la capacità di giudicare legata anche al giudizio di cui ci si avvale nell'apprendere (έντεϋθεν έλήλυθε τοϋνομα ή σύνεσις, καθ' ήν εϋσύνετοι, έκ τής έν τῷ μανθάνειν); spesso si usa per "comprendere" l'apprendere (λέγομεν γάρ τῷ μανθάνειν συνίτιναι πολλάκις); la φρόνησις è la saggezza, ovvero l'insieme degli elementi oggetto del processo dell'apprendimento (τῷ μανθάνειν). Il termine in Plutarco ricorre 72 volte ed assume significati diverse accezioni. La σύνεσις può essere intesa negli scritti plutarchei come unione politica (*Rom.* 6.3; *Them.* 2.6); intelligenza (*Them.* 2.6) ovvero capacità di riflessione in relazione contrappositiva rispetto alla πράξις, la capacità di azione; in Alcibiade le qualità ammirate dai suoi soldati sono la σύνεσις e la δεινότης (*Alc.* 14.11; *Arat.* 10.4); compare unita all'ajndreiva come virtù militare (*Tim.* 3.5; *Eum.* 16.2); può inoltre indicare la capacità di comprendere gli eventi e la saggezza (*Per.* 4.6).

² Martos 1996; Newmyer 1997; Newmyer 1992; Newmyer 1999; Santese 1993; Steiner 2009/2010.

turati da piccoli e allevati lontano dalle madri; quelli cresciuti vicino alla madre vengono infatti ammaestrati e imparano, non per ottenere una ricompensa né per la gloria, ma perché provano piacere a gareggiare fra loro nel canto e perché amano la bellezza della propria voce più che non la sua utilità. In *soll. anim.* 974 C in cui si descrivono pratiche di automedicazione di animali: alcuni si curano astenendosi dal cibo, come i lupi ed i leoni che, quando sono sazi di carne, se ne stanno sdraiati a riposare, riscaldandosi ai raggi del sole. La tigre, inoltre, quando le viene dato un capretto vivo, sta a dieta senza toccare cibo per due giorni, ma il terzo giorno, se le viene fame, cerca qualcos'altro da mangiare e risparmia il capretto, che considera ormai suo compagno e vicino. Sull'arte chirurgica e gli animali, Plutarco riporta numerosi *exempla* in *soll. anim.* 974 D: gli elefanti soccorrono i compagni feriti estraendo dal loro corpo le aste, giavellotti e frecce; le capre cretesi mangiano dittamo per espellere con facilità le frecce confitte nel loro corpo. Alla luce delle tante capacità attribuite agli animali, si evince che non esistono esseri in natura capaci di ragionare, giudicare, ricordare e prestare attenzione che non abbiano la capacità di ricercare l'utile, di conseguirlo e di sfuggire il pericolo (*soll. anim.* 966 F: οὐδεμία μηχανή <παρεῖναι> τοῖς μὴ λογιζέσθαι τι καὶ κρίνειν καὶ μνημονεύειν καὶ προσέχειν πεφυκόσιν). La narrazione procede per *exempla*: le api, le oche, le gru, l'airone, spiccano per l'abilità con cui prevedono il pericolo ed escogitano sistemi ed astuzie per evitarlo (967 B–C). In *soll. anim.* 967 D³ Plutarco elenca le virtù delle formiche:

³ L'aggettivo ἀμήχανος attestato in Plutarco in quattro passi appartenenti alle descrizioni zoologiche, assume diverse sfumature (966 A, 967 D, 971 F, 993 D). In 966 A è usato in riferimento alla pesca, considerata pratica poco ingegnosa, perché non necessita di alcuna strategia (*soll. anim.* 966 A: τὸ γὰρ ἀγεννὲς καὶ ἀμήχανον ὄλωσ καὶ ἀπάνουργον αὐτῶν αἰσχρὸν καὶ ἄζηλον καὶ ἀνελεύθερον τὴν ἄγρην πεποίηκε). In 971 F lo strobilo è definito ἀμήχανος, "riluttante" a farsi toccare e mordere (*soll. anim.* 971 F: κείται θηγεῖν τε καὶ δακεῖν ἀμήχανος). Nel passo 967 D l'aggettivo esprime l'idea dell'impossibilità (Τὰς δὲ μυρμηκῶν οἰκονομίᾳ καὶ παρασκευᾷ ἐκφράσαι μὲν ἀκριβῶς ἀμήχανον, "è impossibile narrare i preparativi e le disposizioni delle formiche"). Stilisticamente gli elementi costitutivi dei due sintagmi ἐκφράσαι μὲν ἀκριβῶς ἀμήχανον e ὑπερβῆναι δὲ παντελῶς ὀλίγωρον sono disposti in successione parallela secondo questo schema: verbo all'infinito (ἐκφράσαι – ὑπερβῆναι) avverbio (ἀκριβῶς – παντελῶς) e verbo (ἀμήχανον – ὀλίγωρον): essi costituiscono un *isocolo* (o piccolo parallelismo) per la corrispondenza della sequenza lineare delle parole, che si corrispondono sintatticamente, ma si contrappongono semanticamente; all'azione del descrivere (ἐκφράσαι) si contrappone il sorvolare (ὑπερβῆναι); inoltre all'impossibilità di essere precisi nel narrare (μὲν ἀκριβῶς ἀμήχανον), si contrappone la necessità di non essere negligenti tralasciando gli *exempla* (δὲ παντελῶς ὀλίγωρον). Il *paradoxum* è realizzato attraverso la contrapposizione piccolo-grande, rilevabile dalla scelta della coppia di aggettivi. Plutarco fa seguire a κάλλιον l'aggettivo μείζων per attuare un'*amplificatio* semantica, per dilatare lo spazio espressivo. I due sintagmi ἐνθ' ἔνι μὲν φιλότης τὸ κοινωνικόν e ἐνι δ' ἀνδρεία εἰκὼν τὸ φιλόπονον sono disposti in successione parallela secondo questo schema: verbo (ἔνι) il genitivo (φιλότης e ἀνδρεία) retto da εἰκὼν e l'aggettivo sostantivato neutro (τὸ κοινωνικόν – τὸ φιλόπονον). Plutarco ripropone la struttura dell'*isocolo*. I due sintagmi ἐνθ' ἔνι μὲν φιλότης τὸ κοινωνικόν e ἐνι δ' ἀνδρεία εἰκὼν τὸ φιλόπονον sono disposti in successione parallela secondo questo schema: verbo (ἔνι) il genitivo (φιλότης e ἀνδρεία) retto da εἰκὼν e l'aggettivo sostantivato neutro

Τὰς δὲ μυρμηκῶν οἰκονομίας καὶ παρασκευὰς ἐκφράσαι μὲν ἀκριβῶς ἀμήχανον, ὑπερβῆναι δὲ παντελῶς ὀλιγωρον· οὐδὲν γὰρ οὕτω μικρὸν ἢ φύσις ἔχει μειζόνων καὶ καλλιόνων κάτωπυρον, ἀλλ' ὡς περ ἐν σταγόνι καθαρᾷ πάσης ἔνεστιν ἀρετῆς ἔμφρασις· ἔνθ' ἔνι μὲν φιλότις τὸ κοινωνικόν, ἔνι δ' ἀνδρείας εἰκὼν τὸ φιλόπονον, ἔνεστι δὲ πολλὰ μὲν ἐγκρατείας σπέρματα πολλὰ δὲ φρονήσεως καὶ δικαιοσύνης.

La descrizione si realizza sull'*absurdum* ("come possono le formiche, esseri minuscoli, dare prova di tanta forza?"): le prove della grandezza e della bellezza si ritrovano in natura proprio nelle cose apparentemente più piccole. L'autore gioca con l'*enumeratio* delle virtù, disposte in modo caotico: ἐγκράτεια,⁴ φρόνησις, δικαιοσύνη. Altre virtù delle formiche sono la φιλοπονία (che sovente è manifestazione della φιλοστοργία) e l'εὐγνωμοσύνη, termine con il quale si indica un atteggiamento cortese e premuroso, che appartiene solo alla loro specie. Aristotimo dedica un lungo discorso alle mirabili imprese delle formiche (*soll. anim.* 967D–968B), ricordando quanto esse spicchino per astuzia, raccontando come esse rodano e riducano in pezzi gli oggetti pesanti da trasportare per agevolare il loro lavoro, e di come dispongono le uova all'aperto, in procinto di piogge, affinché si rinfreschino. Plutarco, inoltre, per sottolineare l'astuzia degli insetti, riferisce che taluni indicherebbero non le uova, ma le provviste, che le formiche espongono all'aria aperta, accortesi del pericolo di putrefazione. Esse, inoltre, prevenendo la germinazione del grano, rosicchiano la punta dei chicchi, da cui il frumento emette il germoglio, impedendo così che il grano si trasformi in germe. Infine, Aristotimo critica chi studia i formicai come se li stesse dissezionando; pur polemizzando contro questi "studiosi", Aristotimo si compiace nel descrivere accuratamente i formicai, che si compongono di tre zone, una preposta al dormire, la seconda alle provviste, la terza usata come deposito delle formiche morenti. Il lungo elenco sulle virtù delle formiche termina con la descrizione del formicaio e con l'elogio della devozione delle formiche nei confronti del culto dei morti e dei cadaveri. Aristotimo in 968A afferma: ὑπερβάλλει δὲ πᾶσαν ἐπίνοιαν συνέσεως ἢ τοῦ πυροῦ τῆς βλαστήσεως προκατάληψις· οὐ γὰρ δὴ παραμένει ξηρὸς οὐδ' ἄσηπτος ἀλλὰ διαχεῖται καὶ γαλακτοῦται μεταβάλλων εἰς τὸ φθίνειν: infine riconosce la προκατάληψις alle

(τὸ κοινωνικόν – τὸ φιλόπονον). In un altro passo (783F) l'autore afferma che la κοινωνία appartiene alle formiche e alle api: ἀλλὰ μᾶλλον τὸ κοινωνικόν καὶ πολιτικόν, ὃ καὶ μύρμηξιν ἄχρι τέλους παραμένει καὶ μελίτταις. I lemmi κάτωπυρον, ἔμφρασις, εἰκὼν sono disposti in *climax* ascendente: Plutarco rafforza l'opinione da dimostrare, giocando con la sinonimia. Sull'uso dei sinonimi, Teodorsson 2000. L'aggettivo è attestato in nove passi plutarchei, ma in riferimento agli animali solo in 966A e 967D. La φρόνησις quale virtù animale è attestata in 986F. Sulla δικαιοσύνη nel mondo animale cfr. 493B, 495B, 962A, 963A, 963F, 964B, 964C, 967E, 986F.

⁴ Sull'ἐγκράτεια nel modo animale in Plutarco è possibile rinvenire numerose attestazioni: *soll. anim.* 966B, 967D, 969C; inoltre cfr. *bruta anim.* 988F per il rapporto σωφροσύνη – ἐγκράτεια nel mondo animale.

formiche, ovvero “l’intelligenza preventiva”. Il tonno ha una capacità tale di percepire l’equinozio e il solstizio da insegnare queste date addirittura all’uomo senza alcun bisogno di tavole astronomiche. Dovunque il solstizio d’inverno lo sorprenda, in quello stesso luogo esso se ne sta fermo e si trattiene fino all’equinozio.⁵ Le pernici avvezzano i loro piccoli,⁶ in caso di fuga, a nascondersi tenendo con le zampe una zolla davanti al proprio corpo, dopo essersi coricati a terra supini. Quanto ai piccoli delle cicogne puoi notare, sui tetti, come gli adulti stiano loro accanto, mostrando la tecnica di volo quando essi tentano l’impresa. Gli usignoli insegnano a cantare ai loro piccoli; mentre gli esemplari che sono stati catturati alla nascita e che sono stati allevati nelle mani degli uomini cantano peggio, come se fossero stati allontanati dal maestro prima del tempo.

È noto che anche l’uomo apprende dagli animali: in *soll. anim.* 974A Plutarco afferma che l’uomo ha imparato dal ragno l’arte della tessitura, dalla rondine l’architettura, dal cigno e dall’usignolo il canto per imitazione. In *soll. anim.* 966F Plutarco descrive la tela del ragno, esaltandone precisione nella tessitura, la colorazione, nonché l’efficacia nel catturare la preda. La tela del ragno è simile alla tela lavorata dalle donne e alle reti dei pescatori (τὰ δ’ ἀράχνης ἔργα, κοινὸν ἰσῶν γυναιξὶ καὶ θήρας σαγινηνυταῖς ἀρχέτυπον, οὐ καθ’ ἓν ἄν τις θαυμάσειε) e si contraddistingue per la precisione (καὶ γὰρ ἡ τοῦ νήματος ἀκρίβεια) per la continuità e per l’assenza di eccesso nell’ordito (καὶ τῆς ὑφῆς τὸ μὴ διεχῆς μηδὲ στημονώδες): esso è compatto ed uniforme grazie ad una sostanza vischiosa invisibilmente mescolata (ἀλλὰ λείου συνέχειαν ὑμένος καὶ κόλλησιν ὑπὸ τινος ἀδήλως παραμειγμένης γλισχρότητος ἀπειργασμένον); inoltre il colore della tela è a tal punto tenue, da renderla quasi trasparente

⁵ In *soll. anim.* 979E–F protagonista è il tonno; attraverso una citazione eschilea si rafforza la *persuasio*. Si fa riferimento ad un luogo comune usato per illustrare un particolare fisico del tonno: la debolezza del suo occhio sinistro. Il frammento è inserito in un discorso propriamente filosofico, di cui le tesi aristoteliche rappresentano il fulcro. Plutarco, poco prima di inserire il frammento, sostiene che Aristotele è testimone della capacità dei tonni di prevedere il mutamento solare e delle loro capacità aritmetiche: dopo l’inserimento del frammento, riporta ancora teorie aristoteliche, secondo cui i tonni affidano con grande intelligenza ed accortezza la propria difesa all’occhio migliore, che vivono in banchi, che imprimevano al loro banco la forma di un cubo, rendendolo saldo da ogni parte.

⁶ Le descrizioni zoologiche plutarchee mirano ad attestare sovente la presenza di σύνεσις, di ἐγκράτεια, di φιλοσοφία nel mondo animale: talora, per attuare la *persuasio*, l’autore ricorre all’espedito retorico della *oppositio*, contrapponendo animali “virtuosi” ad animali “non virtuosi”: in *soll. anim.* 962E il confronto tra animali si esplica mediante un sistema semantico oppositivo; l’autore, per mettere in rilievo l’ἀρετή delle colombe e delle cicogne, le paragona alle pernici e agli ippopotami, insistendo sulla loro incapacità di praticare la φιλοσοφία. L’ippopotamo e la pernice sono metafore dell’empietà, per i loro comportamenti irrispettosi sia verso la prole sia verso i loro procreatori. Il fine dell’autore, che insiste sulla crudeltà di taluni animali e la bontà di altri, è *commovere* il suo pubblico che, sconvolto ed inorridito dalle nefandezze delle pernici e degli ippopotami, è indotto a provare simpatia per le colombe e le cicogne.

(ἦ τε βαφὴ τῆς χροῶς ἐνάερον καὶ ἀχλωδὴ ποιούσα τὴν ἐπιφάνειαν ὑπὲρ τοῦ λαθεῖν) e tale caratteristica consente al ragno il controllo del proprio artificio, nonché un'estrema abilità e prontezza nel catturare la preda, che resta impigliata nella rete; il ragno è come un astuto pescatore, che, quando si accorge di essere in procinto di catturare la preda, serra in maniera ermetica la rete sul malcapitato (αὐτὴ τε μάλιστα πάντων ἢ τῆς μηχανῆς αὐτῆς ἡνιοχεία καὶ κυβέρνησις ταν ἐνσχεθῆ τι τῶν ἀλωσίμων, ὥσπερ δεινοῦ σαγηνευτοῦ ταχὺ συναίρειν εἰς ταῦτό καὶ συνάγειν τὸ θήρατρον). L'ἀράχνη è simbolo dell'apprendimento negli animali. In *soll. anim.* 974 A si elogia la capacità di apprendimento degli animali: la discussione potrebbe generare ilarità, se si dà credito a Democrito, il quale afferma che gli uomini hanno imparato dagli animali e non viceversa (Γελοῖοι δ' ἴσως ἐσμὲν ἐπὶ τῷ μανθάνειν τὰ ζῶα σεμνύνοντες, ὧν ὁ Δημόκριτος (B 154) ἀποφαίνει μαθητὰς ἐν τοῖς μεγίστοις γεγονότας ἡμᾶς), sicché nelle attività più importanti l'uomo è ritenuto essere discepolo dell'animale come nell'arte della tessitura e del rammendo (ἀράχνης <ἐν> ὑφαντικῆ καὶ ἀκεστικῆ).

Il ri-uso⁷ del repertorio zoologico in Plutarco determina, anche nel caso del ragno, un ricco *imaginaire*. Ricollegandosi ad una tradizione

⁷ Lausberg 1969, 16–17. Lo studioso rileva: “Il discorso di ri-uso è un discorso che viene tenuto in tipiche situazioni (solenni, celebrative) periodicamente o irregolarmente dallo stesso oratore o da oratori che cambiano: esso mantiene la sua “usabilità” per dominare una volta per tutte, queste situazioni tipiche (all'interno di un ordine sociale che si presume costante). Ogni società di una certa forza ed intensità conosce questi discorsi di ri-uso che sono strumenti sociali per il mantenimento cosciente della pienezza e della continuità dell'ordine sociale e spesso anche del carattere necessariamente sociale dell'umanità in generale. Il ri-uso rende necessaria la conservazione dei discorsi della memoria di un quadro di funzionari incaricati oppure nella scrittura. Questa conservazione determina una “tradizione di discorsi di ri-uso” che per la letteratura e poesia diventa la “tradizione letteraria”. La tradizione insieme alla conservazione, è il fenomeno proprio della “variazione”, che già si realizza nella diversa articolazione possibile dello stesso suono della parola, per mezzo di diversi oratori e che può assumere numerosi gradi di intensità (per esempio nella modernizzazione del suono della parola in una società che si è trasformata). L'intenzione di provocare un mutamento della situazione nel discorso di ri-uso è resa tipica dalla convenzione in quanto valgono come situazioni tipiche anche le situazioni che devono essere modificate per mezzo del discorso di ri-uso”. Il ri-uso plutarcheo riguarda sovente le citazioni poetiche adattate a contesti zoologici. Nel *De sollertia* le citazioni assumono carattere strumentale ed accidentale, perché non sono direttamente collegabili al tema trattato, ma, attraverso il principio della polifunzionalità, esse coprono un vastissimo ventaglio di funzioni e, attraverso un processo di transcodificazione, assumono un significato completamente diverso, in base al contesto in cui esse sono inserite. Il ri-uso della fonte pone svariati e particolari problemi, non solo dal punto di vista formale, ma anche contenutistico, non soltanto per l'assemblaggio intero dell'operetta in sé, quanto per le ragioni ed i moventi culturali, filosofici, etici, psicologici, antropologici, emotivi e persuasivi che sottendono una tale scelta. Innanzitutto è rilevante la *voluntas* plutarchea nel ri-uso della fonte, indi quanto questa *voluntas* modifichi ed adatti tanto l'*inventio* plutarchea, quanto il significato originario della fonte, nel suo proprio contesto e quanto tutto ciò incida sul contesto dell'operetta, generando un nuovo tipo di discorso. Ciò impone una forma euristica ed ermeneutica che, applicata sia ai singoli paragrafi sia all'intera operetta, sia in rapporto osmotico tra le parti ed il tutto. L'universalità della citazione plutarchea va di pari passo con l'attualizzazione e la contemporaneizzazione delle fonti stesse. Più sono o sembrano impersonali, più danno o se-

fortemente radicata nella cultura greca, che promuove il mondo animale quale specchio dei comportamenti, delle attitudini, dei caratteri degli esseri umani, il Cheronese non esita a servirsi del paragone etologico tra uomo ed animale, per giustificare, valorizzare, condannare una tipologia di comportamento. Come per i suoi predecessori, la riflessione plutarchea sugli animali non proviene quasi certamente o quasi mai da una conoscenza diretta, ma da un retroterra di credenze, da un insieme di rappresentazioni, che ha saputo osservare e catturare i movimenti degli animali cristallizzandoli in un sistema semantico. La polifunzionalità dell'animale nell'uso plutarcheo è dato inconfutabile: l'animale in Plutarco può essere al centro di studi di matrice pseudo-scientifica ed etologica; può essere un simbolo, una metafora, l'oggetto di una similitudine, un *instrumentum* di cui l'autore si serve per confutare le proprie idee e per attuare la *persuasio*⁸ sul suo pubblico, l'oggetto di riflessioni in chiave zoo-psicologica e filo-animalistica.

Pertanto va rilevato come l'ἀράχνη⁹ sia utilizzato in svariati contesti; nella funzione simbolica è utilizzato come metafora del tempo. In *Num.* 20.6 l'opera dell'ἀράχνη è metafora del tempo che scorre. Sotto Numa fu instaurato un clima di pace e, come dicono i poeti, nelle imbracciature degli scudi si erano formate tele di ragni bruni: l'immagine sta ad indicare il lungo periodo di inattività dalle guerre. In *Nic.* 9.7 è ripresa la medesima metafora della tela del ragno come simbolo del tempo che scorre. Con la pace di Nicia si inaugurò un periodo di tregua e serenità tale, che fu celebrato con i versi di Euripide (*Eur. fr.* 369 N29) in cui si inneggia alla pace ed all'abbandono delle armi. I ragni tessono i loro fili nelle armi inutilizzate. L'ἀράχνη è metafora dell'insidia e del pericolo. In *Sol.* 5.4 Plutarco confronta con una similitudine le leggi scritte alla tela del ragno. Le leggi in nulla differiscono dalle tele del ragno: esse catturano gli esseri più deboli ed indifesi mentre sono lacerate dagli animali più forti e potenti (τὰς ἀδικίας καὶ πλεονεξίας τῶν πολιτῶν, ἃ μηδὲν τῶν ἀραχνίων διαφέρειν, ἀλλ' ὡς ἐκεῖνα τοὺς μὲν ἀσθενεῖς καὶ λεπτοὺς τῶν ἀλίσκομένων καθέξειν, ὑπὸ δὲ τῶν δυνατῶν καὶ πλουσιῶν διαρραγῆσθαι). Il rifiuto

guono il criterio dell'oggettività e della verità. Nel *De sollertia* le citazioni poetiche sono continue e tendono spesso a spezzare la narrazione, conferendo al testo un'articolazione asimmetrica. Le citazioni letterali possono essere variate sulla base di variazioni flessionali, omissioni, aggiunte o trasposizioni di parole. Le variazioni involontarie risalgono o ad errori di memoria o ad adattamenti tradizionali (di tradizioni precedenti). A volte le *variations* sono determinate dal riadattamento della fonte al mutato contesto socio-culturale-ideologico, o al mutato contesto dell'opera rispetto all'originale. Cfr. sull'uso delle citazioni dei tragici in Plutarco, Di Gregorio 1979. Cfr. inoltre sulle tecniche di citazione G. Bona 1991.

⁸ Per le strategie retoriche plutarchee cfr. La Matina 1991. Cfr. inoltre Larmour 2000; Matino 1991; Milazzo 1991; Van der Stockt 2000; Fernández Delgado 2008.

⁹ Cfr. per lo studio degli insetti, tra cui il ragno, Davies e Kathirithamby 1986. Inoltre si veda Gil 1959.

dell'ingiustizia e la lotta allo spirito di sopraffazione, princìpi sostenuti da Solone attraverso la compilazione di leggi scritte, sono ridicolizzati e smentiti per mezzo della metafora della rete del ragno, che uccide chi è debole ma è squassata da chi è forte. *Ἰάραχνη* è attestato nella similitudine. In *Is. et Os.* 358F i racconti mitici sugli dèi nascondono un fondo di verità, non come favole e fantasticherie che gli scrittori di prosa e versi scrivono come se stessero tessendo la tela di un ragno. Infine, *Ἰάραχνη* ricorre nelle somiglianze zoologiche. In *soll. anim.* 980B si discute delle manifestazioni di *κοινωνία* tra animali e si approfondisce una particolare forma di socievolezza, la *συμβίωσις*, tipica del mondo marino: si pensi al guardiano della pinna, animale simile al granchio, che vive con la pinna e ne custodisce l'ingresso, e alla spugna, governata da un animaletto non simile al granchio ma al ragno (*τὸν δὲ σπόγγον ἤνιοχέϊ θηρίδιον οὐ καρκινώδες ἀλλ' ἰάραχνη παραπλήσιον*).

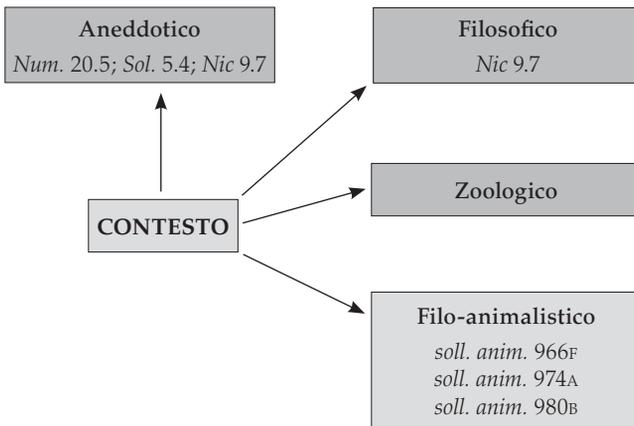
Interessante in questo studio sull'*ἰάραχνη* è stata la rilevazione del riutilizzo del repertorio zoologico, adattato dal Cheroneo, di volta in volta, alla tesi che vuole dimostrare. In altre parole, il repertorio zoologico sovente viene riusato con un utilizzo altro dalla sua origine e viene forzato ad assumere quelle caratteristiche che all'autore servono. Lo studio del lessico zoologico usato per descrivere gli animali ha fatto rilevare la presenza di neologismi, degli *hapax*, di tecnicismi zoologici ed è stata evidenziata la possibile incidenza del lessico zoologico aristotelico su quello plutarceo. L'analisi zoologica è stata realizzata tramite una scheda articolata in tre livelli: (1) analisi testuale, (2) analisi zoologica, (3) analisi lessicale. Il primo livello comprende l'analisi del contesto e l'analisi della funzione dell'animale nel passo, il secondo include la classificazione della specie e il genere dell'animale, le associazioni zoologiche, le *affordances*,¹⁰ per identificare comportamenti, qualità fisiche, abitudini dell'animale che ben si prestano a veicolare significati simbolici di un certo tipo. Il concetto è elaborato da Gibson e dalla scuola di psicologia ecologica. Le *affordances* sono le qualità di un oggetto di cui l'uomo si serve. Maurizio Bettini suggerisce di applicare l'idea di *affordance* alla zoologia per indicare l'animale che si presta a veicolare un significato simbolico o metaforico. Il terzo comprende l'analisi lessicale, utile a comprendere in quale modo Plutarco parli degli animali: sono stati rilevati i tecnicismi specifici (termini che indicano concetti specifici del settore zoologico) ed i tecnicismi collaterali (varianti determinate dal settore zoologico). L'analisi lessicale mira a rilevare il tasso di novità introdotto dall'autore rispetto ai modelli precedenti ed utile per cercare di stabilire quanto il peso della tradizione orienti i punti di vista dell'autore

¹⁰ Bettini 1998.

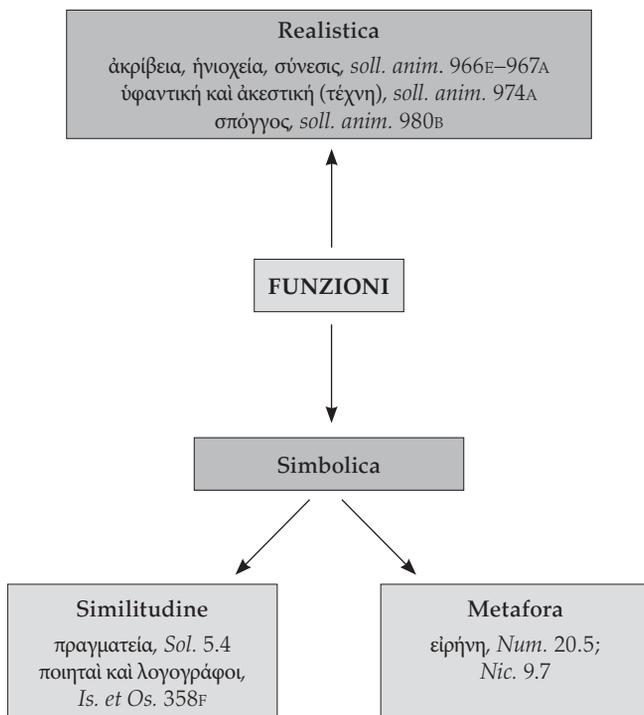
in una direzione piuttosto che in un'altra. Oltre che nel *corpus* plutarco, si è valutata l'originalità lessicale dello scrittore in base al confronto con i modelli tenuti presenti: come parametro di riferimento si è partiti dal *De natura animalium* di Aristotele. Attraverso la progettazione di schede fisse si raccolgono e sintetizzano i dati acquisiti e con la progettazione di grafici si mostrano i dati relativi alla valutazione dell'incidenza del tecnicismo specifico e del tecnicismo collaterale sul lessico zoologico di Plutarco. Per l'individuazione dei tecnicismi lessicali si ricorre ai seguenti criteri¹¹:

1. maggiore analiticità richiesta dalla lingua speciale rispetto a termini troppo generici.
2. tendenza alla monoreferenzialità (il tecnicismo non ha sinonimi e può essere sostituito solo da una definizione o una perifrasi).
3. Indicazioni fornite dai principali dizionari della lingua greca e dizionari etimologici.

LIVELLO 1: ANALISI TESTUALE

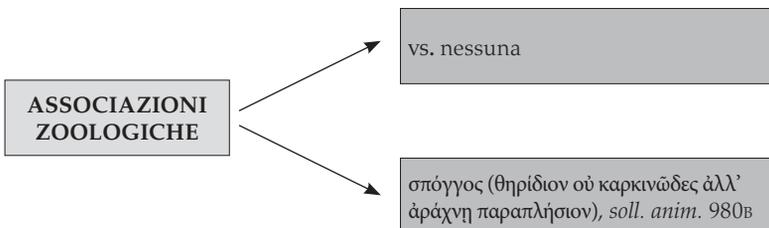
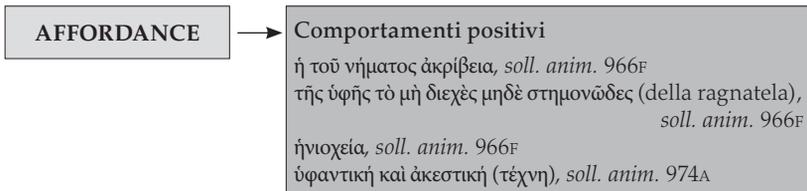
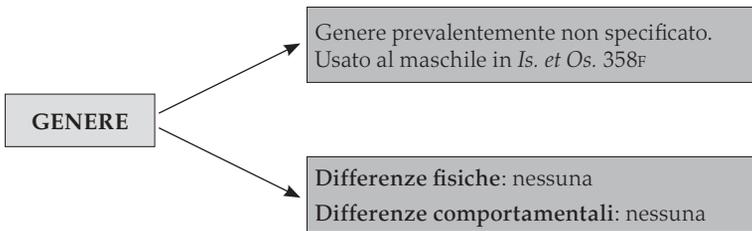


¹¹ Cfr. sull'argomento: Dardano 1994; Nencioni 1995; Pasquali 1939; Sobrero 1993; Altieri Biagi 1973.



LIVELLO 2: ANALISI ZOOLOGICA

SPECIE	ANIMALE	PASSI
aracnidi	αράχνη	7



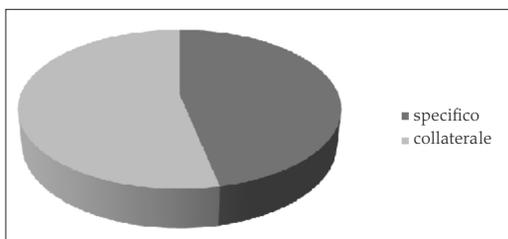
LIVELLO 3: ANALISI LESSICALE

LEMMA	TECNICISMO SPECIFICO	TECNICISMO COLLATERALE	PASSO
Aggettivo		αιθός, ἤ, ὄν “bruno”	<i>Num.</i> 20.5
	καρκινώδης, ες “simile al granchio” ^a		<i>soll. anim.</i> 980B
	στημονώδης, ες “con troppo ordito” ^b		<i>soll. anim.</i> 966E
Sostantivo	ἀράχνιον, ου “ragnatela”	μίτος, ου “filo”	<i>Nic.</i> 9.7; <i>Sol.</i> 5.4
		νήμα, ατος “filo”	<i>soll. anim.</i> 966E
		(ἡ τέχνη) ὑφαντική “l’arte del tessere”	<i>soll. anim.</i> 974A
		(ἡ τέχνη) ἀκεστική “l’arte del rammendare”	<i>soll. anim.</i> 974A
		ύφή, ἡς “trama della tela”	<i>soll. anim.</i> 966E
Verbo	σαγηνευτής, οὔ “pescatore con la rete” θήρατρον, ου “trappola” θηρίδιον, ου “bestiola” σπόγγος, ου “spugna”	γλισχρότης, τος “viscosità (della tela)”	<i>soll. anim.</i> 966E
			<i>soll. anim.</i> 966E
			<i>soll. anim.</i> 980B
			<i>soll. anim.</i> 980B
Verbo		ἀμφίπλεκω “tessere”	<i>Nic.</i> 9.7

^a Attestato per la prima volta in Arist., *P.A.* 683b.31.

^b *Hapax*.

Incidenza del tecnicismo specifico e collaterale



RIFERIMENTI BIBLIOGRAFICI

- Altieri Biagi, Maria Luisa. 1973. "Aspetti e tendenze dei linguaggi della scienza oggi." In *Italiano d'oggi. Lingua non letteraria e lingue speciali*, 67–110. Trieste.
- Bettini, M. 1998. *Nascere. Storie di donne, donnole, madri ed eroi*. Torino.
- Bona, G. 1991. "Citazioni omeriche in Plutarco." In *Strutture Formali dei "Moralia" di Plutarco: Atti del III Convegno plutarco (Palermo, 3-5 maggio 1989)*, a cura di Gennaro D'Ippolito e Italo Gallo, 151–62. Napoli, D'Auria.
- Dardano, M. 1994. "I linguaggi scientifici." In *Storia della lingua italiana*, vol. 2: *Scritto e parlato*, a cura di L. Serianni e P. Trifone, 497–551. Torino.
- Davies, M. and J. Kathirithamby. 1986. *Greek insects*. New York.
- Di Gregorio, L. 1979. "Lettura diretta e utilizzazione di fonti intermedie nelle citazioni plutarchee dei tre grandi tragici (i)." *Aevum* 53:11–50.
- Fernández Delgado, J. A. 2008. "On the Problematic Classification of Some Rhetorical Elements in Plutarch." In *The Unity of Plutarch's Work: "Moralia" Themes in the "Lives", Features of the "Lives" in the "Moralia"*, edited by A. G. Nikolaidis, 23–32. Berlin: Walter de Gruyter.
- Gil, L.F. 1959. *Nombres de insectos en griego antiguo*. Madrid.
- La Matina, M. 1991. "Strategia discorsiva e matrici di mondi nel *De audiendo* di Plutarco: su alcuni aspetti dell'interpretazione teorica di un testo letterario antico." In *Strutture Formali dei "Moralia" di Plutarco: Atti del III Convegno plutarco (Palermo, 3-5 maggio 1989)*, a cura di Gennaro D'Ippolito e Italo Gallo, 381–408. Napoli, D'Auria.
- Larmour, D. 2000. "Metaphor and metonymy in the rhetoric of Plutarch's *Parallel Lives*." In *Rhetorical Theory and Praxis in Plutarch: Acta of the IV International Congress of the International Plutarch Society (Leuven, July 3-6, 1996)*, edited by L. Van der Stockt, 267–81. Éditions Peeters, Société des Études Classiques. Louvain, Namur.
- Lausberg, H. 1969. *Elementi di retorica*. Bologna.
- Matino, G. 1991. "Strutture retoriche e colloquiali nelle *Quaestiones convivales*." In *Strutture Formali dei "Moralia" di Plutarco: Atti del III Convegno plutarco (Palermo, 3-5 maggio 1989)*, a cura di Gennaro D'Ippolito e Italo Gallo, 295–314. Napoli, D'Auria.
- Milazzo, A. M. 1991. "Forme e funzioni retoriche dell'opuscolo *Aqua an ignis utilior* attribuito a Plutarco." In *Strutture Formali dei "Moralia" di Plutarco: Atti del III Convegno plutarco (Palermo, 3-5 maggio 1989)*, a cura di Gennaro D'Ippolito e Italo Gallo, 419–34. Napoli, D'Auria.
- Montiel Martos, J. F. 1996. "*Sophrosyne* o *akraía*: Los animales como modelo de comportamiento en los *Moralia* de Plutarco." In *Estudios sobre Plutarco: Aspectos Formales: Actas del IV Simposio Español Sobre Plutarco, Salamanca, 26 a 28 de Mayo de 1994*, editado por J. A. Fernández Delgado e F. Pordomingo Pardo, 205–10. Sociedad Española de Plutarquistas, Sección de la International Plutarch Society. Ediciones Clásicas. Universidad de Salamanca.
- Nencioni, G. 1995. "Lessico tecnico e difesa della lingua." *Studi di lessicografia italiana* 9:5–20.
- Newmyer, S.T. 1992. "Plutarch on Justice toward Animals: Ancient Insights on a Modern Debate." *Scolia* 1:38–49.

- Newmyer, S.T. 1997. "Just Beasts? Plutarch and Modern Science on the Sense of Fair Play in Animals." *CO* 74:85–8.
- Newmyer, S.T. 1999. "Speaking of Beasts: the Stoics and Plutarchan Animal Reason and the Modern Case Against animals." *QUCC* 63:99–110.
- Pasquali, G. 1939. "Convenzione linguistica e nomenclature speciali." *Lingua Nostra* 1:89–91.
- Santese, G. 1993. "Animali e razionalità in Plutarco." In *Filosofi e Animali nel Mondo Antico*, a cura di S. Castignone e G. Lanata, 139–70. Pisa.
- Sobrero, A. A. 1993. "Lingue speciali." In *Introduzione all'italiano contemporaneo. Le strutture*, 237–77. Bari–Roma: Laterza.
- Steiner, G. 2009/2010. "Plutarch on the Question of Justice for Animals." *Ploutarchos* 7:73–82.
- Teodorsson, S. T. 2000. "Plutarch's use of synonyms: a typical feature of his style." In *Rhetorical Theory and Praxis in Plutarch: Acta of the IV International Congress of the International Plutarch Society (Leuven, July 3-6, 1996)*, edited by L. Van der Stockt, 511–18. Éditions Peeters, Société des Études Classiques. Louvain, Namur.
- Van der Stockt, L., ed. 2000. *Rhetorical Theory and Praxis in Plutarch: Acta of the IV International Congress of the International Plutarch Society (Leuven, July 3-6, 1996)*. Éditions Peeters, Société des Études Classiques. Louvain, Namur.



Title. *Exempla* of διδασίς in the animal world: the ἀράχνη's case.

Abstract. In the human history, the importance of the animal as a cultural object was not so inferior to the animal *stricto sensu*. The animal is "very good" to be studied, not only for the complex interactions engaged with the human world, but also for its importance as a figure of the imagination in the cultural traditions of the ancient and modern societies. After Aristotle the zoology, as was said previously, turns into *ethology*: the return of the animal to its archaic and symbolic functions, could explain the reason of complexity of the Plutarch's scientific works, based on different competences: zoological, scientific, anecdotal, but also rhetorical and philosophical. The analysis of the virtues attributed to the animal world from Cheronese reveals that they are often described to *commovere* the public. There are many observations about the use and re-use of the zoological repertoire in Plutarch. The semantic polyvalence of the animal is irrefutable in Plutarch: the animal can be the object of pseudo-scientific studies; may be a symbol, a metaphor, a similitude, the *instrumentum* used to refute the ideas and to persuade the reader.

Keywords. Plutarch; Cheronese; zoology; ethology; symbol; ἀράχνη.

DECLAMAÇÃO COMO GÊNERO: DEFINIÇÃO, ORIGENS E PRÁTICA

BARBARA DA COSTA SILVA*

Universidade de São Paulo

Resumo. O presente artigo tem como objetivo o estudo da declamação como gênero literário. Para tanto, três tópicos são abordados: (1) a definição do que seria declamação; (2) as origens da prática até sua consolidação na Roma imperial; e (3) os contextos de performance, as funções sociais e as circunstâncias que definiam a declamação como um gênero literário *per se*. Por declamação, entende-se o discurso judicial ou deliberativo ambientado em uma situação fictícia, que surgiu no contexto de aprendizado da oratória na escola dos sofistas. Sabe-se que, pelo menos a partir do século I d.C., a prática passou a ter um fim em si mesmo, constituindo-se como o elemento central da demonstração (*epideixis*) dos sofistas imperiais. Sua origem é, contudo, obscura e já na Antiguidade era motivo de debate.

Palavras-chave. Declamação; ensino da oratória; exercícios retóricos; Sêneca o Velho; Filóstrato.

D.O.I. 10.11606/issn.2358-3150.v17i2p77-100

SOBRE A DEFINIÇÃO DE DECLAMAÇÃO

O EXERCÍCIO ESCOLAR NO QUAL OS ESTUDANTES COMPÕEM UM DISCURSO NO papel de uma personagem fictícia ou histórico-mitológica, baseados em uma situação inventada ou histórico-mitológica, que mais tarde conveniou-se chamar “declamação” é, muito provavelmente, oriundo de uma tradição retórica em vigor na Atenas do século V a.C.¹ Os antigos já se questionavam sobre as origens do exercício, mas todos, exceto Sêneca o Velho, reconhecem as ascendências gregas desse costume.

Os textos supérstites cobrem uma vastidão de séculos, do período Helenístico ao Renascimento,² havendo um recrudescimento dos mesmos em alguns momentos específicos, a saber I-II, IV e VI d.C. São poucos, con-

* Doutoranda em Letras Clássicas, desenvolvendo pesquisa sobre Declamação.

** Artigo recebido em 7 jul. 2014 e aceito para publicação em 27 set. 2014.

¹ Sobre definição de “declamação”, cf. Russel 1983, 9–13; Clark 1957, 213; Gunderson 2003, 1; Edward 1929, xv; Russel 1996, 5.

² Thomas More verteu ao latim *O Tiranicida* de Luciano de Samósata. Sobre a recepção de Corício na Idade Média, Cf. Amato 2009.

tudo, os testemunhos anteriores ao Império Romano: um tanto de fragmentos de exercícios escolares helenísticos encontrados sobretudo no Egito, algumas referências clássicas ao ensino das retóricas judicial e deliberativa, especialmente pelas mãos dos sofistas, e uma porção de discursos dubitáveis em relação ao seu caráter escolar, como é o caso do *Acusação contra a Madrastra* de Antifonte e do *Defesa de Helena* de Górgias.

Os *corpora* declamatórios, grego e latino, não são homogêneos: as declamações latinas, com exceção das *Declamações Maiores* de Quintiliano, têm caráter fragmentário e são incompletas. Por outro lado, o *corpus* grego caracteriza-se pela recorrência de orações inteiras. Esse fato dificulta a tipificação do exercício; é possível, porém, restringir “declamação” tendo em vista alguns parâmetros. A declamação é a reprodução de um discurso forense ou deliberativo que reúne alguns – senão todos – os exercícios preliminares (descrição, narração, tese, etc.) e deve apresentar as quatro partes tradicionais do discurso, a saber, proêmio (προοίμιον/*exordium*), narração (διήγησις/*narratio*), prova (πίστις/*probatio*) e epílogo (ἐπιλογος/*peroratio*).³

Quatro são os testemunhos latinos que nos restaram: o livro de *Controvérsias e Suasórias*⁴ do velho Sêneca (54 a.C.–39 d.C.), no qual Sêneca apresenta excertos de declamações as quais ouvira durante sua vida. As *Declamações Maiores* e *Declamações Menores* de Quintiliano e as de Calpúrnio Flaco. No âmbito latino, as declamações aclimatadas no gênero judiciário eram conhecidas como *controversiae*, enquanto as do gênero deliberativo eram chamadas de *suasoriae*. Na tradição grega, embora haja testemunhos antigos que atestem o ensino da retórica judicial, deliberativa e epidítica, a divisão entre os diferentes tipos de declamação parece não ter sido tão precisa, podendo-se arguir que mesmo dentre as declamações de Libânio e Corício há textos que se aproximam do gênero epidítico.⁵

Quanto à estruturação, toda μελέτη ou *controversia/suasoria* é precedida, comumente, de um tema (θήμα/*thema*). Os temas eram brevíssimas sinopses do caso a ser debatido, cuja função era a de introduzir a história de forma simplificada, de modo a haver amplo espaço para que o orador preenchesse as lacunas durante seu discurso. Sêneca, além do tema, tam-

³ Russell (1983, 10) diz que *melete*, enquanto uma composição propriamente dita, é denotada tanto por seu conteúdo quanto por sua forma. Sendo assim, algumas condições devem ser preenchidas: (1) tem que ser a reprodução de um discurso forense ou deliberativo; (2) tem que ser um discurso inteiro, não apenas parte de um. Entende-se por “discurso inteiro” um discurso que reúna as quatro partes tradicionais, além dos exercícios preliminares.

⁴ O nome original em latim dessa obra de Sêneca é *Oratorum et Rhetorum Sententiae, Divisiones et Colores*.

⁵ Discute-se sobre os gêneros da retórica na Império tardio. Alguns acreditam que houvesse mais espaço à retórica epidítica do que ao gênero judicial e deliberativo. Cf. Criobore 2013, 37.

bém preserva em sua coletânea as leis que regiam o caso, enquanto Quintiliano, além do discurso e, por vezes, o tema, também traz outra parte introdutória conhecida por *sermo*. Dentre os gregos, os maiores *corpora* declamatórios são os de Aristides (II d.C.), de Libânio (IV d.C.) e de Corício (VI d.C.). Das 51 declamações de Libânio, restaram os títulos e as declamações propriamente ditas. Corício, por outro lado, conserva os títulos, os temas, as teorias – introduções teóricas – e as declamações propriamente ditas, além de um conjunto de curtos discursos conhecidos como *dialexeis*.

Embora a declamação tenha se consolidado como um exercício escolar, sabe-se que em meados do século I d.C. a prática transcendera os muros da escola e adquirira um fim em si mesmo.⁶ Sêneca, o Velho, informa que as sessões declamatórias ocorriam em público, em um salão alugado ou na própria escola, como sugere a expressão *apud Cestium* (*Con.* 1.pr.22), ou em reuniões privadas (*non admittebat populum*, *Con.* 10.pr.4).⁷ Como indica Plínio (*Ep.* 2.3.2), primeiramente escolhia-se o tema. Uma vez que o tema fora selecionado, o declamador comporia um prefácio (*Con.* 3.pr.11), ainda sentado. Em seguida, ele declamaria em latim e em grego por ambos os lados do caso. As evidências de Sêneca e Quintiliano, obviamente, apenas nos informam sobre a prática no Império, mas, como atesta também Corício, várias reuniões poderiam ser necessárias para que um declamador completasse seu discurso. Filóstrato (*vs.* 1.24), ao narrar a vida de Marcos de Bizâncio, revela que a proposição do tema partiria da audiência. Kennedy (1974, 19) nota que isso não seria tão desafiador quando parece, uma vez que, após alguns anos de experiência, o professor já teria muita familiaridade com o estreito *corpus* de temas declamatórios, o qual comumente se repetia.

Hodiernamente, *declamação* engloba diferentes significados: um, mais lato, de composição retórica elaborada tendo a vista a consulta e referência e, sobretudo, a exibição⁸; outro, mais estrito, de discurso judicial ou

⁶ Não se sabe quando a declamação transcende os muros das escolas e adquire um fim em si mesmo. As fontes latinas nos fazem crer que os exercícios retóricos só passaram a ser apresentados em público no fim da República. No entanto, sabe-se que discursos que se assemelham às declamações tardias, tais como o *Ajax* de Antístenes e o *Odísseu* de Alcidas, já compunham a *epideixis* do sofista. Cf. Sloane 2001, 254–5.

⁷ Cf. Bonner 1949, 51.

⁸ É comum ler a palavra “declamação” associada a Górgias, Antístenes, Alcidas e Sócrates. Cf. Montiglio 2011, 25–6; Russell 1996, 5. É bastante interessante, contudo, ressaltar uma aparente hesitação da crítica em referir-se aos textos retóricos gregos do Período Clássico pelo termo “declamação”. Marrou (1977, 202), por exemplo, diz que “o espaço central era ocupado por discursos imaginários os quais os críticos *insistem* (grifo meu) em chamar ‘declamações’, pois essa era a palavra usada pelos professores de retórica latinos para traduzir o termo técnico *μελέται*”. A afirmação de Marrou, embora problemática, sobretudo pelo fato de *declamatio* não ser uma tradução de *μελέτη*, conserva-se importante por notar a inadequação dos termos técnicos utilizados pela crítica. Alguns ainda, como Deratani (1929) e Cole (1991, 83) referem-se à declamação tardia

deliberativo baseado em situações inventadas, comumente associado a Sêneca e Quintiliano. Essa dificuldade em definir declamação surge, contudo, de um esforço da crítica em caracterizar algo que na própria Antiguidade não seria tipificado.

A palavra grega para declamação é, com mais frequência, μελέτη. O termo μελέτη é atestado pela primeira vez em *Trabalhos e os Dias* de Hesíodo (380, 412, 457) com complemento em genitivo significando “cuidado por” ou “cura”. Civiletti (2002, 61) nota que o termo, a partir de Píndaro e por todo Período Clássico, designa “exercício”. Em Platão (*Fedro* 269d) e Demóstenes (18.309), contudo, o termo já adquire uma acepção retórica, significando “exercitação retórica”, portanto, bastante aproximada ao significado lato conferido ao termo pela crítica moderna.⁹ Πλάσμα é outra nomenclatura recorrente usada pelos retóricos do império tardio para denominar os discursos fictícios. Contudo, esse termo também era usado para denotar qualquer composição fictícia, seja um romance, uma fábula ou uma declamação propriamente dita.

O uso mais antigo de *declamatio* encontra-se na *Retórica a Herênio* (3.11–2, 3.20), associado à *pronuntiatio*, possivelmente como a tradução latina do grego ἀναφώνησις; a palavra latina para o que depois veio a ser chamado *declamatio*, no século I a.C., é *causa*, por vezes também *constitutio*. No século I a.C., segundo Bonner (1949, 25), “a prática da ‘declamação’ estava, provavelmente, confinada às escolas de oratória, ou à privacidade da casa, e não havia adquirido nenhuma nuance social. Sua terminologia era nova e nem *declamatio* nem *controversia* significavam o que depois vieram a denotar”.

Parece, pois, que sob a alcunha “declamação”, usada pelos modernos tendo em vista os textos latinos para facilitar a referência aos textos gregos, jazem diferentes tipos de discurso, de diferentes temáticas, performances e formas. As diferenças entre o corpus latino e o grego são patentes: primeiro, como fora mencionado, não há na tradição grega a preocupação em dividir temas judiciais dos deliberativos, a palavra para “declamação” em grego é μελέτη, que não é a tradução de *declamatio*, *scholastica*, *controversia*,

pelo termo latino *declamationes*, não o aproximando de suas línguas respectivas (francês e inglês). Cole parece restringir o vocábulo latino aos textos romanos – comumente vê-se a *declamatio* latina –, ignorando o corpus grego imperial. Na minha opinião, esse aparente desconforto quanto às nomenclaturas reflete o fato de que a natureza geral desses textos não foi completamente compreendida pela crítica e que mais estudo sobre a forma e conteúdo das declamações em contraposição às forma e conteúdo de “discursos reais” é preciso.

⁹ No *Fedro* (269d), por exemplo, diz Sócrates: Τὸ μὲν δύνασθαι, ὃ Φαῖδρε, ὥστε ἀγωνιστὴν τέλει γενέσθαι, εἰκός – ἴσως δὲ καὶ ἀναγκαῖον – ἔχειν ὡσπερ τᾶλλα· εἰ μὲν σοι ὑπάρχει φύσει ῥητορικῶ εἶναι, ἔση ῥήτωρ ἐλλόγιμος, προσλαβὼν ἐπιστήμην τε καὶ μελέτην [...]. (“Quanto ao poder, Fedro, de se tornar um competidor completo, é razoável – talvez até necessário – possuir também outras coisas. Se é da tua natureza ser retórico, serás um orador eloquente, valendo-se de conhecimento e exercício.”)

suasoria ou *causa*, palavras usadas pelos latinos para fazer referência à declamação. Além disso, pelo que mostram Sêneca e Quintiliano, os declamadores romanos consideravam os temas históricos mais fáceis e triviais; explica-se, portanto, o fato desses serem tratados, principalmente, nas suasórias. Já os declamadores gregos do Império tardio primavam por temas de cunho histórico-mitológico, uma vez que a religião, a língua, a história, a arte, a literatura e a filosofia gregas eram revisitadas e revistas com certo esmero. Os temas declamatórios refletiam tal sentimento de preservação da cultura helênica.

SOBRE A ORIGEM DA DECLAMAÇÃO

Sabe-se que em meados do século v a.C. o sistema educacional antigo, a ἡ ἀρχαία παιδεία (*Nuv.* 961), baseado no ensino dos poetas canônicos, na ginástica e na música, teria se revolucionado com a chegada dos sofistas. Esses tutores ocupavam-se com o παιδεύειν ἄνθρώπους (*Prot.* 317b), “educar homens”, em troca de dinheiro. O movimento surgiu, segundo Poulaklos (1995, 11–15), da necessidade de treinar cidadãos para os mais variados cargos políticos, no contexto da instauração da democracia na Grécia no século v a.C. Em meio a tal configuração, discursar bem, tanto para defender-se num processo judicial quanto para angariar votos em seu favor, seria fundamental.

Uma das características mais distintivas do modelo empregado pelos sofistas seria o método expositivo, baseado em discursos-exemplo, cuja função seria a de fornecer ao estudante um modelo a ser seguido; no *Fedro*, por exemplo, logo no início, Fedro lê um discurso que mais cedo ouvira e copiara de Lísias. A exposição de preceitos seria predominantemente oral, embora haja inúmeras menções aos tratados escritos sobre a arte de falar. Sócrates (*Fedro* 271b) menciona os “que hoje escrevem tratados” (οἱ νῦν γράφοντες [...] τέχνας) e Fedro (266d) faz referência aos livros escritos sobre oratória.¹⁰ Comumente ressalta-se não só por essas passagens platônicas, mas também por Aristóteles (*Retórica* 1354b26) e Isócrates (*Contra os Sofistas* 19), que os manuais (em grego, τέχνη¹¹) de oratória produzidos pelos sofistas

¹⁰ *Fedro* 266d: καὶ μάλᾳ που συχνά, ὃ Σώκρατες, τὰ γ' ἐν τοῖς βιβλίοις τοῖς περὶ λόγων τέχνης γεγραμμένοις. (“Sócrates, muitas coisas ainda restam nos livros escritos sobre a oratória”).

¹¹ Como bem nota Cole (1991, 81) a palavra grega τέχνη é usada tanto para nomear o tratado mais sistemático e teórico quanto para o discurso modelar ou qualquer exibição da habilidade do orador que fosse publicada e não composta para performance oral. Kennedy (1959, 171–2), ao

estariam confinados ao gênero judicial. Wilcox (1942, 123) refuta essa teoria, salientando que a única explicação satisfatória para a falta de teoria sobre o gênero deliberativo seria uma menor demanda por tal conhecimento; o que se sabe não ser correto, pois a ênfase dada pela crítica à oratória judicial refletiria o enfoque dado à mesma pelos antigos em períodos posteriores, sobretudo nos períodos helenístico e romano. Embora haja suficiente material para se acreditar que o ensino sofístico da eloquência englobaria as oratórias judicial e deliberativa, é conveniente ressaltar que a divisão entre os gêneros e o tipo de argumentação cabível a cada um não seria delineada de forma ortodoxa nos primórdios da teoria retórica.

Quanto ao nível de refinamento teórico e ao teor dos textos que compunham as τέχναι mais antigas, a crítica parece divergir. Há quem compartilhe de certo ceticismo à crença de que os manuais do século v a.C. trouxessem algo além de uma coleção de textos modelares e lugares-comuns¹²; enquanto outros pensam haver espaço para uma maior sofisticação teórica.¹³ O fato de nenhum manual do século v a.C. ter restado e a natureza dos textos-modelares revelam ser mais provável que os manuais do século v a.C. fossem mais próximos de uma compilação de textos inteiros, a serem memorizados pelos alunos, embora um certo nível de teorização fosse esperado, ao menos quanto às partes do discurso e aos argumentos por probabilidade. Uma maior simplicidade teórica também seria explicada pela prevalência do ensino oral: as dúvidas concernentes à técnica poderiam ser sanadas durante os encontros.

Quanto aos textos modelares que compunham os manuais, Kennedy (1959, 169) fala em termos de “sophistic orations” (“discursos sofísticos”, em

comentar a passagem do *Brutus* (46 sqq.) afirma que a palavra *ars*, nesse contexto, adquire dois significados: a teoria dos retóricos, seja exposta oralmente seja escrita, e a exposição escrita.

¹² Cf. Cole (1991, 71 sqq.) e Schiappa (1999, 50–1) para uma visão na qual a retórica como arte ensinada através de uma teoria data do século iv a.C. e não do v a.C. Já Marrou (1956, 53) acredita que após Górgias a retórica teria sido ensinada de duas formas: prática e teoria.

¹³ Cf. Kennedy (1963, 52 sqq.; 1959, 175 sqq.). Kennedy (1959, 175–77) afirma que os manuais variariam pouco à medida que um autor propusesse adições à teoria de seu predecessor e, de fato, esse parece ter sido a regra, uma vez que os manuais do período Imperial supérstites apresentam, de forma geral, as mesmas teorizações com pouca diferença (cf. *Progymnasmata* de Elio Teão e seus sucessores). Kennedy propõe que as primeiras teorias a serem compiladas em manuais teriam sido as de Córax e Tísias. Segundo Aristóteles (*Ret.* 1402a17) a *techné* de Córax era o argumento por probabilidade e, segundo o quarto *Prolegomenon* (Rabe), Córax teria sido responsável por um modelo tripartite: introdução, agôn e conclusão. Kennedy (1959, 178) conclui: “The earlier theoretical handbooks contained only a discussion of invention and distribution, and the arrangement shown in Plato’s description in the *Phaedrus* implies that invention was treated under proof, rather than in a separate section. During the fourth century a discussion of style and an introductory discussion of invention were added, and Aristotle suggests the further addition of delivery (1403b10ff.). The end of the Rhetoric and also the of the *Rhetorica Ad Alexandrum*, usually attributed to Anaximenes, thus represents expanded fifth-century handbooks. The prefixed material and also the concern with more than judicial oratory, is distinctive of the fourth-century”.

tradução livre), cujas características distintivas seriam o uso do mito, o papel central na demonstração das habilidades do sofista e o cenário fictício, onde o até mesmo um júri inventado serviria como interlocutor.¹⁴ Por outro lado, Cole (1991, 74) fala sobre “textos de referência e consulta” (“reference and consultation texts”) – tais como os discursos de Antífote e a prosa de Tucídides – que seriam compêndios de informação confeccionados para serem ocasionalmente consultados ou um amálgama de comentários de especialistas feitos para serem consultados por quem não pudesse recorrer ao especialista em pessoa. O estudioso, ao analisar a prosa ática do século v a.C., argumenta que a impressão passada pelos textos do período é a de que foram compostos tendo em vista a “prática e a performance” (“practice and demonstration”). Exemplos desses discursos modelares seriam as *Tetralogias* e os *Dissoi Logoi*, devotados aos tópicos que surgiriam em uma discussão oratória de qualquer gênero e imaginados tendo em vista sua utilidade em qualquer contexto. Tomando como referência o comentário de Cícero no *Brutus* 47, no qual o orador romano diz que Górgias escrevia elogios e vitupérios sobre dado tema, Cole (1991, 75–6) afirma que os textos de “prática e performance” facilmente se tornariam textos para apresentação (“display texts”), discursos criados para avultar as habilidades do professor, bem como para ilustrar seu trabalho diante de outros profissionais.

De fato, os discursos modelares, sejam eles para consulta ou referência, sejam eles parte integrante da demonstração do sofista, se assemelham bastante às declamações imperiais, consagradas pelos testemunhos de Sêneca e Filóstrato: compartilham de um cenário fictício e da matéria mitológica.¹⁵ Dentro de uma configuração em que se prezava o exemplo, a matéria ficaria à mercê da forma, cuja primazia transparece-se nos temas lúdicos e rasos. Dentre os textos supérstites do século v a.C., poucos são irrefutavel-

¹⁴ Cf. Kennedy 1959, 169–70: “Although some of the sophists made use of the question and answer method of instruction adopted by Socrates their more characteristic educational device, whatever the subject at hand, was the speech, often flamboyant, long or short, in which the sophist undertook to demonstrate his point artistically. Sometimes a myth would be used, sometimes the technique was an indirect one in which all possibilities were enumerated, all but one disposed of, and the last accepted as necessarily valid. Sometimes the audience was asked to choose the form of the sophist’s demonstration. The subject might be literally anything. Examples of the sophistic orations are the one in Plato’s *Protagoras*, the two extant complete speeches of Gorgias: *Helen* and *Palamedes*, the *Ajax* and *Odysseus* of Antisthenes, and the *Odysseus* of Alcidas.”

¹⁵ As semelhanças entre os discursos sofísticos do período clássico e as declamações do período romano são apenas assinaladas, mas não analisadas por diferentes autores. Kennedy (1959, 170), por exemplo, chega a dizer que “the technique was the thing: the sophist is purely a rhetorician, and his speech is a declamation not unlike those in vogue later at Rome”. Cole (1991, 80–1): “The ‘protorhetorical’ practice and demonstration text is simply, as has often been pointed out, a written version of the exercise (*scholē, melete*) of Hellenistic and post-Hellenistic times, best known through its Latin outgrowth or equivalent, the *declamatio*”.

mente discursos modelares¹⁶: as *Tetralogias* de Antifonte, os *Dissoi Logoi*, a *Helena* e o *Palamedes* de Gorgias. Arguiu-se que esses modelos fundamentam-se em argumentos genéricos, apropriados às oratórias forense e deliberativa e não somente a um caso específico (Cole 1991, 75). Os textos em questão, porém, refletem os estágios primordiais do desenvolvimento dos exercícios retóricos, os quais a partir do período Helenístico parecem adotar novas nuances e temas. Desta forma, o *Ajax* e o *Odisseu* de Antístenes e o *Odisseu* de Alcidas também representariam estágios evolutivos da prática. As declamações mais antigas do fim do século v a.C. e início do iv a.C. baseiam-se, sobretudo, em temas mitológicos; aspecto esse que prevalece na declamação grega tardia, mas que não se constitui como elemento distintivo na romana. As *Tetralogias* de Antifonte, contudo, são o exemplo cujas ligações com a declamação tardia são mais evidentes, pois essas relacionam-se à teoria da *στάσις*. Na primeira tetralogia, um homem x é encontrado morto; seu escravo, que fora ferido, reconhece, pouco antes de morrer, um homem y como o responsável pelo homicídio; a família de x processa y por assassinato. Na segunda tetralogia, enquanto x treinava arremesso de lança, y entrou na mira do instrumento e foi morto; a família de y processa x por assassinato. Na terceira tetralogia, uma briga acontece entre um jovem x e um velho y; y acaba morrendo e sua família processa x por assassinato; x alega ter agido em autodefesa. A primeira tetralogia fundamenta-se na questão: “y matou mesmo x? houve homicídio?”. No segundo caso, a pergunta a ser feita é: “foi homicídio? x deve ser condenado por assassinato ou por alguma outra acusação?”. No terceiro caso, a questão a ser respondida é: “x tinha o direito legal e moral de agir como agiu, já que alega ter agido em autodefesa?”. Essas questões, que representam os pontos de partida dos quais o orador deve valer-se para estruturar seu discurso forense, foram, mais tarde, sistematizadas por Hermágoras de Temnos, culminando na conhecida teoria das *στάσεις*.

Nota-se, portanto, que, com o advento dos sofistas, ainda no século v, instaurou-se uma tradição de ensino da retórica através de discursos exemplares; tradição essa que no século iv a.C. aliada ao treinamento teórico culmina no desenvolvimento da declamação helenística. A sofisticação das teorias acerca da *invenção* demandou a criação de novos temas e matérias e é, possivelmente, por isso que os temas declamatórios pós-helenísticos prezam pelo quiproquó e pelas situações impossíveis. Convém ressaltar que no *corpus* declamatório imperial além de discursos modelares sobre personagens fictícias, também se encontram discursos em resposta a um

¹⁶ Uma das explicações para a escassez de textos modelares é, como nota Kennedy (1959, 174), a efemeridade de tais composições, que, compostas para preencher uma lacuna, logo cairiam em esquecimento.

orador ateniense célebre em dada situação, como é o caso das declamações demostênicas (17–23) de Libânio. Essas composições parecem encontrar seus precursores em textos como as *Apologias* de Platão e Xenofonte.

Nesse contexto, falar em origem da declamação é percorrer um caminho perigoso; primeiro, porque pressupõe que houvesse um gênero declamação reconhecido na Antiguidade, segundo porque espera alcançar um ponto determinado na história e no espaço, ignorando que o ensino da retórica através de discursos modelares estendeu-se por mais de um milênio. Os próprios antigos, porém, já debatiam as origens do exercício. Sêneca, no prefácio de seu primeiro livro de controvérsias, parece reconhecer três estágios de desenvolvimento: o primeiro seria a *thesis* pré-ciceroniana; o segundo as *causae*, declamações privadas, de Cícero e seus contemporâneos; e, por fim, a declamação propriamente dita, chamada de *controversia* e, posteriormente, *scholastica*:

Declamabat autem Cicero non quales nunc controversias dicimus, ne tales quidem quales ante Ciceronem dicebantur, quas thesis vocabant. Hoc enim genus materiae quo nos exercemur adeo novum est ut omen quoque eius novum sit: controversias nos dicimus; Cicero causas vocabat. Hoc vero alterum nomen Graecum quidem, sed in Latinum ita translatum ut pro Latino sit, scholastica, controversia multo recentius est, sicut ipsa “declamatio” apud nullum antiquum auctorem ante Ciceronem et Calvum inveniri potest, qui declamationem <a dictione> distinguit; ait enim declamare iam se non mediocriter, dicere bene; alterum putat domesticae exercitationis esse, alterum verae actionis. Modo nomen hoc prodiit; nam et studium ipsum nuper celebrari coepit: ideo facile est mihi ab incunabulis nosse rem post me natam.

No entanto, Cícero declamava não aquilo que nós chamamos de “controvérsia”, nem certamente aqueles que se falavam antes de Cícero, que se chamavam “theses”. Pois este gênero de matéria no qual nós nos exercitamos é de tal modo novo que também o nome dele é novo. Nós dizemos “controvérsias”, Cícero chamava de “causas”. Um outro nome, certamente grego, mas traduzido ao latim como se fosse latino, “escolástica” é muito mais recente que “controvérsia”, assim como a própria “declamação” não pode ser encontrada em nenhum autor antigo antes de Cícero e Calvo, o qual distingue “declamação” e “dicção”, pois diz que ele ainda não declama aceitavelmente, mas fala bem. O primeiro julga que se trata de um exercício doméstico, o segundo, de uma ação verdadeira. Há pouco o nome apareceu, pois também o estudo começou a ser apreziado recentemente. Assim é fácil para mim conhecer esta matéria, que nasceu depois de mim, desde o berço. (*Con.* 1.pr.12, trad. Costrino, com alterações)

Como testemunho histórico ao desenvolvimento do gênero essa passagem senequiana é bastante problemática.¹⁷ Primeiramente, aguça a curio-

¹⁷ Para as diferentes interpretações deste parágrafo, cf. Fairweather 1981, 118; Edward 1929, xv–xvi. Sinclair (1995) afirma que Sêneca, ao se preocupar em mostrar “os primeiros”, as origens, segue uma linha recorrente na literatura do início do Império. Outra leitura programática possível é a apresentada por Bloomer (2007, 298): “The Elder Seneca thought that declamation had devel-

sidade dos estudiosos o fato de Sêneca não fazer menção a uma origem grega, dizendo que a prática é “rem post me natam” (“nascida depois de mim”). Russell salienta (1983, 3) que Sêneca, possivelmente, tenha levado em consideração apenas os princípios gerais do exercício, tendo omitido a teoria fundamental das *στάσεις* não por ignorância, mas por julgar outros detalhes mais atrativos (*sententiae, colores e divisiones*).¹⁸ O segundo problema é a questão das nomenclaturas; inúmeros termos são citados para descrever o que seriam estágios progressivos de uma mesma prática: *controversia, causa, scholastica, dictio, thesis, declamatio*. Para Edward (1928: xv), a alteração dos nomes pode indicar uma mudança tanto da matéria quanto dos métodos empregados, mas que, após Sêneca, *declamare* comumente significa “produzir um discurso para apresentação” (“a speech for display”). Em Cícero (*De Fin.* 5.2; *Brutus* 310), o verbo *declamare* traz consigo a noção de “exercitar-se na arte do falar em privado”. Já *dictio* remontaria à prática de pronunciar um discurso em público. O estudioso vai mais longe ao afirmar que

não há nada de surpreendente na ideia de discursar em privado sobre temas puramente fictícios ou sobre assuntos retirados dos tribunais ou da história a fim de exercitar-se na arte; mas essa não é a declamação que Sêneca diz que conhece desde o começo. Essa afirmação de Sêneca tem causado muita dificuldade, mas para mim é perfeitamente clara. É seu assunto que é novo e o modo de discursar em público. (Edward 1928, 15).¹⁹

Seja como for, é possível afirmar que tanto Sêneca no prefácio em questão quanto Suetônio na canônica passagem do *De Rhetoribus* (25.8) reconhecem que a prática declamatória em Roma teria se originado a partir das *theses* gregas (Fairweather 1981, 117).

Outras duas são as tentativas de alocar as origens do gênero declamatório em um contexto histórico:

His fere ueteres facultatem dicendi exercuerunt, adsumpta tamen a dialecticis argumentandi ratione. Nam fictas ad imitationem fori consiliorumque materias apud

oped at Rome in his own lifetime. This belief suited his own published account of declamation, which has at its core the old man’s memory prodigious by his own account”. Sobre memória em Sêneca, cf. Blommer 1997, 111; Gunderson 2003, 29–33.

¹⁸ Cf. Fairweather 1981, 115: “Seneca was acquainted with Greek technical names, *thesis* and *scholastica*, for different types of declamation themes (*Contr.* 1.pr.12); he knew that there were a few standard *quaestiones* used by Greek declaimers in *controversiae*, which the Romans had removed (*submoverunt*, *Contr.* 1.7.12, cf. 1.8.7); he also dates (in *Contr.* 2.pr.5) the origins of Latin rhetorical education to the boyhood of Cicero, and yet in *Contr.* 1.pr.12 refers to a stage in scholastic history before Cicero’s time. But he nowhere refers explicitly to the debt owed by Rome to Greek educational methods or shows any sign of having made a clear assessment of it.”

¹⁹ Cf. Bonner 1949, 31: “Seneca lived to see very different circumstances for such declamations: to Cicero they afforded an occasional source of practice or amusement, and especially solace in difficult and anxious times, but they were essentially private, and delivered to a small audience of friends. Declamation among friends still survived after Cicero’s day, but the private rehearsal and friendly demonstration were soon to give place to the more brilliant public exhibitionism of the Empire.”

Graecos dicere circa Demetrium Phalerea institutum fere constat. An ab ipso id genus exercitationis sit inuentum, ut alio quoque libro sum confessus, parum comperi: sed ne ii quidem qui hoc fortissime adfirmant ullo satis idoneo auctore nituntur. Latinos uero dicendi praeceptores extremis L. Crassi temporibus coepisse Cicero auctor est: quorum insignis maxime Plotius fuit.

Tais eram os modos nos quais os antigos exercitavam suas capacidades de discursar, apesar de terem tomado o método dos dialéticos. É de comum acordo que discursar sobre temas imaginários, construídos para imitar casos judiciais e deliberativos, teria se iniciado por volta da época de Demétrio de Falero. Se ele próprio inventou o exercício, não fui capaz de descobrir, como admiti em outro trabalho. Mesmo aqueles que afirmam isso com convicção não têm suficiente autoridade confiável. Quanto aos professores latinos, Cícero nos afirma que começaram no fim do tempo de Lúcio Crasso. O mais famoso desses professores foi Plócio. (Quint. *IO* 2.4.41)

Quintiliano comenta aqui que o hábito de discursar sobre temas imaginários, imitando casos deliberativos ou judiciais, teria se iniciado por volta da época de Demétrio de Falero (“circa Demetrium”). Merece certa atenção, contudo, o *circa* utilizado por Quintiliano; duas leituras são possíveis: a prática teria surgido na época ou no círculo de Demétrio. Como atenta Russell (1983, 19), caso Quintiliano tenha tido em mente uma fonte grega *οἱ περὶ (ἀμφὶ) Δημητρίου*, é presumível que o próprio Demétrio tenha sido o *εὐρητής* da prática. Filóstrato reconhece o *floruit* da declamação nos fins do século IV a.C.:

Ἡ μὲν δὴ ἀρχαία σοφιστικὴ καὶ τὰ φιλοσοφούμενα ὑποτιθεμένη διῆει αὐτὰ ἀποτάδην καὶ ἐς μῆκος, διελέγετο μὲν γὰρ περὶ ἀνδρείας, διελέγετο δὲ περὶ δικαιοσύνης, ἡρώων τε πέρι καὶ θεῶν καὶ ὅπῃ ἀπεσχημάτισται ἡ ἰδέα τοῦ κόσμου. ἡ δὲ μετ’ ἐκείνην, ἦν οὐχὶ νέαν, ἀρχαία γάρ, δευτέραν δὲ μᾶλλον προσρητέον, τοὺς πένητας ὑπετιπώσατο καὶ τοὺς πλουσίους καὶ τοὺς ἀριστέας καὶ τοὺς τυράννους καὶ τὰς ἐς ὄνομα ὑποθέσεις, ἐφ’ ἧς ἡ ἱστορία ἄγει. ἤρξε δὲ τῆς μὲν ἀρχαιοτέρας Γοργίας ὁ Λεοντίνος ἐν Θετταλοῖς, τῆς δὲ δευτέρας Αἰσχίνης ὁ Ἄτρομήτου τῶν μὲν Ἀθηνησίων πολιτικῶν ἐκπεσῶν, Καρία δὲ ἐνομιλήσας καὶ Ρόδῳ, καὶ μετεχειρίζοντο τὰς ὑποθέσεις οἱ μὲν [ἀπὸ Αἰσχίνου] κατὰ τέχνην, οἱ δὲ ἀπὸ Γοργίου κατὰ τὸ δόξαν.

A Sofística antiga, mesmo quando pressupunha temas filosóficos, discorria sobre esses de maneira profunda e prolixa. Discursava sobre a coragem, discursava sobre o que é mais justo, sobre heróis e deuses e sobre o modo pelo qual a forma do universo configurara-se. A posterior a essa – melhor ser chamada de segunda, não “nova”, pois é antiga – esboçava pobres e ricos, heróis e tiranos; o nome dado era hipótese e a elas a história guia. Górgias, o leontino, deu início à mais antiga na Tessália, Ésquines, filho de Atrometo, fundou a segunda, após ser exilado dos assuntos políticos atenienses e ter se refugiado na Cária e em Rodes. Os seguidores de Ésquines lidaram com as hipóteses segundo uma arte, os de Górgias segundo uma conjectura. (*VS* 481)

O sofista do Império tardio distingue duas fases da sofística: a primeira, fundada por Górgias na Tessália, preocupa-se com temas genéricos e de caráter abstrato. A segunda, iniciada por Ésquines em Rodes e na Cária,

ocupa-se com “hipóteses”, questões de cunho específico e particularizado que podem ser tratadas por meio de personagens-tipo (o rico, o pobre, o tirano, o herói, etc.). Segundo Bonner (1949, 12) é difícil acreditar que o tipo de exercício mencionado por Filóstrato ao contextualizar a “segunda sofística” tenha sido uma declamação aos moldes das encontradas no Império tardio. Talvez esses exercícios fossem apenas “straightforward type-declamations” (“declamações simples, não muito rebuscadas”, em tradução livre), como “Contra o tirano” ou “Contra o rico”, talvez algo um pouco mais requintado que um lugar-comum.

Duas contribuições modernas receberam destaque nos estudos da história da declamação. A primeira, mais antiga, foi Janet Fairweather (1981), em sua tese intitulada *Seneca The Elder*. De modo geral, sua teoria resume-se no seguinte parágrafo:

Perhaps, then, the prototypes of controversia were first contrived by Ionian sophists for use in cities where laws such as we find associated with τετραλογία and controversia, akin to those of Athens, but in some ways more backward than them, were in force, all this in a period when the problems of cities afflicted by insolent tyrants in their citadels and unreasonably demanding tyrannicides, so striking and anachronistic feature of Roman exercises, had recently become matters of consuming interest”. (Fairweather 1981, 114–5)

A principal razão pela qual Fairweather associa os exercícios judiciais à Jônia é a presença de jonicismos na linguagem das *Tetralogias* de Antifonte. Sugeriu-se (Fairweather 1981, 114) que as *Tetralogias* representam a imitação do gênero jônico por um ateniense e que as palavras puramente jônicas são termos legais. Além disso, há um aparente distanciamento entre as leis das *Tetralogias* e as leis em voga na Atenas do quinto século. Outra razão salientada por Fairweather é o papel importante protagonizado pelos tiranos na história da Jônia.

A teoria de Fairweather, embora intrigante, não recebeu boa acolhida. Russell refuta:

But tyrants continued to be a problem right down to Roman times, and the impact of Athenian law and oratory must surely have been decisive. A date in the late fourth century seems more likely; and this was the view taken in antiquity by Quintilian and by Philostratus, both of whom were well placed to make informed guesses. (Russell 1983, 18)

O elemento mais distintivo entre os exercícios escolares dos séculos quinto e quarto e a declamação pós-helenística é, contudo, a presença das personagens-tipo.²⁰ Temas retirados da história e da mitologia já faziam

²⁰ Nas *Tetralogias* as personagens não são nomeadas, mas se afastam muito das personagens-tipo encontradas nas declamações tardias (rico, pobre, velho sovina, herói jovem, tirano etc.). O

parte do repertório dos professores de oratória no Período Clássico, mas os motes que envolvem personagens como o velho miserável, o jovem bravo ou o tirano cruel parecem ter surgido no fim do século iv a.C. Filóstrato, na passagem menciona anteriormente, argumenta que Ésquines, ao se exilar em Rodes, foi o primeiro a empregar temas genéricos. É curioso Filóstrato associar o surgimento das personagens-tipo em exercícios retóricos ao período em que, com a perda da influência de Atenas, muitos professores de retórica migraram para outras regiões da Grécia. Naturalmente, da necessidade de criar exercícios abalizados em aspectos gerais, atraentes aos estudantes e livres o suficiente para se exercitar teorias acerca da *invenção* é que surgiram as declamações centradas em personagens-tipo.

No mesmo período, curiosamente, outros gêneros poéticos encontraram guarida nos motes entremeados por conflitos familiares e questões morais genéricas – pobreza, riqueza, lascívia, castidade; como é o caso do mimo e da comédia. É na comédia, no entanto, que esse processo é mais patente. Embora haja já em Aristófanes uma recorrência de personagens-tipo, como o velho Estrepsíades nas *Nuvens* e Filocleão das *Vespas*, comumente associa-se à comédia nova o tratamento mais demarcado das personagens-tipo.

Da segunda metade do século iv a.C., possuímos apenas uma comédia, *O Misanthropo de Menandro* (341 a.C.–290 a.C.) e uma coleção de fragmentos substanciais de mais seis peças do mesmo autor (*Escudo, Os árbitros, O Odiado, A garota de Cabelos Cortados, A Mulher de Samos e O Siciônio*). As peças de Menandro, indubitavelmente, põem em cena personagens comuns ao universo das famílias mais abastadas de Atenas. A progressão dos enredos satíricos e politizados de Aristófanes à comédia de caráteres e situações de Menandro esclarece-se se vista sob a luz das mudanças sociais que caracterizaram o quarto século. Sugeriu-se que já na época de Menandro não houvesse o financiamento público das peças e dos espectadores. Sendo assim, a audiência seria composta, diferentemente da de Aristófanes, no qual a população era encorajada a tomar parte, pelas classes mais altas da sociedade ateniense, sobretudo a classe média ascendente. Hunter (1985, 10–1) argumenta que, nessas peças, a repetição dos questionamentos sobre os deveres dos ricos para com os pobres (ex. *Misant.* 271–87) e

único discurso do século v a.C. cujas personagem talvez se aproximem das personagens-tipo da declamação é *A Acusação contra a Madrasta* também de Antífonte. Nesse discurso, as personagens não são nomeadas, apenas Filoneo e, possivelmente, a madrasta, Clitemnestra; discute-se, porém, o valor dos nomes nesse texto. Quem argumenta contra o fato de o texto ser uma declamação diz que Filoneo seria um nome puramente ático e não um nome alusivo, como é comum encontrarmos nas comédias. Clitemnestra ocorre em uma passagem corrupta: talvez seja apenas uma comparação entre a madrasta do caso e a personagem mítica. A madrasta, contudo, é uma personagem-tipo bastante explorada nas declamações romanas. Sobre a passagem de Antífonte, cf. Maidment 1941, 11. Sobre a *noverca* nas declamações latinas, cf. Watson 1995, 92–135.

sobre igualdade social (*Samia* 137–43) certamente soariam como uma demonstração da piedade com a qual as classes mais abastadas satisfazem sua consciência. O realismo pelo qual a literatura helenística é distinguida reflete-se, portanto, no enredo através dos motes menos lúdicos e fantasiosos do que os de Aristófanes. O mesmo processo é refletido, também, em elementos extra-textuais do teatro. O *enkyklema* deixou de ser usado, dando espaço a uma estrutura “unidade de espaço”; o enredo não mais se passa em diferentes espaços cênicos, mas apenas em um, comumente uma rua. Além disso, o falo característico da Comédia Antiga também dá lugar às roupas simples.

Outra explicação plausível ao realismo encontrado na Comédia Nova é a necessidade de adequar a temática a um público mais amplo, uma vez que o gênero expandira-se para outras partes da Grécia. Por esse motivo, não há em Menandro menções a políticos da época e nem um tratamento sistemático de temas eróticos. De toda forma, embora já delineado no segundo livro da *Retórica* de Aristóteles e em Aristófanes, o interesse notório nos caracteres, apenas no fim do século IV a.C., passa a ser sistematizado e teorizado, notadamente exposto no *Caráteres* de Teofrasto e posto em prática nas comédias de Menandro.

Desta forma, é razoável acreditar que os temas declamatórios de cunho genérico surgiram da necessidade de exercitar os caracteres mais corriqueiros – como o pobre, o rico, o herói de guerra, o velho miserável etc. É conjectural, contudo, afirmar que tais temas surgiram para cobrir uma demanda crescente em aprender sobre as tipificações genéricas dos caracteres, mas parece possível crer que tal demanda houvesse, uma vez que o gênero cômico teria se popularizado bastante no fim do Período Clássico, espalhando-se por outras partes da Grécia que não Atenas.

Todos os temas declamatórios encontrados na declamação tardia – mitológicos, históricos e genéricos – estavam presentes nos repertórios dos professores de oratória do fim do século IV a.C.; sendo, porém, o mais antigo aquele concernente às histórias retiradas da mitologia. Embora as declamações sobre temas genéricos, ao que indicam as evidências atestadas por Teofrasto e pela Comédia Nova, tenham surgido na virada entre os séculos quarto e terceiro, nenhum papiro helenístico supérstite contém tais exercícios. Pelo contrário, a maioria dos poucos e pouco estudados exercícios retóricos do Período Helenístico centra-se em temas históricos.²¹

²¹ Um dos fragmentos papiáceos de declamação mais notório, tanto por seu caráter quanto por sua extensão, é o P.Hibeb 15 (século III a.C.). Nele, uma ação é trazida contra Alexandre. Outros fragmentos declamatórios são P.Berol. 9781 (III a.C.) e os encontrados na edição de Pack, cuja análise é dada em Wooten (1962) e Kremmydas (2013).

Pouco se sabe, com certeza, sobre a retórica ou sobre o ensino dela no Período Helenístico, embora muitos sejam os fragmentos papiráceos supérstites de exercícios escolares, ainda pouco estudados pelos especialistas ou erroneamente catalogados no século passado. Kremmydas (2013, 142–3) sugere que dois fatores contribuíram para que os papiros helenísticos fossem ignorados pela crítica: o primeiro seria um interesse mais explícito em outros gêneros literários, sobretudo os poéticos, em detrimento dos fragmentos de prosa. Além disso, acredita-se que no Período Helenístico, a oratória estivesse numa fase de decadência, bem como a liberdade política e as instituições democráticas. No entanto, há suficiente evidência para apoiar a tese de que no período em questão, o ensino da oratória ainda ocuparia um lugar de destaque na educação das classes mais abastadas. Políbio, por exemplo, critica em suas *Histórias* (12.25a5) o historiador Timeu por discursar como se fosse um estudante na escola de oratória. Além disso, os latinos creditaram a Hermágoras de Temnos (II a.C.) o desenvolvimento da teoria da *στάσις*.

A declamação pós-helenística grega caracteriza-se, especialmente, pelo uso sistemático e explícito dos exercícios preliminares. Facilmente pode-se reconhecer numa declamação uma descrição, uma narração, o uso de provérbios e máximas, uma personificação, entre outros. Possivelmente, é isso que a difere das declamações do Período Clássico, como a *Helena* de Górgias, o *Odiseu* de Alcidas e outros já mencionados. Esperava-se, no período Imperial, que o jovem soubesse incorporar tais partes ao seu discurso, daí a crítica ressaltar com certa frequência que a declamação seria “o coroamento” do ensino da oratória.

Kennedy (2003, xi) argumenta que o ensino dos *progymnasmata* (“exercícios preliminares”) data do século IV a.C. e, de fato, muitos deles já aparecem na *Retórica* de Aristóteles e a primeira aparição de *προγυμνάσματα* aconteceu na *Retórica a Alexandre* (1436a25). O tratamento aristotélico é, contudo, diferente do refinamento teórico sobre tais exercícios encontrado nos manuais de Élio Teão, Hermógenes, Aftônio e Libânio, os quais dedicam partes específicas a cada exercício, além de apresentarem uma ordem na qual esses deveriam ser introduzidos no discurso. Um dos exercícios preliminares mais patente e facilmente reconhecível é o da *prosopopéia* ou personificação. Teão define o exercício como o discurso que alguém proferiria diante de uma determinada situação: “o que diria um homem à sua mulher ao partir em expedição? ou um general aos seus soldados diante do perigo?” (*Progy.* 115). Um dos exemplos mais interessantes da coleção de Corício está na primeira declamação (*Decl.* 1. 12.2.88–9). Nesta passagem, duas são as personificações. Primeiro, Príamo (na realidade, Corício) reconta as palavras de Polixena ao ser confrontada com a possibilidade de

casar-se com Aquiles. Depois, Príamo narra o que Andrômaca disse ao filho, Astíanax, no momento da rendição troiana:

ὡς γὰρ ἐκ τῶν βασιλείων ἔτομος ἦν εἰς ὑμᾶς προΐεναί, λαβομένη μου τῆς χειρὸς καὶ μόλις ἐκ τῶν δακρῶν ἀνενεγκούσα <πάτερ,> φησίν, <ἄλλοτε μὲν οὐδαμοῦ φιλόνεικον εἶδες τὴν σὴν θυγατέρα οὐδὲ ἔστιν ὃ τι προσταχθεῖσα ποιεῖν οὐ διηκόνησά σοι προθύμως· τῷ δὲ μοι τοὺς ἀδελφοὺς ἀνελόντι, κἂν ἐπιτρέψῃς, ὦ πάτερ, οὐ πείσομαι συνοικεῖν. αἰσχύνομαι τὰς Τρωάδας· βαρῶ γὰρ ἐκάστης ἀκούειν· ὁ Πολυξένης ἀνὴρ ἀνεῖλέ μοι τὸν υἱόν, ἐμοὶ δὲ τὸν πατέρα, ἐμοὶ δὲ ἐκένωσε τὴν πιστάδα. δεῖ δέ σε, ὦ πάτερ,> ἔφη, <καὶ τὴν Ἑκτορος ψυχὴν.> εἶτα μέλλουσά τι λέγειν, ὦ Τρῶες, αὐτὴ τε τοῖς δακρῶσις ἐπεστομίσθη καὶ κατήνεγκεν εἰς θρήνον ἐμέ τε καὶ τὴν μητέρα. οὕτω δὲ ἐπὶ τούτοις ἡμῶν δακρῶντων ἐπεισέρχεται φέρουσα τὸν υἱὸν Ἀνδρομάχη βοῶσά τε καὶ κοπτομένη καὶ πρὸς τὸ παιδίον· <μάτην, ὦ τέκνον,> φησί, <φέρων σέ ποτε ταῖς χερσίν ὁ πατήρ εὗξατο τοῖς θεοῖς ἄνδρα γενέσθαι καὶ τῆς πατρώας ἀρετῆς κληρονομήσαι καὶ βεβαίως ἄρ-χειν τῆς Τροίας. πῶς γὰρ ἀκούσῃ τοῦ τεκνόντος ἀμείνων; πῶς ἀναβῆσθαι μοι κομίζων ἐκ τῆς παρατάξεως λάφυρα; πῶς ἀθμοῦσαν ἐμέ τὴν κακοδαίμονα τέρψει; ταῦτα γὰρ εὗξατό σε ποιεῖν ὁ πατήρ, ἀνένευσαν δέ, ὡς ἔοικεν, οἱ θεοί, καὶ πράττεται σε δίκη, ὡς εἰκός, Ἀχιλλεὺς πατρικῆς ἀριστείας, ἵνα μηδὲ σπέρμα ἡμῶν Ἑκτορος καταλείψῃ.>

Quando eu estava pronto para me juntar a vós, ela tomou minha mão e não segurando as lágrimas, disse: “Pai, em nenhum momento, jamais, viste tua filha ser desobediente nem não servir a ti prontamente, não fazendo aquilo que lhe fora ordenado. Se me confiares, pai, ao assassino de meus irmãos, eu não obedecerei à ordem de casar. Eu me sinto envergonhada diante das troianas. É difícil ouvi-las assim: “O marido da Polixena matou meu filho” ou “meu pai” ou “fez meu leito vazio”. Ela disse: “Pai, é preciso que tu e a alma de Heitor...”, então, troianos, quando ela estava prestes a continuar, emudeceu-se com lágrimas e reduziu a mim e a sua mãe ao lamento. Assim, enquanto chorávamos, Andrômaca veio até nós, carregando seu filho, gritando e se batendo, e ao filho disse: “Filho, em vão teu pai pediu aos deuses, segurando-te em seus braços, que tu te tornasses um homem, que herdasses a bravura paterna e que reinasses sobre Tróia com segurança. Como poderás ser considerado melhor que teu pai? Como retornarás trazendo a mim os espólios da batalha? Como me animarás, infeliz e desiludida? Isso teu pai rogou, mas os deuses, como parece, recusaram. Aquiles quererá vingar-se de ti pela bravura paterna, para que não sobre nenhuma semente de Heitor”.

O cenário fictício, o enredo retirado da história ou da mitologia, as personagens-tipo em situações cotidianas, o tratamento sistemático dos exercícios preliminares, a divisão pouco frouxa entre as partes do discurso (proêmio, narração, prova e epílogo), a teoria das *στάσεις* posta em prática; todos esses são elementos que caracterizam a declamação pós-helenística. Como vimos, todos esses elementos já eram, de certa forma, presentes no repertório do professor de oratória do Período Clássico, sofrendo, contudo, um refinamento e aperfeiçoamento no Período Helenístico. Portanto, não seria errôneo afirmar que a declamação aos moldes das encontradas no Período Romano já estivesse em circulação a partir do século III a.C., ainda que as únicas declamações que nos restaram desse século sejam fragmentos papiráceos de temática histórica.

A DECLAMAÇÃO COMO GÊNERO LITERÁRIO

Τὴν δὲ σκηνὴν τοῦ ἀνδρός, ἧ ἔς τὰς μελέτας ἐχρήσατο, ἔστι μὲν καὶ Ἡρώδου μαθεῖν ἐν μιᾷ τῶν πρὸς τὸν Βάρβαρον ἐπιστολῇ εἰρημένων, δηλώσω δὲ κατὰ ἐκεῖθεν· παρῆι μὲν ἐς τὰς ἐπιδείξεις διακεχυμένῳ τῷ προσώπῳ καὶ θεαρρηκότι, φοράδην δὲ ἐσεφοῖτα διεφθορότων αὐτῷ ἤδη τῶν ἄρθρων. καὶ τὰς ὑποθέσεις οὐκ ἐς τὸ κοινὸν ἐπεσκοπεῖτο, ἀλλ' ἐξῶν τοῦ ὀμίλου βραχὺν καιρὸν. φθέγμα δὲ ἦν αὐτῷ λαμπρὸν καὶ ἐπίτονον καὶ κρότος θαυμάσιος οἷος ἀπεκτύπει τῆς γλώττης. φησὶ δὲ αὐτὸν ὁ Ἡρόδης καὶ ἀναπηδᾶν τοῦ θρόνου περὶ τὰς ἀκμὰς τῶν ὑποθέσεων, τοσοῦτον αὐτῷ περιεῖναι ὀρμῆς, καὶ ὅτε ἀποτορνέοι περίοδον, τὸ ἐπὶ πᾶσιν αὐτῆς κῶλον σὺν μειδιάματι φέρειν, ἐνδεικνύμενον πολὺ τὸ ἀλύτως φράζειν, καὶ κροαίνειν ἐν τοῖς τῶν ὑποθέσεων χωρίοις οὐδὲν μείον τοῦ Ὀμηρικοῦ ἵππου. ἀκροᾶσθαι δὲ αὐτοῦ τὴν μὲν πρώτην, ὡς οἱ δικάζοντες, τὴν δὲ ἐφεξῆς, ὡς οἱ ἐρώντες, τὴν δὲ τρίτην, ὡς οἱ θαυμάζοντες, καὶ γὰρ δὴ καὶ τριῶν ἡμερῶν ζυγγενέσθαι οἱ.

E quanto aos ornamentos cênicos, dos quais ele se valia em suas declamações, é possível ter uma ideia a partir de Herodes, pois foram descritos por ele em uma carta a Bárbaro. Eu os mostrarei a partir dessa fonte. Ele vinha para suas apresentações com um ar dissoluto e confiante e era carregado numa padiola, pois suas juntas já estavam desgastadas. Ele não refletia sobre os temas em público, mas afastava-se da reunião durante um curto tempo. Sua linguagem era clara e refinada e um zumbido esplêndido ressoava de sua língua. Herodes disse também que ele pulava de seu assento no clímax das declamações, tamanho era seu excesso de inspiração, que ele, quando arrematava uma sentença, levava a conclusão a todos com um sorriso, revelando uma elocução sem esforço e que trepidava alguns lugares de suas declamações como não menos que um cavalo de Homero. Herodes diz que, quando o ouviu declamar pela primeira vez, ouviu como um juiz; na seguinte, como um amante, na terceira ouviu como um admirador e que se reuniu com ele durante três dias. (Filóstrato, *VS* 537)

Ao passo em que a declamação não mais se restringia ao contexto escolar e que fora incorporada às ἐπιδείξεις (“demonstrações”) como principal veículo de manifestação do saber sofisticado, é possível argumentar a favor de um “gênero declamatório”, restrito a regras, funções e performances específicas e distinto dos “discursos reais”, aqueles compostos tendo em vista uma situação real e contemporânea ao orador. Nesse tópico, pretendo escrutinar as circunstâncias que circundavam a apresentação de uma declamação a partir do testemunho das fontes antigas, sobretudo Filóstrato e Sêneca.

Seria correto afirmar que, durante o Império, a principal atividade dos professores de retórica, ou sofistas, como os chama Filóstrato, era a de declamar. O discurso modelar, da qual a declamação imperial é afiliada, desde a primeira geração de sofistas, tais como Górgias e Antifonte, constituía-se como a principal ferramenta pedagógica à disposição do professor de oratória. O modelo pedagógico baseado no discurso exemplar beneficiava-se, sobretudo, da circulação de livros técnicos,²² os quais poderiam

²² Cf. *Con.* 1.pr.16: Sêneca diz que Latrão não usava livros, mas que confiava puramente em sua inteligência.

ser um compilado de excertos diversos (coleção de *sententiae*, proêmios, epílogos etc.) ou uma exposição breve de exemplos ilustrativos a determinado aspecto em questão, como é o caso do livro de Hermógenes. Já num período anterior ao Romano, a declamação transpôs os muros das escolas e adquiriu um fim em si mesmo, sendo possível falar em termos de “declamadores profissionais”. Através de seus discursos, os sofistas, que comumente ocupavam cargos políticos no sistema imperial, adquiriam renome. Em Sêneca vemos a figura do *bonus declamator*, que não necessariamente era um orador talentoso, e vice-versa:

Quosdam disertissimos cognovi viros non respondententes famae suae cum declamarent, in foro maxima omnium admiratione dicentes, simul ad has domesticas exercitationes secesserant desertos ab ingenio suo.

Eu conheci homens muito eloquentes, que não faziam jus às suas famas quando declamavam. No fórum, falavam com a máxima admiração de todos, mas quando se retiravam às exercitações domésticas eram desertados por suas inteligências. (*Con.* 3.pr.3)

No terceiro prefácio (§7), Sêneca comenta que Cássio Severo, apesar de sua incrível eloquência na oratória forense, era um declamador pouco hábil. Ele, no entanto, possuía todas as características necessárias à boa declamação: um dictionário não vulgar, nem baixa (“phrasin non vulgarem nec sordidam sed electam”), um tipo de oratória não relaxada e nem lânguida, mas ardente (“genus dicendi non remissum aut languidum sed ardens et concitatum”), uma explanação nem lenta e nem vazia, mas repleta de conteúdo e verbo (“non lentas nec vacuas explicationes, sed plus sensuum quam verborum habentes”) e diligência (“diligentiam”). Similarmente, Filóstrato (*VS* 569) elenca as características que faziam de Antioco um bom declamador: impetuosidade nas acusações e investivas (σφοδρὸς δὲ ἐν ταῖς κατηγορίαις καὶ ἐπιφοραῖς); plausibilidade nas defesas (εὐπρεπὴς δὲ τὰς ἀπολογίας) e força na caracterização (τῷ ἠθικῷ ἰσχύων). A última característica parece, contudo, ter sido de maior importância ao bom declamador. Luciano em *A Dança* (*De Saltatione* 65) afirma que, assim como o ator, aquele que compõe declamações deve adequar a linguagem ao caráter do imitado: um príncipe, um tiranicida, um rico, um pobre; cada um deve mostrar as peculiaridades que lhe pertencem.

A declamação Imperial, sobre a qual fala Filóstrato, era, concomitantemente, ensinada nas escolas, apresentada em público e/ou circulava por escrito. Todas essas “funções”, como nota Russell (1983, 74) se complementavam: através da exibição pública e da circulação popular do texto por escrito, o sofista fixava uma reputação, que, se renomada, funcionaria como um chamariz de alunos. Filóstrato nos conta de sofistas que recebiam alunos de todas as partes do Império. Escopeliano (*VS* 518), por exemplo, en-

quanto ensinava em Esmirna, recebia jovens da Jônia, Lídia, Cária, Meônia, Eólia e também “os helênicos”²³ da Mísia e Frígia.

As sessões declamatórias ocorreriam abertas ao público ou em privado,²⁴ numa reunião para convidados. Os discursos poderiam ser improvisados ou pré-ensaiados²⁵ e eram parte integrante da “demonstração” dos sofistas. A prática restringia-se às classes abastadas, as quais possuíam o poder aquisitivo para custear a apresentação de uma declamação.²⁶ Escopeliano, por exemplo, cobrava uma taxa para declamar e Varo, um jovem afluente, exigia a presença de seus devedores em suas declamações como forma de abatimento dos juros.²⁷

Era costumeiro que houvesse um discurso preambular (διάλεξις/λαλιά/προλαλιά²⁸) antes da declamação.²⁹ O nome sugere que tais preâmbulos possuísem um caráter informal; seriam mais como uma “conversational chat”, como sugere Russell (1983, 77) e que não teriam o rigor formal de um discurso retórico, um *logos*. O vínculo entre a temática das introduções e a da declamação a ser proferida é tênue; usualmente, explanam-se elementos extratextuais, como a necessidade da reunião e o caráter da audiência presente, e alusões à mitologia ou anedotas retiradas dos poetas canônicos. Não há uma preocupação em expor a argumentação a ser utilizada – isso é alimento da *θεωρία* – e o estilo é menos rigoroso: as sentenças são curtas, não há estruturas periódicas e a exposição das ideias é bastante breve. A simplicidade formal das introduções era objeto de crítica.³⁰ Filóstrato (VS 568), por exemplo, conta que Antioco não possuía talento para compor *διάλεξις* e que lidava com o assunto de forma infantil: *διελέγετο μὲν οὖν οὐκ ἐπιτηδείως – φρονιμώτατος δ’ ἀνθρώπων γενόμενος διέβαλλεν αὐτὸ ὡς μειρακιῶδες* (“Ele não compunha introduções de modo adequado; embora fosse um dos homens mais sábios, costumava abordar isso como uma criança”). Infere-se a partir da descrição de Filóstrato (VS 519) que as introduções seriam pronunciadas

²³ Οἱ Ἕλληνας (ou o singular) era o termo aplicado para todo homem versado na educação clássica grega e que era capaz de utilizar o dialeto ático com fluência. Sobre o vocábulo, Cf. Russell 1983, 84 n.51.

²⁴ Cf. *Con.* 1.1.22: *apud Cestium*; *Con.* 7.pr.1: Albúcio declamava cinco ou seis vezes ao ano em público e admitia poucos em seus exercícios privados (“secretas exercitationes”).

²⁵ Cf. VS 515. Filóstrato fala que o sofista assírio Iseu não fazia suas declamações de improviso (τὰς δὲ μελέτας οὐκ αὐτοσχεδίου ἐποιεῖτο).

²⁶ Sobre declamações pronunciadas a imperadores cf. *Con.* 2.4.12; VS 583.

²⁷ Cf. VS 519 e 537, respectivamente.

²⁸ Russell (1983, 75 n.7) reconhece que *sermo* seja o equivalente latino para esse tipo de discurso introdutório. No entanto, na minha opinião, pela natureza dos discursos supérstites de Quintiliano, o equivalente de *sermo* seria *θεωρία*.

²⁹ Cf. VS 519 e 604; Aristides *Or.* 51.16 (traduzido em Russell 1983, 76–7).

³⁰ Cf. VS 579.

enquanto o declamador ainda estivesse sentado, fato esse que confirma o caráter informal das mesmas.³¹ O teor genérico de uma introdução pode ser apreendido a partir das introduções às declamações *O Jovem Herói* e *O Velho Sovina*, cujas traduções encontram-se nesse relatório.

Após a introdução, o tema seria sugerido pela audiência (ή σπουδασθείσα υπόθεσις, “o tema escolhido” VS 572). Era comum que o tema fosse arguível a dois declamadores, havendo, assim, uma espécie de competição entre os discursos.³² Alguns sofistas confiavam na improvisação, outros ponderavam sobre o tema por algum tempo. Reardon (1971, 111) estabelece uma analogia entre com o jazz: assim como no jazz, a improvisação é preferida nas declamações. A prática, contudo, não deveria ser tão desafiadora quanto parece: os temas se repetiam com frequência e o declamador tinha à sua disposição diversos sistemas teóricos dos quais poderia valer-se em seu treinamento. É impossível falar de “improvisação” pura nesses contextos, uma vez que a retórica antiga dispunha de ensinamentos teóricos sobre o ato de improvisar.

Não era o tema que deveria soar uma novidade à audiência, mas sim o tratamento dado ao mesmo pelo declamador. A anedota contada por Filóstrato (VS 579) sobre Filagro da Cilícia é um bom exemplo: Filagro foi a Atenas e, por sua personalidade estranha, não obteve boa acolhida. Os discípulos de Herodes resolveram, então, preparar uma armadilha. Sabendo que Filagro já havia declamado um tema “Os que rejeitam como aliados quem não é convidado” (οἱ παραιτούμενοι τὴν τῶν ἀκλητῶν συμμαχίαν), tendo em mãos o texto escrito e tendo ouvido que Filagro costumava mentir sobre suas improvisações, os pupilos sugerem o mesmo tema sobre o não convidado. Filagro declama e os jovens começam a ler em voz alta o texto publicado.

A natureza dos textos supérstites convida a ponderar sobre a relação entre o texto que seria apresentado na “demonstração” do sofista e o texto publicado. As declamações de Polemo, Adriano e Lesbonax são bastante sucintas se comparadas às de Corício e Libânio. Segundo Russell (1983, 81), é possível que as primeiras (de Polemo, Adriano e Lesbonax) sejam apenas sumários das declamações que de fato foram pronunciadas, uma vez que o mais importante seria não o texto, mas a performance do declamador, como indicam os testemunhos de Filóstrato e Luciano citados previamente.

Embora, ao que parece, a ação de enunciar uma declamação tenha sido um fator decisivo na manutenção e recolha do texto, seria perigoso

³¹ Διελέγετο δὲ ἀπὸ μὲν τοῦ θρόνου, “Fazia a introdução ainda sentado” (VS 519, sobre Escopeliano).

³² Cf. ὁ ὑπερ μελέτης ἀγῶν, VS 601; Libânio, *Epist.* 742.

ignorar o importante papel dos temas no processo. Dos quarenta e cinco temas (ou *hipóteses*) citados por Filóstrato, segundo levantamento feito por Kennedy (1974), trinta e um são de cunho histórico. Essa preferência pela história clássica explica a anedota sobre Filagro (*VS* 579), que, após ser enfrentado por Anficles, o pupilo mais distinto de Herodes, responde que sua afirmação não é de nenhum autor canônico, mas dele mesmo:

– παρὰ τίνι τῶν ἔλλογίμων τοῦτο εἶρηται;
– παρὰ Φιλάγρω.

– Em qual dos autores canônicos isso é dito?
– Em Filagro.

O movimento de permanência e aprendizado da cultura grega clássica é o que mais caracterizou a Segunda Sofística, da qual Filóstrato e as declamações por ele narradas fazem parte. Não é à toa que, embora o sistema educacional esteja submetido aos poderes do Imperador, pois era ele que nomeava as cátedras de retórica nas cidades mais importantes, os temas e as formas pelos quais se davam a instrução oratória sejam puramente gregos. Isso não se deu apenas no período da Segunda Sofística, mas estendeu-se, também, aos períodos mais tardios da história grega. A preservação dos temas históricos nas declamações representa um processo de autoafirmação de uma identidade cultural e de reconhecimento de valores clássicos gregos.

CONCLUSÕES

Hodiernamente declamação parece possuir dois significados: um, mais lato, de discurso proferido sobre situação hipotética, cujas semelhanças aos textos modelares do século v a.C. são patentes. Outro, estrito, associado à declamação latina, comumente lembrada por seus temas genéricos, familiares, fantasiosos e pela manipulação da história. A prática surgiu, ao que parece, no século v a.C., e não no vi a.C., como sugeriu Fairweather. É no fim do século iv a.C., no entanto, que o gênero parece ter sido moldado naquilo que, no período Imperial, consolidou-se como a declamação propriamente dita. As características que definem o gênero são: a presença das partes tradicionais do discurso, o tratamento sistemático dos exercícios preliminares, a teoria da *stasis* posta em prática e os temas mitológicos, genéricos e históricos. Filóstrato conta que a declamação era a principal atividade dos sofistas: através das exposições de suas declamações, o professor de retórica adquiria renome e, através de sua reputação, angariaria estudantes.

A recorrência de temas de cunho histórico nas declamações gregas imperiais aponta para o processo de preservação da cultura grega clássica nas colônias gregas sob o Império Romano; fato esse que pode resguardar à declamação uma função mais complexa do que se imaginava.

REFERÊNCIAS

- Amato, E. "The Fortune and Reception of Choricus and of his Works." In *Rhetoric Exercises from Late Antiquity: a translation of Choricus of Gaza's preliminary talks and declamations*, edited by Robert J. Penella, 261–302. Cambridge: Cambridge University Press.
- Berry, D. H. and M. Heath. 1997. "Oratory and Declamation." In *Handbook of classical rhetoric in the Hellenistic Period*, edited by Stanley E. Porter, 393–420. Leiden/ New York: Brill.
- Bloomer, M. 1997. *Latinity and Literate Society at Rome*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Bloomer, M. 1997. "Schooling in Persona: Imagination and Subordination in Roman Education." *CA* 16:57–78.
- Bloomer, M. 2007. "Roman Declamation: the Elder Seneca and Quintilian." In *A Companion to Roman Rhetoric*, edited by William J. Dominik and Jon Hall, 297–306. Oxford: Wiley-Blackwell.
- Bonner, S. F. 1949. *Roman Declamation in the Late Republic and Early Empire*. Liverpool: University Press of Liverpool.
- Bowersock, G. 1969. *Greek Sophists in the Roman Empire*. Oxford: Clarendon Press.
- Civiletti, Maurizio. 2002. "Meléte: análise semântica e definição de um gênero." In *Papers on Rhetoric* 4, edited by Lucia C. Montefusco, 61–87. Roma: Herder.
- Clark, D. L. 1957. *Rhetoric in Greco-Roman Education*. New York: Columbia University Press.
- Clarke, M. L. 1971. *Higher Education in the Ancient World*. London: Routledge and Kegan Paul.
- Cole, T. 1991. *The Origins of Rhetoric in Ancient Greece*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Costrino, A. 2010. "A Lição dos Declamadores: Sêneca, o rétor, e as suasórias." Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- Criore, R. 2001. *Gymnastics of the Mind: Greek Education in Hellenistic and Roman Egypt*. New Jersey: Princeton University Press.
- Criore, R. 2013. *Libanius The Sophist: Rhetoric, Reality and Religion in the Fourth Century*. New York: Cornell University Press.
- Edward, W. 1929. *Seneca the Elder: Suasoriae*. Bristol: Bristol University Press.
- Fairweather, J. 1981. *Seneca the Elder*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Fairweather, J. 1984. "The Elder Seneca and Declamation." *ANRW* 2(32.1):515–56.
- Garbellini, I. T. 2010. "Tradução e Comentário da *Arte Retórica* de Consulto Fortunaciano." Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

- Gunderson, E. 2003. *Declamation, Paternity, and Roman Identity: Authority and the Rhetorical Self*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Heath, M. 1994. "The Substructure of Stasis-theory from Hermagoras to Hermogenes." *CQ* 44:114–29.
- Heath, M. 1995. *Hermogenes' On Issues: Strategies in Later Greek Rhetoric*. Oxford: Clarendon Press.
- Heath, M. 2002. "Hermagoras." *Philologus* 146:287–98.
- Heath, M. 2003. "Pseudo-Dionysius *Art of Rhetoric* 8-11: Figured Speech, Declamation and Criticism." *AJPh* 124:81–105.
- Hunter, R. L. 1985. *The New Comedy of Greece and Rome*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Kennedy, G. A. 1959. "The Earliest Rhetorical Handbooks." *AJPh* 80(2):169–78.
- Kennedy, G. A. 1963. *The Art of Persuasion in Greece*. London: Routledge & Kegan Paul.
- Kennedy, G. A. 1974. "The Sophists as Declaimers." In *Approaches to the Second Sophistic*, edited by G. Bowersock, 17–22. Pennsylvania: University Park.
- Kennedy, G. A. 1983. *Greek Rhetoric under Christian Emperors*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Kennedy, G. A. 1999. *Classical Rhetoric and its Christian & Secular Tradition from Ancient to Modern Times*. Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Kennedy, G. A. 2003. *Progymnasmata: Greek Textbooks of Prose Composition and Rhetoric*. Introd. and trans. Atlanta: Society of Biblical Literature.
- Kennedy, G. A. 2005. *Invention and method: two rhetorical treatises from the Hermogenic corpus*. Trans. with introductions and notes. Atlanta: Society of Biblical Literature.
- Kremmydas, C. 2013. "Hellenistic Oratory and the Evidence of Rhetorical Exercises." In *Hellenistic Oratory: Continuity and Change*, edited by Christos Kremmydas and Kathryn Tempest, 139–64. Oxford: Oxford University Press.
- Marrou, H. I. 1956. *A History of Education in Antiquity*. Translated by George Lamb. Madison: University of Wisconsin Press.
- Marrou, H. I. 1948. *Histoire de l'Éducation dans l'Antiquité*. Paris: Éditions du Seuil.
- Maidment, K. J., ed. 1941. *Minor Attic Orators*, vol. 1: *Antiphon. Andocides*. Cambridge, MA: Harvard University Press. (Loeb classical library, 308).
- Martin, T. M. 2010. "Tradução Anotada e Comentários da *Ars Rhetorica* de Caio Júlio Vitor." Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.
- Morgan, T. 1998. *Literate Education in the Hellenistic and Roman Worlds*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Penella, R. J. et al., ed. 2009. *Rhetoric Exercises from Late Antiquity: a translation of Choricus of Gaza's preliminary talks and declamations*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Poulakos, J. 1995. *Sophistical Rhetoric in Classical Greece*. Columbia: University of South Carolina Press.
- Reardon, B. P. 1971. *Courants littéraires grécques des IIe et IIIe siècles après J.-C.* Paris: Les Belles Lettres.
- Russell, D. A. 1983. *Greek Declamation*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Russell, D. A. 1996. *Libanius Imaginary speeches: a selection of declamations translated with notes*. London: Duckworth.

- Schiappa, E. 1999. *The Beginnings of Rhetorical Theory in Classical Greece*. New Haven: Yale University Press.
- Schouler, Bernard. 2005. "Chorikios déclamateur." In *Gaza dans l'Antiquité Tardive. Archéologie, rhétorique et histoire*. Actes du colloque international de Poitiers (6-7 mai 2004), édités par Catherine Saliou, 117–33. Salerno: Helios.
- Sloane, Thomas O., ed. 2001. *Encyclopedia of Rhetoric*. Oxford University Press. doi: 10.1093/acref/9780195125955.001.0001.
- Watson, Patricia A. 1995. *Ancient Stepmothers: Myth, Misogyny and Reality*. Leiden: Brill. (Mnemosyne Suppl. 143).
- Wilcox, Stanley. 1942. "The Scope of Early Rhetorical Instruction." *Harvard Studies in Classical Philology* 53:121–55.
- Wooten, C. W. 1972. "A Rhetorical and Historical Study of Hellenistic Oratory." Ph.D. dissertation. University of North Carolina at Chapel Hill.



Title. Declamation as genre: its definitions, its origins and its uses.

Abstract. This paper intends to discuss declamation as a literary genre. For that, three main points served as a base for discussion: the definition of "declamation", the origins of declamation and its contexts of performance according, mainly, to Philostratus and Seneca. The author intended to present an introduction to declamation in Brazilian Portuguese on the grounds that these texts are not widely known to Brazilian scholars.

Keywords. Rhetoric; declamation; scholastic; Seneca the Elder; Philostratus.

UM DISCURSO SOBRE A PROPRIEDADE POÉTICA: ÉPOS, PARAPLOKÉ E METAPOIÉSIS NA *TEOGNIDEIA*

RAFAEL BRUNHARA *

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo. Este artigo apresenta um comentário aos versos 20-21 da chamada “Elegia do Selo” de Teógnis (os versos 19 a 26 da *Teognideia*), visando mostrar como a *Teognideia* alude a expedientes de uma poética própria às *performances* no simpósio grego arcaico.

Palavras-chave. Simpósio; Teógnis; Elegia.

D.O.I. 10.11606/issn.2358-3150.v17i2p101-114

Κύρνε, σοφίζομένωι μὲν ἔμοι σφρηγίς ἐπικείσθω
τοῖσδ' ἔπεσιν, λήσει δ' οὔποτε κλεπτόμενα, 20
οὐδέ τις ἀλλάξει κάκιον τοῦσθλοῦ παρεόντος·
ὥδε δὲ πᾶς τις ἔρει· “Θεὺγνιδός ἐστιν ἔπη
τοῦ Μεγαρέως· πάντας δὲ κατ' ἀνθρώπους ὀνομαστός.”
ἀστοῖσιν δ' οὔπω πᾶσιν ἀδεῖν δύναιμαι·
οὐδὲν θαυμαστόν, Πολυπαῖδη· οὐδὲ γὰρ ὁ Ζεὺς 25
οὔθ' ὕων πάντεσσ' ἀνδάνει οὔτ' ἀνέχων.

Cirno, por meu engenho, sim, seja aposto um selo
nestes versos, e nunca ignorarão seu roubo, 20
nem vão mudá-los em algo vil: já são um bem presente;
e assim todos dirão: “são os versos de Teógnis
de Mégara, por toda a humanidade nomeável.”
Mas agradecer à cidade toda inda não posso:
Nada admirável, Polípeda! Nem Zeus 25
agrada a todos, faça a chuva ou a contenha.¹

AO ANALISAR AS ELEGIAS COLIGIDAS NA *TEOGNIDEIA*, É IMPOSSÍVEL NÃO SE deter nas enigmáticas palavras presentes na chamada “Elegia do Selo”, os

* Professor de Língua e Literatura Grega na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e doutorando junto ao programa de pós-graduação em Letras Clássicas da Universidade de São Paulo.

** Artigo recebido em 03.dez.2015 e aceito para publicação em 05.fev.2016.

¹ Todas as traduções deste artigo são de minha responsabilidade. As elegias de Teógnis, Tirteu e Sólon seguem a edição de West, doravante W (1992); para Píndaro, a edição é de Snell e Maehler, Sn-M (1974). Os fragmentos de Eurípides são da edição de Nauck (1889); para Poliano, uso o texto encontrado em Paton, *Greek Anthology vol. 4* (1914). O Escólio à Paz de Aristófanes encontra-se em Campbell, D. *Greek Lyric III* (1991).

versos 19 a 26 do *Corpus Theognideum*.² Surpreende-nos verificar neste que é o mais extenso *corpus* de elegias pré-alexandrinas um poema que pareça aludir à autoria de obra, questão que nos leva necessariamente à consideração do próprio caráter oral e da transmissão da poesia grega arcaica. Tendo em vista a transmissão errática da *Theognideia*, esta afirmação de autoridade poética soou para muitos estudiosos como uma “ironia definitiva”:³ afinal, Teógnis, poeta que mais pareceu buscar a autenticidade de seus versos, é aquele que mais possui poemas equivocadamente atribuídos a ele.

Pretendo, neste texto, apresentar uma leitura desta elegia concentrando-me especificamente nos versos 20–21, a fim de sugerir que o poema se refere a dois procedimentos próprios a uma poética oral voltada para o simpósio, a saber: a παραπλοκή (*paraplokē*), interposição de novos versos a outros já conhecidos da tradição, e a μεταποίησις (*metapoiesis*), a alteração de versos notórios para uma nova circunstância de *performance*.

Esta proposta parece-nos exigir que em um primeiro momento consideremos a noção mesma de έπος (*épos*, “verso”) na *Theognideia*, e mais especificamente no trecho analisado do verso 20. O termo έπος, com o significado de “verso”, aparece em quatro elegias da *Theognideia*, e em três delas juntamente com o pronome dêitico τοῦτο. A primeira ocorrência está nos versos 15 a 18, anteriores à elegia aqui analisada:

Μοῦσαι καὶ Χάριτες, κοῦραι Διός, αἶ ποτε Κάδμου
 ἐς γάμον ἐλθοῦσαι καλὸν αἰείσατ' έπος,
 ‘ὅτι καλόν, φίλον ἐστί· τὸ δ' οὐ καλὸν οὐ φίλον ἐστί,
 τοῦτ' έπος ἀθανάτων ἦλθε διὰ στομάτων.

Musas e Graças, filhas de Zeus, indo outrora
 às núpcias de Cadmo, belo *verso* cantaram:
 “o belo é amável; o não belo não é”.
Esse verso partiu de imortais lábios.

No verso 17, o poeta cita um verso hexâmetro que reproduz o que as Deusas Musas e Graças teriam cantado (αἰείσατ', *aéisat'*) no casamento de Cadmo e Harmonia: “ὅτι καλόν, φίλον ἐστί· τὸ δ' οὐ καλὸν οὐ φίλον ἐστί” (“O que é belo, é amável; o que não é belo, não é amável”). Teógnis chama este verso “έπος” no pêntametro que o antecede (verso 16), e novamente no pentâmetro se-

² Adoto a edição de Martin L. West (*Iambi et Elegi Graeci*, 1991), que considera que a elegia se encerra no v. 26. A questão, entretanto, é controversa e não há um consenso entre os estudiosos na identificação do verso final: para alguns, a elegia encerra-se no verso 30; outros propõem que se estende até o verso 38. Não é do escopo deste breve trabalho tratar desta questão: para um maior aprofundamento e um resumo do *status* da questão nos dias de hoje, remeto o leitor para Hubbard (2007).

³ Leonard Woodbury 1951, 1: “it’s the last irony in an ironical career that Theognis, who was more concerned that any poet before him to perpetuate himself in his poetry, should have won through his poems an immortality so alien and so equivocal”.

guinte (verso 18), dessa vez acompanhado do pronome τούτο, remetendo ostensivamente ao hexâmetro anterior.

Gregory Nagy, em *Ancient Greek Elegy*,⁴ sugere que o sentido de ἔπος aqui é o de “verso hexamétrico”: assim, quando a elegia diz ἔπος, ela não só menciona outra tradição poética, a da poesia épica, como também se apropria dela no contexto da poesia elegíaca. O exemplo que Nagy usa para atestar sua hipótese é o fr. 4 w de Tirteu. Ao citar versos oraculares, o poeta os chama de ἔπεα (*ἔπεα*, “versos hexamétricos”):

Φοίβου ἀκούσαντες Πυθωνόθεν οἴκαδ' ἔνεικαν
 μαντείας τε θεοῦ καὶ τελέεντ' ἔπεα·
 ἄρχειν μὲν βουλῆς θεοτιμήτους βασιλῆας,
 οἴσι μέλει Σπάρτης ἡμερόεσσα πόλις,
 πρεσβυγεν<έα>ς τε γέροντας· ἔπειτα δὲ δημότας ἄνδρας 5
 εὐθείαις ῥήτραις ἀνταπαμβομένους
 μυθεῖσθαί τε τὰ καλὰ καὶ ἔρδειν πάντα δίκαια,
 μηδέ τι βουλευεῖν τῆιδε πόλει <σκολιόν>·
 δήμου τε πλήθει νίκην καὶ κάρτος ἔπεσθαι.
 Φοῖβος γάρ περὶ τῶν ὄδ' ἀνέφηγε πόλει. 10

Febo escutaram, e de Pito ao lar levaram
 as profecias do Deus e versos perfeitos:
 que dirijam o concílio os reis honrados por Deuses,
 a quem importa a amável cidade de Esparta,
 e os primevos anciãos: depois homens do povo, 5
 por sua vez, respondendo às retas sentenças
 pronunciem ditos belos e ajam com justiça em tudo
 e não deem a cidade conselho <oblíquo>
 para que vitória e poder sigam as massas.
 Sobre isso, eis o que Febo revelou à cidade. 10

Segundo Nagy,⁵ por ἔπεα devemos entender apenas os versos hexamétricos (3, 5, 7, 9) que pertencem ao pronunciamento do oráculo. Os demais versos (4, 6, 8), pentâmetros, apenas complementam o sentido transmitido pelos versos oraculares. Nesse sentido, o uso de ἔπεα se dá apenas para explicitar a presença da poesia exclusivamente hexamétrica que é acomodada na poesia elegíaca. Mas, se observarmos as outras ocorrências de ἔπος na *Teognideia*, veremos que tal hipótese não se mantém. A elegia 1235–1238 parece significativa nesse sentido:

Ἦ παῖ, ἀκουσον ἐμεῦ δαμάσας φρένας· οὐ τοι ἀπειθή
 μῦθον ἔρῳ τῆι σῆι καρδίῃ οὐδ' ἄχαριν.

⁴ Nagy 2009, 20.

⁵ Nagy 2009, 18.

ἀλλὰ τλήθι νόωι συνιδεῖν ἔπος· “οὐ τοι ἀνάγκη
τοῦθ' ἔρδειν, ὅ τι σοὶ μὴ καταθύμιον ἦ.”

Ó menino, ouve-me, pois domaste minha alma. Não direi
ao teu espírito palavra incrível ou desagradável:
paciência em teu peito, p'ra compreender o meu *verso*: “Não é forçoso
fazer o que não está dentro do teu coração”.

O que o poeta denomina como ἔπος nessa elegia é o segmento formular οὐ τοι ἀνάγκη/τοῦθ' ἔρδειν (“não é forçoso/fazer isso”), que já aparece em outro dístico na mesma posição métrica (1095-1096),⁶ mas aqui é acompanhado do verso 1238 que o amplia. O verso 1238 pode ser denominado, por sua vez, *fórmula elegíaca*, não épica, visto que é idêntico ao verso 1086 da elegia abaixo:

Δημόναξ, σοὶ πολλὰ φέρειν βαρὺ· οὐ γὰρ ἐπίστη
τοῦθ' ἔρδειν, ὅ τι σοὶ μὴ καταθύμιον ἦ.

Demônax, é difícil te aguentar! É que tu não aprendeste a
fazer o que não está dentro do teu coração.

Assim, o termo ἔπος pode trazer a ideia de uma citação tradicional – como propõe Nagy – mas essas tradições, pelo que evidencia o verso 1238, não seriam necessariamente hexamétricas.

Young (1971, *apud* Vetta 1980, 45) acreditava que o verso 1238 era um provérbio antigo, ἀρχαία παροιμία (*arkhaía paroimía*), uma hipótese já descartada, mas que pode ser reavaliada à luz da sugestão de Nagy. O que talvez tenha levado Young a interpretar o verso 1238 como provérbio é o fato de que ἔπος também possibilita esse sentido,⁷ que não está ausente na *Teognídeia*: o mesmo verso 18, citado acima, “ὄττι καλόν, φίλον ἐστί· τὸ δ' οὐ καλὸν οὐ φίλον ἐστί”, ostensivamente chamado de ἔπος, era conhecido por Platão (*Lys.*216c), como antigo provérbio:⁸

ἀλλὰ τῶ ὄντι αὐτὸς εἰλιγγίῳ ὑπὸ τῆς τοῦ λόγου ἀπορίας, καὶ κινδυνεύει κατὰ τὴν ἀρχαίαν παροιμίαν τὸ καλὸν φίλον εἶναι.

Eu mesmo, na verdade, sinto vertigens diante da dificuldade do raciocínio e corre-se o risco *de que amigo seja o belo, conforme o antigo provérbio*.⁹

⁶ “Σκέπτεο δὴ νῦν ἄλλον· ἐμοὶ γε μὲν οὐ τις ἀνάγκη/τοῦθ' ἔρδειν· τῶν μοι πρόσθε χάριν τίθεσο.” Agora, procura por outro. Para mim, não é necessário/fazer isso. Sê-me grato pelo que fiz antes.”

⁷ Ver, por exemplo, Aristófanes, *Aves*, 507: “τοῦτ' ἄρ' ἐκείν' ἦν τοῦπος ἀληθῶς· «Κόκκυ, ψωλοί, πεδιονδῆ (...)»”, “Ah! É esta a razão *daquele provérbio*: “Cu-co! Circuncidados, ao campo!” (trad. Adriane da Silva Duarte, 2000).

⁸ Podemos ainda citar os versos 881 e 901 das *Bacas* de Eurípidēs, “ὅ τι καλὸν φίλον ἀεί” (“o que é belo é amável sempre”), de maneira a confirmar a característica proverbial da expressão mencionada por Platão.

⁹ Tradução de Helena Maronna (2014).

Nesse sentido, ἔπος pode designar na *Teognideia* a referência a versos tradicionais que se destacaram de seu contexto original e alcançaram o estatuto de proverbiais, transcendendo o tempo e o espaço original de suas enunciações.

No caso da elegia 19–26 aqui estudada, o termo aparece duas vezes: no verso 20 e no 22. A grande questão levantada pelos estudiosos é quais seriam os ἔπη (*épe*, “versos”) aos quais o Eu Poético se refere, uma vez que no verso 20 ele emprega o termo acompanhado de um pronome dêitico, no dativo plural: τοῖσδ’ ἔπεσιν (*toîsd’ épesin*). O poeta estaria então apontando para *todos* os versos da *Teognideia* que se seguem após o verso 20? Ou apenas para os versos da elegia compreendida entre os versos 19 e 26?

A maioria dos estudiosos se inclina para a primeira hipótese, admitindo a existência de uma coleção na qual este poema seria a abertura. Nesse sentido, o selo mencionado no v. 19 – qualquer que seja ele – seria o meio encontrado pelo poeta para preservar uma coletânea de seus versos. Carrière,¹⁰ um dos partidários dessa hipótese, adverte, contudo, que essa coletânea evidentemente não poderia ser a mesma de que dispomos, mas uma que continha apenas poemas genuínos de Teógnis, que mais tarde dariam origem ao *corpus* atual.

Assim, a hipótese só tem sentido se presumirmos que a *Teognideia* já circulava como uma antologia relativamente fixa no período em que Teógnis teria atuado; isso fez com que alguns estudiosos¹¹ a descartassem, tendo em vista a circunstância fluida de *performance* oral dessa poesia e dois testemunhos antigos – um fragmento da obra Περὶ θεογνίδος (*Peri Theognídos*, “Sobre Teógnis”) de Xenofonte, conservado por Estobeu (4.29c53), e um trecho do *Mênon* de Platão (95c–e) – que, embora mencionem uma coleção com poemas de Teógnis já no período clássico, parecem indicar que a abertura dessas coleções antigas era outra e a disposição dos poemas bastante diferente. Vale notar, porém, que mesmo a interpretação desses fragmentos que mencionam coleções antigas está longe de ser conclusiva: é discutível se os termos que Xenofonte e Platão utilizam realmente dizem respeito à disposição dos poemas nas antologias.¹²

¹⁰ Carrière 1948, 115, n.1.

¹¹ Vetta 1999, 183; Ferrari 2009, 76.

¹² Em resumo, Xenofonte utiliza ἀρχή (*arkhê*), que pode tanto indicar o início da coleção como a sua “característica principal” enquanto Platão cita os versos 33–6 e usa o termo ὀλίγον μεταβάς (*olígon metabás*) antes de fazer a citação seguinte, os versos 436–40. O termo pode traduzir uma mudança espacial, “mudando um pouco [as páginas]” ou indicar uma mudança de tema na elegia citada: “mudando um pouco [o tema da elegia]”. A consequência de se entender ὀλίγον μεταβάς como uma mudança espacial leva a conclusão de que a antologia que circulava no tempo de Platão era bastante diferente da nossa, que traz esses poemas muito distantes entre si.

Massimo Vetta, em *Symposion: Antologia dai lirici greci*,¹³ é categórico ao defender a segunda hipótese. Para o autor, “uma expressão como τοῖσδ’ ἔπεσιν pode ser dita apenas de versos que estão sendo ouvidos no momento”. Mas considerar que o pronome se refere apenas aos versos 19–26 acarreta em uma redução muito drástica do escopo do selo, e isso certamente o tornaria inócuo para os propósitos de fama perene que Teógnis mencionará nos versos 21–3. A dificuldade em aceitar a teoria é constatada de maneira penetrante por Friis Johansen em *A Poem by Theognis, Theogn.19-38*:¹⁴ “(...) o procedimento de identificação torna-se ridículo, se τοῖσδ’ ἔπεσιν quer dizer aqui apenas um pequeno poema”. O posicionamento de Friis Johansen é válido, mas não se deve deixar de notar que o valor dêitico da expressão é evidente, e que é evidente também que este poema circulou em meio oral.

Talvez a ocorrência de ἔπος nos versos 753–6 possa nos oferecer uma resposta para o problema:

Ταῦτα μαθῶν, φίλ’ ἑταῖρε, δικαίως χρήματα ποιοῦ,
σώφρονα θυμὸν ἔχων ἐκτὸς ἀτασθαλῆς,
ἀεὶ τῶνδ’ ἑπέων μεμνημένος· εἰς δὲ τελευτῆν
αἰνήσεις μύθῳ σώφροني πειθόμενος.

Ciente disso, caro amigo, faz fortuna justamente,
com um coração prudente, sem desatinos,
sempre tendo em mente *esses versos*: no fim
aprovarás, persuadido por prudente palavra.

Para Jean Carrière,¹⁵ o verso 755, ἀεὶ τῶνδ’ ἑπέων μεμνημένος (“sempre relembando esses versos”) seria o epílogo de uma gnomologia elegíaca, e constituiria uma referência a todas as demais elegias que o antecederiam. Mesmo juízo já era compartilhado por Emil Von Geys em 1892, que utilizava essa elegia para demarcar a sua divisão da *Theognideia* entre um livro de preceitos morais e um manual elaborado para uso em simpósios. A composição ταῦτα μαθῶν (*taûta mathôn*, “tendo aprendido essas coisas”, v. 753) sugere que os versos aludidos seriam, além disso, estritamente parenéticos.

O caso do verso 20 é similar: também lá, o pronome que acompanha o dativo ἔπεσιν alude a um conjunto de versos difícil de precisar. Talvez essa indeterminação seja importante na estrutura da *Theognideia*, uma vez que no contexto de *performances* e *reperformances* simposiais a imprecisão do pronome anafórico faria com que a referência pudesse ser sempre mutável, alterada de acordo com diferentes apresentações. Assim, os versos iniciais

¹³ Vetta 1999, 183.

¹⁴ Friis-Johansen 1991, 13.

¹⁵ Carrière 1948, 119.

da elegia do selo poderiam servir para introduzir, sob a chancela de um poeta de nome Teógnis, quaisquer outros versos da *Teognideia* recitados nos simpósios arcaicos, antes de assumirem a sua atual função prologal.

Se pensarmos desse modo, então, o poeta chama toda a sua poesia de *ἔπος* não apenas para realçar a interpenetração da tradição hexamétrica na elegia, mas para enfatizar que os versos devem ser entendidos não só na temporalidade de sua enunciação, mas como máximas atemporais, capazes de transcender tempo e espaço e alcançarem o estatuto de provérbios. Essa interpretação de *ἔπος* parece apropriada para a *Teognideia*, visto que a própria elegia 19–26 tematiza a oposição entre o momento presente (vv. 24–5) e a posteridade (vv. 22–3), e diversas outras elegias do *corpus* retomam o tema.

Passemos agora à consideração dos vv. 20–21; o dístico contém uma informação sem precedentes na literatura grega arcaica, pois nela o poeta demonstra uma preocupação com a integridade de seu texto:

(...) λήσει δ' οὔποτε κλεπτόμενα,
οὐδέ τις ἀλλάξει κάκιον τοῦσθλοῦ παρεόντος·

(...) nunca notarão seu roubo,
nem vão mudá-los em algo vil: já são um bem presente

O poeta afirma que o roubo de seus versos será sempre detectado (v. 20), e que nenhum outro poeta precisaria – ou seria capaz – de alterá-los, por serem excelentes e acessíveis, “um bem presente” (v. 21).

O verbo *λήσει* (*lêsei*, “passar despercebido”, “ignorar”), onde se subentende claramente um sujeito *ἔπη* (retomando *τοῖσδ' ἔπεισιν*), já foi interpretado¹⁶ como uma “paronomásia a distância” com o verbo *λήσομαι* do hino que abre a *Teognideia* (v. 2).¹⁷ A hipótese argumentaria em prol de uma possível unidade entre os hinos iniciais da *Teognideia* (1–18) e a elegia do selo, já defendida também por Nagy (1985, 30), mas que é difícil de ser sustentada, dada a variedade temática destes proêmios e a circunstância de *performance* da elegia arcaica.

Juntamente com o particípio presente *κλεπτόμενα* (*kleptómēna*, “sendo roubado”), a passagem é interpretada pela maioria dos estudiosos¹⁸ como o temor de Teógnis ao plágio de sua poesia. No entanto, qual é o significado do plágio em uma sociedade cuja poesia circulava oralmente e se pautava pela imitação, repetição e reelaboração de versos herdados da tradição?

¹⁶ Ver de Martino et Vox 1996, 784.

¹⁷ “Ὁ ἄνα, Λητοῦς υἱέ, Διὸς τέκος, οὔποτε σείο/λήσομαι ἀρχόμενος οὐδ' ἀποπαύμενος,/ἀλλ' αἰεὶ πρῶτόν τε καὶ ὕστατον ἔν τε μέσοισιν/ἀείσω· σὺ δέ μοι κλύθι καὶ ἔσθλα δίδου.” “O senhor, filho de Leto, prole de Zeus, jamais/te esquecerei, ao começar ou encerrar,/mas sempre no princípio, no final e na metade/te cantarei: tu, ouve-me e concede bens.”

¹⁸ Ver Friis-Johansen, 1991, 14.

Para compreender o significado desses versos, Andrew Ford em “The Seal of Theognis” resgatou a elegia 805–10 da *Theognideia*, que trata igualmente do tema da adulteração de versos alheios:

Τῶρνου καὶ στάθμης καὶ γνώμονος ἄνδρα θεωρὸν
 εὐθύτερον χρῆ <ἐ>μεν, Κύρνε, φυλασσόμενον,
 ὥτινι κεν Πυθῶνι θεοῦ χρῆσασ’ ἰέρεια
 ὄμφην σημήνηι πίονος ἐξ ἄδ’του·
 οὔτε τι γὰρ προσθεῖς οὐδὲν κ’ ἔτι φάρμακον εὔροις,
 οὐδ’ ἀφελῶν πρὸς θεῶν ἀμπλακίην προφύγοις.

Mais reto que compasso, régua e esquadro um teoro
 precavido deve ser em discernimento, Cirno,
 aquele a quem a sacerdotisa do Deus em Pito,
 de seu pingue santuário, assignar a voz divina:
 pois jamais encontrarias remédio, se lhe acrescentasses
 ou retirasses algo, nem escaparias da punição que vem dos Deuses.

O poema veta um teoro, o indivíduo responsável pela consulta ao oráculo, de acrescentar (προσθεῖς, *prosthéis*, v. 809) ou subtrair (ἀφελῶν, *aphélon*, v. 810) versos àqueles proferidos em hexâmetros datílicos pela voz divina da sacerdotisa de Delfos. É de maneira similar que Ford interpreta o sentido de κλεπτόμενα no verso 20: aquele que cita os versos de Teógnis deve ser como um teoro, ou seja, capaz de recitar de maneira exata para as futuras audiências os versos que lhe foram transmitidos.¹⁹ Segundo Ford essa leitura se justifica, uma vez que “para os gregos arcaicos não há uma linha que demarque claramente a distinção entre oráculos e textos poéticos”.²⁰

Em certo sentido, o acréscimo de versos a hexâmetros oraculares já encontra pelo menos um paralelo na literatura grega arcaica, o caso do fragmento 4 w de Tirteu acima citado: acredita-se, nesse fragmento, que Tirteu teria adicionado um dístico e três pentâmetros elegíacos a hexâmetros oraculares prévios, empreendendo uma hábil manipulação do conteúdo oracular, de maneira a colocar o papel dos reis espartanos em primeiro plano.²¹ Esta hipótese, defendida por West,²² se explica uma vez que o fragmento conserva sentido mesmo quando removidos os pentâmetros e o dístico inicial.²³

¹⁹ Ford 1985, 87.

²⁰ Exemplo de que os limites entre o que era poético e oracular muitas vezes se entrecruzavam é o fr. 150 Sn-M de Píndaro: “Μαντεύο, Μοῖσα, προφατεύσω δ’ ἐγώ” (“Dá teu augúrio, Musa! Serei teu profeta”).

²¹ Tive a oportunidade de tratar desse fragmento com maior detalhe e a sua relação com o restante da poesia de Tirteu em outro trabalho (Brunhara, R. “Ocasião de *Performance* e Estrutura do fr. 4 W de Tirteu” in *As Elegias de Tirteu*, São Paulo: Humanitas, 244–46, 2014.)

²² West 1974, 184–5.

²³ No entanto, como pretendemos mostrar no trabalho supramencionado, discordamos da opinião de West, que julga, seguindo Bergk, que “os pentâmetros não acrescentam nada de significativo

O recurso de acrescentar novos versos a outros já estabelecidos é visível já na *Teognideia*. Os versos 425–8 são significativos nesse aspecto:

Πάντων μὲν μὴ φῦναι ἐπιχθονίοισιν ἄριστον
 μηδ' ἐσιδεῖν αὐγάς ὀξέος ἡελίου,
 ὄφυντα δ' ὅπως ὤκιστα πύλας Αἴδαο περήσαι'
 καὶ κείσθαι πολλὴν γῆν ἐπαμησάμενον.

*De tudo, não nascer é o melhor para os sobre a terra
 e não contemplar os raios do aguçado sol
 mas, nascido, cruzar o mais rápido os portais do Hades
 e repousar, enterrado por muita terra.*

Os dois pentâmetros não acrescentam nada de novo ao sentido dos versos hexamétricos em destaque, 425 e 427: o primeiro (v. 426) complementa a ideia de μὴ φῦναι (*mè phúnai*, “não nascer”) e o segundo (v. 428) a de πύλας Αἴδαο (*púlas Haídao*, “portais do Hades”). Que os versos podiam ser proverbiais, já indica a sua atestação em numerosas fontes²⁴ sem o acompanhamento dos pentâmetros (vv. 427 e 428): exemplos notórios são o *Certame Homero-Hesíodo* (§7) que os atribui a Homero e proclama a enorme fama desses versos entre os gregos; também Eurípidés, parafraseando o verso 427, informa que ele era “repetido por toda a parte” (fr. 285 Nauck, vv. 1–2):

ἐγὼ τὸ μὲν δὴ πανταχοῦ θρυλούμενον
 κράτιστον εἶναι φημί μὴ φῦναι βροτῶ·

Eu afirmo o que é repetido por toda a parte:
 O melhor para um mortal é não nascer.

Ao que parece, formar dísticos elegíacos a partir de hexâmetros (sejam eles oraculares ou provenientes de outras tradições) era prática comum entre os poetas elegíacos gregos.²⁵

Esse fenômeno, amiúde praticado na tradição elegíaca arcaica, passa, tardiamente, a ser denominado como παραπλοκή (*paraploké*, “citação”, “inter-texto”) e entendido, no seio da tradição retórica²⁶ como a citação de texto poético em tratados retóricos. Porém, o termo começa a ser usado também como parte do vocabulário crítico-literário, para designar aquilo que Teóg-

ao sentido dos hexâmetros”. A nosso ver, o acréscimo dos pentâmetros acarreta em uma alteração no sentido do poema e é eficaz tanto para a retórica quanto para a estrutura deste poema de Tirteu.

²⁴ Ver van Gröningen 1966, p.170, para todas as ocorrências.

²⁵ Ver por exemplo Simônides fr. 8.1-2W, onde o verso 146 do Canto vi da *Ilíada* é curiosamente antecedido por um pentâmetro e serve de mote para a reflexão a ser traçada pela elegia: “ἐνδὲ τὸ κάλλιστον Χίος ἔειπεν ἀνήρ·/«οἴη περ φύλλων γενεῆ, τοιῆ δὲ καὶ ἀνδρῶν», “uma coisa a mais bela disse o homem de Quios: /‘como a geração das folhas, tal também a dos homens’” (trad. Teodoro Assunção, 2007).

²⁶ Ver Hermógenes de Tarso, *Sobre as Formas do Estilo* (Περὶ ἰδεῶν λόγου, *perì ideôn lógou*), 2.4.

nis, Tirteu e outros elegíacos já realizavam na prática oral de seus poemas; o exemplo vem do Escoliasta à *Paz* de Aristófanos, que ao comentar os versos 775–8 da peça observa que o comediógrafo ateniense se apropria (ou, nos termos do escoliasta, faz uma παραπλοκή) de versos de Estesícoro:

«Μοῦσα σὺ μὲν πολέμους ἀπωσαμένη μετ’ ἐμοῦ
τοῦ φίλου χόρευσον
κλείσουσα θεῶν τε γάμους ἀνδρῶν τε δαΐτας
καὶ θαλίας μακάρων»

αὕτη παραπλοκή ἐστὶ καὶ ἔλαθεν. σφόδρα δὲ γλαφυρὸν εἶρηται καὶ ἐστὶ Στησιχόρειον.

Μοῖσα σὺ μὲν πολέμους ἀπωσαμένα πεδ’ ἐμοῦ
κλείσεια θεῶν τε γάμους ἀνδρῶν τε δαΐτας
καὶ θαλίας μακάρων

“Musa, rejeita as guerras, celebra comigo,
seu amigo, e dança
as núpcias dos Deuses, os banquetes dos homens
e as festas dos venturosos”,

Trata-se de intertexto (*paraploké*) e passou despercebido. A passagem está expressa de maneira muito mais refinada, e pertence a Estesícoro:

“Musa, rejeita as guerras, celebra comigo
as núpcias dos Deuses, os banquetes dos homens,
e as festas dos venturosos...”

É importante perceber, ainda na citação do escoliasta, a presença do verbo ἔλαθεν (*élathen*, “passou despercebido”) que aqui também possui um sentido técnico, mas que já está antecipado no verso 20 da *Teognideia*, com λήσει.

Quanto ao particípio κλεπτόμενα, também no v. 20, De Martino e Vox²⁷ também propõem um sentido técnico ao remeterem a uma elegia de Poliano, poeta obscuro da *Antologia Palatina*, que utiliza o verbo κλέπτω para a atividade de apropriar-se de versos alheios, algo aparentemente comum entre poetas. Diz o elegíaco (11.130):

Τοὺς κυκλίους τούτους τοὺς “αὐτὰρ ἔπειτα” λέγοντας
μισῶ, λωποδύτας ἀλλοτρίων ἐπέων.
καὶ διὰ τοῦτ’ ἐλέγους προσέχω πλέον· οὐδὲν ἔχω γὰρ
Παρθηνίου κλέπτειν ἢ πάλι Καλλιμάχου.
“θηρὶ μὲν οὐατόεντι” γενοίμην, εἴ ποτε γράψω,
εἴκελος, “ἐκ ποταμῶν χλωρὰ χελιδόνια.”
οἱ δ’ οὕτως τὸν Ὀμηρον ἀναιδῶς λωποδυτοῦσιν,
ὥστε γράφειν ἤδη “μῆνιν ἄειδε, θεά.”

²⁷ de Martino et Vox 1996, 784.

Esses cíclicos, que ficam falando “e então, depois...”,
 eu odeio, larápios são de verso alheio.
 É por isso que prefiro a elegia: pois nada tenho
 p’ra roubar de Partênio ou mesmo de Calímaco;
 “igual a orelhuda besta”²⁸ eu seria, se então grafasse:
 “pálidas andorinhas que dos mares vêm”.²⁹
 Mas eles roubam Homero tão descaradamente
 que já grafam até “A ira, Deusa, celebra”.

O verso 21, “οὐδέ τις ἀλλάξει κάκιον τοῦσθλοῦ παρεόντος”, até hoje divide estudiosos, por causa das muitas interpretações propostas para o verbo ἀλλάσσω (*alássō*). A mais aceita sugere que o verbo ἀλλάσσω deve significar aqui “trocar”, “dar em troca, no lugar de”. Nesse sentido, deve-se subentender um pronome indefinido, κάκιον τι (*kákion ti*),³⁰ e ler: “não se dará algo *pior* (κάκιον τι) em troca, no lugar de um bem presente”. A leitura é sugerida por Bowra,³¹ van Groningen³² e adotada por Gerber em sua tradução,³³ e também é a mais aceita entre os tradutores de língua portuguesa do poema.³⁴

West³⁵ sustenta que os versos subentendem a palavra ὄνομα (*ónoma*, “nome”), tanto para κάκιον quanto τοῦσθλοῦ παρεόντος. “Ninguém trocará [o nome de um autor] ruim, quando o bom está presente”, repetindo a ideia já expressa no v. 20 e posicionando-se a favor da tese de que tanto o v. 20 quanto o 21 tratariam da questão do plágio.

Considerando essa leitura, o verso 21 seria então interpretado como uma crítica do poeta à má transmissão dos versos, à falsa atribuição de autoria ou mesmo a uma questão de preferência de sua audiência por outros poemas, considerados por ele “piores”.

Outros estudiosos recorrem ao sentido mais geral de “alterar”, “mudar”, que aqui seria especificado pelo adjetivo comparativo κάκιον. Dessa

²⁸ Referência ao verso 31-32 das *Origens* de Calímaco: “[θ]ηρί μὲν οἴβατόεντι πανείκελον ὀγκήσαιτο/ [ἄ]λλος;”, “igual a orelhuda besta vocifere/ outro (...)” (trad. João Angelo Oliva Neto, 2013).

²⁹ Acredita-se ser uma referência a um verso elegíaco de Partênio de Niceia (fr.27), que foi conservado somente graças a essa citação.

³⁰ É mais simples subentender o pronome indefinido do que ἔπος, neutro singular, uma vez que o termo precedente, ἔπειν é plural, número que é reiterado em κλεπτόμενα, no verso 20, também neutro plural.

³¹ Bowra 1938, 149.

³² van Groningen 1966, 20.

³³ Gerber 1999, 179: “nor will anyone take something worse in exchange when that which is good is at hand”.

³⁴ Ishizuka 2002: “Ninguém trocará o pior pelo bom, que está à mão”; Onneley 2010: “Ninguém trocará o pior por este excelente que aqui está”; Werner 2011: “ninguém trocará um inferior por um genuíno à disposição”, Antunes 2012: “Nem se tomar algo vil quando existe por perto algo bom”.

³⁵ West 1974, 149.

opinião são Hudson-Williams,³⁶ De Martino e Vox,³⁷ Gentilli, Perrotta e Cattenacci.³⁸ Nesse caso, τοῦσθλοῦ παρεόντος (*tousthloû paréontos*) deve ser entendido como um genitivo absoluto com função explicativa (“pois são um bem presente”).

Adotando esta última leitura, teríamos, então, o poeta colocando-se contra um expediente que deveria ser comum às récitas arcaicas de poesia elegíaca: a reutilização, ou “adaptação” de versos para um novo contexto de *performance*, representando um jogo típico de perguntas e respostas propriamente simposial, que parece estar presente na *Teognídeia*³⁹ e recebe formulação clara no fr. 20w de Sólon, que altera um verso de Mimnermo. Sólon altera o pentâmetro do fr. 6w do poeta jônio (ἔξηκονταέτη μοῖρα κίχοι θανάτου, “aos sessenta anos me venha a hora fatal da morte”), chamando o procedimento de μεταποίησις (*metapoíēsis*):

ἀλλ' εἴ μοι καὶ νῦν ἔτι πείσεαι, ἔξελε τοῦτο –
μηδὲ μέγαίρ', ὅτι ς<έο> λῶιον ἐπεφρασάμην –
καὶ μεταποίησον Λιγιαστάδη, ὦδε δ' αἶειδε·
“ὀγδωκονταέτη μοῖρα κίχοι θανάτου”.

Mas se ainda hoje pudesses me ouvir, descarta isso,
– (não te ofendas porque pensei melhor do que tu!) –
e refazendo o poema, Liqiástade, canta assim:
“Aos oitenta anos me venha a hora fatal da morte”

A leitura destes versos parece nos levar à conclusão de que a Elegia 19–26 nos mostra um poeta aludindo a duas práticas distintas que faziam parte da poética oral da poesia grega arcaica e que, sendo corriqueiras na *performance* desses poemas, não necessitavam de definições ulteriores. Poderíamos defini-las do seguinte modo:

- a) παραπλοκή (*paraplokḗ*), intercalação de versos aos poemas previamente transmitidos pela tradição – que, no caso da poesia elegíaca, geralmente se via na aposição de pentâmetros ao hexâmetro datílico, exercendo a função de complementar, refutar ou reformular a afirmação expressa neste.

³⁶ Hudson-Williams 1910, 175.

³⁷ de Martino et Vox 1996, 779.

³⁸ Cattenacci, Gentilli et Perrotta 2007, 165.

³⁹ Ateneu nos mostra como funcionava este jogo simposial (10.457 d-e): ἀλλὰ μᾶλλον τὰς τοιαύτας, τῷ πρώτῳ ἔπος <ἦ> ἱαμβεῖον εἰπόντι τὸ ἐχόμενον ἕκαστον λέγειν καὶ τῷ κεφάλαιον εἰπόντι ἀντιπεῖν τὸ ἐτέρου ποιητοῦ τιος, ὅτι εἰς τὴν αὐτὴν εἶπε γνώμην· ἔτι δὲ λέγειν ἕκαστον ἱαμβεῖον. “Preferiam coisas desse tipo: cada conviva dizer, àquele que primeiro recitasse um verso épico ou jâmbico, [um verso] em seguida; ou responder, a quem recitasse uma passagem mais longa [*kephálaion*], outra de outro poeta, que tivesse expressado o mesmo pensamento. Cada um diria ainda um verso jâmbico” (ed. Olson, tradução nossa). A própria *Teognídeia* parece mostrá-lo na prática, nos versos 993–1026.

- b) μεταποιήσις (*metapoiēsis*), alteração de versos alheios, reformulando ou refutando um poema de prestígio, ou tão somente o poema recitado anteriormente no circuito simposial.

Desse modo, a expressão τοῖσδ' ἔπειν (*toïsd' épesin*, nestes versos) poderia servir de introdução a quaisquer outros versos, que seriam imediatamente colocados sob a chancela de um poeta chamado Teógnis e representados como máximas atemporais, da mesma ordem de provérbios: nesse sentido, os versos 20–21, λήσει δ' οὐποτε κλεπτόμενα, / ἀλλάξει κάκιον τοῦσθλοῦ παρεόντος, nos quais o poeta defende a integridade futura de seu “texto” são significativos, pois compõem um manifesto do poeta contra uma prática que deveria ser corriqueira nas récitas simposiais de poesia arcaica, a da alteração verbal ou contextual, seja por *paraplokḗ*, seja por *metapoiēsis*. A alteração dos versos de Teógnis não é necessária, uma vez que o poema se pretende, depois da aposição do selo, “um bem à mão”, perene e conhecido por todos.

REFERÊNCIAS

- Antunes, C. L. B. 2012. “Teognídeas 19-38.” (Disponível em: <http://neolympikai.blogspot.com.br/2012/04/teognideas-vv-19-38.html>, acesso em 14.mar.2015.)
- Assunção, T. R. 2007. “Envelhecimento e Juventude na Elegia de Semônides.” In 2º *Simpósio de Estudos Clássicos da USP*, editado por M. M. dos Santos, 41–63. São Paulo: Humanitas.
- Bowra, C. M. 1938. *Early Greek Elegists*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Brunhara, R. 2014. *As Elegias de Tirteu: Poesia e Performance na Esparta Arcaica*. São Paulo: Humanitas.
- Campbell, D., ed. 1991. *Greek Lyric III: Stesichorus, Ibycus, Simonides and others*. Harvard: Cambridge University Press.
- Carrière, J. 1948. *Theógnis de Mégare. Étude sur la Recueil Élégiacque attribué a ce poète*. Paris: Bordas.
- Catenacci, C.; B. Gentili; G. Perrota. 2007. *Polimnia, Poesia Greca Arcaica*. Firenze: G. D’Anna.
- Duarte, A. S. 2000. *Aristófanes: As Aves*. São Paulo: Hucitec.
- Ferrari, F. 2009. *Teognide, Elegie. Introduzione, traduzione e note*. Milan: Biblioteca Universale Rizzoli.
- Ford, A. 1985. “The seal of Theognis: the politics of authorship in archaic Greece.” In *Theognis of Megara: Poetry and the Polis*, edited by T. J. Figueira and G. Nagy, 29–81. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Friis-Johansen, H. 1991. “A Poem by Theognis part I (Thgn. 19–38).” In *Classica et Mediaevalia* 42, edited by O. Thomsen, 5–29. Copenhagen: Museum Tusulanum Press.
- Gerber, D. 1999. *Greek Elegiac Poetry*. Cambridge: Harvard University Press.

- van Groningen, B. A. 1966. *Theognis: Le Premier Livre* édité avec un commentaire. Amsterdam: N. V. Noord-Hollandsche Uitgevers Maatschappij.
- Hubbard, T. 2007. "Theognis' *Sphrêgis*: Aristocratic Speech and the Paradoxes of Writing." In *Politics of Orality*, edited by C. Cooper, 193–215. Leiden: Brill.
- Hudson-Williams, T. 1910. *The Elegies of Theognis*. London: Bells and Sons.
- Ishizuka, V. 2002. *Teógnis: a Voz de Megara. Kléos, Nêmesis e Phília*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.
- Maronna, H. 2014. *Lísis de Platão: tradução, estudo introdutório e notas*. Dissertação de mestrado. Universidade de São Paulo.
- de Martino, F.; O. Vox. 1996. *Lirica greca II: Lirica Ionica*. Bari: Levante.
- Nagy, G. 1985. "Theognis and Megara: a poet's vision of his city." In *Theognis of Megara: Poetry and the Polis*, edited by T. J. Figueira and G. Nagy, 29–80. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Nagy, G. 2009. "Ancient Greek Elegy." In *The Oxford Handbook of the Elegy*, edited by K. Weisman, 13–45. Oxford: Oxford University Press.
- Nauck, A., ed. 1889. *Tragicorum Graecorum Fragmenta*. Leipzig: Teubner.
- Oliva Neto, J. A. 2013. *Dos Gêneros da Poesia Antiga e sua Tradução em Português*. Tese de Livre-Docência. Universidade de São Paulo.
- Onneley, G. B. 2010. *A Ideologia Aristocrática nos Theognidea*. Rio de Janeiro: Ed.UFF.
- Paton, W. R., ed. 1914. *The Greek Anthology IV: Books 10–12*. Harvard: Cambridge University Press.
- Snell, B.; H. Maehler, ed. 1975. *Pindari Carmina Cum Fragmentis Pars II: Fragmenta*. Leipzig: Teubner.
- Vetta, M. 1980. *Theognis, Elegiarum Liber secundus*. Rome: Edizioni Dell' Ateneo.
- Vetta, M., ed. 1999. *Symposion: Antologia dai lirici graeci*. Napoli: Loffredo.
- Welcker, F. 1826. *Theognidis Reliquiae*. Frankfurt: Broenner.
- Werner, C. 2011. "O Selo de Teógnis". (Disponível em: <http://poesiagrega.blogspot.com.br/2011/04/o-selo-de-teognis.html>, acesso em 14.mar.2015).
- West, M. L. 1974. *Studies in Greek Elegy and Iambus*. Berlin: De Gruyter.
- West, M. L., ed. 1992. *Iambi et Elegi Graeci ante Alexandrum Cantati, vol. 2*. Oxford: Oxford University Press.
- Woodbury, L. 1951. "The Riddle of Theognis, The Latest Answer". *Phoenix* 5:1–10.



Title. A Discourse on poetic ownership: *épos*, *paraploké* and *metapoiésis* in *Theognidea*.
Abstract. This paper presents a commentary on lines 20–21 of Theognis' "Elegy of the Seal" (Theogn.19–26), intending to show how *Theognidea* refers to procedures appropriate to the poetic performances on Ancient Greek Symposium.
Keywords. Elegy; Symposium; Theognis.

UMA *ARS POETICA* OVIDIANA: METAPOESIA E ILUSIONISMOS NA *ARS AMATORIA*

MATHEUS TREVIZAM*

Universidade Federal de Minas Gerais

JÚLIA BATISTA CASTILHO DE AVELLAR**

Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo. Neste artigo, depois da inclusão da *Arte de amar* de Ovídio na antiga tipologia da poesia didática, buscamos demonstrar que esse poema não deve ser considerado estritamente um exemplo de verdadeira pedagogia amorosa. Elementos “estranhos” como as mentiras, mutuamente recomendadas a homens e mulheres como parte de suas estratégias de sedução; as traições que devem enfrentar ao depararem o *magister amoris*; e as ironias a que podem submeter-se como alunos fazem-nos considerar o texto como um exercício metaliterário sobre a arte da elegia erótica romana.

Palavras-chave. *Ars amatoria*; Ovídio; elegia; ilusão; metaliteratura.

D.O.I. 10.11606/lissn.2358-3150.v17i2p115-133

A *ARS AMATORIA* DE OVÍDIO PÕE O LEITOR EM CONTATO COM CERTO TIPO DE experiência de “aula”. Na verdade, como nos deparamos com um exemplo de texto cuja pertença tipológica pode identificar-se com a da “poesia didática” antiga, vários de seus elementos mais característicos contribuem para a construção dos contornos “educativos” do poema. Talvez se faça preciso diferenciar, de início, o que Perutelli (2010, 294) chamou de “função magistral do texto” da verdadeira categoria dos “poemas didáticos” nas antigas literaturas da Grécia e de Roma.

No primeiro caso, o crítico se refere a um dos efetivos *usos* cabíveis a quaisquer obras, sobretudo poéticas, no âmbito da cultura antiga, de modo que, muitas vezes, textos modernamente tomados apenas como objetos de fruição “literária” acabaram prestando-se, em seu contexto original, a instrumentos formadores do público em aspectos morais ou outros, como as distintas técnicas e saberes humanos. Tomando duas das mais importantes produções antigas às quais foi atribuída essa “função magistral”, podem-se mencionar os poemas homéricos, em conjunto, e a *Eneida* de Virgílio.

* Professor Associado de Língua e Literatura latina da Faculdade de Letras (UFMG).

** Doutoranda em Literaturas Clássicas e Medievais/Bolsista CAPES na Fac. de Letras (UFMG).

*** Artigo recebido em 29.jan.2016 e aceito para publicação em 23.mar.2016.

Muito se discutiu, de fato, sobre a inegável posição de Homero como o grande educador da Grécia, pois a *Ilíada* e a *Odisseia* permaneceram, por séculos, como referenciais de cultura e saber essenciais para o povo grego.¹ Quando mencionamos o Virgílio da *Eneida*, por outro lado, tem-se contato com um autor, desde o momento da publicação de suas obras, tornado “mestre” não só de poetas posteriores, que nele souberam buscar elementos para reinventar a tradição épica romana, mas ainda de todo o seu povo.²

Por “poemas didáticos”, todavia, temos entendido algo muito mais preciso e, de certo modo, “inscrito” já na letra dos textos. A esse respeito, Peter Toohey (1996, 4) estabeleceu um conjunto de traços distintivos associáveis à sua estrutura:

- (1) a presença de uma “voz” textual única – a do *magister* didático – que se dirige explicitamente a um destinatário/*discipulus* (uno ou múltiplo, nomeado ou anônimo...) com fins instrutivos, quase sempre sérios, em variada gama de assuntos (filosofia, agricultura, astronomia, “esportes”, conquista amorosa...);
- (2) os chamados “painéis narrativos”, trechos em que ocorre a mudança do estrito gesto preceituador do *magister* para o formato discursivo da narrativa (ou da descrição);
- (3) a adoção, em geral, do metro hexâmetro datílico.

Ora, a *Ars amatoria* ovidiana apresenta características que a aproximam do gênero didático definido por Toohey. Isso pode ser observado já no início da obra:

Principio, quod amare uelis, reperire labora,
 qui noua nunc primum miles in arma uenis.
 Proximus huic labor est placitam exorare puellam,
 tertius, ut longo tempore duret amor.
 Hic modus, haec nostro signabitur area curru,
 haec erit admissa meta premenda rota. (Ov. *Ars* 1.35–40)³

¹ Segundo Jones (1997, 175), depois de aprender a ler, o menino era apresentado a Homero e outros poetas, muitas vezes para aprendê-los de cor e tentar recitá-los de memória. Tal como diz Platão: “Quando o menino aprende as letras e está pronto para passar da palavra falada para a escrita, seus professores colocam-no em sua mesa e fazem-no ler as obras dos grandes poetas e aprendê-las de cor; nelas ele encontra muitos bons conselhos e muitas histórias, grandes elogios e glorificação dos grandes homens do passado, que o estimulam a admirá-los e a modelar-se com base neles” (Platão, *Protágoras*, 325e–326a). Veja-se também Jaeger (2003, 61).

² A esse respeito, Perutelli (2010, 295) afirma: “É o uso indiscriminado do texto virgiliano como professor de poesia e cultura, mas também de ciência, sabedoria e moral, que em seu crescendo se faz de contraponto à decadência cultural do mundo latino”.

³ “De início, esforça-te por descobrir o que desejas amar, tu, que para novas armas, só agora vens como soldado. O esforço seguinte a esse é convencer a menina que te agrada; o terceiro, que por longo tempo dure o Amor. Este é o método: este chão será trilhado por nosso carro; esta

Os dísticos acima, que compõem a *propositio* dos livros 1 e 2 da *Ars amatoria*, uma espécie de resumo dos principais temas a que o poeta há de se dedicar (nessas partes do texto, o próprio magistério amoroso), permitem-nos divisar a emergência de um “professor” e seu “aluno”. O mestre, então, é o próprio “foco de saberes” de que emanam alguns preceitos, mesmo que de maneira bastante elementar (primeiramente, esforçar-se por descobrir uma *puella* de interesse na grande e cosmopolita cidade de Roma; depois, por *exorare* – “obter com rogos” – a mesma personagem feminina, ou seja, seduzi-la; enfim, por conseguir prolongar no tempo a duração do amor), e seu aluno corresponde ao destinatário moldado pelo texto. Linguisticamente, se a existência do *discipulus* é assinalada pelo emprego de formas verbais de segunda pessoa (*uelis* – “queiras” – e *labora* – “esforça-te” – de v. 35), cabe ao pronome possessivo *nostro* (*curru* – “por nosso carro”, v. 39) a materialização de que o registro se faz em primeira pessoa, a qual se preenche, dadas as características de transmissor de saberes desse fictício locutor, de contornos fortemente “professorais”.

Se o assunto eleito pelo poeta para o preenchimento dos versos didáticos desse seu texto não é tão sério assim, inclusive devido, como demonstraremos adiante, à falta de real comprometimento do *magister* para com os respectivos *discipuli* e *discipulae*, também a adoção do tipo métrico em jogo contribui para distanciá-lo dos estritos “limites” traçados por Toohey.⁴ O poeta, em adoção de um procedimento compositivo de que apenas viria a distanciar-se por inteiro no grande épico dos *Metamorphoseon libri*, opta desta vez por permanecer fiel a seus caros dísticos elegíacos, a despeito de uma tradição em que o uso do hexâmetro remonta ao pioneiro Hesíodo.

Apesar dessa divergência – o dístico elegíaco – em relação ao que re-putaríamos mais comum para a estruturação de “genuínos” poemas didáticos, o que se deve aos amiudados impulsos experimentais do poeta diante dos vários arcabouços genéricos com que se confrontou em sua carreira (cf. Fantham 2004, 6–20),⁵ os gerais funcionamentos da *Ars amatoria* acabam por

é a meta que se deve estreitar com as rodas ligeiras”. As traduções da *Ars amatoria* empregadas neste artigo são de autoria de Matheus Trevizam, a partir do texto latino estabelecido na edição Mondadori do poema.

⁴ É importante destacar que os critérios assumidos por Toohey (1996) para definir poesia didática não são unânimes. Volk (2002, 40), por exemplo, define o gênero com base em quatro outros critérios – intenção didática explícita, relação entre professor (*magister*) e aluno (*discipulus*), auto-consciência poética e simultaneidade poética –, os quais se aplicam perfeitamente, conforme a estudiosa o demonstra, à *Ars Amatoria* ovidiana. De qualquer modo, ainda que a *Ars amatoria* possa ser inserida na categoria de poesia didática e apresente seus traços formais, convém destacar que, ao fazê-lo, Ovídio empreende uma inversão dos modelos didáticos, pois estaria ensinando um assunto nada sério: a arte da sedução e da conquista.

⁵ A esse respeito, Conte (1994, 52) comenta o seguinte: “Instead of the hexameter, it is the distich that gives form to the teachings of love. This cannot be discounted as a weak signal; it is

possibilitar sua inserção no gênero de poesia didática.⁶ Evidência disso são os painéis mítico-narrativos magistralmente representados nos três livros do poema, como, por exemplo, quando Ovídio conta a lenda do rapto das sabinas pelos romanos solteiros na época de Rômulo, o fundador da Cidade (Ov. *Ars* 1.101–34). Essa digressão teria o objetivo de contrapor a maior sutileza das estratégias de conquista de parceiros amorosos na época de Ovídio ao rude trato dos antigos com suas “presas” femininas.

REAL INSTRUÇÃO AMOROSA NA *ARS AMATORIA* DE OVÍDIO?

Em seus traços constitutivos postos mais à superfície, a *Ars amatoria* corresponde a um poema didático cujo assunto de ensinamento pelo *magister* é, bem o vimos, a galanteria entre os sexos. Assim, os livros 1 e 2 destinam-se a um *discipulus* do sexo masculino, supostamente tentando dotá-lo dos saberes indispensáveis para, em uma movimentada e cosmopolita cidade como a Roma coeva a Ovídio, em primeiro lugar encontrar uma bela moça de interesse para o jogo erótico; ainda, para conseguir manter essa conquista, tema que se vincula à segunda das partes do poema.

No livro 3, concentram-se, por sua vez, todos os conselhos direcionados a um público de alunas, também elas interessadas em tornar-se ativas conquistadoras de homens nos meios mundanos da Urbe. Importa aqui, segundo notado por Holzberg (2002, 106), ressaltar que a aparente “bipartição” sexual entre as parcelas “masculina” e “feminina” do curso de amor, tal como esboçada, parece, na verdade, refletir forte *espelhamento*, pois as figuras dos amantes acabam bastante aproximadas, independentemente de se tratarem de homens ou mulheres.

Assim, a título de exemplificação, ambos necessitam pôr-se para fora das portas de suas casas, “à caça” empenhada de um objeto erótico de interesse;⁷ ambos, ainda, devem preocupar-se com a adoção de estratégias para evitar arrefecer a chama de um amor um dia mais ardente, o que se

how Ovid says that his didactic poem has its own unusual characteristics, that it is the fruit of a carefully thought-out experiment”.

⁶ Conte (1994, 50): “But the didactic element of the *Ars* corresponds to a type of discourse clearly different from the one we ascribed to the *Amores*: elegiac subjectivity and didactic objectivity, almost like the elements of an emulsion, naturally tend to separate from each other, and they end up depositing a pure didactic form”. Veja-se também Dalzell (1996, 138): “But pervasive though as the elegiac elements are, the predominant tone of the *Ars* is didactic”.

⁷ Segundo Holzberg (2002, 106), “the structure of this part of Book 3 is manifestly patterned after that of the course for men. Here too, the preceptor first tells the *puella* where to find a sexual partner (381–432); then, how to win him (433–524); and finally, how to keep him interested in returning her love (525–746)”.

pode dar inclusive pela instigação dos ciúmes, como, por exemplo, em *Ars* 2.445–54 e em *Ars* 3.593–4.

Esses ensinamentos do *magister amoris*, como muitos outros, relacionam-se com uma tradição de *topoi* elegíacos que remonta a fontes gregas. Isso se deve ao fato de os elegíacos latinos terem elaborado seus poemas segundo um procedimento de “mosaico”, com base no qual os *topoi* helenísticos eram recombinaados e ressignificados em novos contextos.⁸ Assim, a “caça” a uma amada, que coloca o *amator* instruído pela *Ars* como caçador, constitui, por exemplo, uma inversão do *topos* do jovem capturado e incendiado pelo Amor. Logo, o *amator* elegíaco, antes arrebatado e submisso ao Amor, aprende a dominá-lo e a racionalizar suas relações amorosas por meio dos ensinamentos da *Ars*.⁹ Com isso, Ovídio inverte o *topos* segundo o qual o ato de apaixonar-se é um sofrimento ilógico ou uma loucura, tornando-o um ato desejado e fonte de alegria.

Ademais, a aproximação entre os ensinamentos oferecidos a homens e mulheres também se observa em conselhos de *toilette* apresentados pelo *magister*:

Munditie placeant; fuscentur corpora Campo,
sit bene conueniens et sine labe toga.
Lingula ne rigeat, careant rubigine dentes,
nec uagus in laxa pes tibi pelle natet;
nec male deformet rigidos tonsura capillos;
sit coma, sit tuta barba resecta manu;
et nihil emineant et sint sine sordibus ungues,
inque caua nullus stet tibi nare pilus;
nec male odorati sit tristis anhelitus oris,
nec laedat nares uirque paterque gregis. (Ov. *Ars* 1.513–22)¹⁰

⁸ Nesse sentido, Giangrande (1991, 61) comenta que “ricerche successive, condotte con metodo sistematico, hanno mostrato che i poeti elegiaci romani costruirono i loro carmi con un procedimento ‘mosaikartig’, a mosaico, col quale procedimento ogni *topos* ellenistico veniva impiegato come una ‘tessera’ per creare un elegante componimento strutturale armonico, non certo un in-forme conglomerato di *topoi*”.

⁹ Essa necessidade de adquirir *sophia* no modo de amar vincula-se à função de *erotodidaskalos*. Segundo Giangrande (1991, 65), “una tale funzione di *erotodidaskalos* viene programmaticamente rivendicata proprio da Meleagro” (*A.P.* 7, 421). Ademais, o estudioso (1991, 66–7) destaca que o *erotodidaskalos* devia ser também hábil em retórica, conforme demonstra o uso desse *topos* em Ateneu 5, 219 B–C e Anacreonte, *Anacreontea* 52. Além disso, os ensinamentos amorosos presentes na *Ars* ovidiana se vinculam também à tradição dos tratados e manuais gregos com ensinamentos sobre sexo (cf. Holzberg 2002, 92–3; Gibson 2009, 99).

¹⁰ “Impressione-as a elegância; bronzeiem-se os corpos no Campo de Marte, e usa uma toga que te caia bem e sem nódoa alguma. Mantém flexíveis as correias de teu calçado, e as fivelas livres da ferrugem; não oscilem teus pés bambos em couros laxos, nem te erice a cabeleira um corte que a deforme; apare-te a coma e a barba uma mão experiente; conserva as unhas curtas e livres de sujeira; que nenhum pelo desponte do fundo de tuas narinas; evita as desagradáveis exalações de uma boca fétida, e que o odor do macho, pai do rebanho, não agrida os narizes”.

Quam paene admonui ne trux caper iret in alas
 neue forent duris aspera crura pilis!
 Sed non Caucasea doceo de rupe puellas,
 quaeque bibant undas, Myse Caice, tuas.
 Quid, si praecipiam ne fuscet inertia dentes
 oraque suscepta mane laentur aqua?
 Scitis et inducta candorem quaerere creta;
 sanguine quae uero non rubet, arte rubet.
 Arte supercilii confinia nuda repletis,
 paruaque sinceras uelat aluta genas.
 Nec pudor est oculos tenui signare fauilla,
 uel prope te nato, lucide Cydne, croco. (Ov. *Ars* 3.193–204)¹¹

A comparação dos dois trechos revela-nos várias coincidências: tanto homens (*Ars* 1.522) quanto mulheres (*Ars* 3.193) devem evitar os maus odores corporais, advindos da falta de higiene; em um e outro caso, necessitam cuidar de que o descaso não lhes estrague os *dentes* (*Ars* 1.515 e *Ars* 3.197); enfim, tratam da boa apresentação *facial*, *fazendo a barba* (*Ars* 1.518) ou a maquiagem (*Ars* 3.199–204).

Sob outros aspectos, ainda, aproximam-se os amantes masculinos e femininos: ambas as personagens envolvidas no jogo amoroso adotam estratégias de sedução e manutenção de conquistas que se enquadram, mais de uma vez, nos horizontes do engano. O jovem *discipulus*, em *Ars* 1.657–60, é aconselhado a aproveitar-se das vantagens das lágrimas sobre os afetos da *puella*... mesmo quando não tem vontade alguma de chorar. Para obtê-las, inclusive será válido que as forje, tocando com as mãos molhadas os próprios olhos. Esse conselho ovidiano fundamenta-se precisamente na inversão da tradição segundo a qual o poeta sincero lamenta e censura a insinceridade de sua amada, uma vez que, na *Ars*, é o poeta que ensina a seu aluno a ser insincero e a se utilizar de falsas lágrimas. Além disso, ao recomendá-las, o *magister* desfaz a equivalência entre *amor* e *dolor* (de acordo com a qual as lágrimas e o choro seriam manifestações do sofrimento amoroso), para estabelecer a ideia de amor como engano.

Quanto à contraparte feminina de um modo de relacionar-se permeado pelas ilusões, lemos que, sendo a boa aparência um “dom divino”

¹¹ “Por muito pouco não vos adverti de que se evitasse o terrível odor do bode sob as axilas, nem se enriçassem vossas pernas com pelos pontiagudos! Entretanto, não são as moças das montanhas do Cáucaso que instruo, nem as que beberiam de tuas águas, ó místico Caíco! E se eu recomendasse que a preguiça não vos escurecesse os dentes e pela manhã se lavasse a face com um pouco d’água? Sabeis também obter uma tez clara pelo uso do alvaiade; quem não enrubesce pelo próprio sangue, obtém o rubor com arte. Com arte preencheis o vão entre as sobrancelhas, e um pouco de cosmético recobre as faces sem maquiagem. Não é vergonha realçar os olhos com a cinza fina ou com o açafraão que nasceu em tuas margens, ó Cidno cristalino”.

(*dei munus*, *Ars* 3.103), parte significativa das mulheres não dispõe espontaneamente de semelhantes atributos. Isso explica que, para “remediar” seus defeitos físicos, elas necessitem servir-se de uma série de preceitos de beleza, oferecidos na sequência do texto, como os tipos de penteados mais adequados a cada formato de rosto (*Ars* 3.135–58), a recomendação de tingir os cabelos brancos com ervas da Germânia (*Ars* 3.163–4) ou mesmo de adquirir perucas para a cobertura de uma cabeça onde rareiam os fios (*Ars* 3.165–8).

A menção a tal parcela dos conselhos do *magister amoris* ao público feminino permite-nos adentrar outra face do engano na obra. Com efeito, ocorre que, ao dizer “parte significativa de vós não dispõe de semelhantes atributos” (*pars uestrum tali munere magna caret*, *Ars* 3.104), o mestre de amor não faz, exatamente, lisonjas àquelas que o leem. Esse público desprovido de beleza, por sinal, é justo o que mais necessitaria do auxílio de tal instrutor para remediar com arte as falhas da própria natureza, aspecto já mencionado por Allen (1992, 20).¹² Nesse sentido, observa-se que esse público feminino aproxima-se paradoxalmente de um texto que não deixa de insultá-lo.

Desse modo, não só os amantes parecem romper entre si os acordos tácitos a envolverem, em princípio, quaisquer pessoas enleadas em relacionamentos humanos de confiança, mas também o preceptor amoroso por vezes ultrapassa, no trato com seus *discipuli*, os limites do razoável quando consideramos seu papel de mestre dos moços e moças de Roma nas intrincadas artes do amor. Poderíamos incluir entre os exemplos de tais “violações de conduta”, além da eventual ironia para com algum polo discente do curso de galanteria, o próprio fato de que, tendo escrito aos jovens romanos todo um corpo de insidiosas normas para seduzir e manter “presa” uma mulher de sua escolha (livros 1 e 2 da *Ars*), ele logo em seguida dirija-se às moças em termos muito parecidos.

Em certas partes do poema, ainda, a “traição” do *magister amoris* surge explicitamente expressa, como se não mais houvesse chance alguma de sustentação do *ethos* de um mestre fiável de seus alunos e alunas:

Ludite, si sapitis, solas impune puellas:
 hac magis est una fraude pudenda fides.
 Fallite fallentes; ex magna parte profanum
 sunt genus; in laqueos quos posuere cadant. (Ov. *Ars* 1.643–6)¹³

¹² “His female readers, too, are failures: if beautiful women need no *praecepta*, as he proposes (3.256–57), one can infer with Ovid’s translator Peter Green that those who must read the *Ars* are like ‘the clientele of a marriage bureau or lonelyhearts column’, who are ‘not drawn, by and large, from the well-heeled, the well-favoured or the well-adjusted’. Instruction and abuse go hand in hand”.

¹³ “Se sois sensatos, lograi impunemente apenas as moças. Apenas neste caso a fidelidade é mais merecedora de vergonha que a fraude. Enganai as enganadoras: em grande parte, são uma espécie ímpia; caíam, pois, nos laços que ataram”.

Arma dedi Danaï in Amazonas; arma supersunt
 quae tibi dem et turmae, Penthesilea, tuae.
 Ite in bella pares; uincant quibus alma Dione
 fauerit et toto qui uolat orbe puer.
 Non erat armatis aequum concurrere nudas;
 sic etiam uobis uincere turpe, uiri.
 Dixit e multis aliquis: "Quid uirus in anguis
 adicis et rabidae tradis ouile lupae?"
 Parcite paucarum diffundere crimen in omnes;
 spectetur meritis quaeque puella suis.
 Si minor Atrides Helenen, Helenesque sororem
 quo premat Atrides crimine maior habet,
 si scelere Oeclides Talaioniae Eriphylae
 uiuus et in uiuis ad Styga uenit equis,
 est pia Penelope lustris errante duobus
 et totidem lustris bella gerente uiro.
 Respice Phylaciden et quae comes isse marito
 fertur et ante annos occubuisse suos. (Ov. *Ars* 3.1–18)¹⁴

Os excertos apresentam imagens completamente distintas da figura feminina. Quando se dirigia aos homens, longe dos ouvidos de suas futuras alunas, o *magister amoris* aconselhava explicitamente ao engano das moças, justificando-se por serem elas, "em grande parte, uma espécie ímpia" (*ex magna parte profanum / sunt genus, Ars* 1.645–6). Quando, porém, passa a pronunciar-se às próprias mulheres, no último livro do poema, ele decididamente direciona para outro lado sua argumentação, dizendo que decidiu "armá-las" também, para que ambos os sexos partam ao "combate" em condições similares. Com isso, como lemos a partir de *Ars* 3,7, ele parece agora desconsiderar as opiniões dos que atribuem uma natureza pérfida a todas as mulheres (ou, ao menos à sua maioria): "deixai de estender a todas o crime de poucas" (*parcite paucarum diffundere crimen in omnes, Ars* 3,9). O final da segunda passagem, por sua vez, contrapõe alguns exemplos de vícios femininos (como Helena e sua irmã)¹⁵ a exemplos de mulheres bastante virtuosas, como a própria Penélope e Laodâmia, esposa de Protesilau (*Phylaciden*,

¹⁴ "Armei os dânaos contra as amazonas; restam as armas que a ti, ó Penthesileia, e a tua tropa possa dar. Ide iguados ao combate; vençam os que a boa Dione e o menino que voa pelo mundo todo favorecerem. Não seria justo investirdes indefesas contra homens armados, e seria torpe que vencêsseis deste modo, ó varões. Um dentre muitos dirá: 'Por que dás mais veneno às cobras e entregas um rebanho de ovelha a uma loba raivosa?'. Deixai de estender a todas o crime de poucas; aprecie-se cada menina por seus méritos. Se o jovem Atrida e o Atrida mais velho têm com que acusar duramente Helena e a irmã de Helena, e se por crime da Talaionida Eriphila o Eclida rumou vivo e com vivos cavalos ao Estige, Penélope conserva-se piedosa, por dois lustros errando o esposo e por mais dois guerreando. Atenta para o Filácide e para a que se diz que, morta antes do tempo, partiu como companheira do marido."

¹⁵ A irmã de Helena foi Clitemnestra, esposa de Agamêmnon, a quem assassinou com o auxílio de Egisto, seu amante.

Ars 3.17). No tocante ao brusco contraste de pontos de vista a que aludíamos acima, observe-se a flagrante incoerência entre *ex magna parte* e *paucarum*, como se, diante do novo “auditório”, isto é, o público feminino, não mais interessasse ao *magister* ressaltar tanto o suposto traço feminino da malícia.

Outro aspecto notável quando mencionamos algumas estranhezas desse “curso de amor” diz respeito ao fato de que muitos dos preceitos acabam tornando os *discipuli/-ae* risíveis ou, ao menos, algo que o *magister* não gostaria de (ou jamais saberia) ser. No livro 2, a partir de v. 541, ele aconselha ao jovem aluno a adoção de uma postura que reputa da maior importância (“nada mais importante que isso contém minha arte” – *nil istis ars mea maius habet*, *Ars* 2.542), e que, descobre-se com a leitura dos versos imediatamente seguintes, relaciona-se com manter total indiferença diante de *quaisquer* atitudes da *puella* escolhida, mesmo as mais suspeitas. Então, a ela, dar-se-ia a completa liberdade de escrever em sigilo a quem quisesse (*Ars* 2.543), de ir e vir (*Ars* 2.544), de receber acenos de outro homem em presença do amante (*Ars* 2.548) e de ganhar beijos, como lhe aprouvesse, de seu marido, à vista do impassível *discipulus* (*Ars* 2.551).

Ora, uma indiferença tão completa diante da patente existência de outros parceiros amorosos na vida da *puella* não corresponde a algo, segundo o próprio *magister amoris* confessa, que ele tenha por viável quando fala de sua vida afetiva mesma, pois a adoção de posturas semelhantes por sua(s) parceira(s) já o teria levado a reagir com energia (“beijos dera seu marido, lembro-me: eu me queixei / dos beijos dados: nosso amor abunda em barbárie” – *oscula uir dederat, memini, suos; oscula questus/ sum data: barbaria noster abundat amor*, *Ars* 2.551–2). Além disso, diante de dificuldades de sustentação prática de uma atitude tão controlada, interessa lembrar que o *magister amoris* aventa, em *Ars* 2.555–6, a hipótese de que, talvez, o melhor seja não tomar conhecimento algum das eventuais aventuras da menina, pois o amor parece inflamar-se mais entre os envolvidos no delito quando os traidores são pegos em flagrante (“mas foi melhor ignorar; deixa que se escondam as aventuras, / para que o pudor, vencido, não fuja de um rosto confesso” – *sed melius nescisse fuit; sine furta tegantur, / ne fugiat fasso uictus ab ore pudor* – *Ars* 2.555–6).

A “contraparte feminina” dos conselhos amorosos que, na verdade, não julgamos viáveis como meios favorecedores de garantir a sedução, diz respeito, por exemplo, às partes do livro 3 nas quais o mestre de amor preceitua às mulheres a adoção de trajas ou atitudes passíveis até de torná-las objetos de riso, por sua notória estranheza e precariedade. Assim, em *Ars* 3.263, ele recomenda às alunas baixas em demasia que fiquem sempre sentadas, para não denunciar, com a plena exposição do talhe de seus corpos, a própria pequenez; essas mesmas mulheres, ainda, enquanto reclinadas, de-

veriam encobrir as pernas e os pés com vestes longas (3.265–6). Para as magras em excesso, a solução seria adotar o uso de espessos estofos (3.267–8), enquanto aquelas dotadas de feios pés (3.171), finíssimas pernas (3.172) e maus dentes (3.279–80), respectivamente, jamais deveriam retirar os calçados, as ligas ou sorrir...

Esse conjunto de dados permite-nos divisar um *magister amoris* pouco fiável, na medida em que incita os dois lados em “combate” no jogo amoroso à mútua traição e mentiras, rompe mais de uma vez o tácito pacto de confiança que, naturalmente, deveria estabelecer-se entre mestre e alunos, propõe-lhes preceitos “impossíveis” de serem praticados, ou capazes de torná-los bizarros escravos de indumentárias e posturas difíceis de sustentar por muito tempo. Assim, nota-se que, por mais que a *Ars* apresente características formais que possibilitem sua inclusão no gênero da poesia didática, a própria obra parece “minar-se” por meio de alguns de seus preceitos.

UMA SOLUÇÃO METAPOÉTICA PARA AS ESTRANHEZAS DA PRECEITUAÇÃO AMOROSA OVIDIANA

Em um plano de leitura inicial, a *Ars* apresenta as características formais de um poema didático e um conjunto de preceitos amorosos que fizeram com que diversos estudiosos a compreendessem como um poema que ensina sobre o amor. Exemplo disso é a abordagem, por vezes biografista, de Grimal (1991, 157), que considera a *Ars* a coletânea com os conselhos mais eficazes para obter os favores de uma mulher.¹⁶ Dalzell (1996, 134), por sua vez, destaca que havia de fato conselhos práticos na *Ars*, e menciona o fato de a obra estar repleta de senso-comum e de preceitos para a vida social,¹⁷ ainda que, pouco depois, sublinhe que há mais do que somente preceitos e que a obra não é um simples manual prático. É interessante notar que o próprio eu-poético ovidiano, em sua poesia de exílio dos *Tristia*, ao comentar sobre a *Ars* e defendê-la das acusações de imoralidade que lhe foram imputadas, aponta para o fato de que essa sua obra foi demasiada-

¹⁶ Grimal (1991, 157) também afirma que “de tradição imemorial, o amor das cortesãs era coisa permitida [...], e a *Arte de amar* só ambicionava, ostensivamente, ensinar a prática desses amores permitidos”.

¹⁷ Dalzell (1996, 134) ainda cita P. Green, que, com o auxílio de químicos profissionais, demonstrou que os ensinamentos ovidianos sobre cosméticos no *Medicamina faciei femineae* possuem qualidade prática: “If the *Med. Fac.* was intended as serious practical advice, is it not possible that we have, similarly, underestimated the practical purpose of the *Art of Love*?”.

mente levada a sério por Augusto (tanto que lhe custou o exílio),¹⁸ quando, na verdade, devia-se considerar sua “Musa jocosa” (Ov. *Tr.* 2.354).

Ora, essa jocosidade pode ser notada nos diversos pontos “falhos” dos preceitos do *magister*, os quais evidenciam que Ovídio, na verdade, parece empreender uma inversão do caráter de maior seriedade geralmente atribuído ao gênero didático. Gibson (2009, 90), por exemplo, afirma que Ovídio adota as características da poesia didática – cujos grandes modelos em Roma foram Lucrécio e Virgílio – para elaborar um manual sobre o amor, e, enquanto caracteriza Virgílio e Lucrécio como “uma tradição mais respeitável de poesia didática”, afirma que a *Ars* ovidiana distingue-se não só por não possuir o metro do hexâmetro, mas também por sua falta de seriedade (cf. Gibson 2009, 100).

Nota-se, então, uma diferença de postura entre os *magistri* na poesia didática de Lucrécio, Virgílio e Ovídio, que variam desde uma maior seriedade até a jocosidade. Diferentemente de Lucrécio, que, no *De rerum natura*, assume uma postura doutrinária na transmissão de ensinamentos sobre o epicurismo, como um sério difusor das teorias de Epicuro, Ovídio parece brincar com os preceitos que apresenta.¹⁹ Assim, o eu-poético ovidiano engana não apenas os seus *discipuli*, expondo ensinamentos por vezes falhos ou irônicos, mas até mesmo os próprios leitores, ao possibilitar mais de um modo de interpretação da obra: num nível mais literal, seriam ensinamentos sobre conquista e sedução, numa perspectiva metaliterária, seriam ensinamentos sobre a própria escrita elegíaca.

Portanto, diante dessas “falhas” e “incongruências” em alguns preceitos do *magister amoris*, observa-se que, embora a *Ars* possa ser considerada poesia didática, ela não parece ensinar propriamente sobre o amor. Na verdade, em razão da ironia ovidiana, o que parece evidenciar-se é, por um lado, uma inversão do gênero didático e, por outro, uma reflexão metaliterá-

¹⁸ Dada a falta de documentos ou registros que comprovem o exílio de Ovídio, mesmo que ele tenha existido apenas no âmbito literário, é notável o fato de o eu-poético dos *Tristia* apresentar como causas de sua expulsão de Roma um *error*, não esclarecido, e um *carmen*, a *Ars Amatoria* (Ov. *Tr.* 2.207). Ora, se a obra é considerada motivo para o exílio, isso se deve ao fato de que ela não foi lida apenas como brincadeira, mas também como um tratado sobre o amor, transmitindo ensinamentos que, no contexto das leis augustanas contra o adultério e em estímulo aos casamentos, poderiam ser ditos imorais e libertinos.

¹⁹ A poesia didática de Virgílio, por sua vez, parece situar-se entre a seriedade do *De rerum natura* e os ilusionismos e explícita jocosidade da *Ars amatoria*. As *Geórgicas* não consistem em um mero manual agrícola, com objetivos práticos e funcionais, ensinamentos exaustivos e precisos, conforme se evidencia, por exemplo, pela presença de “erros” técnicos na obra, como a descrição, no livro 4, do procedimento de enxerto em plantas geneticamente incompatíveis (cf. Dalzell 1996, 106-108; Trevizam 2006, 157-9). Diante disso, percebe-se que as *Geórgicas* não objetivavam apresentar reais ensinamentos agrícolas a camponeses, em sua maioria, analfabetos. Não obstante, ainda que a obra tenha um propósito didático ficcional, a poesia de Virgílio não desmente a si mesma, como ocorre na elegia ovidiana, repleta de enganos e ilusões.

ria, segundo a qual o que de fato se empreende é uma espécie de *ars poetica* sobre a poesia elegíaca.²⁰

Nesse sentido, Allen (1992) posicionou-se a respeito do que lhe parece a inviabilidade de levar até as últimas consequências a aceitação de vários textos de “preceituação amorosa”, compostos no mundo antigo ou medieval, como escritos tratados de seduzir. Assim, ainda que seja possível ao leitor, numa abordagem inicial e mais à superfície, considerar poemas como a *Ars* e os *Remedia amoris* obras cujos sentidos se limitam à estrita letra do texto, os sucessivos desmascaramentos a que o *magister* se submete,²¹ bem como o “curso de galanteria” sob sua responsabilidade, abrem-nos novos horizontes interpretativos.²²

Talvez, um dos mais patentes sinais de que, na verdade, “tratados de amor” como os citados não devam ser lidos meramente “ao pé da letra” e receber a plena confiança dos que os leem corresponda a um modo de prosseguimento construtivo desses textos, ou intertextos, que se poderia chamar de “autodemolidor”.²³ Desse modo, diante de tamanhas incongruências, no

²⁰ Nessa perspectiva, veja-se Allen (1992, 15–37). Também Sharrock (1994, 87–91) posicionou-se a respeito das frutíferas possibilidades de leitura do “painel” de Dédalo e Ícaro (*Ars* 2.21–98) como artefato narrativo, distinto de um mero adorno ou desenvolvimento ilustrado de que, se foi difícil para Mínos reter *homens* alados, mais difícil – não, porém, impossível! – é para o *magister amoris* reter um *deus* voador (o próprio Cupido, que se deseja segurar a fim de “prender” a *puella* já conquistada pelo *discipulus* no livro 1 do poema). A autora destaca vários elementos passíveis de uma leitura metapoética desse relato posto em evidência “ao meio” da *Ars*, a exemplo da própria imagem do voo (por vezes empregada para referir-se ao fazer dos escritores no mundo antigo), da *delicada e leve* tessitura das asas por Dédalo (ao modo de um poema ao gosto alexandrino, como a própria *Arte de amar!*), da instrução a Ícaro para que voe entre “um e outro” extremo/entre céu e mar, ou seja, conserve-se, do ponto de vista literário, no equilíbrio da posição situada no entre-mio da poesia didática (com suas “alturas”, para alguns, vinculadas ao gênero épico) e da “mais baixa” elegia. Para a retomada e síntese das posições de Sharrock, veja-se Trevizam (2014, 122–5).

²¹ A esse respeito, afirma Allen (1992, 6) que “in the process of reading the treatises, the reader is obliged to confront the preceptor’s untrustworthiness and the illusory nature of the love they teach and to question the whole poetic structure that has created this love”.

²² Assim como na *Ars amatoria*, também no caso dos *Remedia amoris* é possível empreender uma leitura metaliterária. Nessa perspectiva, é interessante notar que, ao ensinar como se curar ou se esquecer de um amor, a obra, na verdade, funciona como um remédio contra o próprio gênero elegíaco. Ora, se a elegia funda-se exatamente na expressão do amor (e dos sofrimentos gerados pelo amor) do *ego*, a proposta ovidiana de compor um poema elegíaco que oferece remédios ao amor constitui-se como um paradoxo, uma vez que abala os próprios fundamentos do gênero. Ao fazer isso, no entanto, realiza-se uma discussão metaliterária, visto que são desafiados os limites do gênero, de modo que os remédios contra o amor podem figurar como remédios contra o gênero elegíaco. Vejam-se, por exemplo, as afirmações de Conte (1994, 58): “Ovid seems aware that with the *Remedia* he is exhausting the ultimate possibilities of a literary form that might still to some degree be recognizable as elegy; hence he will never have another opportunity to clarify definitively his poetics of love. Looking back, he can now measure the subversive force of the way in which he had actualized the discourse of elegy; what this definitive rendering of accounts announces in distichs is the end of elegy”.

²³ Nesse sentido, Allen (1992, 9) afirma o seguinte: “Having been taught by the *Ars* how to create love’s illusions, the reader is suddenly confronted by the *Remedia*, a book that represents love and its conventions as dangerous and false. In the *De amore*, this gap is found between Book 2

mínimo caberia ao público atento questionar se, de fato, os supostos conselhos práticos que recebe para regerar o (auto)controle da experiência erótica... logram concretamente conduzi-lo para algum lugar.

Além disso, à diferença do que, por vezes, encontramos em certas leituras,²⁴ a erotodidáxis ovidiana é, em demasia, carregada de reminiscências literárias eruditas para apenas dever identificar-se com um mero “retrato” dos meios galantes em Roma da Antiguidade (cf. Trevizam 2004, 131–2). Escrita na confluência de, pelo menos, duas ricas tradições compositivas – (1) a poesia didática antiga, que lhe oferece a estrutura discursiva predominante em formato de “aula”, o hábito de entremear “painéis” mítico-narrativos no corpo da preceituação aparentemente galante, e as chances de dialogar de modo “rebaixado” com todo um corpo prévio de textos mais comprometidos com relativa seriedade expositiva de saberes (cf. Dalzell 1996, 138); e (2) a elegia erótica romana, grande foco “inspirador” do intrincado mundo de amores que a *Ars* intenta esboçar com cores, nem sempre, de todo nítidas²⁵ –, essa obra indubitavelmente se reveste de espessa camada significativa em elos com o plano poético, mais do que, na verdade, com o sociológico.

Muitas vezes já se observou²⁶ que abundam na *Ars* as incorporações de materiais – *topoi*, personagens, situações... – oriundos do *corpus* da elegia, ou mesmo dos *Amores* de Ovídio.²⁷ O jovem amante da *Ars* passa por muitas

(entitled ‘Qualiter amor retineatur’ [How to Retain Love]) and Book 3 (“De reprobatione amoris” [The Condemnation of Love]); in the *Roman de la Rose*, it is replicated numerous times, as each allegorical speaker presents a new view of what love is and repudiates that which the preceding speaker has taught”.

²⁴ A título de exemplo, veja-se Fantham (2004, 3–4, grifos nossos): “For almost thirty years Ovid had enjoyed popularity and fame as a poet of love, first with five books of poems in narrative or dramatic form *illustrating his own love affairs* [...], then more elaborately with books of instruction in the art of love (two for men and one for girls – but not respectable women), and finally with a book of cures for love. *There was an appetite in fashionable Rome for love affairs and poetry about such flirtations*. But the women of the leader’s family are expected to have higher standards. *When first the daughter and then the granddaughter of First Citizen Augustus had been caught in flagrant adultery, Augustus exiled the poet, whether for his bad influence or for some more conspiratorial involvement with the princesses’ circles*”.

²⁵ A esse respeito, Veyne (1983, 147) afirma: “Si nos poètes étaient leurs propres historiens et que Délie ou Cynthie soient des portraits, il faudrait chercher à quelle catégorie de ‘déviantes’ elles appartaient; si l’on ne parvenait pas à le déterminer, il faudrait s’en désoler. Mais, puisque l’élégie est une fiction, nous savons tout, tout ce que l’auteur a jugé bon de nous faire connaître et qui est assez: que ce ne sont pas des femmes ‘normales’ et qu’elles se définissent en s’opposant à un monde normal que le narrataire, s’il veut entrer dans le jeu élégiaque, est invité à considérer comme le sien; il est impossible et inutile d’aller au-delà de cette définition négative, qui suffit pour l’effet de l’art recherché”.

²⁶ Veja-se, especialmente, o rico aparato filológico das notas na edição da *Ars amatoria* publicada pela editora Mondadori, de Milão, sob os cuidados de Emilio Pianezzola.

²⁷ Um exemplo disso é destacado por Holzberg (2002, 102): “What the *praeceptor amoris* recommends that the student do in this eventuality recalls something that, in *Amores* 3.14, the *poeta/ amator* declares that he is prepared to do: namely, let the beloved cover up her infidelities (555–8). However, his justification for this is new. Whereas the *poeta/amator* shuts his eyes to the *puella*’s

das experiências já vivenciadas um dia pelo *ego* da produção elegíaca anterior, de modo que Ovídio sintetiza na obra toda uma preceptística do amor elegíaco. De acordo com a tradição romana, o ideal elegíaco se fundava em uma realidade de valores invertidos, segundo a qual a mulher dominava e escravizava o homem, e a condição fundamental do poeta-amante era a recusa das glórias e encargos da vida pública (numa oposição às tendências ativas da vida romana) e a opção pelo *otium* (cf. Boucher 1965, 17).²⁸

Ora, ao sistematizar o amor elegíaco nos ensinamentos da *Ars*, Ovídio, na verdade, empreende uma complexa retomada dos textos e modelos elegíacos estabelecidos pela tradição e promove, a partir disso, uma reflexão sobre o gênero da elegia, suas convenções e seus *topoi*, de modo a ensinar, em seu poema didático, sobre a própria escrita elegíaca. Nesse sentido, é notável o emprego do dístico elegíaco, e não do hexâmetro, que era o metro usado, por excelência, na poesia didática. Isso indica ao leitor que se trata de uma *ars*, mas *amatoria*, isto é, concernente aos *topoi* e convenções da poesia amorosa elegíaca e à ficção de suas personagens e ações.

Lemos, portanto, nesse poema didático sobre o amor, que tal personagem da preceptística de Ovídio é deixado, em certas ocasiões, trancado para fora das portas da casa da amada, configurando-se o *topos* do *para-klausithyron* (2.523–4). Ou que ele se submete aos mais estranhos caprichos e vontades da *puella*, agindo, em espécie de inversão comportamental e de valores característica do mundo “inusitado” da elegia (cf. Boucher 1965, 17), como se fosse um ser inferior, ou mesmo escravo (Ov. *Ars* 1.149–58), de modo a ilustrar o *topos* do *seruitium amoris*, fundamental na poesia de amor.²⁹ Seus esforços de conquista da *puella*, ainda, são muitas vezes aproximados de motivos bélicos:

Militiae species amor est: discedite, segnes;
non sunt haec timidis signa tuenda uiris.
Nox et hiems longaeque uiae saeuque dolores
mollibus his castris et labor omnis inest. (Ov. *Ars* 2.233–6)³⁰

transgressions out of a desire to spare himself emotional pain, the preceptor's student is supposed to avoid catching his beloved in the act because, if he did, she and his rival would only make love with a vengeance thereafter (559–60)”.

²⁸ Veja-se também Labate (1984, 86): “In una precisa convenzione dell’elegia latina, del rifiuto della carriera aveva fatto un assunto fondamentale della condizione di poeta-amante”.

²⁹ A respeito do *topos* do *seruitium amoris*, Fedeli (1991, 110–1) afirma: “Ma il poeta d’amore può giungere sino a un punto estremo di degradazione tanto da divenire, lui uomo di nascita libera, schiavo: schiavo d’amore, naturalmente, e della donna amata. È questo il motivo centrale, attorno a cui ruotano tutte le manifestazioni dell’amore elegiaco”.

³⁰ “O Amor é um tipo de milícia. Desertai, indolentes! Não cabe a homens medrosos defender tais estandartes; a noite, o inverno, longas caminhadas, dores cruéis e todo cansaço há nesta campanha amena”.

Dessa vez, o poeta recorre ao lugar-comum da *militia amoris*, de vasto emprego na literatura clássica desde os gregos,³¹ mas também abundante em todos os elegíacos romanos.³² Sem desejar escamotear as eventuais diferenças entre a figura dos amantes, tal como esboçada inclusive no *corpus* dos poemas de Propércio, Tibulo, ou mesmo nos *Amores* ovidianos, poder-se-ia dizer, pela recorrência a exemplos tópicos (ou de outra natureza) como os que temos mencionado, que a preceituação amorosa da *Ars amatoria* “descreve” importantes elementos do próprio universo elegíaco. Tudo se passa como se Ovídio, ao prescrever ao jovem aluno que se comporte, ao menos em aparência, similarmente à(s) personagem(s) de *ego* elegíaco, declarasse qual é sua concepção sobre os contornos constitutivos desse mesmo *ego*, de todo modo identificado com uma figura “livresca”, ou seja, advinda das criações de poetas como Propércio e seus epígonos, conforme defende Allen (1992, 10).³³ Sob esse aspecto, observa-se que a *Ars amatoria* empreende uma verdadeira retomada dos principais *topoi* elegíacos, de modo a apresentar-se como uma espécie de síntese desse gênero e a demonstrar a plena consciência acerca de seu código (cf. Conte 1994, 55). Assim, é possível afirmar que, mais do que ensinar a arte da conquista e da sedução, a obra, por meio dessa reflexão metaliterária acerca do gênero elegíaco, constitui uma espécie de *ars* elegíaca.

Por outro lado, uma vez que o tipo da experiência amorosa, segundo esboçada nos versos da *Ars*, não pressupõe a “sinceridade” nos relacionamentos afetivos recomendados a homens e mulheres, mas antes o uso astuto de aparências a fim de seduzir, também se poderia ver nessa face “descompromissada” da preceptística galante de Ovídio uma peculiar forma de lição literária sobre a natureza da elegia. Nesse sentido, destaca-se a própria

³¹ A esse respeito, veja-se, por exemplo, Christenson (2000, 631–2).

³² Além do emprego dos *topoi* do *paraklausithyron*, do *seruitium* e da *militia amoris* para a caracterização dos gestos do jovem amante da *Ars* à imagem e semelhança daqueles da produção elegíaca típica, também a *puella*, como surge descrita na erotodidáxis ovidiana, assemelha-se às suas “irmãs” pregressas do mundo da elegia. Assim, em *Ars* 3.329–48, Ovídio recomenda às *discipulae* a aquisição de cultura (conhecer a musa de Calímaco, a de Safo, a de Cornélio Galo, a de Tibulo) como forma de sedução. Ora, uma das características da Cíntia properciana, por exemplo, era a posse – ainda que polissêmica – de certo cabedal de *cultura* (Prop. 1.2.25–6). Trata-se do *topos* da *docta puella*, que, segundo Giangrande (1991, 92), aparece pela primeira vez na literatura latina em Virgílio (*Ecl.* 10.2–3), mas também se observa em Tibulo (4.6.2). De acordo com Giangrande (1991, 92), é um *topos* helenístico com origem em Hermesianax: “È di origine ermesianatte, nel senso che ‘la poesia erotica’ (Fedeli, loc. cit.) prodotta dal poeta aiuta quest’ultimo a conquistare la fanciulla amata, come Ermesianatte aveva sostenuto”.

³³ Veja-se também Conte (1994, 53): “I would be legitimate to expect the *Ars amatoria* to have been extracted from the practical behavior of real lovers, but instead Ovid’s teachings are presented as an art applied to materials whose ‘reality’ is that of literary phenomena – not to real lovers, therefore, and their daily strategies, but to those represented in the elegies of Propertius, Tibullus, Ovid himself”.

ilusão artística em que se fundamenta esse gênero, que tem a ironia como elemento estrutural.³⁴

Ora, nos poemas inaugurais da coletânea dos *Amores*, Ovídio justamente gracejara com a possibilidade de vir alguém a fazer poesia galante sem a presença de paixão: na primeira elegia, é Cupido quem insiste em roubar um pé a cada hexâmetro de número par que *ego* estava a fazer,³⁵ tornando em dísticos elegíacos o que foram, segundo seu intento original, os versos de um poema *épico*. Em *Am.* 1.2, por sua vez, *ego* experimenta muitos sintomas de desassossego, os quais poderiam ser imputados aos males de um apaixonado (falta de sono, dores nos ossos...), mas diz, já escrevendo em dísticos, ainda ignorar se tem um amor (!). A sequência, enfim, apresenta a personagem em rendição a um Cupido triunfante (*Ov. Am.* 1.2.9–22), pois, embora ainda careça de um objeto de amor, “pressente” a continuidade dos avanços do deus. Apenas em *Am.* 1.3 surge a *puella* que o mantém cativo (v. 1), vindo essa a receber o nome de *Corinna* somente no poema 5 desse livro de abertura dos *Amores*.

Desse modo, o vácuo do início em relação ao afeto envolvido, e até no tocante à figura da amada, não impediu o poeta de começar a compor suas elegias, para isso se servindo de vários dos elementos típicos dessa produção literária, além do metro do dístico elegíaco. Em outras palavras, assim como o poeta-amante de *Amores* apenas necessitava submeter-se a convenções de gênero a fim de tornar-se a personagem de *amator* elegíaco, o jovem aluno da *Ars* só precisa adaptar-se com superficialidade aos contornos do apaixonado daquela mesma produção literária pregressa para lançar-se à sedução de uma *puella*. Nos dois casos, parece, o poeta busca estabelecer nítida linha divisória entre a “verdade” de quaisquer sentimentos e os ilusionismos passíveis de serem criados, em ambiente ficcional, quando há a adequação das personagens a modos comportamentais passíveis de produzir alguma persuasão, quer sob o ponto de vista do leitor, quer de uma fragilizada “presa” galante.

³⁴ A respeito da ironia na poesia elegíaca, Conte (1994, 50) afirma: “Elegy reveals itself as an artistic illusion; it lives its own artificial reality and claims instead to be rooted in real life, that is to say, in that form of existence that is made up of lived passions. Thus, irony installs itself within the text as a reflective dialectic and turns its metaliterary possibilities into an effective means for artistic self-representation”.

³⁵ *Ov. Am.* 1.1.1–8: *Arma graui numero uiolentaque bella parabam/ edere, materia conueniente modis. / Par erat inferior uersus; risisse Cupido / dicitur atque unum surripuisse pedem. / “Quis tibi, saeue puer, dedit hoc in carmina iuris? / Pieridum uates, non tua, turba sumus. / Quid si praeripiat flauae Venus arma Mineruae, / uentilet accensas flaua Minerua faces?”* – “Armas e violentas guerras em ritmo grave eu me preparava / para cantar, com uma matéria adequada ao metro. / Semelhante era o verso inferior; Cupido riu, / dizem, e surrupiou um pé. / “Cruel menino, quem te deu este direito em poesia? / Vate das Piérides não sou da tua turma. / E se Vênus roubasse as armas da loura Minerva, / e a loura Minerva avivasse tochas ardentes?” (trad. Lucy Ana de Bem, 2010).

Tocamos aqui no assunto do suposto caráter “biográfico” atribuído ao *corpus* da elegia erótica romana. Ocorre, conforme se recordam os leitores de Propércio, Tibulo e do Ovídio dos *Amores*, que esses poetas compuseram suas obras com a eventual inclusão de “dados pessoais” (nome, dados de origem familiar, eventos históricos testemunhados...) nos versos dos textos que escreveram, apesar de os construírem também como artefatos altamente “livrescos” e convencionais.³⁶ Em que pese à face densamente literária e artística da elegia, no entanto, tem havido com alguma frequência críticos,³⁷ ou mesmo leitores, inclinados a ver nessa produção uma espécie de retrato transparente do subjetivismo ou da vida amorosa (do tempo) dos poetas.

O tipo de leitura que acabamos de apresentar a propósito da *Ars amatoria*, entretanto, parece desafiador de semelhantes posturas, porque busca compreender essa obra, antes de mais nada, como pertencente a regras e funcionamentos intrinsecamente seus, que não são sempre os mesmos da vida social concreta. Assim, os sucessivos desenganos e “mentiras” que se vão desvelando ao longo do poema talvez possam servir-nos de lembrete contra a demasiada atribuição de crédito à letra de sua escrita, ou mesmo da elegia erótica romana, da qual se nutre em tantos e importantes aspectos.³⁸

REFERÊNCIAS

- Allen, Peter L. 1992. *The art of love: amatory fiction from Ovid to the Romance of the Rose*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- André, Jacques. 2008. *Ovide: Tristes*. Texte établi et traduit. Paris: Les Belles Lettres.
- Bem, Lucy Ana de. 2010. *Ovídio: Primeiro livro dos Amores*. Tradução. São Paulo: Hedra.
- Boucher, Jean-Paul. 1965. *Études sur Properce: problèmes d'inspiration et d'art*. Paris: E. de Boccard.
- Christenson, David. 2000. “Callinus and *militia amoris* in Achilles Tatius’ Leucippe and Cleitophon.” *Classical Quarterly* 50:631–2.
doi: <http://dx.doi.org/10.1093/cq/50.2.631>
- Conte, Gian Biagio. 1994. *Genres and readers: Lucretius, love elegy, Pliny's Encyclopedia*. Trans. Glenn W. Most with a foreword by Charles Segal. Baltimore/London: The Johns Hopkins University Press.

³⁶ Para detalhes acerca do gênero elegíaco e sua origem, veja-se Day (1938).

³⁷ Exemplo disso são as abordagens de Grimal (1991, 181–2): “Convalescente, Tibulo voltou a Roma e encontrou Délia. Porém, a realidade revelou-se muito diferente do sonho. Os momentos felizes que passara a seu lado não se repetiram. Não foi com uma ‘casta Lucrecia’ que ele se depa-rou, mas com a cortesã que sua amante nunca deixara de ser”.

³⁸ Para essa discussão, cf. Trevizam 2003, 161.

- Dalzell, Alexander. 1996. *The criticism of didactic poetry: essays on Lucretius, Virgil and Ovid*. Toronto/Buffalo/London: University of Toronto Press.
- Day, Archibald A. 1938. *The origins of Latin love-elegy*. Oxford: Basil Blackwell.
- Fantham, Elaine. 2004. *Ovid's Metamorphoses*. Oxford: University Press.
- Fedeli, Paolo. 1991. "Bucolica, lirica, elegia." In *La poesia latina: forme, autori, problemi*, a cura di F. Montanari, 77–131. Roma: NIS.
- Giangrande, Giuseppe. 1991. "Topoi ellenistici nell'Ars Amatoria." In *Cultura poesia ideologia nell'opera di Ovidio*, a cura di I. Gallo e L. Nicastrì, 61–98. Napoli: Edizioni Scientifiche Italiane.
- Gibson, Roy K. 2009. "The Ars Amatoria." In *A Companion to Ovid*, edited by P. Knox, 90–103. Malden/Oxford: Wiley-Blackwell.
doi: 10.1002/9781444310627.ch7
- Grimal, Pierre. 1963. *Dictionnaire de la mythologie grecque et romaine*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Grimal, Pierre. 1991. *O amor em Roma*. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Martins Fontes.
- Holzberg, Niklas. 2002. *Ovid. The poet and his work*. Trans. G. M. Goshgarian. Ithaca/London: Cornell University Press.
- Jaeger, Werner. 2003. *Paideia: a formação do homem grego*. Trad. Artur M. Parreira. São Paulo: Martins Fontes.
- Jones, Peter V. 1997. *O mundo de Atenas: uma introdução à cultura clássica ateniense*. Trad. Anna Lia de Almeida Prado. São Paulo: Martins Fontes.
- Labate, Mario. 1984. *L'arte di farsi amare. Modelli culturali e progetto didascalico nell'elegia ovidiana*. Pisa: Giardini Editori.
- Kennedy, Duncan F. 1993. *The arts of love: five studies in the discourse of Roman love elegy*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Perutelli, Alessandro. 2010. "O texto como professor." In *O espaço literário da Roma antiga – vol. I: a produção do texto*, editado por G. Cavallo, A. Giardina e P. Fedeli, trad. de Daniel Pelucci Carrara e Fernanda Messeder Moura, 293–327. Belo Horizonte: Tessitura.
- Pianezzola, Emilio, e Gianluigi Baldo, Lucio Cristante. s/d. *Ovidio: L'arte di amare*. Traduzioni e commento. Milano: Fondazione Lorenzo Valla/Arnoldo Mondadori Editore.
- Ponchont, Max. 1955. *Tibulle: Élégies*. Texte établi et traduit. Paris: Les Belles Lettres.
- Rat, Maurice. 1931. *Propertius: Élégies*. Traduction, introduction et notes. Paris: Librairie Garnier Frères.
- Saint-Denis, Eugène de. 1956. *Virgile: Géorgiques*. Texte établi et traduit. Paris: Les Belles Lettres.
- Sharrock, Alison. 1994. *Seduction and repetition in Ovid's "Ars amatoria" 2*. Oxford: Clarendon Press.
- Toohey, Peter. 1996. *Epic Lessons: an introduction to the ancient didactic poetry*. London/New York: Routledge.
- Trevizam, Matheus. 2003. *A elegia erótica romana e a tradição didascálica como matrizes compositivas da "Ars amatoria" de Ovídio*. Dissertação de mestrado. Universidade de Campinas.

- Trevizam, Matheus. 2004. "Forma didática e adaptação da poética elegíaca na *Ars amatoria* de Ovídio." *Phaos* 4:129–40.
- Trevizam, Matheus. 2006. *Linguagem e Interpretação na Literatura Agrária Latina*. Tese de Doutorado. Universidade de Campinas.
- Trevizam, Matheus. 2014. *Poesia didática: Virgílio, Ovídio e Lucrécio*. Campinas: UNICAMP.
- Veyne, Paul. 1983. *L'élegie érotique romaine: l'amour, la poésie et l'Occident*. Paris: Éditions du Seuil.
- Volk, Katharina. 2002. *The poetics of Latin didactic: Lucretius, Vergil and Manilius*. Oxford: Oxford University Press.
doi: <http://dx.doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199245505.001.0001>



Title. Ovid's *Ars poetica*: meta-poetry and illusion in the *Ars amatoria*.

Abstract. In this paper, after the inclusion of Ovid's *Ars amatoria* in the ancient literary branch of didactic poetry, we try to demonstrate why this poem shall not be considered as an example of true loving teaching. Thus, strange elements such as lies, mutually recommended to men and women as part of their strategies of seduction; treasons that they must endure when confronted with the *magister amoris*; and ironies that they may submit themselves to as learners force us to consider the text as a meta-literary exercise about the art of Roman love elegy.

Keywords. *Ars amatoria*; Ovid; elegy; illusion; meta-literature.

SUMÁRIO / CONTENTS

ROBERT DE BROSE	
<i>O dêmos</i> vai à guerra: tradução e comentário dos fr. II e III FGE atribuídos a Simônides de Ceos.	3
MARCO RICUCCI	
Ørberg <i>per se</i> e <i>per alios illustratus</i> : la dimensione teorico-descrittiva del metodo induttivo-contestuale	31
KONSTANTINOS STEFOU	
Helping friends and harming enemies: the case of <i>Gorgias</i> 480a6–481b5.	52
GABRIELLA GUARINO	
Exempla di διδαξίς nel mondo animale: il caso dell' ἀράχνη	63
BARBARA DA COSTA SILVA	
Declamação como gênero: definição, origens e prática	77
RAFAEL BRUNHARA	
Um discurso sobre a propriedade poética: <i>épos</i> , <i>paraplokḗ</i> e <i>metapoiḗsis</i> na <i>Teognideia</i>	101
MATHEUS TREVIZAM, JÚLIA BATISTA CASTILHO DE AVELLAR	
Uma <i>Ars poetica</i> ovidiana: metapoesia e ilusionismos na <i>Ars amatoria</i>	115